

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
GEOGRAFIA**

JAMILLI MEDEIROS DE OLIVEIRA DA SILVA

**O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO ALTO ACARÁ/PA COMO RESISTÊNCIA
À EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DO DENDÊ**

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RIO CLARO

2020



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

JAMILLI MEDEIROS DE OLIVEIRA DA SILVA

**O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO ALTO ACARÁ/PA COMO RESISTÊNCIA À
EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DO DENDÊ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Rio Claro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto Souza.

RIO CLARO - SP
2020

S586t Silva, Jamilli Medeiros de Oliveira da
O território quilombola do Alto Acará/PA como
resistência à expansão do agronegócio do dendê / Jamilli
Medeiros de Oliveira da Silva. -- Rio Claro, 2020
192 f. : tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio
Claro
Orientador: José Gilberto de Souza

1. Geografia. 2. Agrarian question. 3. Quilombolas. I.
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JAMILI MEDEIROS DE OLIVEIRA DA SILVA

**O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO ALTO ACARÁ/PA COMO RESISTÊNCIA À
EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO DO DENDÊ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Rio Claro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto Souza
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Departamento de Geografia

Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan
Universidade de São Paulo – USP

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Conceito: Aprovado.

Rio Claro, 10 de março de 2020

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sua infinita bondade e amor, em me mostrar planos melhores e maiores que os meus, por me fortalecer nos momentos mais difíceis nesta caminhada da vida terrena.

Aos meus pais Jairo e Lúcia, por me ensinarem a buscar ser sempre uma pessoa melhor, por lutarem junto a mim, aos meus objetivos, por me permitirem voar em meus sonhos e por todo amor dedicado à nossa família.

À minha irmã Jamieli, por revolucionar a minha vida desde sua chegada com todo companheirismo, amor, carinho e entusiasmos, obrigada por me oferecer tanto de ti e por me mostrar uma capacidade infinita de amar em qualquer circunstância dessa vida.

Agradeço as minhas avós Maria Ney e Rosalina, mulheres fortes que, com suas histórias, me revelaram o valor inestimável da honestidade e da luta: devo o meu florescer às suas raízes que vêm da roça, de mãos calejadas, nordestinas e amazônicas.

Ao meu companheiro de vida Carlos Eduardo, por sonhar junto comigo e embarcar em meus planos. Obrigada por falar e ficar em silêncio quando necessário, por me incentivar a ser uma pessoa melhor, mais humana, e por todo amor e carinho. Que a nossa caminhada seja ainda mais longa.

Ao professor José Gilberto, orientador e amigo, por nos estimular na pesquisa, por nos propor sempre novos desafios e por nos provocar inquietações no campo da ciência geográfica. Toda a minha gratidão por compartilhar com seus orientandos o seu melhor enquanto ser humano e professor.

Ao professor Brian e sua esposa Juliana, pelo lindo tempo de estágio de pesquisa na Escócia, e a todas as amigas consolidadas nesse período. Aprendi muito junto a vocês, fui abençoada com pessoas de luz durante essa caminhada.

Aos meus amigos da graduação e pós-graduação, por construírem junto a mim, mesmo que a distância. Minha gratidão por todo companheirismo dentro e fora da universidade.

Aos quilombolas da Amarqualta, povo de luta e resistência, com quem vivi grandes momentos de aprendizado sobre solidariedade, companheirismo e humanidade. Minha eterna gratidão por me receberem de braços abertos em suas casas e por me fazerem mergulhar em suas histórias.

Expresso meus agradecimentos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa regular de mestrado com o processo nº 2017/03547-1 e processo nº 2018/12263-0 com a Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior – BEPE, na qual me auxiliaram durante a realização da presente pesquisa de maneira imprescindível.

A todos os meus familiares, amigos e professores que (in)diretamente contribuíram com este momento da minha formação, se fazendo presentes em orações, vibrações e estímulos.

Muitíssimo obrigada!

RESUMO

A expansão do monocultivo do dendê no estado do Pará é um fenômeno com grande notoriedade na academia e mídias de informação, muito incentivada por políticas públicas como do Plano Nacional de Uso e Produção do Biodiesel (PNPB), o Plano Palma Verde e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP). Essas medidas e a devida aptidão agroclimática fez com que o dendê se expandisse vertiginosamente para a mesorregião do Nordeste do estado do Pará, a qual possui a maior produção de dendê do país atualmente, sob o slogan da sustentabilidade ambiental de uma energia “ecologicamente correta”, contribuindo com a busca de energias renováveis por meio de fontes de biomassa advindas do refino do óleo de dendê; também como uma medida de “resposta” aos alertas acerca das mudanças climáticas globais, o Brasil tem buscado desenvolver políticas públicas no caminho pavimentado pela dita “economia verde”. Esse conjunto de fatores demonstra o potencial de expansão do dendê, seja por sua produtividade, pela sua justificativa ambiental e consequente monetarização da natureza, seja por meio de políticas de aquisição e investimentos em terras agrícolas sob o chamado fenômeno *land grabbing*, ou pelos investimentos governamentais destinados à monocultura. Essas ações provocaram e provocam um novo rearranjo no cenário agrário já complexo da Amazônia, visto que esta é uma região constituída pela vivência de diversos sujeitos como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros etc., os quais entram em choque pelos diferentes significados que dão à terra em relação à expansão do agronegócio do dendê. Diante disso, objetivamos analisar os processos e as dinâmicas do território camponês de origem quilombola das comunidades de Vila Formosa e 19 do Maçaranduba, mediante os avanços do agronegócio do dendê no município de Acará – PA. A metodologia consistiu na realização entrevistas, por meio de questionários semiestruturados com as famílias quilombolas, bem como entrevistas abertas que seguiram um roteiro previamente elaborado, direcionadas a algumas lideranças; também realizamos um levantamento bibliográfico sobre os assuntos que circundam a temática de estudo da questão agrária na Amazônia. Ao final da pesquisa, constatamos que a expansão do dendê em direção às comunidades estudadas acontece por meio da monopolização do território, provocando, com isso, inúmeros conflitos de ordem socioambiental e territorial, o que representa novas disputas fundiárias na região, além de prejudicar bens comuns historicamente apropriados pelos quilombolas, ao contaminar as águas dos rios e solos devido à utilização de agrotóxicos no monocultivo. Diante dessas mudanças, as comunidades pesquisadas se encontraram cercadas pelo agronegócio do dendê. Assim, passaram a se organizar em torno da história de seus antepassados, se autointitulando quilombolas para buscar a titulação de seu território e preservar seu modo de vida da/na floresta de maneira comunal, resistindo enquanto povos da floresta.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio. Dendê. Quilombolas. Território. Resistência.

ABSTRACT

The expansion of oil palm monoculture in the state of Pará is a phenomenon with great notoriety in the academy and information media, very encouraged by public policies like the National Biodiesel Use and Production Plan (PNPB), the Palma Verde Plan and the Sustainable Palm Oil Production Program (PSOP). These measures and the appropriate agroclimatic aptitude caused oil palm to expand vertiginously to the northeastern mesoregion of the state of Pará, which currently has the largest oil palm production in the country, under the slogan of environmental sustainability of an “ecologically correct” energy, contributing to the search for renewable energy through biomass sources from the refining of palm oil; also as a measure of "response" to warnings about global climate change, Brazil has sought to develop public policies on the path paved by the so-called "green economy". This set of factors demonstrates the potential for oil palm expansion, either for its productivity, for its environmental justification and the consequent monetization of nature, either through policies for acquisition and investments in agricultural land under the so-called land grabbing phenomenon, or through government investments for monoculture. These actions provoked and cause a new rearrangement in the already complex agrarian scenario in the Amazon, since this is a region constituted by the experience of several subjects such as indigenous, quilombolas, riverside dwellers, etc., who enter into shock due to the different meanings they give to land in relation to the expansion of oil palm agribusiness. In view of this, we aim to analyze the processes and dynamics of the quilombola peasant territory of the communities of Vila Formosa and 19 do Maçaranduba, through the advances of palm oil agribusiness in the city of Acará - PA. The methodology consisted of conducting interviews, through semi-structured questionnaires with quilombola families, as well as open interviews that followed a previously prepared script, targeted at some leaders; we also carried out a bibliographic survey on the issues surrounding the theme of studying the agrarian issue in the Amazon. At the end of the research, we found that the expansion of oil palm towards the studied communities occurs through the monopolization of the territory, causing, therefore, innumerable socio-environmental and territorial conflicts, which represents new land disputes in the region, in addition to damaging common properties historically appropriated by quilombolas, when contaminating the waters of rivers and soils due to the use of pesticides in monoculture. Faced with these changes, the researched communities found themselves surrounded by palm oil agribusiness. Thus, they started to organize themselves around the history of their ancestors, calling themselves quilombolas to seek the title of their territory and preserve their way of life of/in the forest in a communal way, resisting as peoples of the forest.

KEY WORDS: Agribusiness. Palm oil. Quilombolas. Territory. Resistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização do município de Acará (PA)	49
Gráfico 1: Variação do valor de produção de dendê entre 2010 e 2017	68
Gráfico 2: Histórico da produção de dendê entre os anos de 2010 e 2017	68
Gráfico 3: Evolução da produção do dendê	74
Figura 2: Uso e cobertura da terra no município do Acará, em 2001	76
Figura 3: Uso e cobertura da terra no município do Acará, em 2007	76
Figura 4: Uso e cobertura da terra no município do Acará, em 2018	77
Figuras 5 e 6: Translado de cachos de dendê pela empresa Biopalma/Vale	81
Gráfico 4: Exportação do óleo de palma entre 2003 e 2018	85
Gráfico 5: Comportamento do preço de terras no município do Acará de 2001 a 2018	117
Gráfico 6: Total de contratos financiados para a agricultura e pecuária de 2001 a 2018	120
Gráfico 7: Valor total de contratos financiados para a agricultura e pecuária de 2001 a 2018	121
Figura 7: Mapa de localização das comunidades 19 do Maçaranduba e Vila Formosa e do polo Vera Cruz, pertencente a Biopalma/Vale, no Município do Acará	123
Figuras 8 e 9: Presença constante de moscas nas comunidades, à direita, revela o cuidado que as mulheres precisam ter no andamento da sua produção para que os mosquitos não os contaminem	126
Figura 10: Relação de reciprocidade entre vizinhos no processo e produção da farinha de mandioca	127
Figura 11: Sub-sede da Armaqualta	130
Figuras 12 e 13: Goma e tucupi extraídos no processo de produção de farinha	131
Figuras 14 e 15: Produção de pimenta-do-reino secando ao sol	133
Figura 16: Árvore obstruindo o ramal	135
Figura 17: Tronco de árvore que dá acesso ao caminho em direção à Vila Formosa	136
Figura 18: Dona Jari na produção de farinha	137
Figura 19: Barcos como meio de locomoção em Vila Formosa	137
Figura 20: Escola Municipal de Ensino Fundamental 21 de Abril, na Vila Formosa	138
Figuras 21 e 22: Protesto contra a Biopalma/Vale realizado na comunidade de Bom Remédio	139
Figura 23: Sede da Amarqualta na comunidade de Vila Formosa	141
Gráfico 8: Área plantada de arroz e de milho	142
Figuras 24 e 25: Vazão do óleo de dendê contaminado no rio Acará	144

Figuras 26 e 27: Pulverização de agrotóxico no dendezal pela Biopalma/Vale.....	145
Figuras 28, 29 e 30: Casa de morador quilombola que foi invadida e queimada.....	152
Gráfico 9: Incrementos de desmatamento acumulado por ano – Amazônia Legal – município do Acará	162
Figuras 31 e 32: Os moradores contam que esses foram instrumentos utilizados no engenho de açúcar da fazenda Turé	164
Figuras 33 e 34: Canal de escoamento de água do engenho na fazenda Turé	164
Figura 35: Monocultivo do dendê	167
Figuras 36 e 37: Diversidade da roça quilombola	168
Figuras 38 e 39: Mandioca coletada e de molho para a produção de farinha.....	170
Figuras 40 e 41: Mandioca passando pelo processo de trituração e prensa para se tornar farinha	170
Figura 42: Mandioca sendo torrada	171
Figura 43: Processo de produção da farinha no seu estágio inicial, em que a mandioca é descascada, colocada de molho, moída, prensada, torrada e, ao final, a farinha está pronta no tabuleiro	171
Figuras 44 e 45: Atividade doméstica no preparo do arroz	172
Gráfico 10: Ocorrência de mutirões nas comunidades	173
Figura 46: Pegadas de onça reconhecidas pelos moradores locais.....	174
Figura 47: Mapa mental da comunidade de Vila Formosa.....	175
Figura 48: Preparo da bacaba de maneira manual, utilizando a água do rio, para o jantar da família	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Espacialização da produção segundo as terras concedidas (sesmarias) 1707-1824.51	
Tabela 2: Histórico da área de colheita, quantidade e valor de produção de cachos de palma no estado do Pará	67
Tabela 3: Área de colheita, quantidade e valor de produção de cachos de palma, em 2012 no Brasil e no Pará	71
Tabela 4: Área de colheita, quantidade e valor de produção de cachos de palma, em 2016 no Brasil e no Pará	72
Tabela 5: Área de colheita, quantidade e valor de produção de cachos de palma, em 2018 no Brasil e no Pará (continua).....	72
Tabela 6: Evolução da produção das oleaginosas (mil toneladas) agroenergéticas após o Programa de Produção de Biodiesel (continua).....	73
Tabela 7: Matriz de transição do uso e cobertura da terra no município do Acará entre 2001 e 2007 (continua)	77
Tabela 8: Matriz de transição do uso e cobertura da terra no município do Acará entre 2007 e 2018	79
Tabela 9: Propriedades da Biopalma/Vale na microrregião de Tomé-Açu (continua).....	81
Tabela 10: Exportação de óleo de palma e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados no estado do Pará de 2003-2018.....	84
Tabela 11: Variação do preço de terras no município do Acará.....	116
Tabela 12: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas no município do Acará entre 2001 e 2018.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPALMA	Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma
ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
ADM	Archer Daniels Midland Company
APRODEN	Associação dos Produtores de Dendê do Pará e Amapá
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBOP	Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma
CFF	Cacho de Fruto Fresco
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CIRAD	Centre de Cooperation International en Recherché Agronomique pour le Développement
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DENPASA	Empresa de Dendê do Pará S.A.
EERU	Estação Experimental de Dendê no Rio Urubu
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEPA	Federação da Agricultura e Pecuária do Pará
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCO	Fundo Constitucional do Centro-Oeste
FVG	Fundação Getúlio Vargas
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GEE	Gases de Efeito Estufa
IAN	Instituto Agrônômico do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
IEC	Iniciativa Empresarial em Clima
IED	Investimentos Estrangeiros Diretos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INT	Instituto Nacional de Tecnologia

IRHO	Institut de Recherches pour les Huiles et les Oleagineux
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
ITI	Instituto de Tecnologia Industrial de Minas Gerais
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MME	Ministério de Minas e Energia
MPPA	Ministério Público do Estado do Pará
MPF	Ministério Público Federal
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Comum
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIE	Oferta Interna de Energia
PBIO	Petrobrás Biocombustível
PCN	Projeto Calha Norte
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PGC	Programa Grande Carajás
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Planejamento Nacional de Desenvolvimento
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPD	Polo de Pesquisa do Dendê
PROÓLEO	Programa Nacional de Produção de Óleos Vegetais para Fins Energéticos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSOP	Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma
REDD	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradações
RNV	Reserva Natural Vale
RPPN	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura
SCS	Selo Combustível Social
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STI	Secretaria de Tecnologia Industrial

SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
UE	União Europeia
UHT	Usina Hidrelétrica de Tucuruí
VET	Valoração Econômica Total
ZAE	Zoneamento Agroecológico do Dendê

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 TERRITÓRIO	20
1.1 TERRITÓRIO NA VISÃO HISTÓRICA DE MANEIRA SINTÉTICA.....	20
1.2 TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA	26
2 CONTEXTO DA PESQUISA	37
2.1 CONTEXTO GERAL: AMAZÔNIA	37
2.2 CONTEXTO ESPECÍFICO: MUNICÍPIO DO ACARÁ	48
2.2.1 O processo de ocupação do município do Acará e a presença negra constituinte da região	49
3 OS INCENTIVOS BRASILEIROS À PRODUÇÃO DO AGROCOMBUSTÍVEL: O CASO DO DENDÊ	62
3.1 A EXPANSÃO DO DENDÊ NO PARÁ E ATUAÇÃO DA BIOPALMA/VALE	69
3.2 A MONETARIZAÇÃO DA NATUREZA	90
3.3 O PORTFÓLIO DA VALE E SUA ATUAÇÃO NA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO	96
3.4 <i>LAND GRABBING</i> E O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TERRAS	100
3.5 COMPORTAMENTO DE PREÇO DAS TERRAS RURAIS: MUNICÍPIO DO ACARÁ	112
4 DESVELANDO TERRITÓRIOS	123
4.1 A COMUNIDADE 19 DO MAÇARANDUBA	124
4.2 A COMUNIDADE DE VILA FORMOSA	134
4.3 RELAÇÃO DA BIOPALMA/VALE COM A AMARQUALTA	143
4.4 AMARQUALTA: SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA	163
4.5 CONHECIMENTO: TÉCNICAS DE PRODUÇÃO ENTRE HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS QUE TRABALHAM A/NA NATUREZA	166
4.6 HISTÓRIAS E MEMÓRIAS.....	178
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	184

INTRODUÇÃO

A crise do petróleo, na década de 1970, suscitou a procura por fontes alternativas de energia com o intuito de atender a demanda energética industrial e, posteriormente, suprir critérios ambientalmente sustentáveis. A partir de então, o Brasil vislumbrou a busca pela “energia limpa” oriunda dos agrocombustíveis (SOUZA, 2013). Assim, a biomassa passou a ser incorporada como objetivo do governo brasileiro por meio da produção de agrocombustíveis a partir do óleo vegetal, contexto no qual a monocultura do dendê ganhou maior visibilidade nas ações de planejamento do Estado.

Na Amazônia brasileira, a produção do dendê iniciou ainda em 1950, por meio do Instituto Agrônomo do Norte (IAN). Desde então, a monocultura foi implantada de maneira gradativa até que, em 1970, a iniciativa privada adentrou no mercado dessa oleaginosa. Com o intuito de alavancar sua produção, o Estado brasileiro iniciou uma série de políticas públicas, dentre elas o Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) – criado pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no ano de 2004 –, tendo como uma de suas propostas a inclusão da agricultura familiar nessa agenda de produção. No ano de 2010, foram lançados o Plano Palma Verde e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), os quais criaram um projeto de zoneamento agroecológico com o objetivo de identificar áreas aptas ao cultivo do dendê na região amazônica.

Esse zoneamento propõe a ideia de implantação da monocultura em áreas já desmatadas, de modo que a experiência nacional da produção do dendê se diferenciasse da expansão em países como Malásia e Indonésia¹, onde portaram vários problemas de cunho socioambiental, em especial a alta taxa de desmatamento. Assim, sua expansão tem ocorrido por meio do discurso de sustentabilidade social e econômica, da promoção do desenvolvimento rural e da recomposição da cobertura vegetal.

O que se observa, por outro lado, é que o zoneamento agroecológico criou um importante “benefício” às empresas: com a mudança no Código Florestal, em 2012, o Brasil permitiu uma redução no percentual obrigatório de preservação das áreas de Reserva Legal. Em síntese, na Amazônia, esse percentual passou de 80% para 50% em áreas onde empresas desenvolvam a monocultura do dendê e que forem identificadas como aptas pelo zoneamento (GOMES, SCHIMTZ, MOTA, 2020).

¹ Esses países são considerados líderes mundiais na produção de dendê: a Malásia, com 29%, e a Indonésia, com 55%, juntas, somam cerca de 84% do mercado mundial. Por sua vez, o Brasil ocupa a décima posição do ranking de produção, contribuindo com 0,72% da produção global (UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE, 2018).

Acerca disso, Backhouse (2013) aponta que tal discurso de expansão “sustentável” do agronegócio camufla um violento processo de privatização de terras na Amazônia, acirrando ainda mais os conflitos no campo, pois longe constituir um espaço vazio, a região é dinamizada por múltiplas territorialidades.

Diante desse cenário de expansão do agronegócio, o estado do Pará se apresenta como o principal lócus de expansão da oleaginosa, concentrado 88% da produção nacional de dendê, a qual ocupa um total de 236 mil ha em todo país. Em particular, o Nordeste paraense concentra 93% da produção do estado do Pará, e o município do Acará – lócus deste estudo – é o terceiro mais expressivo em toneladas produzidas.

Como dito anteriormente, a Amazônia não é um espaço vazio. Existem comunidades tradicionais e indígenas que a habitam há gerações, vivem a partir da produção sustentada na/da terra e de maneira comunal, criando laços de solidariedade que sustentaram e sustentam seu modo de vida por anos. A diversidade de povos na região é, portanto, significativa. Há comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, de posseiros etc. Eles vivem, sobretudo, da produção da terra, utilizando os rios da região para pescar e para os mais diversos tipos de consumo.

Dito isso, a presente pesquisa teve como objetivo geral: analisar os processos e as dinâmicas do território camponês de origem quilombola das comunidades de Vila Formosa e 19 do Maçaranduba mediante os avanços do agronegócio do dendê no município de Acará – PA.

Os objetivos específicos foram:

- Identificar o avanço espacial da cultura do dendê e as estratégias de uso e ocupação da terra realizadas pelos agentes produtores;
- Verificar os reflexos da expansão do dendê na demanda de terras por arrendamentos e/ou aquisição, e a conseqüente inflexão de seus preços;
- Caracterizar o modo de vida das famílias quilombolas estudadas;
- Analisar as tensões territoriais provenientes do avanço do agronegócio do dendê na região frente às famílias camponesas de origem quilombola e;
- Identificar as estratégias de resistências destas últimas.

O território quilombola pesquisado é composto por seis comunidades (Vila Formosa, 19 do Maçaranduba, Pitinga Grande, Pitinga Mirim, Monte São e Turé III) que lutam juntas pela sua titulação definitiva desde 2009, momento em que criaram a Associação dos Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará (Amarqualta). Elas possuem a certidão de autodefinição da Fundação Cultural Palmares, emitida em maio de 2013, e estão em processo de titulação definitiva de suas terras.

Das seis comunidades, duas foram escolhidas para a pesquisa: Vila Formosa e 19 do Maçaranduba. Essa seleção se deu, primeiramente, porque o território possui uma extensão de 22 mil ha. Uma vez que o acesso entre cada comunidade é bastante difícil, seria inviável abarcar todas devido à extensão do território. O segundo motivo está relacionado à disputa direta por território dessas duas comunidades com a empresa de dendê que vem expandindo seu empreendimento na região, a Biopalma/Vale, o que gerou um conflito direto pela terra. Por fim, a escolha ocorreu pela possibilidade de ter um contato com um campesinato quilombola ribeirinho, no caso dos moradores de Vila Formosa, e com outro situado em terra firme, a 19 do Maçaranduba, revelando duas formas de organização distintas do campesinato amazônico.

É importante destacar que essas comunidades passaram a se organizar a partir do discurso étnico, ou seja, enquanto descendentes de uma ancestralidade africana – outrora escravizada na região – quando se viram cercadas e vulneráveis à expansão do agronegócio da monoprodução do dendê.

A pesquisa foi assentada em leituras bibliográficas sobre assuntos que circundam a temática de estudo da questão agrária na Amazônia. No início de 2018, bem como em agosto de 2019, realizamos o trabalho de campo, que consistiu em entrevistas, por meio de questionários semiestruturados, com 60 famílias: 30 em Vila Formosa e 30 no 19 do Maçaranduba; também realizamos entrevistas abertas, que seguiram um roteiro previamente elaborado, com algumas lideranças que se sentiram confortáveis para conversar. No desenvolvimento do trabalho, optamos por usar codinomes nas entrevistas citadas a fim de preservar a identidade dos entrevistados e assegurar seu anonimato, sobretudo devido às tensões encontradas em seu território. Utilizamos, ainda, gravador e câmera fotográfica para registrar os momentos da pesquisa.

Dessa forma, elaboramos um breve primeiro capítulo acerca dos conceitos de território e suas abordagens ao longo da história, bem como suas aproximações e influência em diversas áreas das ciências, devido sua amplitude conceitual descrita por Haesbaert (2012). Assim, das diversas abordagens acerca do território ao longo do tempo, tratamos da sua construção ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica, primeiramente com Ratzel (MORAES, 1990), sob forte influência positivista em suas colocações; em seguida, tratamos do território na visão de Raffestin (1993), influenciada pelos estudos foucaultianos, a qual aborda o território de maneira mais homogênea. Posteriormente, seguimos com o território definido por Haesbaert (2012), que o aborda de forma integradora e desenvolve as dimensões culturais, políticas, econômicas e de poder nele presentes com importâncias equivalentes. Por fim, abordaremos a definição de território com a qual mais nos aproximamos, a partir dos trabalhos de Fabrini

(2011), Oliveira (2007), Paulino (2008) e Souza (2009), os quais defendem que o território é formado a partir da síntese contraditória e é produto da luta de classes na sociedade.

No segundo capítulo, abordamos a Amazônia num aspecto geral, enfatizando-a enquanto fronteira de recurso socioambiental, devido às construções internacionais (BECKER, 1991; GONDIM, 2007; PADRO JR., 1961); e discutimos sobre como o ideário de “modernização” e de integração da Amazônia – em vários estágios – tem suscitado, em contrapartida, reações dos povos que tradicionalmente a ocupam, a fim de compor novas formas de estratégias de defesa de seus territórios (LITTLE, 2002).

Diante disso, discorreremos sobre o processo de ocupação do município do Acará-PA (*locus* de nosso estudo) que data no século XVIII, e sobre a presença e ocupação de negros escravizados na região (MARIN, 2000); bem como mencionamos revoltas populares como a Cabanagem, entre o final do século XVIII e início do século XIX, composta por camponeses, escravizados e indígenas que não estavam satisfeitos com a concentração de terras nas distribuições de sesmarias, nem com o elevado número de escravizados levados para a região, tampouco com a tentativa de escravização dos indígenas. Esse cenário de insatisfação foi marcado pela Revolta Cabana, de base social, na qual o município do Acará teve grande importância (LIMA, 2004; 2007; 2009; LIMA, 2008; 2016; RICCI, 2006). Com essa historicidade, o desenho fundiário local desse município é de base concentradora, mas os sujeitos postos à margem lutam para nele construir sua territorialidade, bem como lutam por sua autonomia, identidade e controle de seus territórios (ALMEIDA, 2002; CRUZ, 2011; LEITE, 2000; LITTLE, 2002).

No terceiro capítulo, tratamos sobre os incentivos brasileiros para a produção do agrocombustível (em particular, sobre a produção de biomassa com o dendê), os incentivos à pesquisa voltados para esse setor e a importância da Embrapa para a expansão do dendê na região Norte (BRASIL, 2006; EMBRAPA, 1996). E, em seguida, discorreremos sobre a expansão do dendê no estado do Pará que se fortalece com os incentivos governamentais; também analisamos os principais municípios onde ocorre a expansão dessa oleaginosa no estado (IBGE, 2012; 2016; 2018), bem como analisamos a atuação da Biopalma/Vale nesse mercado, visto que é considerada uma das maiores agroindústrias de dendê do país. Não obstante, a expansão do dendê é assentada no discurso da sustentabilidade ambiental – nas políticas de economia verde e de baixo carbono –, embora também proporcione processos de acumulação por espoliação (CORNETTA, 2017; FÓRUM CLIMA, 2010; HARVEY, 2004; UNMUBIG, 2014).

Ainda no terceiro capítulo, além das questões climático-ambientais em que o agronegócio se apoia, desenvolvemos a ideia de que esse se associa cada vez mais às políticas

de aquisição e investimentos de terras agrícolas sob o chamado fenômeno *land grabbing* (BORRAS JR. et al., 2012; CASTRO; HERSNAW; SAUER, 2017; COTTULA, 2012; FLEXOR; LEITE, 2017; MCMICHAEL, 2012; SAUER; LEITE, 2012; SOUZA, 2016; 2017). Tratamos, ainda, de analisar os reflexos da aliança entre a expansão da *commodity* do dendê e a aquisição de terras no município do Acará ao investigar o comportamento dos preços de terras com o avanço dessa oleaginosa, com base em dados da Agrianual de 2001 a 2018, bem como a influência do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) nesses mesmo anos.

Assim, no quarto capítulo, explanamos sobre a caracterização do território quilombola, as formas de organização das comunidades – especificamente as comunidades de Vila Formosa e 19 do Maçaranduba –, suas formas de organização comunitária, as organizações do trabalho familiar na terra, as práticas de solidariedade, vizinhança e realização de mutirões. Analisamos também a relação da Biopalma/Vale com o território quilombola: as tensões provocadas no cotidiano dessas comunidades, a partir da expansão do agronegócio do dendê, se referem às questões fundiárias e de ordem socioambiental, pois esse agente externo possui uma ótica diferente de olhar para a terra em comparação à lógica dos sujeitos camponeses de origem quilombola, os quais veem a terra como meio de trabalho e não como terra de negócios, como é tratada pelo agronegócio do dendê. Diante dessas tensões e choques, analisamos como esses sujeitos se reinventam na defesa de seu território e de seu modo de vida.

Ressaltamos que, no plano teórico, utilizamos a diferenciação conceitual entre “terra de trabalho” e “terra de negócio”, de Martins (1980), e a visão de Chayanov (1974) acerca do campesinato, como uma unidade econômica de produção e de consumo, para explicar as relações de produção encontradas nas comunidades e a maneira que se organizam. Por outro lado, utilizamos os pressupostos de Woortmann (1990) para irmos além das questões de organização econômica e familiar desses sujeitos, pois também compreendemos que o campesinato pode e deve ser visto sob a ótica da singularidade simbólica que o permeia, isto é, da sua *campesinidade*: um universo ligado a uma ética camponesa, ordem moral baseada no tripé “terra, trabalho e família”.

Partimos do pressuposto que a expansão capitalista no campo cria alternativas que sustentam o campesinato a partir da sua subordinação ao sistema, como por meio da produção camponesa inserida na reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 1995). Em outras palavras, o campesinato não desaparece com o avanço das relações de produção capitalistas, mas se recria por meio das contradições desse mesmo sistema e de alternativas de resistência.

Nesse sentido, procuramos demonstrar que: o processo de expansão do agronegócio do dendê, na dita busca pela energia renovável que é vendida sob o marketing de sustentabilidade,

se apresenta alicerçado ao uso exaustivo de solos e de cursos d'água locais, recursos finitos e vitais. Por isso, essa produção é um vetor de profundas violências aos povos que, por gerações, ocupam esse território e vivem na/da terra. Desde 2007, momento de maior avanço do dendê na região, esses interesses distintos passaram a dividir o mesmo território e a entrar em conflito, como veremos a seguir.

1 TERRITÓRIO

1.1 TERRITÓRIO NA VISÃO HISTÓRICA DE MANEIRA SINTÉTICA

Partimos da questão inicial de que é intrínseco à sociedade, à comunidade, ao indivíduo e/ou aos grupos sociais estarem inseridos em um contexto geográfico territorial, bem como que as territorialidades são inerentes à condição humana. Isso se dá no sentido da indissociabilidade de uma base territorial, não no sentido de uma dimensão físico-material, área simplesmente, mas que é formada a partir das relações e práticas socioespaciais dos sujeitos, como constructo dessas, estabelecendo esse formato a partir dessas relações ao longo da história, ligadas à questão político-econômico-cultural e entrelaçadas entre si e que dão sentido de apropriação do espaço e de relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

Nesse sentido, para Haesbaert (2012), decretar o fim dos territórios seria determinar o próprio fim da Geografia, dada a ideia de que essa ciência se propõe a refletir a relação e a interação sociedade-natureza; seria, então, esgotar as possibilidades das relações sociais de se reinventarem e resistirem a este processo, pois o autor considera o território como “[...] um constituinte inerente a todo grupo social ao longo de sua história” (HAESBAERT, 2012, p. 82-83).

A ideia e a teorização de território são tratadas também em outras áreas do conhecimento além da Geografia, dada a amplitude do conceito que aborda as questões da espacialidade humana. Assim, para a Ciência Política, o conceito refere-se, sobretudo, às relações de poder entre Estados; para a Antropologia, ele é construído a partir das relações simbólicas nos estudos das sociedades urbanas e rurais; enquanto que a Economia foca na dimensão locacional enquanto potência produtiva que abrange o território; já na Sociologia, destaca-se a ideia de suas intervenções nas relações sociais de maneira ampla; a Psicologia debate a construção de território a partir da subjetividade; a Geografia, por sua vez, concebe a sua construção por meio de múltiplas dimensões associadas às relações sociedade-natureza (HAESBAERT, 2012).

Haesbaert (2012) agrupa as diversas concepções de território no que ele considera serem quatro as principais vertentes/dimensões: 1) política: relacionada à ideia de controle de um espaço exercida por um determinado poder que, na maioria das vezes, advém do controle político do Estado; 2) cultural: na qual o território é visto como produto da valorização simbólica das relações sociais vividas; 3) econômica: que analisa o território na dimensão de fonte de recurso; e 4) natural: que enfatiza principalmente o comportamento “natural” dos seres humanos em relação ao seu meio físico, enfatizando relações entre as sociedades com a natureza.

Além da distinção entre essas principais concepções, Haesbaert (2012) também apresenta, de maneira mais ampla, a seguinte concepção de território:

- a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão de que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta à problemáticas que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas.
- b) o binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social histórica (como relação); ii. Sua historicidade geográfica, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s). (HAESBAERT, 2012, p. 41).

Com isso, Haesbaert (2012) divide as concepções de território em materialista, idealista, integradora e relacional, mostrando que essas divisões meramente analíticas, muitas vezes, dialogam entre si – posto que, para o autor, seria arbitrário dividi-las de maneira totalmente separadas. Assim, elas aparecerão ao longo da construção histórica de acordo com a postura filosófica de cada pesquisador, de seu eixo de análise e da problemática a ser respondida.

Na perspectiva materialista, o território é dividido entre as concepções: 1) materialista naturalista, 2) econômico-materialista e 3) jurídico-política.

Na primeira, Haesbaert (2012) chama atenção para a concepção materialista-naturalista de território, na qual relaciona a territorialidade animal à territorialidade humana, sendo esta uma extensão do comportamento animal. Contudo, o autor foge de conclusões inadequadas que, por vezes, tentam justificar ações agressivas e/ou necessidades “biológicas” humanas associadas ao “instinto animal”, isto é, de uma suposta territorialidade humana instintiva sob a lógica do “poder natural das coisas”. Para o autor, é temerário relacionar o comportamento territorial animal ao comportamento humano, assim como, em outro extremo, negligenciar a relação sociedade-natureza em uma visão antropocêntrica na tentativa de fuga do “determinismo ambiental” da concepção naturalista-materialista.

Na segunda concepção, a ideia de território como recurso, controle, uso e/ou acesso também é vista sob a ótica da concepção de território como fundo econômico-materialista, em que fenômenos e recursos naturais exercem forte influência sobre a vida social². Já no campo

² Essa influência da dimensão econômica na construção do conceito de território na Geografia pode ser encontrada nos estudos de Milton Santos, já que para ele: [...] o ‘uso’ (econômico, sobretudo) é o definidor por excelência do território. Na defesa de uma abordagem geográfica integradora e ‘totalizante’, Santos utiliza a controvertida expressão ‘território usado’ [...] ao definir o espaço geográfico – que, como vimos, pode ser sinônimo de território (ou pelo menos de território usado) – como interação entre um sistema de objetos e um sistema de ações [sinônimo de espaço humano], Santos explica a base materialista de fundamentação econômica em seu trabalho. (HAESBAERT, 2012, p. 58-61). Assim, em Santos, “território usado” seria sinônimo de espaço. O autor dividiu, ainda, o território como recurso e o território como abrigo, visto que o território usado é um recurso para os agentes

das questões políticas (terceira concepção), o vínculo tradicional do território se associa aos fundamentos materiais do Estado.

Dito isso, Haesbaert (2012) acrescenta que em alguns momentos essas concepções se cruzam, visto que:

[...] a distância de uma visão naturalista de território e uma abordagem política nem sempre claramente foi estabelecida. Correntes teóricas materialistas fundamentadas em analogias com as Ciências Biológicas fizeram pontes às vezes inusitadas entre as construções políticas e biológicas do território. Ao reivindicar para a sociedade do direito “natural” a um espaço ou mesmo à propriedade privada da terra, tornando um direito quase dever, na medida em que corresponderia ao “espaço vital” sem o qual não se daria o “progresso” social. (HAESBAERT, 2012, p. 64).

Por sua vez, na perspectiva idealista, o território está relacionado à negação das características físicas do território enquanto elementos para explicar a criação dos significados, entendendo o território mais no sentido “[...] culturalizado e socializado, pois tudo o que se encontra no entorno do homem é dotado de algum sentido” (HAESBAERT, 2012, p. 71). Essa visão seria muito mais desenvolvida pela Antropologia, visto que na Geografia se enfatiza a questão da dimensão material do território. Ainda assim, Haesbaert (2012) pontua geógrafos como Bonnemasion e Cambrèzy que abordam o conceito a partir de relações ideal-simbólicas (nas sociedades tradicionais), em que a ideia de pertencimento ao território acarreta um entendimento cultural de identificação, ou seja, o território seria como um construtor de identidade.

Outro debate elencado por Haesbaert (2012) é o entendimento do território sob as bases integradoras das diferentes relações sociais. Nela, como o seu nome já sugere, o território não se limita a um sentido estritamente natural, econômico, político ou mesmo cultural. Uma vez que a abordagem antropológica do conceito se refere ao sentido etnológico, caberia a Geografia a superação setorial das visões naturalista, econômica e política, no sentido de torná-lo um conceito integrador e indispensável à contextualização histórica.

A concepção integradora de território caberia ainda em três perspectivas: a) a das relações homogêneas de poder; b) a de rede em movimento e conexão; e c) a do território como um híbrido que contém uma dimensão multiescalar, “[...] seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural)” (HAESBAERT, 2012, p. 77).

Por último, temos o aspecto relacional do território: o autor tem o cuidado de discorrer sob alguns desses aspectos, visto que o conceito pode ser “[...] construído a partir de uma

hegemônicos a fim de realizar seus interesses; por sua vez, o território usado como abrigo estaria ligado a “atores” hegemônicos, que buscam se adaptar ao meio geográfico, garantindo sua sobrevivência (HAESBAERT, 2012).

perspectiva relacional do espaço [e] é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou, de modo mais estrito, para muitos autores, de relações de poder” (HAESBAERT, 2012, p. 80).

Assim, os materialistas cujas abordagens são predominantemente mecanicistas consideram o território em uma dimensão restrita a uma base espaço-material onde a sociedade se reproduz; já na dimensão materialista-dialética³, consideram o território como constructo das relações sociais, sendo um agrupamento dessas relações – aspecto este em que nos debruçamos. O território relacional seria, então, dotado de fluidez e movimento.

Posta a importância do conceito de território para a Geografia e as suas distintas concepções e construções ao longo do pensamento geográfico, veremos brevemente a seguir, esses percursos distintos primeiro em Ratzel sob a visão de Moraes (1990), em seguida com Raffestin (1993), posteriormente em Haesbaert (2012); e, por fim, veremos as concepções com a qual nos alinhamos analiticamente, baseada nos trabalhos de Fabrini (2011), Tomiase (2008), Souza (2009) e Oliveira (2007). Esclarecemos ainda que não trataremos aqui sobre a ideia da existência ou não de uma desterritorialização posta – ou não – pelos autores, mas sim, dialogaremos com suas conceituações de território, ou seja, como eles definem o território ao longo da construção geográfica, posta a amplitude desse conceito e diferentes perspectivas.

1.2 TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA

Dada as diversas abordagens em relação ao conceito de território construídas ao longo do tempo na ciência geográfica, ele foi utilizado e estudado com maior ênfase pelas ciências humanas desde a década de 1960⁴. Nesse período, ainda predominavam os estudos quantitativos na geografia, preocupados com uma leitura física do espaço, de maneira que as ações naturais eram percebidas, ainda, como fortes influenciadoras do desenvolvimento da sociedade. Os primeiros debates geográficos acerca do território baseavam-se numa perspectiva dos estudos dos indivíduos, e foram pensados a partir das relações do reino animal associados a uma visão behaviorista, com bases conceituais que envolvem a territorialidade humana e a territorialidade animal, abordagem muito criticada posteriormente (MORAES, 1990).

A começar por Ratzel, geógrafo alemão que dedicava seus estudos aos problemas humanos, o pensamento geográfico se manifestava sob a ótica do positivismo. Seu campo de

³ Haesbaert (2012) aponta também que dentro do materialismo dialético há divergências, visto que há quem considere o substrato físico do território como uma espécie de base/palco das relações sociais e históricas; e há “[...] aqueles que colocam este substrato físico como mediador, componente fundamental ou até mesmo determinantes dessas relações” (HAESBAERT, 2012, p. 80).

⁴ Haesbaert (2012) também aponta a importância da Biologia e Antropologia ao longo do século XIX e XX.

pesquisa vai englobar a antropologia e a política e, posteriormente, influenciar os estudos sobre a geopolítica de Mackinder e Haushofer, tendo, assim, um projeto teórico interdisciplinar preocupado com as questões mundiais da humanidade.

O pensamento ratzeliano definia que as condições naturais influenciavam e exerciam um papel sobre a humanidade; assim “[...] a diversidade das condições ambientais explicaria, em grande parte, a diversidade dos povos, pois o substrato da humanidade seria a terra onde a sociedade se desenvolveria em íntimo relacionamento com os elementos naturais” (MORAES, 1990, p. 9). Essa conotação se dá pelo fato de que o território está vinculado a uma ideia física e isso acontece desde suas origens, na etimologia da palavra (HAESBAERT, 2012). Outro campo de sua investigação era a difusão dos povos sobre o espaço, visto como indispensável à vida humana. Nesse sentido, é por meio do conceito de espaço vital⁵ que o autor concebe o conceito de território.

O território para Ratzel seria uma parte/porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, e por conta do autor ter certo apressado pela biologia, seu conceito é interpretado como posse/domínio de uma dada espécie animal e vegetal. Dessa forma, o território seria essa posse, e por meio dele adviria a identidade, sem a qual não se pode deixar de pensar a existência do Estado.

Nessa concepção, território e Estado seriam um organismo, já que mesmo o Estado mais simples não pode ser pensado sem seu território e, sem este, seria difícil compreender o desenvolvimento estatal, da mesma maneira que não se estabeleceria a sua potência e solidez. Em síntese, o solo (espaço) seria a base desse organismo, ligando ambos. Como explica Moraes (1990, p. 74):

[...] nos encontramos diante de um organismo que estabelece com o solo [espaço] uma ligação mais ou menos durável, em consequência da qual o solo [espaço] exerce a sua influência sobre o organismo e aqueles sobre este. Quando se trata de um povo em via de incremento, a importância do solo pode talvez parecer menos evidente; mas pensemos, ao contrário, em um povo em processo de decadência e verificar-se-á que esta não poderá absolutamente ser compreendida, nem mesmo no seu início, se não se levar em conta o território. Um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número mas ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começar a perder uma parte do território, esse é sem dúvida o princípio de uma de cadência futura.

Nesse sentido, a tarefa do Estado seria a de proteger o seu território contra possíveis violações externas que pudessem reduzi-lo. A tarefa do território, por sua vez, seria de produzir alimento e abrigo.

⁵ Segundo Moraes (1990), espaço vital seria uma necessidade territorial da sociedade, tendo em vista o equilíbrio entre a população e os recursos naturais, mediados pela capacidade técnica. Assim, para Ratzel, para uma determinada nação se desenvolver, ela teria que buscar novos territórios, para então obter novos recursos.

Em meio a muitas variações que se sobrepõem, a relação entre sociedade e território continua sendo sempre determinada pelas suas necessidades de habitação e de alimentação. A necessidade de habitação é a natureza tão simples que em qualquer época estabeleceu entre o homem e o solo [espaço] as mesmas relações. [...] A alimentação representa a necessidade mais imperiosa tanto para o indivíduo como para a sociedade, pois as obrigações que impõe tanto a esta quanto àquela precedem de todas as outras. (MORAES, 1990, p. 74-75).

Sobre o papel do Estado, continua:

Se o território é desfrutado apenas temporariamente, a propriedade que se mantém aí é também temporária. Quando mais sólido se torna o vínculo através do qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade ao solo [espaço], tanto mais se impõe a sociedade a necessidade de manter a propriedade de seu território. Diante deste último, a tarefa do Estado continua sendo em última análise apenas: a da proteção. (MORAES, 1990, p. 75-76).

Essa premissa indica margens da justificativa e necessidade de expansão territorial e desenvolvimento, necessitando sempre de uma área maior para ocupar. Tal perspectiva ratzeliana de território influenciou estudos posteriores na geografia, ganhando força por meio de disputas geopolíticas.

Esse seria o campo do território do espaço vital de Ratzel, o qual desenvolve questões políticas, posto que o território se associa aos fundamentos materiais do Estado, mas também se mescla no desenvolver de questões biológicas (natural, física). Mesmo que o autor não o tenha reduzido ao determinismo, pode-se dizer que ele se apoiou nas questões da natureza biológica dos seres humanos na defesa de suas reflexões, além de se aproximar também da visão materialista-econômica ao defender a ideia de território como fonte de recurso a partir do espaço vital. Percebemos, então, que Ratzel não focaliza em uma concepção restrita e materialista do território (HAESBAERT, 2012).

Posteriormente, o território veio ganhando outro sentido para explicar de maneira mais abrangente as questões envolvidas a este conceito na Geografia.

Raffestin (1993), um geógrafo francês que tem bases de influência nos estudos foucaultianos, optou por uma abordagem mais homogênea do território, fazendo críticas às concepções ratzelianas, situando-as em uma corrente de pensamento naturalista e sociológico, na qual o autor alemão iniciou uma tendência nomotética na geografia.

Raffestin, diferentemente, rompeu com a geografia clássica, por ele denominada como uma “geografia do Estado”, propondo novas formas de se debruçar sobre o conceito de território.

Primeiro, Raffestin (1993) afirma que a fonte do poder advém da população, sendo esta o próprio fundamento do poder devido a sua capacidade inovadora, relacionada ao seu potencial de trabalho. Ainda nesse sentido, o autor entende que o espaço é anterior ao território, pois é a

partir do primeiro que o segundo pode ser criado, por meio da projeção de trabalho (energia e informação) – o que conseqüentemente vai revelar relações de poder.

Assim, o território não é propriamente o espaço. Ambos são coisas distintas. Em síntese, o espaço é um apoio para o território, uma realidade inicial que se realiza da segunda forma quando alguém ou algum grupo apropria-se a partir das relações que o envolve e se inscreve no campo de poder.

Na abordagem do autor francês, compreende-se o poder como algo relacional e multidimensional, em que sempre há a existência de energia e informação – esta seria constituída por mensagens e a aquela seria mais limitada e divisível. Assim, o poder seria pertencente a todos e não somente ao Estado. Importante esclarecer que na ótica de Raffestin (1993) o espaço é *a priori*, e a partir dele, o homem age por meio de seus interesses, transformando-o em território e modificando-o de acordo com suas necessidades e/ou ambições:

Não se trata pois do “espaço”, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação. (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

O espaço seria então um campo de possibilidades, de ações e das relações de poder:

Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma "produção territorial" que faz intervir tessitura, nó e rede. É interessante destacar a esse respeito que nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação. [...] Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações. (RAFFETIN, 1993, p. 150-151).

Assim, o autor irá apontar que a superfície seria a tessitura, os pontos seriam os nós e as linhas as redes. Essas seriam as ações orientadas no espaço por agentes de acordo com seus objetivos, sendo que esses três sistemas (tessituras, nós e redes) permitem a formação dos territórios, orientados por diversas esferas, seja por meio dos indivíduos e/ou do Estado. De forma mais específica, os pontos procuram manter relações entre si, o que propicia a formação das redes para assegurar a comunicação.

Raffestin (1993) também esclarece que as imagens territoriais irão revelar as relações de poder, explicando que estas irão passar por diversas organizações, assumindo assim que o território é produzido por todas as escalas de agentes sociais, reproduzindo diversas relações de

poder – claro que de acordo com suas intencionalidades e objetivos. Com isso, o autor assume uma vez mais que todos nós somos construtores de diversas relações de poder e que o sistema territorial é produto e meio de produção. Nessa perspectiva, o território seria construído a partir das relações sociais no espaço ao longo do tempo.

Haesbaert (2012) argumenta que em Raffestin a noção de poder é ampla, no sentido de que acrescenta a natureza simbólica e econômica do poder, o que também torna a noção de território ampla, visto que o território para Raffestin (1993) é um espaço socialmente produzido e imbricado de significados contidos no campo do poder.

Entre as diversas concepções de território já citadas, a relativa à dimensão política é a mais difundida, e Raffestin é considerado como um autor significativo para a Geografia por sua ligação a esse enfoque político, “[...] mas que não restringem a dimensão política ao papel do Estado, nem ignoram a interação com as dimensões econômica e cultural da sociedade” (HAESBAERT, 2012, p. 83).

Haesbaert (2012), de sua parte, conduz seu discurso com base nas perspectivas de Sack e Raffestin. Com isso, constrói sua definição conceitual a partir de uma visão relacional de espaço, visto dentro de relações socio-históricas, bem como de poder.

O autor adota o conceito de território a partir de uma abordagem integradora, ou seja, que oferece às dimensões políticas, culturais e econômicas igual importância. Para ele, se territorializar significa:

[...] criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo. (HAESBAERT, 2012, p. 97).

A tese principal desenvolvida no seu livro baseia-se na afirmação de que a sociedade não pode viver sem território, desmistificando um processo de desterritorialização “absoluta”, defendido por outros autores. Assim, Haesbaert mostra como a sociedade e o espaço social são dimensões diretamente interligadas, e provoca-nos a pensar que, se houvesse o “fim do território”, a sociedade e as suas formas de agrupamento teriam se esvaído como um processo respectivo e/ou associado ao fim territorial.

O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição do território não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. Território, visto aqui numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. (HAESBAERT, 2012, p. 16).

Haesbaert (2012) esclarece então que, diferente das afirmações apressadas de alguns analistas, os processos de desterritorialização constituem na verdade uma intensificação da territorialização, normalmente enquanto uma “multiterritorialidade” (presente em um ou vários territórios), mesclando diferentes modalidades territoriais, já que a desterritorialização de um sujeito ou grupo social é sempre acompanhada da sua posterior territorialização em outro espaço.

Ainda segundo Haesbaert (2012), o território sempre carregará uma dimensão simbólica e material, o que para muitos autores é difícil de encontrar nas práticas sociais, conforme sugere sua abordagem “integradora”. No entanto, as relações que envolvem conjuntos de outras esferas apontam debates relevantes, como na função de uma segunda perspectiva, relativa ao âmbito integrador dos territórios, como mencionamos.

Oliveira (2007), de sua parte, pensa o território como um conceito principal de sua análise, sobretudo pelo fato da disputa pelo seu controle (em sua dimensão real) estar presente em toda história do Brasil. O autor remete o conceito à criação da lei de terras de 1850, a qual bloqueou o acesso às terras aos escravos por conta de sua libertação, forjando a negação a terras primeiro aos índios, e em seguida aos escravos, que agora libertos viam-se sem o direito e o poder aquisitivo para reclamar o seu acesso, transformada em mercadoria. Nessa ótica, Oliveira (2007) entende a história do Brasil imbricada na luta pelo controle territorial, residindo aí a sua importância enquanto conceito chave à geografia agrária. Forja-se então a síntese contraditória do território, sendo este produto das lutas de classe na e da sociedade.

Na minha concepção de território parto de que este deve ser apreendido como síntese contraditória. Isto quer dizer, como totalidade concreta do processo do modo de produção, distribuição, circulação e consumo, ou seja, suas articulações, mediações supra-estruturais, políticas e ideológicas, simbólicas, em que o Estado desempenha um papel de regulação. O território é assim o produto concreto das lutas de classe travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência. (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

Assim, a luta de classes que se manifesta pelo controle efetivo do território é o princípio teórico para o entendimento da realidade social (OLIVEIRA, 2007), e é por meio dessa ótica, e inspirado também nas análises de Fabrini (2011), Tomiase (2008), Souza (2009) e Oliveira (2007), que desenvolveremos nossos estudos, pois acreditamos que a luta dos movimentos sociais ao acesso à terra e a seus bens comum é antes de tudo uma luta por um direito legítimo e constitucional.

Acerca da questão histórica da luta pela terra e território, Oliveira (2007) a define como intimamente ligada à estruturação fundiária brasileira, extremamente concentrada e que não corresponde a uma sociedade democrática que cumpre as suas leis, já que quando seu “dono”

não a faz produzir, ou quando não respeita as leis ambientais e trabalhistas, por lei, essa terra deveria ser posta à distribuição e reforma agrária, pois não cumpre a sua função social. Contudo, como Oliveira (2007) bem acentua, é justamente diante do fato de que nossa sociedade não cumpre as suas leis que nascem os movimentos sociais. Assim, o autor entende que estes são os grandes responsáveis pela luta e pela ainda pouca reforma agrária realizada em nosso país, e todo esse processo perpassa pela formação e reprodução do campesinato brasileiro.

Fabrini (2011), em particular, reconhece várias interpretações de territórios, enfocando o conceito em sua perspectiva econômica, simbólica-imaterial, cultural e política. O autor também o entende nos preceitos contraditórios das relações sociais de produção, assim:

[...] o território formado a partir das contradições sociais se constitui numa força capaz de potencializar a resistência camponesa à ordem dominante, imposição de oligarquias, opressão e poder das forças mercadológicas. Nesse sentido, o território pode ser interpretado como resistência e possibilidade de ampliação das lutas contra esquemas de dominação e subordinação engendrados na sociedade capitalista. (FABRINI, 2011, p. 102).

Ainda:

[...] o território pode ser interpretado como um trunfo para negar os esquemas de produção de mercadoria e relações competitivas, potencializando as forças sociais de resistência. Por isso, a compreensão do território deve ser feita a partir dos diferentes interesses, conflitos e contraditórios expressos na dimensão de classes, uma vez que é a partir da sociedade de classes que se forma o território e não necessariamente deste que se formam as classes. (FABRINI, 2011, p. 111).

Assim, entendemos o território como uma síntese contraditória das relações sociais e da totalidade capitalista nas suas fases de apropriação, produção, distribuição, circulação e consumo. Sendo o território um produto da luta de classes, ele não é um mero “palco” ou receptor das dinâmicas da sociedade, tampouco é mero reflexo destas, mas se configura enquanto contradição social nas relações de poder diante da condição do processo de reprodução social (FABRINI, 2011; OLIVEIRA, 2007; PRIETO, 2014; SOUZA, 2009).

Para Pietro (2014), essa condição de reprodução social resulta em territorialidades distintas e conflitivas, por resultarem de interesses igualmente distintos, pois nesses “[...] processos de territorialização das classes sociais, lutas de classe no/pelo/a partir do território são vividamente explicitadas em conflitos que se acirram nos movimentos de produção e reprodução do capital” (PRIETO, 2016, p. 50).

Ao interpretar a resistência camponesa, Fabrini (2011) aponta que as lutas do campo se alimentam da força do território, sendo este a base que emana energia para os movimentos sociais, já que os conflitos não são somente sociais, mas também territoriais. Assim, esses sujeitos se organizam em torno de movimentos sociais resistindo a projetos

desenvolvimentistas, estando pautado em um modo de vida não capitalista, possuindo autonomia sobre sua terra.

Dessa forma, percebemos que um espaço em particular pode ser objetivado segundo diferentes lógicas. Comunidades tradicionais e populações que vivem em terras de uso comum expressam nas práticas produtivas suas existências, bem como revelam saberes adquiridos em suas relações com a natureza. A terra de trabalho é então formada pelos saberes, onde as relações desses dois elementos constituem-se como vitais para a autonomia de produção e reprodução, revelando a conexão desses grupos com os meios em que vivem e os saberes herdados de outras gerações (ALMEIDA, 2004; CASTRO, 1998). Já para outros agentes, o mesmo espaço pode ser apropriado por meio de uma racionalidade estritamente econômica, por meio de uma agricultura amplamente mecanizada. Nessa diferenciação, o território é visto como um espaço em disputa entre a classe hegemônicas na busca pelo monopólio e na classe camponesa, onde observamos aspectos de sua vida pautados no espírito de solidariedade, vizinhança, produção de subsistência, ajuda mútua, características estas de um modo de vida não capitalista.

Sendo assim, Prieto (2016) expõe que a formação da propriedade privada da terra resulta em intensos conflitos entre povos tradicionais, latifundiários, grandes empresas, etc. São tensões reverberadas e consolidadas no processo da formação de grandes latifúndios usurpadores de terras públicas, os quais se afirmam seja por meio da violência – ao contratarem pistoleiros ou por meio da esfera pública quando se utilizam de aparatos do próprio Estado em favor dos latifundiários – ou mesmo por meio de políticas públicas de financiamentos agrários. Dessa forma, pelo fato de todo território ser formado a partir das contradições sociais através do espaço-tempo, a estrutura na qual se expressa atualmente tem seus processos fundamentados na história.

Por meio da diferenciação e confronto entre as relações de domínio do espaço entre camponês e capitalista é que o território se construirá por meio de contradições sociais, já que nas relações camponesas, o território é visto sob a perspectiva de autonomia total de seu modo de vida, e para as relações capitalistas como um modo de apropriação da terra para se extrair renda e lucro, “Por isso, há que se abordar e compreender o território como uma construção social sujeita aos interesses de classes, como dos latifundiários e camponeses” (FABRINI, 2011, p. 110).

Souza (2009) também aborda o território à luz das relações sociais relativas às diferentes relações de poder. O território se expressaria por meio de quatro elementos: 1) as relações de poder produzindo efetiva existência territorial; 2) os símbolos culturalmente disponíveis; 3) as

normas organizativas, criadas para colocar em evidência o sentido dos símbolos; e 4) a identidade subjetiva, que constrói e consolida uma representação sobre o território. Assim, segundo a sua concepção, é necessário refletir o território como uma construção social, sujeita a interesses e contradição das classes sociais.

Paulino (2008), nesse sentido, enfatiza que as relações sociais não são homogêneas ou tampouco harmônicas, pois advêm de interesses distintos, segundo os objetivos das diferentes classes sociais. Dito isso, ela esclarece que cabe ao pesquisador se posicionar cientificamente em seu recorte metodológico, de acordo com sua convicção e posição diante dessas distintas classes. Assim, para a autora, a produção do território é posta sobre o fazer, já que o fazer – da participação e reprodução social – é o lugar onde as classes se definem.

Portanto, as lutas sociais são inerentes ao território porque ele é produto direto das lutas de classes. No tocante a questão das lutas camponesas e a problemática da terra, Paulino e Almeida (2010) acentuam que há uma constante luta por território entre a classe camponesa e de latifundiários:

A permanência da questão camponesa no mundo moderno carrega consigo a problemática da terra e do território no capitalismo. Por conseguinte, não é possível falar em camponês sem fazer referência a esse debate, pois a terra, em disputa, se transforma em território e continua desempenhando papel *sui generis* no capitalismo. É um bem finito, não pode ser reproduzível à vontade, mesmo tendo nela inserido o trabalho. Portanto, por mais que estejamos vivendo em um mundo urbano-industrial, com modernização agrícola, a terra continua sendo motivo de disputas e mortes. De um lado, a classe daqueles que usam a terra para extrair renda e lucro, e produzir dominação política; do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver. O resultado tem sido um território em disputa! (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 16).

Com relação à consciência de classe, observamos que ela acontece no momento em que a classe em si se une e se organiza em torno de um objetivo comum de lutar contra outra classe. É o momento no qual se cria a consciência de antagonismos, de posições opostas, de interesses entre classes e como resposta reage-se às adversárias, sendo no processo de luta que se descobre enquanto classe:

Concordamos com Thompson quando ensina que atribuir o termo classe a um grupo privado de consciência de classe é anular a classe como categoria histórica, construída ao longo do tempo pela regularidade de resposta das pessoas em situações análogas, uma vez que é no decurso de tal processo de luta que se descobrem a si mesmas como uma classe, vindo a assumir a consciência de classe. Desse modo, a formação da classe e da consciência de classe traduz-se em face de um mesmo processo. Acreditar no contrário é criar um modelo de desenvolvimento da classe por etapas, em que a consciência seria uma espécie de derivação da etapa superior da classe. Estamos, portanto, concebendo o campesinato como classe com consciência de classe. No entanto, uma consciência de classe que se expressa por meio da ambiguidade em virtude de que o camponês vive uma dupla e contraditória situação: é proprietário e trabalhador. Essa ambiguidade, no entanto, não representa um fim em si mesmo. Ao contrário, ela pode ser superada, pois a história tem mostrado que a permanência de traços conservadores e também radicais na ação do campesinato abre possibilidades

para a luta anticapitalista quando este se vê claramente numa situação de oposição ao capital. (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 29).

Compreende-se a noção de classe em seu processo ativo do fazer ao mesmo tempo em que existe certa afinidade e identidade entre seus pertencentes, resultado de suas experiências em comum dentro do grupo. Em outras palavras, a classe acontece no momento em que se realiza a ação humana, pois ela se dá em um processo ativo no qual um grupo social se colocam em oposição a classes sociais que diferem de seus interesses (PRIETO, 2016).

Nessa ótica, para não desaparecerem mediante as pressões capitalistas no campo, os camponeses se articulam enquanto classe, se opondo à expansão territorial capitalista sobre suas terras, reagindo e denunciando as diversas violências, materiais e imateriais que tentam destruir seu modo de vida. Nesse momento a consciência de classe revela para si e para as outras classes seu posicionamento na luta, bem como sua posição contra formas de produção capitalistas que venham pressionar seu território (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Assim, de acordo com essas reflexões, entendemos o campesinato enquanto classe social dentro do capitalismo, a qual luta para manter a reprodução de suas relações sociais e de produção (PRIETO, 2016).

Assim, o controle territorial é indissociável das lutas de diferentes classes sociais, e nessa luta, os grandes proprietários de terras se utilizam no/do aparelho do Estado para revelar a sua hegemonia, não à toa temos uma bancada ruralista no parlamento, de grande influência na promoção dos seus interesses (PAULINO, 2015) em prol da classe hegemônica pelo controle da terra.

No Brasil, desde o controle/herança colonial até os tempos modernos, há a tentativa de alijar os povos originários que tradicionalmente ocupam os seus territórios, seja pela concessão de terras, na época das sesmarias, seja pela lógica capitalista de expulsão – ou da sua forte tentativa – por meio da violência e danos à natureza, bem como pelo aquecimento do mercado de terras e, conseqüentemente, diante do aumento de conflitos e grilagem destas – lógica sob a qual sujeitos se apropriam indevidamente de terras públicas, desmatam e vendem-nas para grandes empresas do agronegócio. Estas, por sua vez, ressignificam a apropriação dessas propriedades segundo a ideia de uma “economia verde”, um produto sustentável, discurso apoiado muitas vezes pelo Estado – que em suas pesquisas, como a do IBGE de 2010, revela que as áreas de cultivos de *commodities* como as oleaginosas, os cereais e os grãos não têm aumentado diretamente o desmatamento na Região Norte (PAULINO, 2015).

Não obstante, a lógica do agronegócio de se apropriar de áreas já desmatadas, implantando uma “monocultura verde”, que se diz “sustentável” ajudando – em teoria – a recompor a cobertura vegetal, se apoia muitas vezes na grilagem de terras públicas, que exerce

esse “papel” do desmatamento, pois é assim que “[...] usurpadores do patrimônio público se constituem em grandes proprietários privados” (PAULINO, 2015, p. 12). Mediante esse contexto, há as perseguições e os conflitos aos povos que tradicionalmente ocupam seus territórios como indígenas, quilombolas e assentados, vistos como “obstáculos” a tais estratégias de apropriação fundiária ilegal.

Prieto (2016), em sua análise sobre o rentismo brasileiro e a questão agrária, pontua que no Brasil o monopólio da propriedade privada da terra se realiza principalmente por meio da grilagem desta e da sua venda para a realização da produção do capital. Isso porque a terra na sociedade brasileira é uma mercadoria que ora exerce a função de reserva de valor, ora de reserva patrimonial. Assim, estaria posta a aliança entre a terra e o capital, na qual o rentismo capitalista brasileiro se fundamenta.

Pelo fato do capital não existir sem a propriedade da terra – pois lhe careceria um elemento para a produção capitalista –, Prieto (2016) delineou como tal modelo transformou a terra em propriedade privada, a qual pode ser utilizada como reserva de valor, além de ser reserva patrimonial. Isso permite que a terra seja usada como garantia para acesso a créditos públicos, bem como para incentivos fiscais e domínio político local.

Essas características possibilitam o avanço capitalista sobre a terra no sentido rentista e de produção; e já que a terra é tida como reserva de valor e patrimonial, são possíveis de se realizar nas duas escalas a partir do momento em que a terra se transforma em propriedade privada. Prieto (2017) argumenta que no caso capitalista brasileiro, a terra tem um caráter concentrador e isso faz a propriedade privada da terra centralizar os aspectos patrimonial e rentista: “Neste caso, no Brasil, prevalece a condição de reserva patrimonial, quando a propriedade privada da terra é tomada como garantia financeira para acesso ao mercado de capitais, através de sua hipoteca” (PRIETO, 2017, p. 2).

O caráter da terra como reserva patrimonial e de valor é marcado pela atuação do Estado capitalista por meio de marcos jurídicos. É com isso que se instaura o conceito de propriedade privada da terra, o qual distingue a questão da posse e da propriedade, mecanismo criado pelo capitalismo que normatiza a titulação por via jurídica como forma de garantir o domínio desta. Nesse caso, a posse estaria no âmbito da relação entre as pessoas e a terra e a propriedade estaria preocupada em dominar via titulação; com isso, o poder normativo da época priorizava os interesses da burguesia e dos donos de terras, transformado a posse em mero domínio e atributo da propriedade.

Esse marco jurídico está expresso na Lei de Terras⁶ de 1850, na qual se estabeleceram novas formas para a estrutura fundiária que diferenciou terras públicas de privadas e postulou a regularização do acesso terras. Assim:

[...] a apropriação privada das terras públicas não é somente decorrente das instituições de leis que abrem brechas e possibilidades para mecanismos de grilagem. Os grileiros de terras produzem antecipadamente estratégias que são referenciadas pelo Estado e pelo Poder Jurídico nas legislações fundiárias de cada período histórico da formação territorial brasileira. As fronteiras entre legalidade e ilegalidade instituídas pelo Estado nos ordenamentos jurídicos são definidas no atendimento aos interesses de monopolização de terras pelos grileiros, visando efetivar seus processos de constituição como classe de propriedade de terra [...] a criação da Lei de Terras se articula no processo de procurar novas soluções para os problemas colocados pelos desafios da modernização da sociedade, sobretudo para a constituição da propriedade privada capitalista absoluta de modo completo, processo que se relaciona com a expansão do modo capitalista de produção e escala internacional (PRIETO, 2016, p. 56-144).

Esses marcos jurídicos produziram a inviolabilidade da propriedade privada e a manutenção da concentração fundiária, e em meio a esse processo, propriedades griladas foram legalizadas no período colonial, como aponta Prieto (2016; 2017). Essa sequência seria então “[...] mediada pelo Estado imperial, entre a formação da propriedade privada e a grilagem de terra. Os efeitos desse processo foram a violência contra os camponeses-possesores, indígenas e as constantes tentativas de expropriação” (PRIETO, 2017, p. 5). Assim, no seio da formação da propriedade privada da terra no Brasil, a grilagem é um elemento constitutivo do Estado Nacional.

Entende-se que até o momento em que a Lei de Terras foi decreta, o principal mecanismo para se obter terras aconteceu por meio da ocupação (posse e grilagem), para além da questão da compra e da herança. Isso proporcionou “[...] a ocupação de novas áreas, pequenas e, sobretudo grandes, foram realizados, sem um instrumento jurídico que regularizasse a ocupação, o que de certo tornava os pequenos possesores e os indígenas suscetíveis a mais violência” (PRIETO, 2017, p. 7). Esses dados foram obtidos a partir de levantamentos de várias denúncias de invasão de terras e propriedades devolutas entre 1822 e 1850, muitas delas terras indígenas que foram transformadas em fazendas, visto que grandes fazendeiros de café ocupavam novas grandes áreas e procuravam legalizá-las de maneira rápida (PRIETO, 2017).

⁶ Momento em que a substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada se tornava emergente, pois se necessitava de força de trabalho para as lavouras. A partir disso, pensava-se em dificultar o acesso a terras aos imigrantes, além da necessidade da elite de criar valor especulativo sobre a terra ao criar este mercado. Para tal, era extremamente necessário garantir o título, pois com ele se legalizaram as terras griladas de qualquer tamanho, além de que concederam terras devolutas contíguas, não havendo a preocupação de restringir as datas de ocupação das terras para legalizá-las (PRIETO, 2016; 2017).

De maneira geral, Prieto (2017) conclui que a Lei de Terras foi:

[...] na letra fria da regulação do Direito Agrário, incorreu na tentativa de converter situações supostamente fáticas - a ocupação legal e garantida pela carta de sesmaria aos concessionários coloniais e as ações de grilagem estabelecidas como posses em situações juridicamente doutrinadas pela normatização da lei instaurada. Todavia, esse argumento incorreu em imprecisão histórica e careceu de aprofundamento e substância jurídica. Pode-se auferir que através da Lei de Terras ocorreu a transformação completa da terra em mercadoria no Brasil, concluindo o processo iniciado na Constituição Imperial de 1824, quando a fez propriedade privada individual, inalienável e transferível a quem não a utilizasse. A Lei de Terras aprofundou, assim, a propriedade privada absoluta no país legalizando diversas formas de apropriação privada e ilegal das terras e dificultando/bloqueando o acesso à terra aos camponeses e escravos no Brasil (PRIETO, 2017, p. 12).

No momento em que a terra passa a ser cativa e não a mais mão-de-obra, ela passa a ser capitalizada, e forma-se uma aliança, pois o latifúndio brasileiro não se tornou um problema para a reprodução capitalista, mas sim uma possibilidade via rentismo de adquirir capital sem produzir, e assim se dá a especulação da terra (OLIVEIRA, 2010; PRIETO, 2016). Assim, a burguesia e os grandes proprietários de terras não entraram em conflito no Brasil, já que a primeira surge do centro do latifúndio, o qual advém da concentração da terra e cuja manutenção é a questão pujante de sua existência (PRIETO, 2016).

O rentismo à brasileira seria formado, então, pela tríade da formação da propriedade privada da terra e de seus proprietários, pela grilagem de terra e pela produção do capital. Desse modo, compreender a formação territorial do Brasil é entender que a luta de classe é um dos elementos primordiais da formação das frações de territórios que expressam as contradições sociais no campo; por isso, deve-se olhar com cuidado para os discursos que tentam “justificar” a apropriação/colonização de terras sob os slogans da “ordem”, do “progresso” e do “desenvolvimento econômico”, tal qual vimos no período da ditadura militar – que marchou em direção à Amazônia sob o discurso de “terra sem homens para homens sem terra”. Por meio de várias estratégias do Estado ditatorial, as terras amazônicas foram griladas e legalizadas, formando grandes latifundiários ao mesmo tempo em que se expropriou e/ou gerou conflitos entre povos tradicionais da região e grileiros (PRIETO, 2016).

Oliveira (2010) destaca que, na década de 1960, mais de 28 milhões de hectares de terras públicas foram vendidos, sendo que a maioria de suas transações foi ilícita. É na crise energética e dos efeitos climáticos que o agronegócio, voltado ao setor do agrocombustível, tenta direcionar a sua expansão e o Estado brasileiro lhes proporciona incentivos para isso.

Atualmente, a apropriação privada de grandes terras continua sendo impulsionada pela ideia do desenvolvimento da economia e ainda sob o aval do Estado, mas dessa vez, também é camuflada pela ideia da economia verde, usando estrategicamente o discurso de proteção

ambiental e climática, maneira encontrada pelo setor do agronegócio para se expandir em áreas rurais e justificar a aquisição de grandes áreas de terras e sua monocultura de *commodities*. Esse discurso estaria, supostamente, pautado em uma lógica participativa e benéfica à sociedade, e muitas vezes legitimado pelo Estado, como no caso do agrocombustível, defendido como resposta às mudanças climáticas, transformando a própria natureza em uma fonte de lucro sob o discurso protecionista.

Diante disso, as estratégias de apropriação privada de terras públicas na Amazônia por parte de setor do agronegócio se sofisticou, como argumenta Oliveira (2010), na chamada “grilagem legalizada”⁷ por meio do uso de “laranjas” no processo de regularização de terras e de procurações falsificadas no período da ditadura civil militar. Desde essa época, o Incra arrecadou cerca de 105.803.350 hectares distribuídos pelos estados da Amazônia Legal até o ano de 2003 (OLIVEIRA, 2010).

É nesse escopo que se origina o controle territorial, e que se faz cada vez mais necessária a luta pela terra desses povos. Como veremos mais à frente, o discurso de sustentabilidade usado na apropriação de terras pelo agronegócio no Brasil tem como alicerce o uso – e muitas vezes a contaminação – exorbitante de bens comum, como de solos e água, bens finitos imprescindíveis à vida humana.

A diferenciação da percepção sobre a função da terra para classes hegemônicas do agronegócio e para a classe camponesa se confronta, pois “[...] a formação territorial brasileira é expressão concreta da luta de classe, que se revela nas tensões do processo de formação da propriedade privada” (PRIETO, 2016, p. 51). Assim, comunidades camponesas de origem quilombola no município do Acará entram em choque com empresas que se expandem, em sua direção, por meio da lógica predatória do agronegócio do dendê.

⁷ Oliveira (2010) utiliza esse termo, pois, na constituição de 1988, foi utilizada uma nova estratégia corrupta para continuar legalizando terras griladas para o agronegócio, visto que parte dos funcionários do Incra reservavam e destinavam a venda de terras públicas na Amazônia, além de lhes “ensinar” como obter os caminhos da legalização. Isso culminou em denúncias e na “Operação Faroeste” da Polícia Federal no Pará, que prendeu funcionários de cargos altos.

2 CONTEXTO DA PESQUISA

2.1 CONTEXTO GERAL: AMAZÔNIA

Há mais de 500 anos, o ideário civilizatório ocidental impulsionou a colonização das Américas e o período compreendido entre os séculos XV e XVI resultou na conquista do Novo Mundo, empreendida sob a perspectiva de um conjunto de fábulas forjadas nas tradições intelectuais e religiosas de países colonizadores.

A construção da literatura sobre a Amazônia perpassa pelos relatos de viajantes estrangeiros desde o século XV, escritos e pensados a partir da ótica das ciências da natureza como a botânica, a zoologia etc. De forma um tanto utópica, essa literatura preenchia o imaginário cristão europeu de um paraíso caracterizado por sua fauna, flora e rios abundantes e habitados por seres monstruosos ou de humanidade duvidosa. Isso ensejou novos imaginários de um mundo a ser explorado, onde se busca grandes riquezas, pretensões baseadas no mito do *El Dorado*. Com isso, a procura predatória por ouro e especiarias nesse paraíso perdido (CASTRO, 2010) construiu o que seria a “invenção da Amazônia” (GONDIM, 2007).

Gondim (2007) trabalha com a ideia de que a Amazônia não foi descoberta, tampouco construída, mas sim inventada sob os moldes exóticos que descreviam as Índias nos relatos dos viajantes, peregrinos e missionários do período greco-romano e que se espalharam no senso comum do continente europeu, o qual sonhava com o paraíso terrestre e sua fonte eterna da juventude.

A partir das grandes navegações, iniciadas primeiro por Portugal para o oriente ainda no século XV, buscou-se colônias sem concorrentes; em seguida, os espanhóis navegaram pelo mar do oriente e alcançaram a América, seguidos pelos portugueses, os quais dominaram boa parte do “novo mundo” ao explorar e ocupar os territórios e formar colônias com interesse estrito no comércio. As novas rotas de comércio na busca por especiarias teriam se iniciado como marco histórico no dia 20 de agosto de 1415 (GONDIM, 2007; PADRO JR, 1961).

A expansão mercantil trouxe dinâmica para o fluxo marítimo português e para as conquistas no sistema de subordinação de colônias, provocando a expansão de novos conhecimentos acerca do mundo, esvaziando ou confirmando os mitos presentes nas narrativas sobre esse espaço perdido que veio a ser chamado de Amazônia. Por meio delas, se forja a visão eurocêntrica acerca dos nativos da região, denominados como preguiçosos, indolentes, com falta de expertise e de ambição para uma vida que os colonizadores julgavam melhor, pois, “[...] para os estrangeiros, a Amazônia é a mescla do início e do fim, é o encontro dos opostos. Vem

a ser, igualmente, o refúgio da insatisfação do homem diante de seus iguais” (GONDIM, 2007, p. 169).

A distribuição da população pela Amazônia ficou à parte do restante do país devido a seus obstáculos físicos e ao isolamento; sua comunicação acontece, então, pelo rio e, ainda assim, seu fluxo não é contínuo para a parte interior devido a florestas densas que dificultam a livre navegação, além das sociedades indígenas que buscavam defender seus territórios. Mesmo com toda essa dificuldade, Portugal traçou estratégias a fim de impedir a dominação dos espanhóis na região, transformando-a na Amazônia brasileira e formando os primeiros povoados a margens dos cursos d’água (PRADO JR., 1961). Mesmo com as limitações naturais e econômicas, o domínio de Portugal se expandiu para Amazônia até mesmo além dos limites do tratado de Tordesilhas, acordado com a Espanha, graças a sua estratégia de controle territorial.

Em outro estudo sobre o imaginário moderno-colonial acerca da Amazônia, Castro (2010) indica uma relação próxima entre os interesses de dominação colonial com a invenção de imaginários atuais, como a representação da região enquanto uma natureza intocada e os ideários colonizadores que acreditavam ser ela uma fonte de matérias-primas inesgotáveis. A “integração” da Amazônia ao restante do país, já no século XX, não está aquém do discurso “progressista” e “desenvolvimentista” almejado para a região a partir de interesses externos (ainda que em âmbito nacional, a partir das ações do Estado brasileiro), o que muito carrega consigo resquícios do pensamento colonial.

O momento em que se começa a desenvolver a ideia dos grandes projetos para a Amazônia remonta à década de 1940, mas acontece de maneira isolada, só passando a ganhar força de fato em 1970. A partir de 1980, eles se integram aos esforços de um grande programa federal. A fronteira da mineração se inicia com a descoberta de jazidas minerais: o manganês é explorado desde 1941 no estado do Amapá por meio do capital privado nacional junto ao capital externo e com autorização oficial de exploração até o ano de 2003, abrindo uma nova dinâmica demográfica e econômica na região (BECKER, 1991).

Sobre os processos de expansão econômica e povoamento da Amazônia, Becker (1991) explica que é um fato que acontece em momentos de “surtos”, sempre vinculados às demandas comerciais na escala mundial. Assim, o primeiro momento de expansão ou *devassamento* foi o da busca pelas drogas do sertão na floresta tropical e de várzea. O segundo está ligado ao clico da borracha, estimulado pelas demandas industriais europeias e norte-americanas.

Nesse período, a região viveu um considerável aumento populacional (CARVALHO, 2013). No primeiro ciclo da borracha, em 1878, dos 800 mil habitantes do estado do Ceará, 120

mil se voltaram em direção ao Amazonas, mas menos da metade das pessoas chegaram ao destino final por conta das precariedades da viagem. Assim, “[...] sem nenhuma reserva de vitamina, os trabalhadores da terra seca empreendiam a longa viagem para a floresta úmida” (GALEANO, 2013, p. 129).

Aos trabalhadores que conseguiam chegar, lhes aguardava um regime de trabalho muito precário, devido às dívidas impostas ao seu deslocamento até os seringais, à aquisição de seus instrumentos de trabalho e alimentação. Recebendo como forma de pagamento, sobretudo, produtos alimentícios, como farinha de mandioca, rapadura, aguardente e carne seca, os nordestinos adquiriam dívidas quase que infindáveis. Além disso, por muitos deles serem analfabetos, eram vítimas da contabilidade de seus credores. O declínio da borracha, por sua vez, começara em 1913, quando seu preço caiu drasticamente, pois o Brasil já não era mais o detentor monopolista desse produto. Apenas na segunda guerra mundial a borracha brasileira teve um novo momento de valorização, contudo sem a mesma importância de outrora (GALEANO, 2013).

O terceiro momento teve início entre 1920 e 1930 com a expansão agropecuária e mineral provocada pela frente pioneira advinda da região Nordeste; esse momento foi aprofundado entre 1950 a 1960, quando a expansão adquiriu a característica de uma fronteira agrícola, ampliada por camponeses e fazendeiros em um movimento de posse da terra. O quarto devassamento aconteceu sob a legitimação do Estado brasileiro a partir de 1970, o qual tomou para si a competência de orientar um novo momento de expansão para a Amazônia (BECKER, 1991).

Entre os anos de 1930 e 1960, as políticas dos presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek foram marcadas por programas desenvolvimentistas, adotadas posteriormente por outros governos que desenvolveram macropolíticas direcionadas à Amazônia, planejadas, entre outros fatores, sob o processo de integração capitalista por novas terras.

O Programam de Integração Nacional (PIN) operou grandes transformações na região com a construção das rodovias Belém-Brasília, em 1960, e, depois, com a implantação de projetos agropecuários e minerais de iniciativa da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), a qual, por meio da oferta de créditos e incentivos fiscais, atraiu para região empresários, profissionais liberais, técnicos, trabalhadores, camponeses, dentre outros sujeitos sociais. Esse movimento provocou a reorganização de toda uma estrutura já existente na região e, em particular, na terra, que passou a ter um valor de troca, processo denominado por Ianni (1979) como a “*metamorfose da terra em mercadoria*”.

No período do regime militar, a partir de 1964, a questão da segurança nacional foi alocada estrategicamente nos discursos de integração, a qual, nesse momento, tinha o objetivo de promover a “modernização nacional”, prevendo uma redistribuição de mão-de-obra sob um forte controle social sob a ideia de ocupar os “espaços vazios” da Amazônia. Após 1968, vários créditos a baixos juros e incentivos fiscais subsidiaram empresas agropecuárias com vínculos multinacionais e nacionais; houve também programas de distribuição de terras em locais estratégicos, por parte do Estado, sob os diversos interesses – como atrair mão de-obra - de distintos grupos sociais que detêm o capital (BECKER, 1991). Sobre esse momento, Galeano (2013) afirma:

Na década de 60, numerosas empresas Norte-americanas, conduzidas pelas mãos de aventureiros e contrabandistas profissionais, lançaram-se num *rush* febril sobre essa floresta gigantesca. Previamente, em virtude de acordo firmado em 1964, os aviões da Força Aérea dos Estados Unidos tinham sobrevoado e fotografado toda a região, empregando cintilômetros para detectar jazidas de minerais radioativos pela emissão de ondas de luz pela intensidade variável, eletromagnetômetro para radiografar o subsolo rico em minerais não ferrosos, e magnetômetro para descobrir e medir o ferro. Os informes e fotografias obtidas no levantamento da extensão e da profundidade das riquezas secretas da Amazônia foram colocados à disposição de empresas privadas interessadas no assunto, graças aos bons serviços da Geological Survey do governo dos Estados Unidos. Na mesma região foi comprovada a existências de ouro, prata, diamante, gipsita, hematita, magnetita, tântalo, tório, urânio, quartzo, zinco, zircônio, cromo e mercúrio. (GALEANO, 2013, p. 196-197).

Assim, para colonizar esse espaço “mágico”, o governo ofereceu diversos subsídios às empresas e, nesse sentido, o diretor da agência governamental para o desenvolvimento da Amazônia dizia “[...] ‘devemos manter as portas abertas para os investimentos estrangeiros [...] porque necessitamos mais do que aquilo que podemos obter’” (GALEANO, 2013, p. 169). Tais falas são postas como justificativas para o levantamento aerofotogramétrico feito pelos Estados Unidos, uma vez que é normalidade na América Latina “[...] se entregar recursos em nome da falta de recursos” (GALEANO, 2013, p. 169).

Um número exorbitante de terras foi vendido a baixos preços na região. Galeano (2013) aponta que o Congresso brasileiro fez um levantamento mostrando a venda de 20 milhões de hectares de terras nesse período. Curiosamente, elas formavam uma espécie de cinturão de isolamento da Amazônia do resto do país.

Entra em ação os instrumentos governamentais como o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia (Basa), a Sudam e o Incra a fim de alavancar o projeto de expansão do PIN na região. Até 1974, a ideia foi atrair mão-de-obra para megaprojetos de infraestrutura como a construção da malha viária, como a rodovia Transamazônica, a Perimetral Norte, a Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, a Belém-Brasília e a Brasília-Cuiabá-Santarém. Todas fazem parte de um projeto de colonização em torno dessas estradas, sendo esse o eixo de estruturação e de atração

de empresas capitalistas com o intuito de “desenvolver” a região amazônica. Com isso, a “[...] nova fase da modernização se apoia no grande capital” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 102).

O Planejamento Nacional de Desenvolvimento (PND) orientou metas e ações governamentais para o desenvolvimento. Criado entre 1972 e 1974, tem como um de seus projetos o Programa de Distribuição de Terras (PROTERRA), a fim de estimular as agroindústrias no Norte e no Nordeste. Em menos de cinco anos, cerca de doze mil quilômetros de estradas foram construídos nessas regiões.

Nessa mesma linha, o Programa de Integração Nacional (1970) objetivou a orientação da emigração de mão-de-obra para povoar lugares “afastados”, a fim de atender a demanda dos grandes projetos: foram estratégias voltadas para o desenvolvimento da Amazônia e para o do Nordeste, tendo em vista que o desenvolvimento econômico significava deslocar a fronteira econômica do país. Lia Machado (1995) expressa que essa forma de colonização também era uma forma de legitimar a construção de infraestruturas para os grandes projetos e/ou para os fazendeiros, ao passo de dizer que também eram necessários às pessoas mais pobres que ali estavam.

Ainda em 1974, o Estado continuou a estimular grandes investimentos com o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, o Polamazônia, sob a ideia de apresentar vantagens competitivas à ocupação produtiva. O programa foi constituído por quinze polos de “desenvolvimento”, sendo que cada um era responsável por determinadas atividades de produção, fechando, assim, um grande eixo de integração nacional de Leste a Oeste, Norte a Sul, o que constituiu elementos base da política de integração nacional (RODRIGUES, 2013). Já no momento do segundo PND, o Estado passou a prever uma maior inclusão voltada para pequenos produtores e colonos dentro das políticas de integração realizada por empresas rurais.

Além disso, os objetivos do Polamazônia foram trazidos para o segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) – que, por sua vez, está em consonância com o PND. Nele buscou-se um plano de desenvolvimento regional, a fim de explorar suas vantagens corporativas por meio do mercado interno, com trocas regionais. Assim, o papel da Amazônia seria fornecer matéria-prima e produtos industrializados para contribuir com a receita cambial do país, mas que não resultou em importantes benefícios para a população (RODRIGUES, 2013).

Nesse contexto, a exploração de bens comuns e a implantação de grandes projetos na Amazônia se tornaram vitais para o Estado, pois asseguraram sua ampliação no espaço de competição com empresas estrangeiras e passaram a criar “[...] condições para a produção de espaços transnacionais por suas empresas estatais” e suas transnacionalizações (BECKER, 1991,

p. 62). Assim, em um momento de nova fase de produção, devido a inovações tecnológicas a partir dos anos 70, o Estado corroborou para um novo nível de controle territorial e de novas formas de produção espacial para a legitimidade do poder. Com isso, até a década de 1980, dos 33 grandes projetos industriais e de infraestrutura desenvolvidos naquele momento no Brasil, seis estavam voltados para a região amazônica, por ela ser o palco privilegiado para a instalação de projetos multissetoriais.

Quanto à reorganização espacial da produção, a implementação de grandes projetos seria uma das principais formas de reestruturação do espaço amazônico, de acordo com os interesses do Estado brasileiro. Becker (1991) esclarece que esses grandes projetos são, em grande parte, financiados pelo Estado a partir de financiamentos gigantescos, os quais são caracterizados: 1) pelo tamanho da mobilização de verbas e de mão de obra, revelando a sua escala gigantesca; 2) por serem implantados, geralmente, como enclaves por seu isolamento, estando separado de forças locais; 3) por meio da conexão com sistemas econômicos mais dinâmicos e amplos em escala global; 4) e pela formação de núcleos espontâneos próximos aos planejados, formados por meio da diferenciação da força de trabalho qualificada e não qualificada.

No momento da criação do Programa Grande Carajás (PGC), no final dos anos de 1970, se desenhava a nova fase da fronteira por intermédio de estratégias do Estado e da grande indústria do setor de mineração, representado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que seria o maior projeto de desenvolvimento da região. O seu objetivo consistia na exploração das riquezas naturais na Amazônia sob a intervenção do Estado, com o intuito de suprir as dívidas do Brasil, ajudar a economia no período de crise mundial, contribuir com o desenvolvimento regional e diminuir as suas desigualdades. Assim:

Decidida autoritariamente, essa iniciativa foi um instrumento de dependência financeira externa, mas foi também um instrumento de continuidade da modernização, ainda que dolorosa, e da manutenção, do novo cenário mundial, da posição do país ameaçado pelo poder crescente das corporações transnacionais. (BECKER, 1991, p. 67).

Nesse contexto, a meta prioritária da CVRD foi criar um enorme corredor de exportação no Norte do país com apoio governamental, pois, nesse momento, a Companhia passava por uma exaustão nos custos de sua exploração e precisava diversificar sua produção. Assim, a sua tendência foi se transnacionalizar, já que “[...] a fase privada da CVRD se manifesta na sua autonomia no campo financeiro, bem como na sua pretensão de amplo controle do PGC” (BECKER, 1991, p. 67). No entanto, o governo manteve a Companhia como empresa pública, favoreceu as empresas *joint ventures* e, assim, diminuiu o poder geral da empresa. O cenário

complexo que é a Amazônia e os diferentes interesses que a envolvem, devido às forças contraditórias nesse meio, imbricam a complexidade de interesses dos mais diferentes atores sociais.

Outro fator importante foi a superposição territorial, pois, como medida, o Estado criou um novo território que abarcava de 800.000 a 900.000 km² de extensão que estaria ligado diretamente ao governo federal, acima do poder administrativo e de ordenação do território dos governos estaduais e da Sudam. Esse território esteve voltado para empresas públicas e privadas. Operando sob fortes concessões financeiras e tributárias, correspondeu a 10% do território nacional e abrangeu os estados do Tocantins, Maranhão e Pará (BECKER, 1991).

Foram também criadas estruturas que dariam suporte a esses projetos – como um sistema hidro-ferroviário por meio da construção da ferrovia Carajás e de hidrovias nas bacias do Araguaia e do Tocantins, além da construção da hidrelétrica de Tucuruí – com o intuito de fornecer matérias-primas para a indústria e buscar a autonomia energética nacional (mas na realidade serviram para preencher as falhas energéticas no complexo metalúrgico). Para isso, o governo fez um financiamento externo de cerca de 5 bilhões de dólares.

Por meio da associação do Estado com o setor privado é que acontece a “conquista” da Amazônia na atualidade, onde as demandas capitalistas aceleram e ditam o ritmo de crescimento dos projetos de infraestruturas minerais e energéticas. É o caso da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí: por meio de estudos, foi constatada a adequabilidade do rio Tocantins para o empreendimento sob o trecho da cachoeira de Itaboca, a 300 km da capital do estado do Pará, área sob forte influência do capital estrangeiro – nesse caso, o japonês – que enxerga a Amazônia como fornecedora de matéria-prima. Assim, em 1975, se inicia a construção UHE de Tucuruí, inaugurada em 1984, que teve um orçamento de 5,4 bilhões de dólares até esse ano (SILVA; THOMAZ JR, 2017).

Outro fator importante é que, após início de funcionamento da hidrelétrica, quase a metade da energia produzida tem como destino os projetos de mineração, e após 33 anos – devido às ameaças de apagão nacional e pela necessidade imposta pelas indústrias eletrointensivas –, se retoma a construção de mais usinas na região amazônica (SILVA; THOMAZ JR, 2017).

Novos núcleos urbanos foram formados com o intuito de dar suporte na comunicação e operação com o exterior, para sediar a gerência dos projetos e alocar a mão-de-obra qualificada que ali chegou. Assim, foram criadas as *company towns*, bem como as suas periferias ou núcleos espontâneos, os quais atendem a mão-de-obra não qualificada que é dispensada com o fim das obras, sendo esses dois pontos complementares para os grandes projetos. A aparição de novos

povoados ao longo das rodovias e/ou relacionados a projetos de colonização têm uma estreita ligação com o surgimento da mineração, a exemplo de Eldorado dos Carajás, Parauapebas e Curionópolis (BECKER, 1991; RODRIGUES, 2013).

Esse padrão de mudanças de ordem demográfica, econômica, tecnológica e estrutural acontece devido às necessidades de adaptação do capital e, com isso, muda o cenário da rede de transporte da região que, até 1950, era prioritariamente feita por meio dos rios, cujo ritmo condicionava o tempo das atividades e as relações de troca. De 1960 a 1970, ocorreu uma mudança paulatina na lógica de organização espacial, resultado do avanço das grandes rodovias que ligam a região Norte ao resto do Brasil, permitindo uma maior fluidez territorial (RODRIGUES, 2013). Gonçalves (2008) trata essa mudança a partir da modificação de organização dos padrões de ocupação no espaço amazônico: *“rio-várzea-floresta”* e *“estrada-terra firme-subsolo”*.

A formação do complexo minerário na região de Carajás aconteceu com o Projeto Ferro Carajás, exclusivo da CVRD, ainda em 1982, o qual é formado pelo porto de Itaqui, no Maranhão, por núcleos urbanos, por projetos industriais e pela Estrada de Ferro Carajás. 38,1% do projeto foram custeados pela CVRD, 33,5% por empréstimos no exterior e 28,4% por empréstimo nacional, sendo que quase a metade dos custos foi usada durante a construção da ferrovia, inaugurada em 1985. No ano de 1986, com a mudança de regime político, o Poder Executivo, autorizado pelo Senado Federal, cedeu parte da gleba de terras da União como “direito real de uso” à Companhia (BECKER, 1991).

Vale destacar que na Serra dos Carajás, local mais cobiçado por possuir as mais ricas jazidas, é onde se concentrou o esforço de apropriação do espaço pela CVRD, e esse mesmo local, ao sul do estado do Pará, se transformou em palco de grades conflitos da região amazônica. Como vimos, o próprio governo concedeu o aval para apropriação e uso do espaço por parte da empresa.

No momento da construção, dois núcleos foram planejados a fim de alojar a mão-de-obra: um estava situado ao topo da mencionada serra, denominado de Vila Carajás, com a função de abrigar os trabalhadores que estariam ligados diretamente à extração de minério; e o segundo, o núcleo Parauapebas, estaria próximo à serra para alojar trabalhadores da construção de Carajás e de sua infraestrutura de acesso. Este último foi construído também como uma maneira de reter a migração abaixo do topo da serra: “[...] aí, uma garantia com o posto da Polícia Federal, a ‘portaria’, para a CVRD e a ‘barreira’ para a população extramuros, controla pessoas e mercadorias” (BECKER, 1991, p. 73). A autora aponta ainda que todas essas estratégias não foram capazes de conter o aumento demográfico na região, já que naquele

momento, ao lado de Parauapebas, planejada para 5 mil pessoas, cresceu de maneira espontânea o bairro Rio Verde, abrigando mais de 20 mil pessoas. Assim, todas essas formas de controle populacional se espalharam como um cinturão na tentativa de neutralizar vários conflitos que se estenderam na região e de controlar as vias de acesso e apropriação da terra.

O modelo de expansão e colonização para a região Norte com o projeto Carajás ensejou intensos conflitos nas áreas de mineração, entre populações tradicionais da região, garimpeiros e a empresa responsável (BECKER, 1991), posto que a região não era um “vazio demográfico”, como apontavam as instituições governamentais. Já a busca pela exploração da natureza amazônica, como forma de “salvar” o país do subdesenvolvimento, e a especial para proporcionar o “desenvolvimento” da região, proporcionou intensos conflitos territoriais, envolvendo seja as populações tradicionais que ali já residiam, seja as empresas que avançavam em direção às jazidas minerais, ou os novos sujeitos que migraram em busca de uma vida melhor, como os garimpeiros.

Becker (1991) aponta ainda o Projeto Calha Norte (PCN) como uma contrapartida governamental: implantado em 1985, pela Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, está situado ao norte das calhas dos rios Amazonas e Solimões, ao longo das fronteiras com outros países sul-americanos, correspondendo a 14% do território nacional. “O PCN prossegue a militarização das políticas de ocupação regional, entendida como única solução para conflitos crescentes, e prossegue também na estratégia espacial de criar territórios para ação direta do governo Federal” (BECKER, 1991, p. 80).

Assim, sob a atuação de bases militares e autonomia com as Forças Armadas, o PCN atua por meio de aparatos tecnológicos e armamentos modernos, com o objetivo de controle sócio-econômico-militar para amenizar conflitos na região e sustentar o avanço da velocidade na produção hidrelétrica.

Embora os projetos expansionistas desenvolvidos a partir desse momento ultrapassem os limites das visões mitológicas, eles também buscam controlar o que é selvagem, com o intuito principal de acumular riquezas. Também neles a relação homem-natureza é voltada para a transformação desta em mercadoria, confundindo-se “[...] com o avanço sobre os limites e fronteiras do humano, enquanto estrutura ideológica e instrumento de poder” (CASTRO, 2012, p. 106) a partir da ideia dominante de controle social, político e econômico.

Os mitos e fantasias criados como recursos de poder e legitimidade de conquistas em torno das políticas de avanço rumo à fronteira, são agrupados e coordenados como forma de preencher os espaços “vazios” entre as ilhas econômicas de um país continental como o Brasil. Isso se faz a partir de políticas de atração de migrantes, desbravadores e pioneiros, sob o preço

da exploração da força de trabalho, da expropriação de riquezas naturais e de saberes e valores culturais, a partir de slogans nacionalistas e desenvolvimentistas (CASTRO, 2010). Assim:

A migração para áreas-limite tem ainda um sentido de realização de sonhos, na superação de adversidades, no desafio da busca por um lugar mítico. E por isso, a fronteira é sempre um lugar de reatualização dos mitos que muitas vezes escondem os reais conflitos sociais, e com isso coloca como um desafio ao conhecimento da desconstrução dos mitos que se produzem e reproduzem na atualidade de Amazônia. (CASTRO, 2010, p. 111).

Nesse sentido, a Amazônia brasileira se tornou uma frente de expansão por meio do discurso do vazio demográfico, usada como pilar do capitalismo para refazer seu ciclo de acumulação, já que, se esvaziada de pessoas, a região seria apenas natureza, fonte de bem comum inesgotáveis a serem utilizados no futuro, a fim de promover o desenvolvimento (CASTRO, 2010; PORTO-GONÇALVES, 2017). Com esses mitos coloniais-modernos, acontece o direcionamento de vários interesses da elite nacional e de grupos estrangeiros, por meio de projetos diferentes e contraditórios, razões pelas quais a Amazônia se transformou em uma região de muitas alteridades.

Porto-Gonçalves (2017) pontua quatro ideias que foram centrais para a formulação de políticas públicas para a região Amazônica. De maneira geral, estas são: I) Amazônia como natureza primária/primitiva; II) Amazônia enquanto vazio demográfico; III) Amazônia como reserva infindável de recursos; e IV) Amazônia como região do futuro. Tratando-se de um imaginário colonial sob uma região de imensas florestas e bacias hidrográficas, com várias espécies exóticas, ignorou-se ela já era habitada há pelo menos 17 mil anos, legitimando-se a sua ocupação por não amazônidas.

A reconfiguração geopolítica da Amazônia com a construção de estradas, hidrelétricas, represas, redes de comunicação, portos e aeroportos, criou as condições necessárias para a atuação capitalista, com a facilidade de dinamizar a circulação das mercadorias, estimular a produção e realizar a acumulação de capitais.

Para além das fronteiras políticas, os Planos de Desenvolvimento da Amazônia revelam o aumento de interesses em relação à exploração de seus bens naturais. Essas PDAs consideram a região como uma fronteira de bens naturais, apta a ser ocupada e explorada sob os interesses governamentais e privados em moldes capitalistas, a fim de gerar “desenvolvimento”, progresso e retirá-la do “atraso”.

Seja no âmbito da expansão da fronteira agrícola, da fronteira mineral, da fronteira do chamado desenvolvimento sustentável, e/ou da fronteira de *commodities*, essa região mobilizou e mobiliza um grande esforço de mão-de-obra e capital para dar conta de grandes obras, e de

maneira desordenada e desajustada, comporta inúmeros problemas de ordem social e ambiental, resultado da visão histórica, moderno-colonial, sob a qual foi concebida.

Nos anos 2000, se inicia um novo momento para a integração dos países sul-americanos com a criação da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a qual propôs uma agenda contendo 531 projetos de integração entre os países membros sob a coordenação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Seus projetos têm como ponto principal as questões de infraestruturas, especialmente ligadas a transporte, com destaque para a construção de estradas interoceânicas, portos, ferrovias e hidrovias (LITTLE, 2013).

Além disso, demandas de crescimento por eletricidade vêm acompanhadas das necessidades de outros empreendimentos econômicos, tanto por parte do Brasil quanto dos países andinos: isso acontece por meio da construção de grandes barragens hidrelétricas por toda a bacia amazônica e, nos países andinos, a estimativa é de um aumento de 300%, com propostas de 151 novas barragens. Ademais, no ano de 2010, foi realizado um acordo entre os presidentes do Peru e do Brasil para gerar uma produção de até 7.000 MW de energia por meio de hidrelétricas, acordo este que ainda não entrou em vigor, mas caso aconteça, pode resultar na construção de novas 15 barragens na Amazônia Sul-Americana (LITTLE, 2013).

No campo da mineração, até 2013, o Brasil detinha 80% do total de uma área de 1.628.850 km² destinada à mineração na região amazônica, seguida pelo Peru, com 11%, números que podem ser alterados com as descobertas de novas jazidas ou mesmo por meio de mudanças em leis ambientais, como as brasileiras, tendo em vista as propostas de reformas para que se permitam atividades de mineração em terras indígenas, cujo objetivo é desimpedir uma enorme área à exploração (LITTLE, 2013):

[...] Em a atualidade se podem identificar, pelo menos, seis grandes fronteiras de mineração que estão transformando as regiões onde eles estão localizados: a Grande Carajás (minério de ferro) no Pará, no Brasil, uma concessão da empresa Vale; Mina Pitanga (estanho) no Amazonas, Brasil, operado pela empresa Taboca; projeto Juruti (bauxita), no Pará, no Brasil, controlada pela empresa Alcoa; a extração de bauxita na Guiana pela empresa Bosai; mineração, nas províncias de Morona Santiago e Zamora Chinchipe no Equador com projetos de Fruta del Norte e Mirador, e a mineração artesanal de ouro em Madre de Deus, Peru. (LITTLE, 2013, p. 47).

Essas grandes transformações na região causaram, e causam ainda hoje, grandes conflitos por terra e entre territorialidades, devido aos diferentes interesses que nela circulam, a exemplo da formação de periferias as quais os trabalhadores migrantes ocupam após o fim das grandes obras quando se tornam desempregados, o que aumenta as mazelas sociais em várias ordens e direções.

Essa ideia de desenvolvimento se impõe vinculada a uma razão eurocêntrica, como consequência e herança de nosso passado colonial. Nesse contexto, Amazônia brasileira vem passando rapidamente por grandes mudanças territoriais. Isso se deve à expansão da racionalidade predatória do sistema produtivo e do capital global, voltada para a região com articulações de múltiplos processos socioterritoriais, que apresentam estreitas relações com políticas governamentais, criadas enquanto dispositivo de controle e “modernização” territorial.

As migrações que, como vimos, muitas vezes estão ligadas a projetos de “modernização” e de infraestrutura, modificaram de maneira significativa as relações fundiárias do país, seja na lógica de integração da Amazônia com a construção de rodovias ou por meio de projetos desenvolvimentistas com a construção de hidrelétricas, grandes projetos de mineração ou com a zona franca de Manaus (LITTLE, 2003).

Da perspectiva dos distintos povos tradicionais, esses múltiplos movimentos mudaram radicalmente sua situação de invisibilidade social e marginalidade econômica. Agora essas invasões a suas terras foram acompanhadas por novas tecnologias industriais de produção, transporte e comunicação, que alteraram as relações ecológicas de forma inédita, em razão da intensidade e do poder de destruição ambiental. A partir da década de 1980, o fortalecimento da ideologia neoliberal e a incorporação à economia mundial de grupos antes afastados dela (ou, como indicado antes, re-inseridos nela depois de uma época de afastamento) agravaram ainda mais as pressões sobre os diversos territórios dos povos tradicionais, particularmente no que se refere ao acesso e à utilização de seus recursos naturais (LITTLE, 2003, P. 267).

Little (2003) aponta que esses novos movimentos acabam pressionando as comunidades tradicionais a compor novas formas e estratégias de afirmação territorial a fim de defender suas áreas. Assim, por volta de 1970 e 1980, surgiram movimentos sociais que criaram seus espaços políticos nos quais admitiram diferentes formas de expressão territorial e realizaram encontros regionais, como no caso dos realizados pelo movimento quilombola: o I Encontro de Comunidades Negras Rurais no Maranhão, em 1986, e o I Encontro do Raízes Negras no Pará, em 1988.

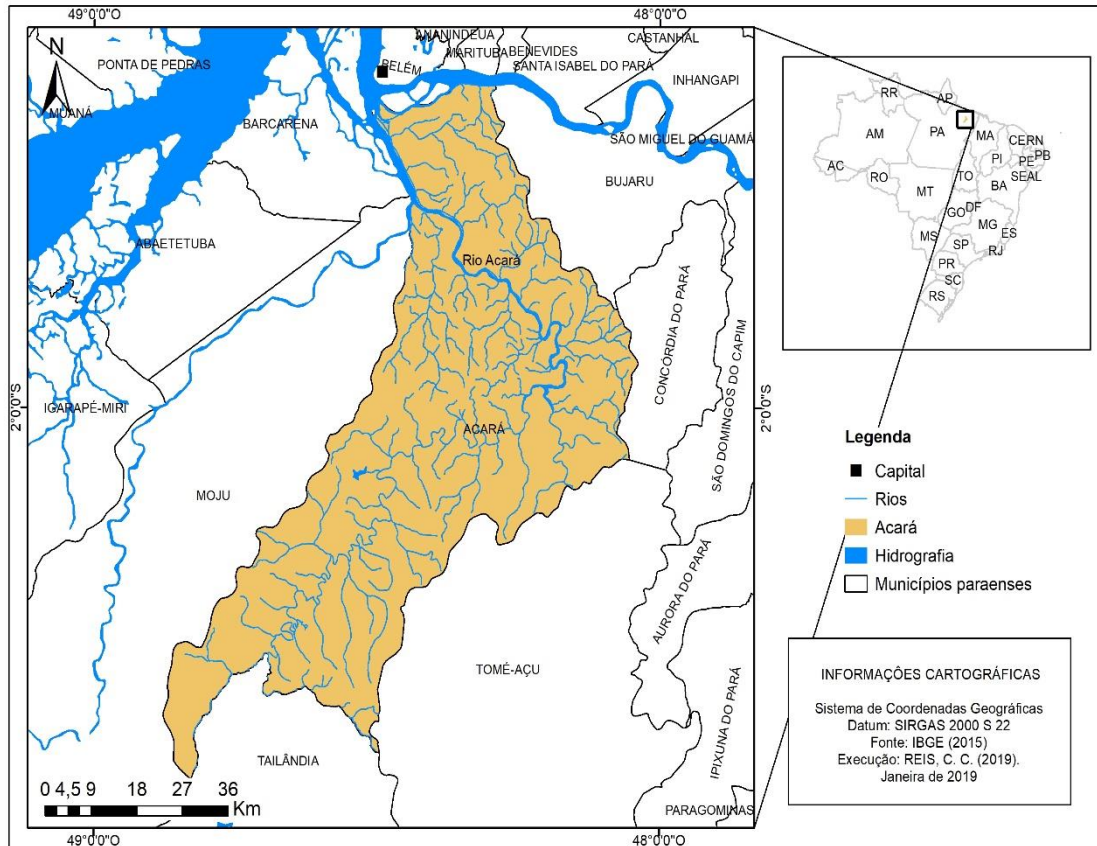
Tendo em vista que os projetos desenvolvimentistas na Amazônia brasileira influenciaram diretamente as comunidades ali já estabelecidas, e que provocam afirmações territoriais entre esses sujeitos, é importante refletir acerca do processo de ocupação do município do Acará e da revolta popular Cabana, como veremos adiante.

2.2 CONTEXTO ESPECÍFICO: MUNICÍPIO DO ACARÁ

O município do Acará está localizado no baixo Tocantins, região do Nordeste paraense. Segundo o IBGE (2010), sua extensão territorial corresponde a 4.343,805 km², e sua população

possui um total de 53.569 habitantes. O município está dividido em duas maiores áreas: a urbana, com aproximadamente 12.621 habitantes, e a rural, com 40.938.

Figura 1: Localização do município de Acará (PA).



Fonte: IBGE.

2.2.1 O processo de ocupação do município do Acará e a presença negra constituinte da região

O Nordeste paraense teve seu processo de ocupação colonial iniciado a partir do século XVIII, período no qual o estado do Pará ainda era conhecido como província do Grão-Pará e Maranhão. A ocupação ocorreu por meio das navegações ao longo dos rios Guamá, Moju, Capim, Bujaru e do próprio rio Acará, e foi a partir deles que houve a criação de freguesias e vilas, que posteriormente se tornariam as sedes dos municípios (CASTRO, 1999). Esse processo começou a ser desenvolvido por meio da concessão de documentos de posse de terra pela coroa portuguesa, registrados como Cartas de Datas de Sesmarias. Especificamente no Acará, o movimento de concessão de terras aconteceu da seguinte maneira:

De 1707 a 1750 concederam-se 24 sesmarias, praticamente uma a cada ano, com exceção dos anos 1725, 1729 e 1731, e representavam aproximadamente 151.932 ha. Significativamente registra-se uma pausa de quase 14 anos, até 1764 para reiniciar um processo de distribuição. [...] Entre 1765 e 1824 aumenta a quantidade de concessões

- de 24 para mais 35 uma diferença de 11 sesmeiros a mais, enquanto a área delimitada pelas novas sesmarias sobe de 151.935 para 224.878 ha. Podia se pensar numa incorporação discreta das terras devolutas ao controle particular. (MARIN, 2000, p. 11-12).

Assim, o movimento de ocupação em direção às margens do rio Acará não teve morosidade, devido sua proximidade a Belém e às suas águas tranquilas, de acessível navegação, por meio de seus canais, capazes de serem percorridos em oito dias (MARIN, 2000). Essa ocupação em um primeiro momento era motivada pelas buscas por madeiras encontradas na região para uso na construção de embarcações. Todos esses elementos representaram um conjunto de vantagens, propiciando em 1758 a criação da vila de São José do rio Acará:

As Fábricas Reais de Madeira organizam-se no último quartel do século XVIII e abasteciam o Arsenal de Belém e parte importante do produto era exportado (Rocque, 1967, Angelo-Menezes, 1998, 1999). Essa exploração chegou a produzir no decurso de várias décadas a extinção de espécies, o que ocorreu com o piquiá (*Caryocar villosum*), madeira resistente utilizada para construção de navios. Faltando angelins (*Dinizia excelsa*), paus-d'arco (*Tabebuia serratifolia*) e o próprio piquiá solicitavam-se nas povoações que funcionavam em rede de abastecimento. (MARIN, 2000, p. 7).

A principal mão-de-obra aplicada nesse momento era a indígena, utilizada para o corte e retirada das toras de madeiras da floresta. A fábrica Real do Acará teria ficado inviável economicamente em 1796. Os motivos para esse declínio seriam a distância entre a fábrica e a floresta, que teria chegado a um limite intransponível, mas também há quem diga que o diretor da vila – e responsável pelo controle da mão-de-obra – não procurava evitar as fugas de índios, o que fez com que diminuísse a força de trabalho utilizada (MARIN, 2000).

Já na segunda metade do século XVIII, o cenário na região era destacado pelo grande número de escravos, além da existência de uma paisagem predominantemente agrícola, com a produção de cana-de-açúcar, milho, arroz, café e cacau, que se transformariam em produtos como açúcar, aguardente, farinha e afins, comercializados em Belém. Nesse momento, Marin (2000, p.8) destaca que “[...] o plantio da cana-de-açúcar organizou não apenas o trabalho escravo, mas foi o elo entre o cultivador e o dono de engenho ou engenhoca. O engenho, segundo o modelo português, precisava de muita escravatura, de servidores e de máquinas”. A retirada das madeiras ainda se fazia presente, embora como segundo plano, voltada para a madeira de construção destinada ao mercado Europeu.

Em 1729, a Coroa Portuguesa abdicou da mão de obra indígena nos canaviais, dando início ao comércio de escravos africanos, desenvolvido alguns anos depois pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1777)⁸.

⁸ Tendo como objetivo o desenvolvimento comercial metropolitano e da própria região. Segundo Pinheiro (1999, p. 151) a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão “Buscava viabilizar o fomento agrícola

Nos estudos de Pinheiro (1999) sobre a presença negra na Amazônia, destaca-se que no período pombalino⁹ a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão trouxe mais de vinte e cinco mil escravos, sendo que 14.749 tinham como destino o Pará e o restante o Maranhão.

Segundo Marin (2000), os rios seriam os mais bem povoados da região na época, devido às suas terras férteis. Assim, vários engenhos e engenhocas responsáveis pela produção de açúcar e aguardente, respectivamente, foram formados na região, tendo em vista as terras serem propícias ao cultivo de cana-de-açúcar. Assim, cerca de 71%¹⁰ das sesmarias no Acará foram destinadas ao cultivo de canaviais, estabelecendo uma agricultura fortemente comercial, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 1: Espacialização da produção segundo as terras concedidas (sesmarias) 1707-1824.

Atividade agropecuária	Área (ha)	%
Cana de açúcar	68.390	71,9
Cacau	2.739	02,9
Gado bovino e algodão	19.602	20,6
Roça	4.356	04,6
Total	95.087	100,00

Fonte: Ângelo-Meneses (1998) apud Marin (2000, p. 14).

Ainda segundo Marin (2000), uma das condições estabelecidas pela Coroa portuguesa aos sesmeiros era a de declarar a possibilidade de exploração da terra por meio de um número mínimo de posse de escravos. O recenseamento de 1765 revela que a freguesia de São José do rio Acará tinha 1017 habitantes, e destes, 570 eram escravos, porcentagem bastante expressiva (56%) no total da população.

Lima (2009) destaca, contudo, que os processos de distribuição de sesmarias não ocorriam de maneira homogênea. Ao analisar as 61 cartas concedidas, a autora pontua certas particularidades, como a utilização de rios, furos e igarapés como limites entre as sesmarias. Ademais, reitera o que afirma Marin (2000): as áreas de terras firmes e alagadas

proposto, não só garantindo o escoamento da produção regional, mas também introduzindo mão-de-obra negra africana por intermédio de um sistema de crédito que previa o pagamento parcelado das dívidas”.

⁹ A partir da segunda metade do século XVIII acontece uma série de mudanças que irão marcar a Coroa Portuguesa e a colônia brasileira com o ministro Marquês de Pombal (período pombalino), e algumas de suas principais medidas – marcadas pelo diretório pombalino – afetam diretamente a região amazônica, com a criação da companhia geral de comércio do Grão-Pará e Maranhão, além de uma reorganização criando o estado do Grão-Pará e Maranhão, onde esse território se vinculava diretamente com Portugal e não com Rio de Janeiro.

¹⁰ Mesmo com essa porcentagem, Lima (2009) destaca que é possível encontrar pistas de uma pequena economia familiar na região do acará.

temporariamente eram destinadas à plantação de agricultura comercial, tendo a roça pouca expressão, com uma área de 4.356 ha.

Tratava-se assim, um mundo agrário marcado pela concentração fundiária, aliada às condições da posse de escravos, elemento exigido para a concessão de terras. Estavam em formação, portanto, as posses ou o usufruto concedidos e destinados sob os critérios da Coroa. Dessa forma, Lima (2009) destaca que as documentações de datas de sesmarias apenas davam acesso a pessoas vinculadas à Coroa, o que não revela de maneira geral a face étnica e social do Acará, já que:

Os indígenas, mestiços e brancos pobres também sujeitos desse mundo agrário, mantiveram vínculos diversificados com a terra [no Acará]. Estes sujeitos compuseram unidades camponesas familiares, que dialogaram ora harmonicamente com os grupos dominantes, ora numa situação de conflito. (LIMA, 2009, p. 4).

Essas questões nos levam a pensar que a grande propriedade, apesar de dominante no início da ocupação colonial, não era absoluta, motivo pelo qual não podemos ocultar a presença desses sujeitos na Amazônia e a sua importância até hoje.

O período pombalino na Amazônia marca mudanças profundas na estrutura da região, seja por meio do estímulo à produção agrícola, da concessão de novas Cartas de Sesmarias ou do aumento na introdução da mão-de-obra escrava, elementos que combinados representam outro processo de ocupação no espaço amazônico (GONÇALVES, 2008). Esse movimento se deu primeiramente em terras próximas a Belém, por ser o principal centro comercial e político da região (ANGELO-MENEZES, 1999).

Já o período final do século XVIII e início do século XIX foram marcados pela revolta da cabanagem, da qual o município Acará fez parte. Essa foi uma revolução de base social na luta pela terra que ocorreu entre os rios e as matas dessa região, onde os sujeitos tomavam para si a necessidade de se rebelar contra as decisões da coroa portuguesa.

Lima (2004) esclarece que o fim da concessão de sesmarias propiciaria conflitos entre as elites da Província e incitaria expectativas nos camponeses sem terra em situação de arrendamento e agregados. Esse processo gerou diversos conflitos e tensões envolvendo o estado e as classes que estavam à margem do poder “legal”. As inconformidades se agravaram ainda mais com as obras de aberturas do canal de Igarapé-Miri¹¹ por parte das Províncias que usavam as chamadas “sobras de terras”¹² e realizavam uma ocupação em toda a sua extensão. No seu processo de abertura e limpeza se utilizou mão de obra indígena intensiva, momento

¹¹ Obra idealizada para melhorar a locomoção entre Igarapé-Miri e Belém

¹² Termos designado pelas autoridades a pequenos terrenos de fração de légua desejados por sesmeiros com o intuito de aumentar sua propriedade (ACEVEDO MARIN apud LIMA, 2004).

apontado por Lima (2004) como o ápice das revoltas em forma de deserção, pedido de licença e invasão de áreas:

As disputas políticas neste processo de Independência representam um aspecto capaz de suscitar revoltas: a questão da terra no Grão-Pará. As medidas governamentais criaram níveis de descontentamento, principalmente pelo trabalho compulsório, expropriação de terrenos e abusos de poder, desagradando às famílias camponesas, inclusive na área estudada [Acará].

Além dos servidões públicos como alargamento do Canal, da extração de madeira na Fábrica do Mojú e do alistamento para os Corpos de Ligeiros¹³, o Estado também “estrangulava” os grupos camponeses através do dízimo¹⁴, que eram pagos com gêneros. (LIMA, 2004, p. 18).

O trabalho compulsório indígena também esteve associado à crise de abastecimento que a região sofria, o que desestabilizou a produção familiar e afetou o estado como um todo, devido à baixa produção de gênero de necessidades primárias. Esse cenário fez com que os criadores de gado da Ilha do Marajó tirassem proveito do momento, cobrando valores altos na comercialização de carne, o que resultou em novos problemas. Esse processo violento na tentativa de dismantelar o agricultor de base familiar, enfraquecendo suas práticas cotidianas e seu modo de vida, trouxe então um novo rearranjo e uma nova forma de resistência:

Parte da economia da Vila do Acará era agricultura de base familiar, que veio sofrendo modificações ao longo do tempo, dada a conjuntura atual – crise de abastecimento – por que os agricultores pobres, não poderia traçar estratégias de sobrevivência ou de barganha? A dificuldade na produção e nas trocas de farinha incentivou o contrabando de carne. Se o acesso legal a este gênero saía caro e submetido ao preço estabelecido pelos fazendeiros, por que não tê-lo clandestinamente? Ou até negociar o mesmo com custo mais baixo, ou na simples troca com outros produtos? (LIMA, 2004, p. 30).

A atuação repressiva e autoritária do Estado implicou no descontentamento por parte dos camponeses, resultando na recusa destes à aceitação dessas normas autoritárias, o que desencadeou a Revolta da Cabanagem. Essas instabilidades geradas por parte da Província tiveram como resposta a luta desses sujeitos por sua estabilidade econômica e social, cujo alicerce central era terra, elemento fundamental para a manutenção da vida campesina.

A elite também redefiniu suas estratégias de controle aos revoltosos, enxergando-os sempre de maneira negativa e como inferiores, tratando-os como “insanos”, “rebeldes”, “facciosos” e “malvados”. Nesse sentido, buscava-se a tentativa de prisão em massa dessas pessoas, tidas como “perturbadores do sossego público” e que comprometiam a “harmonia e paz social” (LIMA, 2007). Demetrius Lima (2016) também aborda a visão elitista contra o

¹³ Ou Corpos de Milícia, fonte de trabalhadores destinados a qualquer serviço prestado à Coroa Portuguesa, com alistamento compulsório de Índios e de todo “homem válido” que não possuísse ofício ou estabelecimento para pagar o Dízimo.

¹⁴ Impostos pagos à Coroa Portuguesa por suas colônias. No caso do estado do Pará e Maranhão, o dízimo era cobrado por meio de produtos cultivados e extraídos na região.

movimento cabano, a qual acusava seus componentes de tiranos, que governariam a cidade sob uma “face assustadora” de coação, assassinatos, tirania e prisões.

Segundo Ricci (2006), os estudos referentes ao movimento cabano passaram a ser difundidos com as obras de Caio Padro Jr., pois esse autor, de forma percursora, deu maior visibilidade ao movimento, o qual tinha a prerrogativa “[...] de terem sido os únicos revolucionários populares e partidários de ideais libertários que conseguiram tomar o poder” (RICCI, 2006, p. 9); já para Ricardo Guimarães, a cabanagem se explicaria pela luta de classe (RICCI, 2006).

Lima (2004), em seu levantamento histórico, aponta para diversos relatos da época em que as agitações sociais provocaram intensa instabilidade na Província, sobretudo nos primeiros anos do século XIX. As lutas representavam a negação das estruturas de poder impostas pelo Estado, as quais beneficiavam pequena parte da população da província com a distribuição das sesmarias, havendo muitos camponeses sem terra e uma elevada concentração no número de escravos, gerando um amplo grupo de insatisfeitos levados ao conflito na região.

O Acará apresentou diferentes tipos de insatisfação, já que envolvia diferentes sujeitos descontentes como: escravos, agregados, indígenas e sitiante que se mobilizavam diante ao Poder da Província chamando a atenção de “autoridades” militar e política:

Nos diversos braços de rios e igarapés que constituem o Acará, muitos sediciosos e presos, dentre eles escravos, mulatos, e cafuzos, mas o ativismo rebelde não cessava. Em interrogatórios feitos a alguns proprietários, um ou outro rebelde aparece nos relatos (LIMA, 2004, p. 32-33).

Assim, o Movimento Cabano nos anos 30 do século XIX foi constituído por um conjunto complexo de lutas, composto por insurgentes como: camponeses, escravos e indígenas. Juntos, eles lutaram por suas terras, autonomia de produção, liberdade e seus modos de vida, que estavam sendo desmantelados pela Província em nome de um “desenvolvimento” em bases de um projeto colonizador e usurpador da lógica campesina. Em outras palavras, havia várias vilas com homens e mulheres envolvidos nesse projeto de liberdade e contra a opressão social, cada um com um significado diferente, construindo resistência e seus territórios.

Ricci (2006) afirma que essa diversidade social representada pelos cabanos foi possível pelo sentimento de insatisfação com a ordem vigente que existia, e o movimento os uniu sob uma identidade comum composta por diferentes etnias que povoam o interior da Amazônia. De maneira que “[...] esta identidade se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdade” (RICCI, 2006, p. 7).

O período Cabano no Acará é estudado como uma fase de tensões políticas e lutas independentistas por meio de diferentes classes sociais desde os anos 20 do século XIX, tendo

como um dos pontos centrais a distribuição de sesmarias, concentradas nas mãos de poucos. Essa estrutura fundiária desigual de então é, portanto, um elemento histórico central para problematização deste movimento entre as relações de poder. Demetrius Lima (2016) aponta que vários marcos reproduzidos em jornais dão indícios do início ou “inícios” da revolta cabana, devido a várias series de acontecimentos na região amazônica.

Em 1834 o cônsul britânico em Belém relata indícios de uma conspiração secreta entre indígenas que pretendiam depor o governo da província; ele associou a revolta à insatisfação social com as reformas constitucionais do Império. Nesse contexto, a *insurreição* já havia começado com o ataque e o assassinato de uma patrulha que seguia em busca da prisão de Vicente Ferreira Lavor Papagaio – condenado pela publicação de documentos insurgentes – no rio Acará (LIMA, 2008).

A justiça de homens brancos colonizadores, relativa à ideia de que uns trabalham mais e ganham menos, era vista como inaceitável aos insurgentes. Ao mesmo tempo, o olhar exterior, sobretudo o das “autoridades locais” da época, classificou esse movimento como criminoso entre as narrativas históricas, o que gerou grande violência física e psicológica, já que as autoridades acabaram por reforçar o domínio da lei, classificando-os como salteadores e criminosos, fatores que “[...] representaram a condenação verbal e a legitimação individual e coletiva [por meio da fala das ‘autoridades’ locais] daqueles sujeitos que um dia enfrentaram a ordem, controle e privilégios dos grupos dominantes” (LIMA, 2007, p. 9).

Além disso, várias apreensões foram feitas aos cabanos quanto a diversos gêneros que se encontravam em suas posses, como farinha, bois, roupas, redes etc., além de prisões e morte de um contingente considerável da população. Lima (2007) destaca que, diante desse cenário, quanto mais os militares reforçavam o controle contra os cabanos, mais estes reagiam às leis que davam benefícios a classe dominante, já que as ações dos rebeldes eram guiadas pelo valor da liberdade no seio de uma sociedade escravista. Assim, a cabanagem não estaria reduzida a uma rebelião por insatisfação de oprimidos, mas representaria também um movimento separatista (HARRIS, 2017).

Com relação às apreensões citadas acima de gêneros alimentícios, Lima (2009) nos leva a pensar como indicadores de pistas de uma economia camponesa ligada à produção da terra na região. Ela sustentava-se mediante trocas e comercialização local, como a partir da formação de quilombos e mocambos que resistiram ao longo do tempo, situação presente em relatos históricos de comunidades quilombolas que permaneceram até hoje. O êxito de tal permanência, aliás, muito se deve à autonomia na produção da terra, mantendo-os vivos na luta.

No livro *Cabanagem: uma revolta camponesa no Acará*, Lima (2004) mostra que em junho de 1836 comandantes faziam expedições no Acará em um engenho denominado Turé, às margens do Rio Acará, onde possivelmente havia revoltosos escondidos, o que resultou em mortes e feridos de ambas as partes. Essas pessoas eram tidas como “[...] ilegais e malvados” e “após esta investida, diga-se de passagem, mal-sucedida, o tal Turé foi abandonado pelos malvados, levando as tropas a seguir suas trilhas” (LIMA, 2004, p. 55). Também há relatos de investidas no igarapé Pitinga, onde se encontravam “[...] malvados em sua margem, além da fazenda Paraíso, onde negro liberto de nome Manuel Sabino dos Santos Lopes Brasil assassinou um Juiz de Paz do Rio Acará-Mirim”.

Esses nomes – Fazenda Paraíso, Engenho Turé e igarapé Pitinga – em específico, chamaram atenção uma vez que estão presentes no vocabulário e convívio da Associação de moradores e agricultores quilombolas do Alto Acará (Amarqualta), denotando características da sua história presente na região como toponímias (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2009). Em seu território, existe um engenho chamado Turé, abandonado às margens do Rio Acará, na comunidade do Turé III e na Vila Formosa. Duas das comunidades são denominadas de Pitinga Grande e Pitinga Mirim e existe uma fazenda denominada Paraíso localizada na comunidade de Vila Formosa

Esses relatos podem então representar acontecimentos que outrora marcaram as relações sociais de tensões na região do Alto Acará e mais especificamente nas comunidades do território da Amarqualta.

Em 1850, com o fim da concessão de sesmarias, foi criada a Lei de Terras de número 601, com a finalidade de travar o acesso à terra a escravos alforriados, indígenas e migrantes que chegavam para trabalhar nos grandes cafezais na região Sudeste. Essa lei transformou a terra em mercadoria com preços elevados, na tentativa de barrar a formação de um campesinato imediato.

Por consequência, o desenho local que se forma é uma estrutura fundiária extremamente concentrada, materializada, sobretudo, na formação de grandes latifúndios, constituídos muitas das vezes a partir da grilagem de terras devolutas pertencentes à união, processo este que marca grandes conflitos em todo país (FERNANDES; RAMALHO, 2001).

Ao mesmo tempo em que o processo histórico de colonização da terra gera amplos conflitos, ele vem dando margem à formação de novos sujeitos que lutam por autonomia e pelo controle total de quem vive na/da terra, sob a lógica de seu valor material e imaterial.

Essa lógica de autonomia pela terra vem formando uma pluralidade de povos com múltiplas identidades, como mulheres quebradeiras de coco babaçu, pequenos agricultores,

quilombolas, indígenas, ribeirinhos, seringueiros, varzeiros e extrativistas. Criam-se, assim, autoidentificações coletivas que vão além da formação de sindicatos, e a partir das quais esses movimentos vêm se engajando na luta pela terra na Amazônia (CRUZ, 2009).

Dentre estas múltiplas identidades que passam a se articular na luta pela terra, este trabalho traz como foco a questão dos povos quilombola. Entendemos este grupo social como uma organização política de autoidentificação e diferenciação étnica que transcende o fator histórico, isto é, formada também por meio de conflitos sociais atuais (ALMEIDA, 1998). Assim:

Por intermédio da categoria *quilombo*, ressemantizada tanto política, quanto juridicamente, tem-se, pois, um novo capítulo de afirmação étnica e de mobilização política de segmentos camponeses, que se refere particularmente às chamadas *terras de preto* ou às situações designadas pelo movimento negro como “comunidades negras rurais”. O conceito de etnia aqui enfocado não é definido por critérios “naturais” de nascimento, tribo e religião, antes é construído a partir de conflitos sociais. A afirmação étnica em jogo não se atém necessariamente a critérios mais óbvios ditados por rituais religiosos, por elementos linguísticos, por características raciais (estatura, formas corpóreas, “cor da pele”, cor dos olhos, cor dos mamilos, espessura dos fios de cabelo) ou ainda por itens de cultura material (arquitetura das casas, planta física do povoado, formato dos instrumentos de trabalho, tipos de peças de vestuário, de estamparias de tecidos, de ornamentos – brincos, colares, corte de cabelo – e de cerâmicas). Tais procedimentos classificatórios, que durante longo período na história das ciências foram tidos como objetivos, são interpretados agora como modalidades de representação eivadas de noções estigmatizantes, cuja eficácia enquanto instrumento explicativo mostra-se limitada. (ALMEIDA, 1998, p. 52. Grifos do autor).

Nessa ótica e corroborando o posicionamento de Almeida (1998), ser quilombola passa a ser uma questão política de autoidentificação e diferenciação de classe, sobretudo para além de questões históricas, de vestimentas, arquiteturas, religião dentre outros critérios que limitem e enquadre este tema em um processo único e acabado. Entendemos que o tema que circunda quilombo e quilombolas é um processo de luta de autoidentificação/afirmação e autonomia, formado a partir de uma identidade coletiva, marcada por alteridades com as estruturas de poder do Estado e das classes dominantes.

A constituição brasileira de 1988 traz consigo elementos para repensar a questão quilombola, estando delimitada em específico no Art. 68. Esta Lei visa sanar as questões que circundam as dívidas históricas relativas ao processo de escravidão no país, sobretudo a questão da terra¹⁵. Este artigo expressa o seguinte: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos

¹⁵ Com lei que aboliu o tráfico de africanos em 1850 e a substituição da mão-de-obra escravizada, o Brasil passou a incentivar a vinda de imigrantes europeus como forma de suceder essa força de trabalho, a fim de contrabalancear os efeitos da abolição. Nesse período surge a Lei de Terras com a principal finalidade de suprimir as antigas formas de aquisição de terras e estas passam a adquirir um preço monetário. Assim, “[q]uanto aos escravos – e a Lei alegava também a necessidade de substituição dos braços escravos, tratava-se de resolver o novo fator de irracionalidade que atingira o sistema escravagista, encarecendo o custo do escravo e de sua exploração,

que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Além deste, os Artigos 3º, 5º, 215º e 216º servem como instrumentos de reivindicação quilombola, já que tratam da igualdade de todos perante a Lei, sem discriminação de sexo, cor, raça e qualquer forma de diferenciação, além de assegurar o direito, valorização e acesso à cultura e ao patrimônio cultural, sejam estes materiais e imateriais, assim, destacamos o Art. 216:

Constitui-se patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem: I – As formas de expressão; II – Os modos de criar, fazer e viver; [...] V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológicos, paleontológicos, ecológico e científico. [...]§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 1988, 126-127).

Com o decreto nº 4.887/2003¹⁶, assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as comunidades passaram a ter uma referência normativa, pois o artigo 2º reconhece que:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, 2003, 4.887/2003, art. 2º).

Ademais, nos artigos 1º ao 26º do decreto, revisam-se e intitulam-se normativas aos órgãos públicos para fins de reconhecimento, demarcação e titulação das comunidades quilombolas, além da destinação de políticas públicas específicas a esta população.

Assim, somente com a constituição de 1988 é que o Estado tenta sanar as dívidas históricas do processo de escravidão no Brasil, já que, cem anos antes, a abolição de 1888 não apresentou qualquer tentativa de integra ex-escravos à sociedade. Ao mesmo tempo, a legislação atual acaba sendo incompleta e bastante limitada – mesmo com toda a sua importância – em atingir grande parte do que se propõe, pelas questões complexas de apropriação da terra que se apresenta, sobretudo, na Amazônia com a questão quilombola, que

consequência maior da abolição do tráfico africano. Porém, os objetivos capitalistas dos proprietários só seriam alcançados se o acesso do solo aos ex-escravos e aos trabalhadores nativos fosse dificultado. Assim, conforme a Lei de Terras, os trabalhadores tiveram que ser: 1º) Afastados da terra e dos meios de subsistência; 2º) Afastados da propriedade desses meios”. (GADELHA, 1989, p. 161).

¹⁶ Decreto que vinha sendo questionado por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), a qual foi articulada pelo Partido Democratas (DEM). Entre os argumentos estava aquele que atribuía inconstitucionalidade ao critério de autoidentificação utilizado por comunidades como remanescentes quilombolas. Esta ADI foi votada no ano de 2018 como improcedente.

agrega ampla porção do campesinato como os posseiros, arrendatários etc. que não têm as suas terras legalizadas.

Como dito anteriormente, essas denominações citadas acima foram formadas no estado do Pará com o processo histórico de insurgências ao processo colonial que data de muito antes da lei abolicionista, com a Revolta da Cabanagem, na qual esses sujeitos foram protagonistas e lutaram de maneira coletiva por sua autonomia de vida e dela com a terra. Hoje, esta é uma luta em que vai além da busca por reparação de dívidas históricas, pois visa um conjunto de elementos i-materiais imprescindíveis ao seu modo de vida.

Leite (2000, p. 333) aponta que “[f]alar de quilombo e de quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção”. Assim, o conceito de quilombo traz consigo uma definição mais ampla dos movimentos negros pelo alcance de suas tradições, histórias e memórias vinculadas a seus territórios, já que esse seguimento ficou invisível à sociedade ao longo da história. Assim, atualmente, camponeses se acionam a identidade quilombola como forma de lutar por seus direitos, retomando as suas raízes.

Destacamos ainda que a luta pelo território para essas comunidades quilombolas carrega um sentimento muito mais amplo e complexo no sentido de lutar não só por sua terra, mas por todo o significado material e imaterial que nela está imbricado; é, também, uma luta por sua identidade, por sua história, memórias, técnicas, costumes, cultura e pelo lugar do sagrado construídos ao longo de sua história. Esta luta mobiliza uma ação coletiva pautada num sistema complexo de significados em que se autoafirmam as suas identidade e autonomia.

Desse modo, as comunidades quilombolas não lutam por qualquer terra, mas sim por seu território; lutam por uma territorialidade local estabelecida sob os vínculos afetivos que mantêm com suas terras. Esse campo de luta se expressa em muitos movimentos sociais que demonstram grande força política, como é o caso das quebradeiras de coco babaçu, dos ribeirinhos, dos atingidos por barragem etc. (ALMEIDA, 2002; CRUZ, 2011). Assim, “[...] a constituição desses novos sujeitos dá-se nas e pelas lutas de afirmação de suas identidades culturais e políticas pautadas na territorialidade, logo, são lutas pela afirmação de suas identidades territoriais” (CRUZ, 2011, p. 38-39).

Assim, o território carrega consigo um significado imaterial de vida, identidade e resistência, o que faz com que as comunidades se organizem enquanto sujeitos políticos e protagonistas de suas lutas pela afirmação simbólica e material de seu modo de vida, de sua territorialidade e identidade, visto que:

Esses movimentos apontam para o caráter emancipatório das lutas pautadas numa politização da própria cultura e de modos de vida “tradicionais”, numa politização dos “costumes em comum” produzindo uma espécie de “consciência costumeira” que vem re-significando a construção das identidades dessas populações que, ancoradas nas diferentes formas de territorialidade, afirmam-se num processo que, ao mesmo tempo, direciona-as para o passado, buscando nas tradições e na memória sua força, e aponta para o futuro, sinalizando para projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política. (CRUZ, 2011, p. 152).

Cruz (2016) discorre a respeito de lutas por identidades políticas e culturais relacionadas às territorialidades quilombolas, as quais constroem o território em torno da defesa de seu modo de vida, da preservação dos rios, da prática e da perpetuação de seus saberes e costumes, seja no trato com ervas medicinais ou em técnicas de plantar, pescar, etc., e suas autodefinições advêm de sua construção identitárias correspondentes a territorialidades específicas. Na luta contra os processos de avanço da modernização agrícola, os povos que tradicionalmente ocupam o território (re)afirmam sua identidade e territorialidade.

O território quilombola origina-se, então, a partir do processo de ocupação de rios e igarapés – como vimos, os cursos d’água ajudaram a moldar esse processo há algumas décadas desde o Brasil colonial. Esses processos marcaram e ainda marcam o território socialmente construído e imbuído de elementos que dão significados aos seus modos de vida, ritos e costumes construídos entre eles a partir da/na terra. Little (2003, p. 265) afirma que para esses povos:

[...] A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais. O fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa em uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território.

Little (2003) assinala ainda que as raízes da luta dos povos que tradicionalmente ocupam o território estão na defesa deste e de tudo o que ele significa. O autor afirma também que as memórias ancestrais dos quilombolas foram tão importantes para o processo de titulação definitivas de suas terras quanto – senão mais que – documentos formais escritos para o confronto junto ao poder público.

A expressão das territorialidades dessas comunidades não se constitui em leis, mas a partir de uma construção coletiva de ordem identitária, material e simbólica, que agrega historicidade ao território (LITTLE, 2003). Essa territorialidade se concretiza a partir do sentimento de pertencimento a um lugar, de um regime de propriedade comum, além da historicidade de suas ocupações contidas em uma memória coletiva, como destaca Little (2003).

Diante disso, Cruz (2011) acrescenta que é mediante essas questões que a dimensão da territorialidade é “[...] fundamental da afirmação dos direitos coletivos das ‘populações tradicionais’ na Amazônia, pois é nela que reside a garantia do reconhecimento de uma identidade coletiva e a defesa da integridade dos diferentes modos de vida” (CRUZ, 2011, p. 182).

Com isso, não podemos analisar de maneira desmembrada a questão do território, da territorialidade e da identidade, visto que as territorialidades desses povos ganham validade e se expressam na relação com a terra e na organização política coletiva, nas suas relações e tratos com a natureza (práticas realizadas por meio de saberes tradicionais herdados de seus antepassados).

Enfim, a territorialidade quilombola expressa a identidade desses povos em seu território, no sentido que essa identidade é uma construção histórica e social estratégica e não natural, e que envolve dimensões (i)materiais, pois “[...] a identidade é a plataforma de mobilização política para afirmação de sujeitos de direitos” (CRUZ, 2011, p. 26).

Assim, a terra onde vivem os quilombolas possibilitou a reprodução dessas comunidades em processos de construção de identidades afirmativas ligadas a parentescos e vizinhanças, formando uma territorialidade própria mais ampla no sentido da construção, reinterpretação política e preservação de memórias ao longo do tempo. Isso tudo possibilitou a reprodução do modo de vida desses grupos que configuram, assim, um complexo vínculo de pertencimento mantido e construído em seu território.

Diante da busca dos movimentos negros por direitos é que camponeses de origem quilombola passaram a se autoidentificar enquanto comunidades remanescentes quilombolas a fim de buscar maior legitimidade no processo de titulação de suas terras, como é o caso das comunidades aqui estudadas. Estas passaram a se afirmar enquanto quilombolas no momento em que se viram vulneráveis ao processo de expansão do agronegócio do dendê em sua direção (na figura da Biopalma/Vale), conforme veremos a seguir.

3 OS INCENTIVOS BRASILEIROS À PRODUÇÃO DO AGROCOMBUSTÍVEL: O CASO DO DENDÊ

As referências de estudos brasileiros voltados para iniciativas de produção vegetal para o biodiesel começaram ainda na década de 1950 por meio do Instituto de Óleos do Ministério da Agricultura, do Instituto de Tecnologia Industrial de Minas Gerais (ITI) e do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), que passaram a pesquisar sobre as evidências do óleo de mamona, algodão e ouricuri para motores a diesel (BRASIL, 2006).

Com a segunda crise do petróleo, iniciada em 1979, o Brasil intensificou a busca por fontes alternativas de energia para, assim, diminuir a dependência externa de combustíveis fósseis, pois naquele momento produzia apenas 15% do petróleo consumido nacionalmente. Com isso, o governo emitiu a Resolução de nº 7 de 1980, por meio do Conselho Nacional de Energia, criando o Programa Nacional de Produção de Óleos Vegetais para Fins Energéticos (Proóleo), cujo principal objetivo foi a substituição do óleo diesel por óleo vegetal e até 30% de volume de mistura. Assim, fez-se uma série de investimentos em pesquisa tecnológica para promoção da produção de óleos vegetais em diferentes regiões do país (BRASIL, 2006).

Ainda na década de 1980, foi lançado o Programa Nacional de Alternativas Energéticas Renováveis de Origem Vegetal pela então Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio (STI/MIC), tendo como principais medidas:

[...] algumas linhas de ação relacionadas aos óleos vegetais combustíveis, que levaram ao Programa de Óleos Vegetais (OVEG), voltado especificamente para a comprovação técnica do uso dos óleos vegetais em motores ciclo Diesel, com a participação de institutos de pesquisa, órgãos técnicos do governo federal, fabricantes de motores, fabricantes de óleos vegetais e empresas de transportes. Foram desenvolvidos testes com ésteres puros (metílico e etílico) e misturas com 30% de éster metílico de óleo de soja, matéria-prima selecionada por sua maior disponibilidade. (BRASIL, 2006, p. 42).

Assim, constatou-se que a soja seria o principal vetor para a concretização do Proóleo; a partir de 1981 seria o amendoim, em 1982, a colza e o girassol, e em 1986 o dendê passou a ser considerado com mais ênfase pela política. A meta nacional consistia na produção de 1,6 milhão de metros cúbicos de óleo para fins energéticos em até cinco anos. No entanto, com a queda do valor do petróleo em 1985, a possibilidade econômica passou a ser prejudicada (BRASIL, 2006).

Nos últimos anos, com as políticas de baixa emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) devido às preocupações diante das mudanças climáticas, vem ocorrendo uma corrida mundial pela produção/consumo de energias renováveis e, novamente, os agrocombustíveis aparecem como alternativa. No Brasil, foram retomados os estudos e incentivos em larga escala por parte

do setor público para atrair investimentos externos e, em 2002, o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) criou a Rede de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Probiodiesel, encarregada de desenvolver diversos avanços na avaliação das perspectivas do biodiesel (BRASIL, 2006).

A partir do uso da soja, desde 2005, empresas passaram a produzir biodiesel no Brasil em estados como São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. O setor sucroalcooleiro, após a decadência no período colonial, também adquiriu importância para a produção do agrocombustível por meio do etanol, expandindo a produção brasileira de cana-de-açúcar para os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Santa Catarina e alguns estados da Região Norte (não obstante o complexo produtivo esteja concentrado no Centro-Sul) (BRASIL, 2006).

Assim como o setor sucroalcooleiro, os setores alimentício e químico também passaram a influenciar na produção do agrocombustível, adaptando suas plantações ao mercado da geração de energia a partir do refino do óleo de dendê. Com esse cenário de incentivo à produção de energia, foi realizado o estudo “O custo da produção e taxaço do biodiesel nas cinco regiões do Brasil”, o qual identificou as regiões Sul e Sudeste como propícias para a produção de girassol, o Centro-Oeste para a soja, o Nordeste para o caroço de algodão e o Norte para a plantação de dendê.

Além desse estudo, a Embrapa (2003) também realizou o levantamento das regiões em potencial para a produção de oleaginosas e, assim, o Norte novamente se destacou como “vocado” ao cultivo de palma do dendê, além de mamona, babaçu, soja, coco e algodão; na Região Centro-Oeste foi identificado potencial para a produção de algodão, dendê, soja, mamona e girassol; na região Sul, para colza, girassol, algodão e soja; e na região Sudeste, para mamona, soja, girassol e algodão.

Esses estudos utilizaram um recorte macrorregional, a fim de indicar a capacitação de cada região brasileira para a produção de *commodities* mais viáveis à geração do “biodiesel”. Nessa estrutura, estrategicamente planejada, as áreas de expansão da fronteira agrícola tornaram-se cada vez mais sujeitas ao avanço do agronegócio ligado à biomassa.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), em 2018, a produção brasileira de “biodiesel” aumentou 26% – com destaque para a produção de etanol –, e, segundo estima-se, as fontes renováveis de energia representam 44% da matriz energética, o que chegou a 45,3%. Com o boletim mensal de energia liberado pelo MME, até junho de 2019, a Oferta Interna de Energia (OIE) foi representada em 46% por fontes renováveis.

Das plantações para uso energético, verifica-se uma crescente preferência pelo óleo de palma do dendê. Segundo o Projeto Potencialidades Regionais: Estudos de Viabilidade Econômica, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) em 2003, essa preferência acontece: a) devido ao forte apelo para que se reduzam os impactos ambientais, uma vez que o dendê apresenta uma produção muito mais elevada em uma área reduzida (se comparado com a soja, por exemplo); b) por sua versatilidade de uso; c) por ser um importante substituto da gordura animal no uso doméstico, contribuindo para a saúde nutricional humana, d) por apresentar uma produtividade mais elevada que a de outros produtos concorrentes e; e) ser uma produção que exige pouca mecanização, além do “reduzido” uso de “defensivos agrícolas”.

Com relação ao monocultivo, devido à sua versatilidade de uso, sua produção é destinada em maior quantidade ao setor alimentício. A produção de frutos se inicia a partir do terceiro ano pós-semeadura, mantém uma vida econômica entre 20 a 30 anos. O cultivo também se destaca entre os demais por seu teor de produtividade, chegando a 3700kg por hectare (se comparado com a soja, que produz no máximo 389kg/ha) (BIODIESELBR, 2016).

Segundo a Avaliação do Biodiesel no Brasil, realizada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2004), ainda em 2002, a produção mundial de dendê chegou a 25 mil toneladas, cuja participação do Brasil foi de apenas 0,5%. Ainda nesta avaliação, o setor produtivo apontou uma alta de mercado, pois o óleo de palma bruto subiu de US\$ 400 para US\$ 500 a tonelada no segundo semestre de 2003. Onze anos depois, este valor subiu para US\$ 796, e hoje o Brasil ocupa o décimo lugar no ranking mundial de produtores (BIODIESELBR, 2018).

Em 2016, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) destinaram R\$ 3,6 bilhões para o Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação no setor de Mineração e Transformação Mineral (Inova Mineral) e para o Plano de Apoio ao Desenvolvimento e Inovação da indústria Química (Padiqa). A lista dos beneficiários incluiu fabricantes ativos do biodiesel (Granol e 3 Tetos), fabricante de diesel de cana-de-açúcar (Amyris) e a Biopalma, produtora de óleo de palma de dendê. O intuito da iniciativa foi investir em inovações voltadas para a sustentabilidade e redução de emissão de GEE (BIODIESELBR, 2016).

Como nesse caso, notamos que, frequentemente, o dendezeiro é apontado como um vetor energético em potencial e preferencial de expansão para a obtenção do agrocombustível. Devido à sua capacidade produtiva, os investimentos direcionados ao cultivo crescem progressivamente na região Norte desde o início deste século.

É importante destacar a relevância da Embrapa nesse setor, pois apresenta uma tradição de pesquisa com o dendê desde 1980, com a criação de um centro de pesquisa específico sobre a oleaginosa, o qual se encerrou em 1989. Em 2010, foram retomadas as pesquisas por meio do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil, quando se iniciou uma nova fase do cultivo (HOMMA, 2016).

A partir de um estudo realizado pela Embrapa/Manaus para desenvolver variedades de dendê, contendo alta produtividade, visando seu melhoramento, o controle de pragas e de doenças, foi implantada a Estação Experimental de Dendê no Rio Urubu (EERU) em 1982, com o objetivo de produzir sementes de alta qualidade, gerar e adaptar tecnologias e comprovar e divulgar o potencial produtivo da região amazônica.

A doença do amarelecimento fatal desafiou as pesquisas da Embrapa, pois não se conhecia o agente causal e nem como encontrá-lo, o que causou perdas vultuosas a partir de 1984. Assim, a disseminação dessa doença passou a ameaçar a expansão do dendê, ocorrendo em vários países como Equador, Suriname, Honduras, Brasil e Colômbia. Por meio das primeiras investigações científicas, descobriu-se que a sua contenção é eficaz quando se segue uma rigorosa eliminação das palmeiras afetadas.

Em um primeiro momento, foi realizado um convênio entre a Embrapa, a Associação dos Produtores de Dendê do Pará e Amapá (APRODEN) e a Empresa de Dendê do Pará S.A. (Denpasa), a fim de colher recursos para um fundo de pesquisa e formar a comissão Polo de Pesquisa do Dendê (PPD), que passou a investigar a área de campo da Denpasa (EMBRAPA, 1996).

Devido a todas as incidências do amarelecimento fatal, a Embrapa passou a focar na seleção de espécies resistentes para as áreas mais sujeitas à doença. A pesquisa de melhoramento genético foi recebida do Centre de Cooperation Internacional en Recherché Agronomique pour le Developpment (CIRAD), da França. Um dos maiores trabalhos realizados nos anos de 1990 aconteceu por conta das novas variedades de palma de dendê trazidas da Costa do Marfim para a Amazônia, destinadas à produção de sementes comerciais.

Até que em 2010, após vinte anos de teste, a Embrapa desenvolveu um híbrido: o BRS Manicoré. Ele chegou ao mercado por ser resistente ao amarelecimento fatal, e por suas sementes apresentarem um padrão de qualidade reconhecido mundialmente, pois resultam de um criterioso teste de seleção em função do lento crescimento da palma, da quantidade de óleo produzida e da resistência a doenças.

Desde então, novas pesquisas vêm sendo realizadas pela Embrapa a fim de capacitar ainda mais o cultivo do dendê (a exemplo do ProDendê) e possibilitar o melhoramento genético

do dendezeiro (BIODIESELBR, 2011). Outra pesquisa realizada pela Embrapa¹⁷ consiste na tentativa de solucionar a alta propensão de acidificação do óleo do dendê¹⁸, fator que limita o tempo de processamento dos frutos pela indústria processadora (a qualidade dos frutos diminui gradativamente, sujeitos até mesmo à inutilização, caso não sejam processados em algumas horas após a colheita). Isso exige que a produção ocorra sempre o mais próximo possível da indústria processadora, limitando, assim, as áreas de plantação. No caso do dendezeiro africano (*Elaeis guineenses*¹⁹), o prazo para o processamento dos seus frutos é de até 48 horas após a colheita (BIODIESELBR, 2017).

Diante dessa questão, a Embrapa está avaliando os genomas das espécies africanas e da nativa das Américas de modo a conhecer os mecanismos genéticos que circundam a acidificação do óleo de palma.

Segundo o BiosieselBR (2018), por ano, cerca de 72 milhões de toneladas são produzidas mundialmente e são destinadas sobretudo aos setores alimentício e de cosméticos. Nesse contexto, o dendê ganha cada vez mais espaço na produção de agrocombustível, não existindo oleaginosa mais rentável que o dendê no mundo, já que um hectare pode produzir até cinco mil toneladas de óleo por ano.

As políticas de incentivo ao setor do agrocombustível foram um importante fator de avanço da palma. Porém, até 2015, 76,5% do biodiesel brasileiro provinha da soja, 19,4% da gordura animal, 2% do algodão e 2,4% de outras fontes de matéria-prima, incluindo o dendê. É importante citar que, hoje, no Brasil, é obrigatório que o diesel contenha pelo menos 10% de biodiesel em sua composição, e a estimativa é que, até 2030, aconteça um salto para 20%, o que levaria a um aumento de 100% na área atualmente plantada (BIODIESELBR, 2018).

O estado do Pará, principal produtor de dendê do Brasil, vem apresentando um aumento significativo quanto à área destinada à produção, tendo em vista que ela quase que dobrou de 2010 até 2017, como mostra a tabela a seguir:

¹⁷ Quem financia esse projeto é a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), sendo esta uma empresa pública brasileira.

¹⁸ O BRS Manicoré acidifica entre 5 a 7 dias.

¹⁹ Espécie de palma produzida pela Biopalma.

Tabela 2: Histórico da área de colheita, quantidade e valor de produção de cachos de palma no estado do Pará.

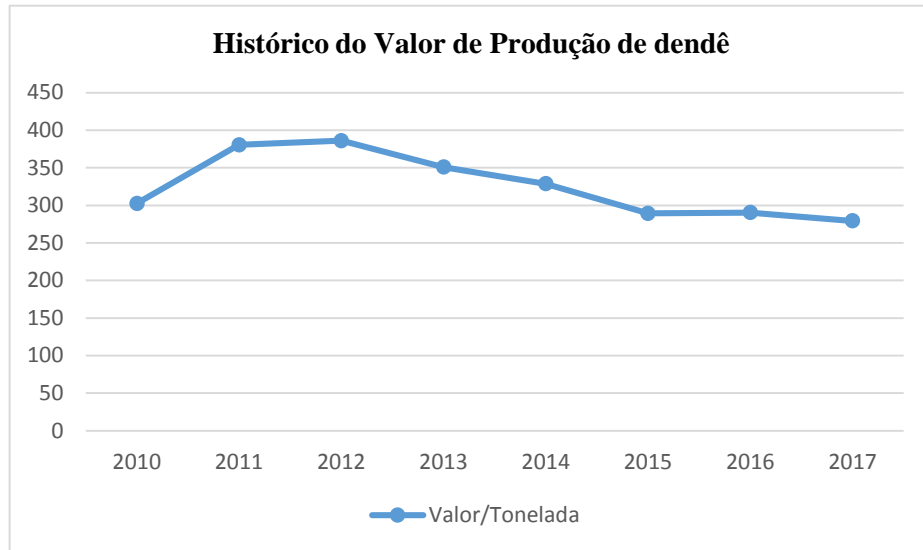
Ano	Toneladas produzidas	Área destina à colheita (h)	Valor/tonelada²⁰
2010	1.058.381	52.244	302,51
2011	1.082.348	53.968	380,46
2012	1.034.361	58.795	386,12
2013	1.040.538	54.475	350,95
2014	1.187.338	72.375	328,64
2015	1.379.192	85.942	289,34
2016	1.486.082	99.904	290,44
2017	1.579.126	98.763	279,33

Fonte: SEDAP (2018). Elaboração da autora.

O cultivo do dendê teve um grande avanço de 2004 a 2010, mas é desse último ano em diante que, de fato, a expansão se acelerou, como mostrado na tabela acima. Podemos dizer que isso se deve aos investimentos governamentais por meio do Zoneamento Agroecológico do Dendê (ZAE) e do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma. A área plantada passou de cerca de 50 mil hectares para aproximadamente 236 mil – área que, até 2019, estaria apta para cobrir a demanda nacional da indústria de cosméticos e a alimentícia – com simultâneo crescimento da área colhida (BIODIESELBR, 2018).

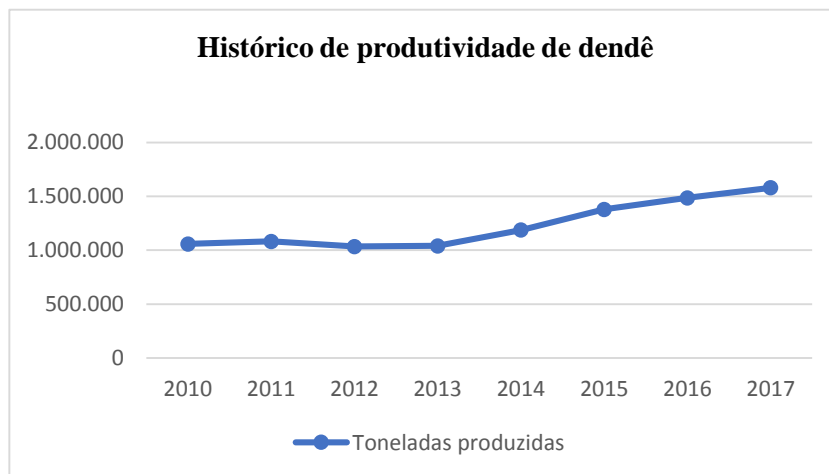
Outro fator importante expresso na tabela refere-se ao valor de produção em toneladas. No gráfico abaixo, podemos analisar a variação do valor real por tonelada de 2010 a 2017; percebemos ainda que entre os anos de 2010 a 2011 houve uma valorização real de 25,23%, permanecendo quase que inalterada até 2012; já em 2013, a sua desvalorização no mercado começa a ser notória, visto que houve uma baixa de 9% em seu preço, o qual diminui gradativamente até o ano de 2017, quando chegou a uma desvalorização de 20%. De maneira geral, onde o ano de 2012 representou o período com o valor real mais alto – chegando a R\$ 386,12 a tonelada produzida de dendê no mercado –, esse valor passa a ser de R\$ 279,33 no ano de 2017, apontando uma desvalorização real de 27% no mercado para o seu período de maior alta.

²⁰ Fizemos a correção dos preços de dendê por tonelada através do Índice Geral de Preço – Disponibilidade Interna (IGP-DI), disponibilizado pela Fundação Getúlio Vargas, base Outubro de 2019, passando, assim, de valor nominal para real.

Gráfico 1: Variação do valor de produção de dendê entre 2010 e 2017.

Fonte: SEDAP (2018). Elaboração da autora.

Já em relação à análise do gráfico de produtividade, percebemos que a sua variação é inversamente proporcional ao valor por tonelada, visto que no mesmo ano em que o valor começa a ficar mais baixo em 2012, a produção começa a aumentar. Assim, poderíamos inferir que o aumento na produção se daria pela alta do valor do dendê no mercado; no entanto, o preço continuava a cair nesse período e, ainda assim, a produtividade continuava a crescer, com aumento de 52% entre 2012 e 2017, como mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 2: Histórico da produção de dendê entre os anos de 2010 e 2017.

Fonte: SEDAP (2018). Elaboração da autora.

Como inferimos, esse aumento na produtividade pode estar relacionado às políticas governamentais como o ZAE-Dendê, mas também pode estar associada à expectativa de alta, visto que até 2030 o diesel deverá conter pelo menos 20% de biodiesel em sua composição, o

qual, como já falamos, levaria a um aumento de 100% na sua atual área plantada e consequentemente em sua produtividade.

3.1 A EXPANSÃO DO DENDÊ NO PARÁ E ATUAÇÃO DA BIOPALMA/VALE

Com a crise do petróleo na década de 1970, estimulou-se a busca por fontes alternativas de energia que pudessem sustentar a demanda e o crescimento industrial em conformidade com os incipientes princípios sustentáveis de então. Não diferente disso, o Brasil enxergou tal busca no agrocombustível (SOUZA, 2013). Desde então, a produção de óleo vegetal se tornou um grande objetivo do governo brasileiro para a produção de energia por meio de fontes renováveis como a biomassa, contexto no qual o óleo do dendê se destacaria.

Observamos que a introdução das sementes de dendê no Brasil é oriunda de Moçambique, Angola e Benin, introduzidas por meio dos navios negreiros no período colonial, quando os primeiros dendezeiros foram formados no estado da Bahia. Na Amazônia, essa inserção teve ajuda do Instituto Agrônomo do Norte (IAN) na década de 1950, posteriormente incorporando à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Oriental). Segundo Homma (2016), nesse primeiro momento, houve apenas uma avaliação das possibilidades do cultivo na Amazônia.

Em 1967 se inicia não região o cultivo de dendê em larga escala, mediante o convênio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), antiga Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com a empresa francesa Institut de Recherches Pour Les Huiles et Les Oleagineux (IRHO). Na década de 1970, a iniciativa privada adentra o projeto, o que mais tarde influenciaria a criação de empresas como: Marborges, Agropalma, Belém Bioenergia Brasil e Biopalma (SANTOS; D'AVILA, 1999), vislumbrando, assim, um lócus para seu crescimento.

O dendezeiro destaca-se entre as espécies das oleaginosas por seu alto teor de produtividade de óleo em cada unidade de área. Santos; D'vila, (1999, não paginado) apontam que o “[...] rendimento médio do dendê alcança níveis que variam de 3 a 5 mil kg de óleo/ha/ano, isto para o óleo de palma, o seu principal produto, além de 300 a 500 kg/ha/ano de óleo de palmiste que é obtido a partir do processamento da amêndoa”.

Quanto ao seu uso, o óleo apresenta múltiplas aplicações, sendo utilizado na indústria alimentícia, em produtos farmacêuticos, de higiene, na produção de sabão dentre outros. Ademais, sua valorização vem ganhando espaço com o mercado do agrocombustível, lógica sob a qual o Nordeste paraense vem se tornando peça alvo dessa monoprodução, trazendo consigo o discurso de “sustentabilidade” em vista de um produto que pode ser implantando em

áreas já desmatadas, ajudando a recompor a cobertura vegetal (GOMES; SILVA; MACEDO, 2016).

Esse discurso vem acompanhado de incentivos estatais como o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), criado em 2004 pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para estimular a produção de agrocombustível no país. Com o programa, criou-se também o Selo Combustível Social (SCS), subsídio às empresas que se comprometessem a integrar agricultores familiares à sua cadeia produtiva, promovendo-lhes a inclusão social (BRASIL, 2011).

Gomes (2018) atenta em sua pesquisa que com o SCS as empresas produtoras do agrocombustível ganham incentivos financeiros como os proporcionados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de ter acesso a 80% do mercado cativo dessa fonte de energia e a desoneração de certos tributos. Para a obtenção dessas vantagens, as agroindústrias precisam promover a “inclusão social” por meio de alguns requisitos, tais como firmar contrato com os agricultores familiares; assegurar-lhes assistência e capacitação técnica (em compatibilidade com sua segurança alimentar), e garantir um percentual mínimo de compra da matéria prima por eles produzida, que na região Norte é de 15% (BRASIL, 2011).

Já no ano de 2010 foi lançado o Programa Nacional de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP) no município de Tomé-açu (Nordeste paraense), com o intuito de aumentar a participação dos agricultores familiares no cultivo do dendê, momento no qual se realizou o Zoneamento Agroecológico do Óleo de Palma para delimitar as áreas mais aptas, do ponto de vista climático e do solo, para o cultivo. Nesse mesmo ano entrou em vigência o Plano Palma Verde, lançado também em Tomé-açu pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para estimular ainda mais o plantio no estado do Pará.

No ano de 2016, foi lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará (Pará 2030), com o objetivo de desenvolver ações estratégicas a longo prazo que visem o desenvolvimento sustentável. A expectativa é que até 2030, o estado desenvolva uma economia dinâmica ancorada na sustentabilidade e atue nas seguintes cadeias estratégicas: agricultura familiar, grãos, florestas plantadas, logística, biodiversidade, turismo e gastronomia, verticalização do pescado e aquicultura, açaí, óleo de palma, pecuária, exploração mineral, cacau e exploração mineral (SECTEC PARÁ, 2018).

Para o óleo de palma, a perspectiva do Pará 2030 é de que até o mencionado ano, o estado alcance uma expansão para 381 mil ha da palma de dendê. Dessa forma, a área prioritária

para expansão são as próximas as áreas já consolidadas, além de áreas de pastagem orientadas por meio do Zoneamento (THE NATURE CONCERNANCY, 2018).

Nesse contexto, propício e estimulado por políticas públicas junto a iniciativas privadas, o Nordeste paraense tornou-se uma parcela importante para o avanço do agronegócio, sendo o principal produtor de dendê no Brasil, com uma produção de 1.460.935 mil toneladas no ano de 2018 (IBGE, 2018). O município do Acará, lócus deste estudo, é o terceiro mais expressivo em relação a toneladas produzidas, em áreas destinadas à colheita e em relação ao valor da produção desta oleaginosa, quando comparados os anos de 2012, 2016 e 2018 (ver tabelas 1, 2 e 3). É importante salientar ainda como apenas nove municípios (Tailândia, Moju, Acará, Bonito, Igarapé-Açu, Santo Antônio do Tauá, Tomé-Açu, Concórdia do Pará e Castanhal) concentravam aproximadamente 93,6% da produção no estado do Pará no ano de 2012.

Tabela 3: Área de colheita, quantidade e valor de produção de cachos de palma, em 2012 no Brasil e no Pará.

Unidade	Área destinada à colheita (ha)	Toneladas produzidas	Valor produção (R\$1000)
BRASIL	113.135	1.240.992	322.296
Região Norte	59.192	1.036.639	273.727
Pará	58.795	1.034.361	272.950
Tailândia	19.387	405.055	117.466
Moju	13.288	153.356	33.738
Acará	7.000	175.000	42.648
Bonito	4.200	84.000	21.840
Igarapé-Açu	4.200	46.200	13.467
Santo Antônio do Tauá	2.900	40.600	10.252
Tomé-Açu	2.600	49.400	11.861
Concórdia do Pará	2.000	28.000	7.372
Castanhal	1.000	18.000	5.049

Fonte: IBGE (2012).

No ano de 2016, o município do Acará continuou com sua grande expressividade, passando de 175 mil toneladas produzidas em 2012 para 195 mil no ano de 2016. Com relação à área destinada a colheita, o valor quase que dobrou, passando de 7 mil ha para 13 mil ha no decorrer de quatro anos, o que nos sugere uma prospecção de aumento ainda maior em toneladas produzidas nos próximos anos.

Tabela 4: Área de colheita, quantidade e valor de produção de cachos de palma, em 2016 no Brasil e no Pará.

Unidade	Área destinada à colheita (ha)	Toneladas produzidas	Valor produção (R\$1000)
BRASIL	142.264	1.647.417	423.515
Região Norte	99.904	1.489.572	383.151
Pará	99.402	1.486.082	382.478
Tailândia	19.387	405.055	102.025
Concórdia do Pará	17.900	214.800	57.996
Acará	13.000	195.000	52.650
Bonito	10.320	106.502	16.508
Moju	7.093	141.151	31.053
Santo Antônio do Tauá	6.900	96.600	30.912
Tomé-Açu	10.600	159.000	41.340
Igarapé-Açu	5.100	56.100	17.952
Abaetetuba	2.000	20.000	4.400

Fonte: IBGE (2016).

Entre os anos de 2012 a 2016, observamos que o município de Tailândia permaneceu em primeiro lugar no ranking de produção do dendê; já a produção em Concórdia do Pará cresceu expressivamente de 28 mil para 214.800 toneladas; o município de Bonito passou de 84 mil para 106.502 toneladas produzidas; Moju obteve uma queda significativa em sua área destinada à produção, enquanto que Igarapé-Açu obteve um baixo crescimento; já os municípios de Santo Antônio do Tauá e Tomé-açu apresentam crescimento bastante significativo. Outra observação a ser feita é a saída de Castanhal da lista dos nove municípios maiores produtores de dendê, dando lugar a Abaetetuba.

Com informações mais atualizadas, o IBGE (2018) disponibiliza dados recentes da produção dessa oleaginosa, visto que as expectativas das empresas produtoras e do próprio governo – por meio de incentivos e políticas públicas – continuam crescendo em torno do óleo de palma.

Tabela 5: Área de colheita, quantidade e valor de produção de cachos de palma, em 2018 no Brasil e no Pará (continua).

Unidade	Área destinada à colheita (ha)	Toneladas produzidas	Valor produção (R\$1000)
Brasil	109.872	1.565.197	400.751
Região Norte	101.705	1.534.233	394.557
Pará	100.965	1.533.735	394.502
Nordeste Paraense	96.165	1.460.935	377.640
Tomé-Açu	35.780	536.700	139.542
Tailândia	--	--	--
Concórdia do Pará	18.400	220.000	57.200
Acará	14.000	184.000	43.240
Bonito	8.700	200.100	60.030

Moju	7.093	141.151	35.288
Igarapé-Açu	4.200	63.000	14.280
Santo Antônio do Tauá	2.900	40.600	9.203
Abaetetuba	2.000	20.000	5.000

Fonte: IBGE (2018).

Com relação aos dados de 2018, a produção nacional sofreu uma queda 82.220 toneladas, enquanto que a região Norte e o estado do Pará, respectivamente, obtiveram um crescimento de 44.661 e 47.653 toneladas, o que nos leva a pensar que a queda nacional da produção de dendê teve origem em outras regiões do país. Quanto aos municípios paraenses, as informações de Tailândia, principal município produtor, não aparecem; Tomé-açu obteve um salto significativo em sua produção, passando de 159 mil toneladas em 2016 para 536.700 toneladas em 2018.

Ainda quanto às tabelas, os municípios de Acará, Concórdia do Pará e Igarapé-Açu obtiveram um baixo crescimento em suas áreas destinadas à colheita; enquanto que as do município de Bonito cresceram razoavelmente; os dados de Moju e Abaetetuba permaneceram inalterados; já as áreas destinadas à colheita em Santo Antônio do Tauá caíram significativamente. Ademais, destacamos que a Biopalma/Vale atua com a produção de dendê nos municípios de Acará, Concórdia, Moju e Tomé-Açu, todos presentes nas tabelas 1, 2 e 3 como principais municípios produtores de óleo de palma.

No cenário mundial, a produção de óleo teve um crescimento de 300% em 20 anos e cerca de 80% da comercialização mundial está concentrada em dois países, Malásia e Indonésia. O óleo de dendê é empregado principalmente no setor alimentício. No Brasil, sua utilização nessa esfera é de 97%. De todo modo, o interesse pela expansão e aplicação a novos mercados vem crescendo, com destaque para a demanda energética (BRASIL, 2018).

O então Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no ano de 2012, realizou um levantamento acerca da evolução da produção de oleaginosas após a criação do PNPB, segundo a tabela baixo.

Tabela 6: Evolução da produção das oleaginosas (mil toneladas) agroenergéticas após o Programa de Produção de Biodiesel (continua).

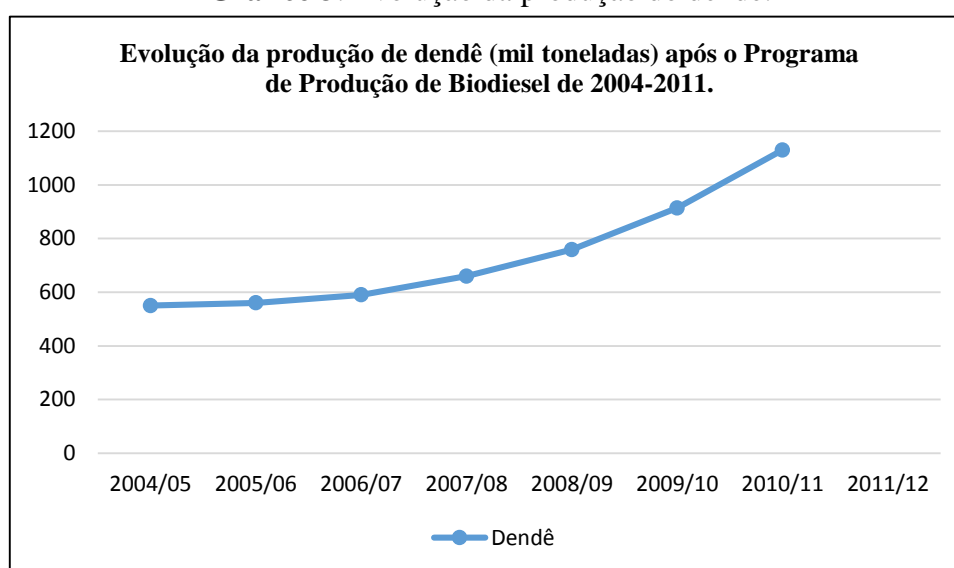
Safras	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12
Soja	51.450	55.030	58.390	60.020	57.170	68.690	75.320	66.680
Caroço de Algodão	2.129	1.686	2.384	2.505	1.891	1.843	3.229	3.222
Dendê	550	560	590	660	759	914	1.130	--
Amendoim	302	268	226	303	301	226	227	297

Mamona	210	104	94	123	93	101	141	73
Girassol	68	94	106	147	109	81	83	113
Canola	55	71	76	78	78	42	70	51

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2012). Elaboração da autora.

A tabela aponta variações entre a evolução das oleaginosas no decorrer dos anos: no caso do dendê apresenta sempre uma produção crescente, como mostra o gráfico abaixo, com evolução significativa dos anos de 2006/07 em diante, o que ressalta a importância desta política pública para o desenvolvimento da palma.

Gráfico 3: Evolução da produção do dendê.



Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2012). Elaboração da autora.

O diagnóstico da produção sustentável do óleo de palma de 2018 destaca que o cultivo do dendê perpassou por um amplo processo de expansão de 2009 a 2016 no Brasil, passando de 106 mil para 236 mil ha, sendo o estado do Pará o principal produtor, com 88% da área total. Atualmente, dados do IBGE (2018) apontam que o estado do Pará abrange 97% da produção nacional²¹.

Oito principais empresas controlam a produção de dendê a nível nacional, movimentando um capital de cerca de 1,2 bilhões de reais. O documento destaca ainda que o país tem muito a expandir a sua área de plantação em vista da demanda em potencial desta oleaginosa, além do atrativo mercado para o agrocombustível e suas projeções para o futuro (BRASIL, 2018). Esse discurso de crescimento vem acompanhado, e engajado, na manutenção

²¹ Ver tabela 5.

das propostas de sustentabilidade do projeto, seja no âmbito ambiental, social e econômico nas regiões de seu cultivo. Assim:

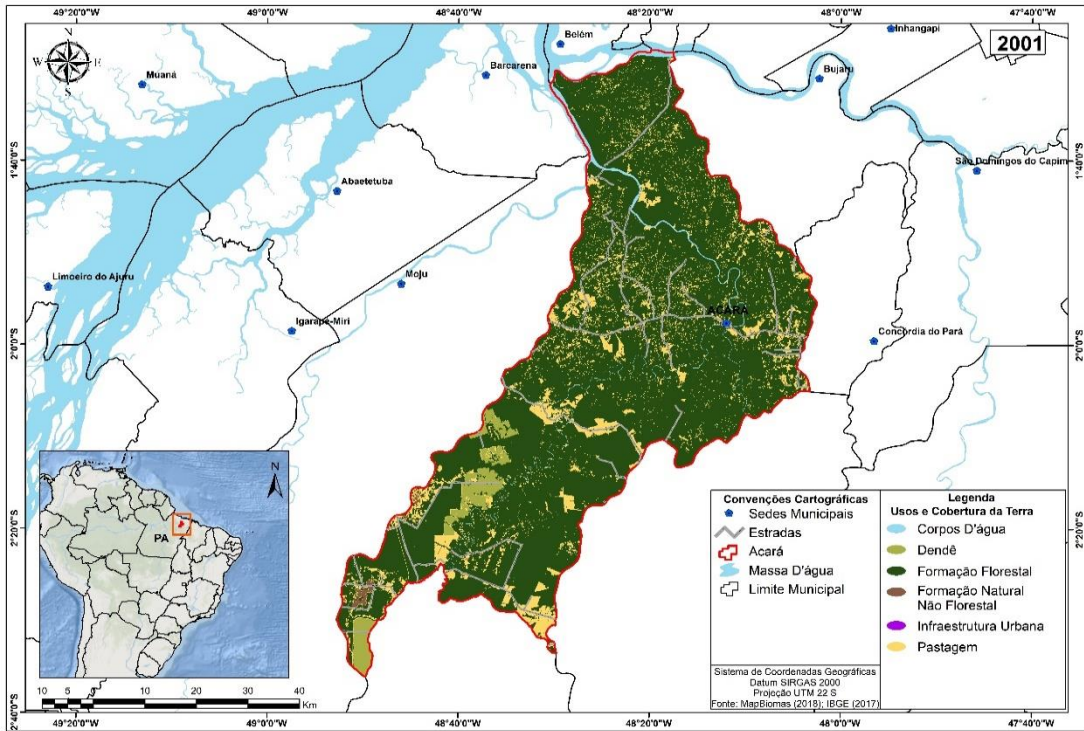
Desta forma, pode-se garantir que a produção brasileira de Palma de óleo é sustentável e acarreta em benefícios ambientais, sociais e econômicos às regiões de cultivo que são transmitidos aos produtos alimentícios, químicos e ao biodiesel produzidos a partir de seus óleos. (BRASIL, 2018, p.7).

Assim, a produção de palma de óleo no Brasil alicerça-se no discurso de recompor a cobertura vegetal para a captura de gases do efeito estufa. Para Backhouse (2013), o objetivo “oficial” do projeto é pautado em um “triplo ganho”: para o setor produtivo, para o meio ambiente e ao desenvolvimento rural. Não obstante, a autora visualiza nisso uma estratégia do agronegócio, ancorada no discurso de “sustentabilidade ecológica”, para efetivar o processo de privatização de terras, legitimado sob o suposto objetivo de proteção ao clima e à natureza. Destacamos ainda que hoje, no estado do Pará, nenhuma empresa instalada possui o Selo Combustível Social.

Diante de tais discursos, procuramos analisar a mudança de uso de cobertura da terra no Município do Acará. Os dados foram obtidos por meio de base cartográfica disponibilizada pelo Mapbiomas, sob o qual analisamos o período de 2001, momento inicial da expansão do dendê na região; o segundo período de análise foi o ano de 2007, momento importante para nossa pesquisa, pois é o momento em que a empresa Biopalma/Vale adentra na região com o monocultivo do dendê; e, por fim, o ano de 2018 foi investigado para melhor analisarmos as reais mudanças de uso de solo nessa região até o período mais recente²².

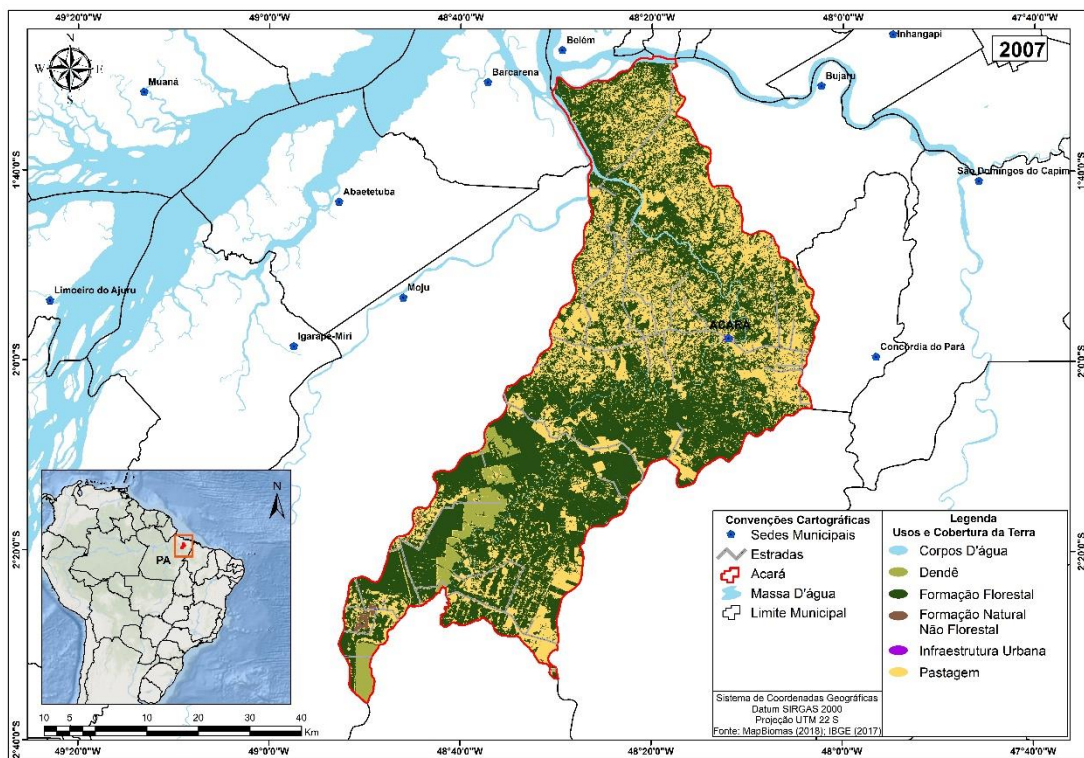
²² É importante salientar que o mapeamento do uso e cobertura do município do Acará, no qual foi realizado a partir da base de dados geocartográficos do projeto MapBiomas para fins analíticos do trabalho, foram utilizadas imagens do satélite Landsat 5 e 8 dos supracitados nos anos de análise para vetorizar a classe temática de dendê, pois os dados do projeto MapBioma não a contém como uma classe específica, estando-a inserida na classe de cultivo anual e perene. Além disso, os dados apresentam limitações na diferenciação entre áreas de monocultivo de dendê e áreas de pastagem. A partir da classificação visual das áreas de dendê, seguindo a análise da geometria, cor, tonalidade, textura, conforme demonstra Dias (2019), foi realizado ajustes nas áreas designadas como floresta primária no projeto. Com a análise visual de imagens do Google Earth e Landsat 8 do ano de 2018, foi percebida uma superestimação nas áreas dessa classe, necessitando, assim, de algumas correções. Concluído o mapeamento da classe de dendê e os ajustes nas áreas de floresta primária para o ano de 2018, realizou-se a construção da matriz de transição entre os anos abordados para analisar a dinâmica entre o uso e cobertura da terra na área de estudo.

Figura 2: Uso e cobertura da terra no município do Acará, em 2001.



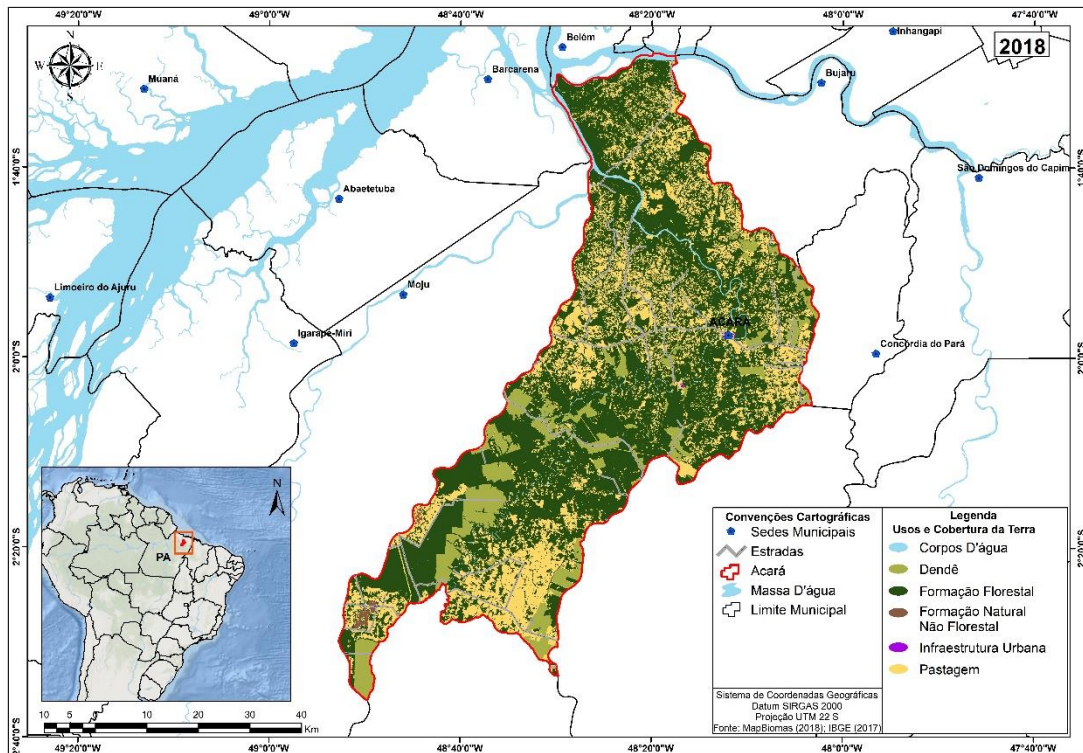
Fonte: Mapbiomas.

Figura 3: Uso e cobertura da terra no município do Acará, em 2007.



Fonte: Mapbiomas.

Figura 4: Uso e cobertura da terra no município do Acará, em 2018.



Fonte: Mapbiomas.

Com base na análise de mudança de uso da terra em relação as informações obtidas por meio dos mapas, podemos perceber que: 1) houve uma grande transformação no uso da terra desse município, visto que grande parte da formação de florestas tornou-se pasto e isso ocorreu no momento em que se deram os primeiros impulsos da expansão do dendê na região; 2) com essa transformação, o dendê se expande, sobretudo, em áreas de pasto; 3) ele também se expande, ainda que de maneira reduzida, em áreas de florestas.

Essa dinâmica de mudança do uso e cobertura da terra é perceptível com os dados de matriz de transição, onde podemos melhor perceber numericamente cada mudança ao longo dos anos, como mostram as tabelas abaixo.

Tabela 7: Matriz de transição do uso e cobertura da terra no município do Acará entre 2001 e 2007 (continua).

Matriz de Transição 2001 – 2007								
2001 (km ²)								
	Classes	Corpos d'água	Dendê	Formação Florestal	Formação Natural Não Florestal	Infraestrutur a Urbana	Pastagem	Total 2007
2007 (km ²)	Corpos D'água	56,88						56,88
	Dendê		120,68	6,89			19,53	147,1

Formação Florestal	1,93	2.463,08	0,02	56,52	2.521,55		
Formação Natural Não Florestal	1,89		9,63	0,05	11,57		
Infraestrutur Urbana		0,09		1,26	1,53		
Pastagem		1.151,71	2,41	463,77	1.617,89		
Total 2001	56,88	124,5	3.621,77	12,06	1,26	540,05	4.356,52

Fonte: Mapbiomas.

No que se refere a expansão de dendê na região, a matriz de transição de uso de solo, entre 2001 e 2007 no município do Acará, mostra que 6,89 km² de área de floresta e 19,53 km² de área de pastagem tornaram-se monocultura de dendê. Isso revela ainda que, até 2007, a área ocupada pela oleaginosa no Acará era de 147,1 km².

É importante destacar que a formação florestal nesse município era de 3.621,77 km² em 2001, representando 83,13% da área total do Acará naquele momento, enquanto que a área de pastagem representava 540,05 km². Esse fato muda consideravelmente se analisamos os valores da matriz de transição para o ano de 2007, em que a pastagem passa a ter 1.617,89 km², enquanto que a área de floresta cai para 2.521,55 km², os quais são valores bastante expressivo, como mostrado nas ilustrações e tabelas acima, a respeito da mudança e do uso do solo entre 2001 e 2007, visto que esse é o momento do início de expansão do dendê neste município.

Já em relação a transição desse momento inicial de expansão do dendê em 2007 até mais recentemente, em 2018 (ver tabela 8), os dados de mudança e uso do solo disponibilizados pelo Mapbiomas demonstra que o dendê continuou se expandindo em área de floresta, visto que 47,76 km² do que era floresta tornou-se dendê. Observamos também que a maior área de expansão dessa oleaginosa foi em área de pastagem, pois 225,07 km² do que era pastagem virou monocultivo de dendê.

Observamos também que apesar do dendê ter se expandido em área de pastagem, essa fica quase inalterada em 2018, representando 1.612,72 km², enquanto que a área de uso de floresta continuou diminuindo, chegando a 2.256,80 km².

Tabela 8: Matriz de transição do uso e cobertura da terra no município do Acará entre 2007 e 2018.

Matriz de Transição 2007 - 2018								
2007 (Km ²)								
	Classes	Corpos d'água	Dendê	Formação Florestal	Formação Natural Não Florestal	Infraestrutura Urbana	Pastagem	Total 2018
2018 (km ²)	Corpos d'água	56,88						56,88
	Dendê		142,31	47,76			225,07	415,14
	Formação Florestal		3,13	1.831,44			422,23	2.256,80
	Formação Natural Não Florestal		0,02	0,02	11,53		1,01	12,58
	Infraestrutura Urbana			0,25		1,53	0,63	2,41
	Pastagem		1,65	642,08	0,04		968,95	1.612,72
	Total 2007	56,88	147,11	2521,55	11,57	1,53	1617,89	4.356,53

Fonte: Mapbiomas.

Com isso, observamos uma intensa mudança quanto ao uso de solo em 2007, visto que com ela se insere uma nova dinâmica no município em questão: anteriormente, a maior parte dele era composto por área de floresta, a qual, em 2001, representava 83,13% do município, passando a ser de 57,87%, em 2007; essa área continuou diminuindo e, até 2018, apresentava 51,8% do total do Acará. A área de pastagem, em contrapartida, aumentou devido ao grande desmatamento ocasionado na região: a área, que em 2001 era de 12,3%, passou a ser 37,13% em 2007, e 37,01% em 2018.

Outro fator importante para nossa análise é que a área de dendê que se expandiu para a floresta, mesmo sendo em menor escala, representa uma contradição no discurso de sustentabilidade ratificado com o ZAE-dendê, o qual defende que promoveria a ideal sustentabilidade com essa monocultura, pois ela se apropriaria de áreas já desmatadas. Assim estabelecido, esse instrumento poderia promover uma maior pressão em áreas de florestas a serem desmatadas e, posteriormente, destinadas às monoculturas, visto que percebemos o aumento na área de pastagem justamente no período de expansão inicial do dendê na região. Isso inflige, assim, uma nova dinâmica ao município e à vida de comunidades já estabelecidas na região, como veremos mais à frente.

Com relação ao potencial de crescimento agroenergético, no ano de 2012 duas empresas em consócio se destacaram, representadas pela Biopalma/Vale e a Petrobrás Biocombustível PBIO/GALP, totalizando 1/3 de área plantada de dendê neste ano (VILLELA, 2014).

Como consequência dos incentivos à produção do agrocombustível, aumentou vertiginosamente a aquisição de terras pelo agronegócio no estado do Pará, assim, “[...] políticos, empresários e comerciantes regionalmente conhecidos fizeram uma verdadeira varredura fundiária, mapeando imóveis rurais potencialmente qualificadas para dendeicultura” (NAHUM; SANTOS, 2013, p. 69). Essas práticas impulsionaram o capital especulativo com a busca pela terra, já que:

O montante do capital especulativo aumentava quando a terra era revendida para os novos empreendedores da dendeicultura de energia. Assim, de acordo com levantamento realizado pela equipe do GDEA (Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia), a BIOPALMA[Vale] adquire mais de 116 propriedades de tamanhos diversos, agrupadas nos polos de Moju, Acará, Tomé-Açu e Concórdia, perfazendo aproximadamente 60 mil hectares. (NAHUM; SANTOS, 2013, p. 69).

Em pesquisa realizada por Silva, Magalhães e Farias (2016), foram identificados aproximadamente 232 imóveis registrados pela Biopalma/Vale no ano de 2015, com uma área equivalente a 240.690,22 ha distribuídos pelo estado do Pará, destinada ao plantio de dendê.

Essa empresa, que é constituída enquanto sociedade anônima fechada, adentrou nesse mercado no ano de 2007. Em 2009, aconteceu o consócio entre ela e a Companhia Vale do Rio Doce, denominado Consórcio Brasileiro de Produção de Óleo de Palma (CBOP), tendo a Vale inicialmente 41% e a Biopalma 59% das ações (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2009). No ano de 2011, a Vale aumentou a sua participação para 70%, pagando 173 milhões de reais para a Biopalma (CIARELLI, 2011). Em 2016, a participação societária desse consórcio era composta por 98,12% da Vale S.A., 1,23% do MSP Fundo de Participação e 0,65% da Bio Participação S.A.

A Biopalma/Vale se intitula como uma empresa produtora de óleo de palma destinada à produção de alimentos, cosméticos e biocombustível. A sua área de plantação de dendê está situada nos municípios de Moju, Concórdia do Pará, Tomé-Açu e Acará. Até o ano de 2016, essa empresa detinha aproximadamente 56.487 ha de plantação de dendê própria e 6.500 ha em parceria com a agricultura familiar. A sua produção de cachos de frutos frescos no mesmo ano foi de 553.283 toneladas, cuja projeção é de 310.000 toneladas de óleo quando atingir a fase de estabilidade de seus plantios. As figuras abaixo mostram o traslado dos cachos de dendê no Acará via balsa e caminhões para a usina de extração de óleo em Moju, pois a indústria do município do Acará estava fechada para manutenção, segundo informações dos moradores locais.

Figuras 5 e 6: Translado de cachos de dendê pela empresa Biopalma/Vale.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Com relação à sua disposição de área de imóvel, a Biopalma/Vale afirma possuir 156.536 ha de terras – dado diferente das informações de Silva, Magalhães e Farias (2016), os quais apontam que a empresa possuía cerca de 240.690,22 ha registrados ainda no ano de 2015 –, e que 93.462 ha são destinados à área de reserva natural (BIOPALMA/VALE, 2016).

Por sua vez, Nahum e Santos (2018) esclarecem que existem quatro maneiras pelas quais a Biopalma/Vale adquirem terras para a plantação de dendê, são elas: arrendamento, aquisição da produção de produtores particulares, consócio com agricultores familiares e por meio da compra (principal forma de aquisição).

Assim, só na microrregião de Tomé-Açu, no Nordeste paraense, Nahum e Santos (2018) constataam que a Biopalma/Vale possui 87 propriedades (demonstradas na tabela abaixo), segundo os dados da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará. Elas estão distribuídas entre os seguintes municípios: Acará, com 36 propriedades que correspondem a uma área de 46.769,3946 ha; Tomé-Açu, com 24 propriedades numa área de 48.319,2577 ha; Concórdia do Pará, com 14 propriedades em 11.235,9192 ha; Moju, com 11 propriedades e uma área de 25.634,2023 ha; e Tailândia com 2 propriedades em uma área de 2.500,5547 ha.

Tabela 9: Propriedades da Biopalma/Vale na microrregião de Tomé-Açu (continua).

Municípios	Áreas (ha)	Nº de propriedade
Acará	46.769,3946	36

Tomé-Açu	48.319,2577	24
Concórdia do Pará	11.235,9192	14
Moju	25.634,2023	11
Tomé-Açu	2.500,5547	2
Total	134.459,3285	87

Fonte: Nahum e Santos (2018, p. 58).

Esse contexto de aquisição de terras tem gerado um amplo debate referente ao processo que por convenção é denominado *land grabbing*, trata-se da forma como o capital financeiro internacional criar estratégias de aquisição de terras. Seria a atuação do capital monopolista por meio da acumulação por espoliação criando estratégias para superar crises de sobre acumulação, a esse contexto, é atrelado diversas crises – alimentar, energética etc. Amarrada a essas questões, adentra o discurso do mercado de carbono e da questão climática como “argumentos” para impulsionar a produção do agrocombustível, e dessa forma, o capital financeiro busca investimentos na forma de créditos e incentivos. Esses fatores gerariam concorrências por terras a alto nível, criando um “boom” no preço das terras (MCMICHAEL, 2012).

Bernardes et al. (2017, p. 7) apontam que:

O início do século XXI marcou a chegada de uma nova safra de capitalistas na agricultura mundial. Trata-se da significativa presença do capital financeiro internacional, representado por diversos tipos de fundos (pensão, soberanos, hedge, endowments, private equity), corporações (bancos, seguradoras e empresas) e indivíduos de alta renda, sobretudo, nos países de maior dinamismo agrícola e com a disponibilidade de espaços para a expansão da agricultura moderna como o Brasil e a Argentina. Esse fenômeno se insere em uma dinâmica mundial de investimento em terra e na produção agrícola, decorrente, sobretudo, da significativa elevação dos preços dos alimentos ao longo da década de 2000 e da crise financeira de 2007–2008, no que se convencionou denominar *global land grabbing*.

De maneira geral, o atual fenômeno de *land grabbing*, apesar de variado em origem, destino e impacto – e ainda inconclusivo –, pode ser definido pelo uso intensivo de capital para o controle (*control grabbing*) de terras e recursos como forma de acumulação e resposta à conjugação das atuais crises financeira, energética, alimentar e ecológica do projeto de globalização neoliberal.

Nesse sentido, notamos que o avanço do dendê adota um discurso acerca da crise energética, para assim, se propor a produzir uma energia dita “limpa” por meio da biomassa, e com esse discurso, as empresas se instalam investindo em terras, criando novos espaços. Dessa forma, esses elementos se constituem como ponto de futuras investigações e análise da pesquisa de maneira mais densa referente às questões de aquisição de terras pela Biopalma-Vale.

Ademais, a Biopalma/Vale faz parte da Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma), criada em 2012 com o intuito de agregar o setor produtivo e liderar o

projeto de transformar o Brasil em um modelo de produção sustentável. A Abrapalma possui oito empresas associadas: Archer Daniels Midland-ADM Ltda, Agropalma, Belém Bioenergia Brasil S/A – a qual recentemente foi vendida no valor de R\$ 24,7 milhões pela Petrobrás e 50% de suas ações foram para a Galp Bioenergia, que agora detém 100% das ações (BIOIESELBR, 2019) –, Biopalma/Vale, Dentauá, Dempasa, Palmasa e Marborges. Juntas, elas possuem aproximadamente 154.476 hectares²³ de dendê (BRASIL, 2018). Cruzando a área de plantação da Biopalma/Vale com a área de plantação dos Associados da Abrapalma, notamos que a Biopalma/Vale, sozinha, possui 36,6% desse total.

A sua primeira unidade de extração de óleo foi inaugurada em 2012 no município de Moju, com uma capacidade de processar 120 toneladas por hora de Cacho de Fruto Fresco (CFF), e tem uma produção de 25 toneladas de óleo por hora. No ano de 2014, a empresa iniciou a construção de uma segunda unidade de extração, tendo como localidade o município do Acará, que teve seu início de funcionamento operando com um primeiro módulo no final do ano de 2015, com capacidade de 1.5000 toneladas por ano de CFF²⁴.

A perspectiva é que até o ano de 2020 esta unidade esteja operando com todos os módulos, chegando a ter a capacidade de um milhão de toneladas de CFF por ano, representando 220 mil toneladas de óleo anuais. Para ambas as usinas em seu total funcionamento, a Biopalma/Vale (2016) espera produzir nada mais que 310 mil toneladas de óleo de dendê por ano, sendo então elevada à posição de maior produtora de óleo de dendê das Américas.

Para o avanço e expansão da produção do dendê, o Diagnóstico de sustentabilidade de óleo de palma (BRASIL, 2018) aponta como uma das consequências o acréscimo significativo do uso de agrotóxicos devido ao simultâneo aumento das metas de produtividade das empresas. Segundo o atlas do agronegócio, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, com 2,7 quilos comercializados por hectare no ano de 2002, em 2012, esse número passou a ser de 6,9 quilos por hectare. Bombardi (2017) esclarece que o Brasil consome cerca de 20% de todo agrotóxico produzido no mundo, tendo um salto de 170 mil toneladas em 2000 para 500 mil

²³ Segundo informações da Abrapalma em entrevista concedida à jornalista Groos, no segundo semestre de 2019, as três principais empresas associadas são: Biopalma possuindo 120 mil ha de terras com 57 mil ha destinados a plantação de dendê; em segundo lugar estaria a Agropalma, com 107.000 ha e 39 mil ha plantados; e em terceiro estaria a Belém Bioenergia Brasil (BBB), com 42 mil ha de terras destinados à palma.

²⁴ Observamos que a Biopalma/Vale não divulgou seus dados de produção de dendê nos anos de 2012 e 2013, assim, não conseguimos ter a dimensão de sua produção nestes anos para refletirmos se sua capacidade de produção na usina do Município de Moju estava sobrecarregada ou subutilizada (uma vez que a empresa destaca ter no ano de 2012 uma capacidade de produzir 25 toneladas de óleo de dendê por ano) para vir a inaugurar uma nova usina de extração de óleo de dendê no ano de 2014 no Município do Acará.

toneladas no ano de 2014. Entre os anos de 2012 e 2014, a média de uso de agrotóxico girava em torno de 8,33 quilograma por hectare (BOMBARDI, 2017).

Dentre os principais tóxicos comercializados no Brasil, destaca-se o Glifosato²⁵ (BOMBARDI, 2017; SANTOS; GLASS, 2018). Usado em lavouras transgênicas, ele representa mais da metade de todo veneno utilizado no país. Com o aumento do uso de agrotóxicos, seguindo os moldes de expansão da agricultura capitalista brasileira, Santos e Glass (2018) revelam que os casos de intoxicação aumentaram vertiginosamente de 2007 a 2013. Entre os dois anos, o número de pessoas intoxicadas passou de 3,08 para 6,23 (casos de intoxicação por 100.000 habitantes).

Já com relação ao destino final de seu produto, a Biopalma/Vale afirma que atua no mercado interno e externo, exportando 19% do óleo produzido. Nessas transações, 37% daquilo que é comercializado é enviado para o mercado Europeu e 63% tem como destino a América-Latina. Sua receita bruta no ano de 2016 foi de R\$ 250 milhões (BIOPALMA/VALE, 2016).

Dados da Comex Stat – portal de acesso a informações de estatística do comércio exterior do Brasil – apontam que em todo estado do Pará foi exportado cerca de 46.406.073 kg de óleo de dendê, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Tabela 10: Exportação de óleo de palma e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados no estado do Pará de 2003-2018.

Pará/Ano	Valor FOB (US\$)	Quilograma
2003	490.776	625.230
2004	6.756.398	13.660.389
2005	17.387.129	44.864.880
2006	10.933.693	24.720.042
2007	2.216.029	2.390.083
2008	7.167.296	8.933.421
2009	15.922.266	24.575.523
2010	14.775.558	16.506.197
2011	52.928.936	46.512.538
2012	64.797.972	65.212.009
2013	61.718.310	72.409.509
2014	86.573.175	103.656.413
2015	80.391.821	131.662.042
2016	30.947.983	46.406.073
2017	59.361.210	89.856.527
2018	19.133.047	30.595.440

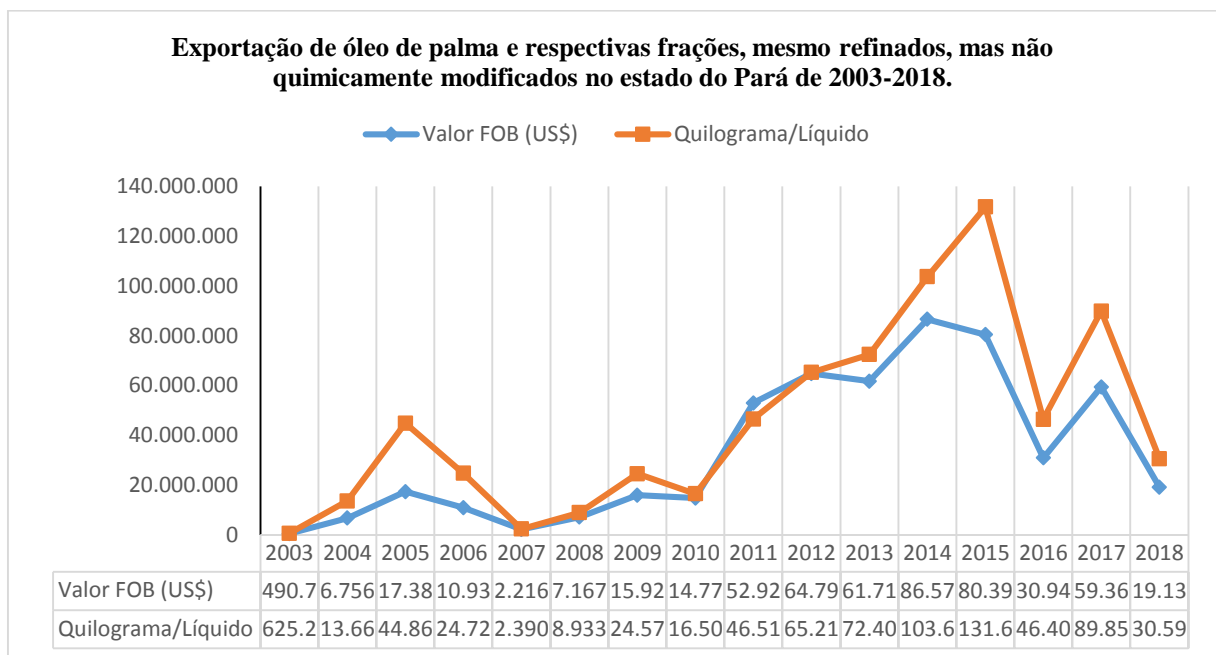
Fonte: Comex Stat (2019). Elaboração da autora.

²⁵ Nos relatórios da Biopalma/Vale acerca de sua matriz produtiva, nada é mencionado sobre de onde vem seus subsídios, fornecedores de insumos e agrotóxicos e quais são usados na monocultura do dendê.

Em uma evolução da exportação da cadeia de *commodity* de óleo de dendê no estado Pará em 15 anos, observamos que houve um salto de 2.960,16% de aumento, se comparado o período de 2003 a 2018. O gráfico abaixo representa melhor a estrutura de crescimento de exportação desta *commodity*. Os dados apresentam muitas variações no decorrer de quinze anos, tanto em quantidade exportada como no seu valor de mercado.

O preço internacional do óleo de dendê, segundo o Diagnóstico da Produção Sustentável da Palma de Óleo (BRASIL, 2018), saltou em dez anos de 310 dólares por tonelada para 1,3 mil dólares, em 2010. Contudo, nos últimos anos, até 2016, a cotação tem girado em torno de 700 dólares/t. A tendência é que o óleo de dendê acompanhe os preços dos demais óleos vegetais, já que serve como um substituto destes, competindo tanto no setor alimentício como no energético.

Gráfico 4: Exportação do óleo de palma entre 2003 e 2018.



Fonte: Comex Stat (2018). Elaboração da autora.

Com relação ao processo de distribuição e exportação do óleo de dendê, a Biopalma/Vale segue com sua produção até o Porto de Vila do Conde, à margem do Rio Pará, localizado no município de Barcarena/PA, onde é embarcado em navios até seu destino final de exportação. Em 2016, a sua produção de óleo de palma foi de 103.637 toneladas, com um total de 19.223 toneladas exportadas, o que demonstra sua condição de grande produtora e exportadora do óleo (BIOPALMA/VALE, 2016).

Segundo o último relatório de sustentabilidade lançado pela Biopalma/Vale, referente aos seus resultados no ano de 2016, a empresa teve como prospectiva, para 2017, colher cerca

de 700 mil toneladas de CFF e 135 mil toneladas de óleo de palma bruto, com um crescimento esperado de 27,66%. Também nesse relatório, se afirma que tanto sua área de plantio agrícola quanto a industrial estão localizadas em espaços apropriados e dentro do regulamento da Lei de Zoneamento Agroecológico do Estado do Pará, que estabelece as áreas em potencial para a produção de maneira sustentável.

Segundo o zoneamento, seu objetivo é: a) oferecer subsídios de investimentos para reestruturar a matriz energética brasileira por meio do biocombustível; b) trazer alternativas econômicas de maneira sustentável, operadas em conjunto pela agricultura familiar e/ou empresarial; c) propor bases para o planejamento sustentável das terras de acordo com a legislação; d) estabelecer o ordenamento territorial em áreas desmatadas e a serem consolidadas na região; e e) propiciar bases para a criação de polos de desenvolvimento em áreas rurais (RAMALHO FILHO et al., 2010). Também nesse sentido, o discurso da Biopalma/Vale é proporcionar desenvolvimento e um legado de melhorias sociais, econômicas e ambientais na área em que atua.

Ademais, o zoneamento cria vantagens significativas às empresas. Por meio de uma mudança no código florestal, essa medida funciona desde que se cumpra os seguintes requisitos: a) o Estado deverá conter o Zoneamento Ecológico-Econômico validado; b) quando houver território público ocupado por mais de 65% de unidade de conservação regularizadas no Estado, bem como c) territórios indígenas homologados. Com isso, o poder público estadual poderá reduzir a área de reserva legal, que é de 80% para 50%, ao ouvir o Conselho Estadual de Meio Ambiente no caso da Amazônia. Assim, territórios de empreendimentos abrangidos pelo ZAE-Dendê puderam ter o percentual de preservação da reserva legal obrigatório reduzido (GOMES; SCHMITZ; MOTA, 2019).

O ZAE-dendê realizado pela Embrapa identificou uma área de 13.854.710 ha aptos ao cultivo, incluído áreas de pasto limpo e de vegetação secundária, o que corresponde a 23% do território do estado do Pará.

Assim, o objetivo dessa empresa, em teoria, seria orientar as áreas mais adequadas para a expansão do plantio do dendê de maneira sustentável, buscando elencar aquelas com aptidão climática, solo propício, bem como propriedades já desmatadas e com disponibilidade de água para que a palma não sofra estresse hídrico, de forma a atender, ao mesmo tempo, a necessária relação custo-benefício. Todo esse planejamento ocorre mediante um discurso conservacionista, o qual orienta a “racionalização” do uso de bens como água, solo e toda sua biodiversidade, com o intuito de reduzir ao máximo possíveis impactos socioambientais (RAMALHO FILHO et al., 2010).

Contudo, segundo Gomes (2018), é importante ressaltar outras interpretações sobre todo esse processo complexo de expansão do dendê. Nahum e Santos (2015), por exemplo, argumentam que o conjunto de políticas públicas junto à ação privada vem gerando uma nova relação na dinâmica territorial no Nordeste paraense, como a intensificação da concentração de terras e a descampanização de comunidades rurais da região.

Já a leitura de Gomes, Silva e Macedo (2016) nas comunidades do Cravo e do Arapiranga, localizadas no município de Concordia do Pará, demonstra como algumas comunidades locais apresentam resistências à tentativa de territorialização do dendê na região, visto que reagem às ações que ameaçam a reprodução de seu modo de vida, como a poluição de seus rios decorrente da aplicação de agroquímicos nas áreas das empresas.

É importante salientar que optamos por seguir a lógica de análise que investiga e demonstra que a expansão capitalista no campo cria os moldes de reprodução social do campesinato a partir de sua subordinação, por meio das próprias lógicas contraditórias criadas pelo capitalismo, como a produção camponesa (não capitalista) inserida à reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 1995).

Acerca da expansão capitalista no campo, Oliveira (2012) aponta para duas formas a partir das quais o capital avança sob os moldes da exploração e acumulação: a territorialização do monopólio e a monopolização do território. A primeira seria o controle da propriedade privada da terra, por meio do processo produtivo no campo e do processo industrial da produção agropecuária. Assim:

A territorialização dos monopólios atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. (OLIVEIRA, 2012, p. 8).

Já a monopolização do território acontece quando empresas industriais e de comercialização controlam fazendeiros capitalistas e camponeses por meio da sua subordinação, sem necessariamente produzir no campo. Seria como:

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. (OLIVEIRA, 2012, p. 10).

Nesse ponto, adotamos uma posição inversa à de Oliveira (2012) acerca do processo de expansão do capital sobre o território, já que entendemos que o processo de incorporação de terras para a dinâmica produtiva acontece de maneira vertical, mediado pelo estatuto de propriedade privada da terra, se apresentando como monopólio quando se fundem proprietário

e produtor, provocando assim a centralização e a realização na renda da terra (absoluta/monopólio) e a realização da mais-valia (SOUZA, 2013).

A territorialização do monopólio, ao contrário da monopolização do território (em que se realiza o controle da terra), vai exercer relação de poder e imposições sociais a camponeses e povos originários e tradicionais, atuando no controle da produção. Assim:

[...] considera-se a monopolização do território, dada a condição absoluta (mediada pelo estatuto da propriedade privada) de relações sociais de poder nos processos produtivos, uma vez que todas as etapas estão centralizadas pelo capital, independentemente de suas formas (financeiro, comercial, industrial e agrícola) [...]. Enquanto a dimensão ontológica da monopolização do território se constitui na propriedade privada, na territorialização do monopólio, sua dimensão se concentra nas relações sociais de produção. Assim, sem necessariamente produzir, como aponta Oliveira, o capital incorpora terras por meio de arrendamentos e ou controlando os processos de circulação de mercadorias, subordinando camponeses e capitalistas produtores. Territorializam-se relações sociais de produção capitalistas mediadas pelos contratos, pelos pacotes tecnológicos e apropriam-se da renda da terra. Não se realiza o monopólio sobre a terra, mas sim sobre as relações sociais produtivas, territorializando-as na lógica da mercadoria. Assim, a primeira (monopolização do território) atua sobre a propriedade e a segunda (territorialização do monopólio) sobre as relações sociais de produção, sem que sua gênese seja, necessariamente, capitalista. (SOUZA, 2013, p. 3-4).

A monopolização do território ocorre, portanto, quando o capital detém o monopólio total da produção, por meio da fusão da condição de proprietário de terra e produtor. Nesse momento a relação de produção capitalista engendra as condições totais de extração de valor com a mais-valia e a renda da terra em seu controle.

Por meio do controle da terra, ele controla os bens naturais como a produção do solo para determinadas monoculturas, a água (seu uso e conseqüente contaminação) etc. sob os interesses de acumulação do capital, trazendo consigo um ideário liberal travestido de um discurso de sustentabilidade, desenvolvimento, progresso, competitividade produtiva e eficiência, bem como apoiado nas publicidades e propagandas que apresentam o agronegócio enquanto um vetor de melhorias sociais.

Não obstante, o agronegócio não apresenta nada de novo, pois se conecta a processos que aumentam a extrema exploração do trabalho humano e da terra, com um caráter excludente, expropriatório e concentrador, tudo em nome da produção e acumulação, como uma faceta que mascara as velhas práticas já conhecidas com a concentração latifundiária. “O latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade” (FERNANDES; WELCH, 2014, p. 1). O “agronegócio” expande-se como uma palavra nova, sobretudo, a partir de 1990, com um caráter ideológico para tentar encobrir as práticas de aprofundamento da exclusão social já contida no latifúndio:

A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. (FERNANDES; WELCH, 2014, p. 3).

A exaustão da terra e do trabalho torna-se, assim, sinônimo do agronegócio, deste que carrega em si as velhas práticas latifundiárias da maneira mais profunda, cuja imagem serve para criar uma nova roupagem da exclusão social, agora travestida de desenvolvimento e modernidade (BRUNO, 2016). Ele carrega consigo a intensa concentração fundiária e de poder sob a lógica da produção de *commodities* comerciais.

Nesse sentido, o atlas do agronegócio (2018) aponta para um violento avanço deste não só sobre a terra, mas por meio da cadeia agroindustrial, com produção de sementes modificadas e de agrotóxicos, apontando para um pequeno grupo de empresas que dominam o setor e exercem poder decisivo que afeta milhões de pessoas:

[...] quem assegurar o domínio sobre os agrotóxicos e o material genético por meio de patentes controlará o setor de sementes e influenciará a agricultura, a produção de alimentos e, acima de tudo, a segurança e soberania alimentar mundial. (SANTOS; GLASS, 2018, p. 21).

Dessa forma, a agricultura sob os moldes monopolistas de produção se estrutura sob as bases da cadeia de *commodities* de maneira vertical ao capital, controlando diversos setores, desde o controle da terra, do plantio até a comercialização, monopolizando o território para extrair de maneira exaustiva a mais-valia e a renda da terra.

O Brasil possui cerca de 453 milhões de hectares de terras sob o uso da propriedade privada, área que representa aproximadamente 53% do território nacional. A região Norte do país, em especial, apresenta 10,9% de terras pertencentes à união, e é principalmente sob elas que a prática de grilagem e de falsificação de títulos vem sendo praticada (SANTOS; GLASS, 2018).

Em suma, o agronegócio encobre o processo de desmatamento de terras para produção de *commodities* sob seu novo slogan de sustentabilidade, efeito também presente na grilagem de terras públicas (PAULINO, 2015), incumbido de “atuar esse papel” de desmatar, como um efeito da passagem do latifúndio ao agronegócio, no qual transforma toda a produção agropecuária, extrativista e silvicultora em produção mecanizada, de larga escala, visando o mercado mundial.

Segundo o atlas do agronegócio (2018), trigo, milho e soja estão entre as principais matérias primas comercializadas globalmente, seguidas por açúcar, óleo de palma e arroz. Essas *commodities* são vendidas como ração para animais, como alimentos ou combustível. Com isso, a produção de alimentos passou a ser mercadoria adquirida, comercializada e regulada a nível mundial.

Essa contextualização da inserção do cultivo do dendê em direção à Amazônia, e mais especificamente ao estado do Pará, nos serve como pano de fundo para melhor pensar a questão dos discursos de expansão do dendê sob o slogan da “sustentabilidade ambiental”, servindo de apoio para expandir monoproduções em larga escala, além de trazer como uma de suas consequências o aquecimento do mercado de terras em seu entorno, reflexo da monopolização do território.

3.2 A MONETARIZAÇÃO DA NATUREZA

Todo esse conjunto de fatores demonstra o potencial de expansão do dendê, seja por sua produtividade ou pelos investimentos destinados à monocultura, a exemplo das pesquisas desenvolvidas pela Embrapa relativas ao melhoramento de tecnologias voltadas ao cultivo. Essas ações fizeram e fazem da região Norte brasileira um *locus* cada vez mais propício para a expansão da oleaginosa. Exposto isso, trabalharemos, a seguir, questões específicas acerca da expansão da monocultura no estado do Pará.

Diante dos alertas acerca das mudanças climáticas globais, o Brasil tem buscado desenvolver políticas públicas, projetos e programas a fim de se ajustar à nova ordem mundial da “economia verde”²⁶. A economia de baixo carbono, em particular, relaciona-se à diminuição da emissão de GEE, cujo aumento, motivado por ações humanas, remonta ao período da primeira Revolução Industrial. Simultaneamente, a questão ambiental serve como elemento discursivo que legitima a expansão do capital no espaço rural brasileiro e, mais especificamente, na Amazônia legal (CORNETTA, 2017).

É importante mencionar que debates voltados aos problemas ambientais são mencionados antes mesmo da década de 1970, como pontuam Porto-Gonçalves (2006) e Cruz (2009), pois os povos das florestas, de maneira pioneira, buscaram maior protagonismo, autonomia e direitos para a manutenção de suas condições de vida nos lugares onde habitam. Esse debate começou a ganhar força mundo a fora de maneira “oficial” na Conferência de Estocolmo, na década de 1970 (ECO-72), o que resultou em propostas de ações (nacionais e

²⁶ Discurso adotado para desenvolvimento da economia que atrela crescimento de renda e emprego ligados a políticas públicas e privadas de baixa poluição e emissão de carbono.

internacionais) relativas aos problemas ambientais em escala mundial. Desde então, criou-se nas agendas de debates ambientais um imaginário “ecológico” da Amazônia como espaço-símbolo a ser preservado (CORNETTA, 2017; GONÇALVES et al., 2016).

Muito antes da Rio+20, várias representações internacionais, como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), promoveram o conceito da “economia verde” a fim de gerar um desenvolvimento ambientalmente correto, diante das mudanças climáticas e a escassez de “recursos naturais”. Na Rio+20, em particular, havia a esperança de que a economia verde fosse consagrada, o que não aconteceu (UNMUBIG, 2014).

Souza (2018) tem apontado para a necessária mudança conceitual de recursos naturais para bens comuns, considerando que a dimensão de recursos sintetiza a lógica de mercantilização e apropriação privada da natureza em detrimento de uma concepção de que terra, água, ar e os outros elementos são vitais à realização da vida. Considera ainda que se trata de reconhecer o processo metabólico que o homem tem realizado ao transformar a natureza e produzir conhecimento e esse conhecimento nova materialidade e em nova natureza, como processualidade histórica. Um processo em que ao ampliar seu conhecimento sobre a natureza não se distancia da mesma, simultaneamente, amplia seu corpo inorgânico em ação metabólica.

Esta perspectiva de recursos, como bem econômico (produção de valor) não é superada nos discursos e práticas de produção capitalistas, assim, o ponto central é: a economia verde estaria realmente preocupada em poupar? Unmubig (2014) destaca que não encontrou nesse conceito quaisquer preocupações primárias em desafiar o crescimento econômico. Ou seja, o crescimento econômico ainda é o termo central (como se fosse impensável a obtenção da prosperidade sem crescimento) e são pouquíssimas as referências à melhoria do bem-estar social e humano ou a consideração dos problemas ligados à distribuição de riqueza e poder como impeditivos para que ela aconteça. O seu norte continua a ser o desenvolvimento econômico, pois não se aborda as perspectivas ecológicas e os direitos sociais de maneira igualitária.

Criticamente, Cornetta (2017, p. 137) pontua que as preocupações com “[...] as mudanças climáticas estão muito mais associadas com o desenvolvimento do capitalismo do que propriamente com o carbono”, já que a reestruturação ambiental passa a ser direcionada por mecanismos compensatórios de mercado e por inovação tecnológica.

De maneira resumida, os mecanismos “[...] da economia de baixo carbono, funcionam com base no princípio do ‘poluidor-pagador’, cujo fundamento teórico encontra-se no referido conceito de ‘externalidade’ da economia-política” (CORNETTA, 2017, p. 34). Assim, as

“externalidades negativas”, como a emissão de GEE, estariam associadas às imperfeições do mercado e, com isso, deveriam ser “internalizadas” economicamente pelo sistema produtivo²⁷ com o intuito de obter um “equilíbrio” quanto aos problemas das externalidades ambientais negativas, de modo a alcançar a “manutenção da qualidade ambiental”. Com isso, a economia-política burguesa passa a empregar o conceito de valor no sentido monetário e financeirizado das questões ambientais.

Na prática, para tratar das questões ambientais, as políticas neoliberais solucionariam os problemas do meio ambiente, gerados pela ação capitalista, por meio da própria financeirização do mercado, empregando novos regulamentos a elementos como solo, água, floresta, ar etc. Essa “inovação” representa um novo direito a poluir, transformando elementos vitais e livres em mercadorias, a partir de uma valorização postulada em cifras de acordo com cada “serviço ambiental”. No Brasil, o conceito de poluidor-pagador entrou em vigor em 1981, direcionado mais tarde pela Constituição Federal de 1988 por meio do art. 22.

Segundo o relatório “*Natural Capital at Risk: Top 100 Externalities of Business*”, da consultora Trucort, os cálculos das externalidades geradas com a produção primária (pesca, exploração florestal, agricultura, serviços públicos, gás e petróleo) e com processos primários (aço, cimento, petroquímico, celulose e papel) giraram em torno de US\$ 7,3 trilhões e representaram 13% da produção econômica global em 2009. Esses valores, gerados a partir das externalidades negativas (no âmbito da economia verde), seriam convertidos, então, em novas fontes de mercado para “equilibrar” os problemas ambientais (CORNETTA, 2017). Assim, “internalizar as externalidades” se torna um imperativo de mercado e a maneira utilizada para dar início às compensações ambientais pressupõe uma inovação tecnológica e uma reorganização produtiva e estratégica nos territórios. Para isso,

[...] foram criadas uma série de normativas e recursos de metrificação do carbono dentro dos diferentes processos produtivos e usos de solo, considerando-se tanto a taxa de emissão, quanto a possibilidade de redução, estocagem e compensação. Dentre os métodos que fazem parte do conjunto de medidas para se traçar panoramas de compensação de emissão, estão a linha de base (*baseline*), os cenários de emissão, os cenários de concentração de gases do efeito estufa (*Representative Concentration Pathways*, os chamados “RCPs”), entre outros que operam, variavelmente, com situações hipotéticas a partir de uma parametrização de cenários futuros. [...] a partir do momento em que a redução da emissão fica comprovada, mediante a aplicação dos procedimentos exigidos (essencialmente a linha de base e o monitoramento de emissão), o mecanismo mitigador será considerado ‘adicional’ e a empresa participante poderá dar início à certificação das reduções de GEE que a atividade declara gerar. (CORNETTA, 2017, p. 35-36).

²⁷ Mesmo que com intervenção estatal e as obrigações a ela atribuídas, como a taxa de carbono, caracterizada por “atribuição ecológica”, ou pela própria via de mercado e suas compensações financeirizadas. Como Cornetta (2017) pontua, esta última é a que mais tem sido utilizada.

Com isso, acontece a comercialização do direito de poluir, e o que antes seria uma “sobra indesejável” do processo produtivo passa a ter um valor monetário. Para que essas medidas pudessem adquirir legitimidade e um valor de uso, se fez necessário um entendimento hegemônico a respeito do clima, além da regulamentação do Estado sob o controle das Nações Unidas, formulando as estratégias de apropriação e comercialização da natureza.

Essa reorganização produtiva e de incrementos tecnológicos são estratégicas devido à inconstância da acumulação capitalista e suas diversas crises. A distribuição de tais tecnologias, por exemplo, não acontece de maneira aleatória, pois são estrategicamente alocadas no território. O crucial desejo de aceleração e circulação do capital em todas as suas esferas tem intensificado a criação de novas tecnologias a fim de acelerar e diversificar suas estratégias de acumulação (CORNETTA, 2017).

Com isso, o setor capitalista busca manter o controle hegemônico da economia por meio de medidas de ajustes espaço-tempo, a fim de solucionar seu problema de sobreacumulação devido ao excedente de força de trabalho (aumento do desemprego) e de capital (superacúmulo de mercadoria que não pode ser vendida sem perdas, excedente de capital que não pode ser investido de maneira rentável e capacidade produtiva inutilizada) (HARVEY, 2004). Surge, então, uma necessidade constante de se ampliar e intensificar a circulação capitalista, já que a crise de sobreacumulação impossibilita o investimento de capital acumulado, resultando na queima de valores.

Assim, a busca pelos ajustes espaço-temporais ocorre de maneira acelerada, de modo a criar novas tecnologias e estimular a mais-valia relativa, além de acelerar a rotatividade do capital fixo e sempre diversificar as estratégias de acumulação.

Nessa mesma linha, Cornetta (2017, p. 144) pontua que as inovações tecnológicas alavancadas pelo contexto de mudanças climáticas estão relacionadas, principalmente, à flexibilização da produção, “[...] isto é, [a] processos que emergem a partir da alteração da forma organizacional da produção, e não apenas da substituição do maquinário que, em geral, fundamenta-se mais na automação da produção, do que na diversificação dos valores de uso”. Ou seja, as inovações que possibilitam a compensação de emissão de gases do efeito estufa também flexibilizam os negócios em uma lógica de reinvenção inovadora e “sustentável”.

Seguindo também o discurso da “preocupação ambiental”, diversos setores do agronegócio se destacam por estarem atrelados a medidas e agendas ambientais. Cornetta (2017) enfatiza que esse setor procura conciliar seus discursos entre a questão do “desenvolvimento econômico” e a “preservação dos recursos naturais” por meio da desejada “economia de baixo carbono”. Em outras palavras: “os caminhos traçados para tal objetivo

passam pelo mecanismo compensatório do mercado financeiro e pelo entusiasmo que se criou em torno do discurso de modernização ecológica” (CORNETTA, 2017, p. 202).

Das diversas atividades econômicas que envolvem o agronegócio, destacam-se aquelas voltadas para a esfera do mercado de energia, pois se encontram em vantagem competitiva por estarem direcionadas à questão das “energias renováveis” por meio da biomassa. Nesse sentido, Cornetta (2017) menciona o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, pois ele traz consigo o termo “floresta energética” com a finalidade de projetos de cultivos para fins energéticos, além do estudo “Clima: os biocombustíveis no combate ao aquecimento global”, o qual assinalou que, entre os anos de 2005 e 2009, o etanol brasileiro contribuiu com 60% no crédito de carbono, impedindo a emissão de gases do efeito estufa.

Quanto a projetos de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradações (REDD+²⁸), o estado do Pará, como um dos integrantes da Amazônia Legal, é um dos maiores concentradores desses, mesmo não possuindo nenhuma lei específica referente a mudanças climáticas, e com uma estimativa de mais de 24 projetos em andamento. Acerca desse processo, Cornetta (2017) questiona tais ações, pois muitas delas são feitas a partir de projetos que não constam na lista do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), o que evidencia uma falta de controle público de investimento, além da falta de clareza acerca do acesso à biodiversidade da região.

Um dos casos mais relevante e noticiado refere-se a um contrato firmado no ano de 2015 entre uma empresa irlandesa (Celestial Green Ventures) e uma associação Indígena em Jacareacanga, no Sul do Pará, assinado por apenas 12 pessoas, entre vereadores e indígenas, já que a maioria dos indígenas se recusaram a assinar. Nesse acordo, estavam previstas inúmeras restrições ao uso da Terra Indígena, chegando a uma restrição de mais de 2 milhões de hectares. Hoje, as TI pertencem à União e esse caso mostra as muitas irregularidades e abusos quanto a tais contratos, os quais oferecem uma série de direitos às empresas de explorar créditos compensatórios de carbono.

No âmbito do óleo de palma, a abordagem da “economia verde” também se faz presente, pois o setor do agronegócio do dendê vem procurando organizar estratégias empresariais a fim de amenizar as externalidades de sua produção e “mostrar” para a sociedade o comprometimento das agroindústrias em relação ao meio ambiente. Assim, a Associação

²⁸ Criado em 2013 na Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) em Varsóvia, Polônia, com o intuito de compensar financeiramente países em desenvolvimento comprometidos com a redução de taxas de emissão de gases do efeito estufa, advindos do desmatamento florestal. Para mais detalhes, ver Cornetta (2017).

Brasileira de Produtores de Óleo de Palma (Abrapalma) difunde um discurso de “agregar ao setor produtivo e liderar o projeto de tornar o Brasil um modelo na produção sustentável do óleo de palma” (ABRAPALMA, 2019).

A Biopalma da Amazônia/Vale, como já mencionamos, é controlada pela Vale S.A., empresa ligada ao setor de energia. Diante de sua atuação pelo mundo, esta empresa tem como missão “transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável”. Nessa mesma linha de discurso ambiental, em seu Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2018, a Vale revelou um gasto de cerca de US\$ 197,3 milhões com dispêndios ambientais, devido às suas externalidades negativas de exploração dos recursos naturais para, assim, transformá-las em “prosperidade”.

É importante frisar que as políticas de compensação desconsideram o tempo da natureza, tempo este necessário para que ela se reestabeleça por ser um sistema de biodiversidade integrado, e tampouco a colocam como de fundamental importância para as comunidades que dela necessitam para viver, as quais acabam sofrendo quando ela é afetada, seja com a poluição e contaminação de rios, ou devido a desmatamentos e grandes queimadas.

Nesse cenário, a flexibilização da agricultura capitalista se torna mais pujante por meio da participação “voluntária” desse setor em ações de projetos de redução de danos climáticos. Partindo de Marx, Harvey (2004) argumenta que essas aberturas neoliberais não produzem um estado de harmonia, mas sim maiores níveis de desigualdade social. Para o autor, a acumulação se desenvolve por meio da reprodução ampliada e é denominada por ele de acumulação por espoliação:

[...] o capital, em seu processo de expansão geográfica e deslocamento temporal que resolve as crises de sobreacumulação às quais está inclinado, cria necessariamente uma paisagem física à sua própria imagem e semelhança em um momento, para depois destruí-lo. Esta é a história da destruição criativa (com todas as suas consequências sociais e ambientais negativas) inscrita na evolução da paisagem física e social do capitalismo. (HARVEY, 2004, p. 99).

O mercado de carbono também representa fator importante de incentivo ao motor do mercado de terras (COTULA, 2012), estando atrelado à conservação de floresta e/ou plantação de árvores para a produção de agrocombustível, pois seus créditos favorecem um fluxo nas receitas financeiras, que mudam a natureza dos retornos financeiros e trazem consigo uma nova forma de investimentos em terras e de mercantilização da natureza. Quanto a isso:

Há até mesmo relatos de compras de certificados [de compensação] meramente especulativos, em situações nas quais empresas compram terras em áreas remotas da Amazônia com o objetivo de vender títulos de conservação florestal a fim de preservar terras e florestas que, em última instância, nem seriam degradadas. [...] Em um regime de comércio de licenças de emissão, os investidores não precisam renunciar ao desenvolvimento econômico; em vez disso, eles podem indenizar a sociedade pela

destruição resultante de suas atividades ao pagar pela preservação de um pedaço "equivalente" à terra que destruiu, em qualquer outro lugar. Na perspectiva dos promotores do desenvolvimento, o pedaço de terra preservado toma a forma de um certificado de pagamento por serviços ambientais. (UNMUBIG, 2014, p. 18-20).

A monetarização da natureza, como medida para se reduzir os danos ambientais e as mudanças climáticas, atrelada ao discurso de desenvolvimento econômico, pautados na expansão do uso de recursos renováveis juntos à expansão do agronegócio, altera profundamente a nossa relação com os recursos naturais. Primeiro, são ações que ganham licença para destruir e, posteriormente, pagam para preservar, formando um ciclo vicioso camuflado pelo discurso de desenvolvimento econômico e ambiental.

Ainda nesse sentido, trataremos a seguir sobre o envolvimento da empresa Vale à economia de baixo carbono e as medidas de compensação por ela adotadas.

3.3 O PORTFÓLIO DA VALE E SUA ATUAÇÃO NA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

A Vale, uma empresa inicialmente pública, foi criada em 1943 por meio do decreto de Lei 4.352, pelo então presidente Getúlio Vargas, e obteve as diretrizes governamentais necessárias para iniciar sua atuação no estado do Pará como mineradora. Em 1997, se tornou uma empresa privada de capital aberto, atuando como uma das maiores líderes globais de minério de ferro, pelotas de minério de ferro e níquel. Está presente em 27 países, localizados em cinco continentes diferentes. A sua infraestrutura, para operar uma vasta variedade de serviços (como: ferro-ligas, metais do grupo platina – MGP –, manganês, cobre, prata, ouro, cobalto, térmico e carvão metalúrgico), engloba ferrovias, portos e terminais rodoviários conectados como um sistema integrado. Assim:

Para assegurar apoio ao transporte dos minérios produzidos, desde a sua extração nas minas até a entrega aos clientes, temos centros de distribuição (CDs) e realizamos atividades de afretamento marítimo. Por meio de coligadas, joint ventures ou participação direta, contamos ainda com participações em ativos relevantes nos segmentos de energia, siderurgia e bauxita. Produzimos matérias-primas para atender a uma variedade de indústrias em todo o mundo, como siderúrgica e automotiva, entre outras.

Somos constituídos como organização privada de capital aberto, mantemos sede corporativa na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, e negociamos ações no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (B3).

Também estamos presentes nos mercados financeiros de Nova York (NYSE), Paris (Euronext) e Madri (Bolsa de Madrid). Em 2018, encerramos o ano com 124,9 mil colaboradores (70,3 mil próprios e 54,6 mil terceiros), dos quais 95,6 mil alocados no Brasil. (VALE, 2018, p. 32).

Não diferente das mencionadas antes, esta empresa se considera comprometida com os assuntos relacionados aos impactos das mudanças climáticas e com a questão do carbono por

meio de diretrizes corporativas. Para isso, estabelece mecanismos de controle e redução de emissão dos GEE, uma vez que diz acreditar que as mudanças climáticas podem afetar o ecossistema do planeta e, conseqüentemente, as suas atividades econômicas. Nesse cenário, buscaria o equilíbrio entre a segurança climática e a segurança energética.

Dentro desse esforço global, desde 2005, a Vale passou a avaliar e controlar as suas emissões de gases do efeito estufa por meio de ações coordenadas globalmente, no sentido de alcançar padrões de excelência. Assim, foi lançado o Programa Carbono Vale, baseado em cinco diretrizes: 1) avaliar, de maneira estratégica, os impactos das mudanças climáticas nos negócios, ação aliada à capacidade de atuação da empresa nesse novo ambiente competitivo; 2) estabelecer parcerias e cooperações no âmbito de pesquisas que desenvolvam tecnologias para ações de mitigação e adaptação nos lugares em que atua; 3) atuar em incentivos e suportes para iniciativas de redução de emissão dos GEE e de sequestro de dióxido de carbono; 4) fortalecer a transparência e o aprimoramento de suas medidas, e o 5) envolvimento junto ao setores produtivos e governamentais a fim de monitorar e contribuir na elaboração dos marcos regulatórios para o enfrentamento das mudanças climáticas (VALE, não datado).

Com relação à diretriz de número 3, a Vale detalha que pretende:

- Promover a atuação integrada com todas as linhas de negócio no que tange às iniciativas de redução de emissões de GEE e sequestro de dióxido de carbono, bem como ao desdobramento de iniciativas em cada negócio.
- Prover recursos para o desenvolvimento de projetos que resultem em reduções de emissões de GEE oriundas de suas atividades, produtos e serviços, buscando sempre que possível a captura de benefícios financeiros associados através da participação no mercado de carbono, via Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e outros mercados atuais e futuros.
- Avaliar e estabelecer projetos em conjunto com fornecedores e clientes para a redução das emissões de GEE e sequestro de dióxido de carbono da parte destes, tendo em vista a relevância do ciclo de vida dos produtos da Vale. Assegurar a aplicação de toda tecnologia disponível, que seja técnica e economicamente viável, para a máxima mitigação das emissões de GEE geradas na produção e na utilização de carvão mineral para a geração de energia e em processos metalúrgicos.
- Promover a eficiência energética e a redução do consumo de combustíveis fósseis e incentivar o uso de combustíveis renováveis, particularmente dos biocombustíveis, buscando sempre uma efetiva redução de emissões de GEE.
- Investir em projetos de energia renovável, notadamente em hidrelétricas.
- Investir na implantação de projetos de reflorestamento e preservação de florestas e em outros ecossistemas naturais, incluindo a recuperação de áreas degradadas e a proteção da biodiversidade. (VALE, não datado, p. 2).

Comprometida de maneira estratégica com as questões climáticas, a Vale declara ter emitido, de maneira direta, um total de 12,1 milhões de toneladas de gás carbônico em 2009, o que representou uma redução de 22% em comparação a 2008 (FÓRUM CLIMA, 2010). Em 2013, seus investimentos em energia renovável somaram cerca de US\$ 196,9 bilhões de dólares, alocados entre incentivos à produção de energia renovável oriunda de fontes de biomassa, solar,

hidráulica, eólica, ano em que o total investido no setor energético, como um todo, somou US\$ 2,3 milhões.

Não à toa, esta empresa passou a investir na produção de dendê no estado do Pará com o intuito de usar 20% do “biodiesel”, a ser obtido com a oleaginosa, na mistura do combustível usado em seus maquinários e, com isso, reduzir 17% das suas emissões de CO₂, com a pretensão de usar o novo combustível a partir de 2014 (BIODIESELBR, 2012).

Ademais, a Iniciativa Empresarial em Clima (IEC), do qual o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável faz parte (tendo a Vale como colaboradora), apresentou um posicionamento na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21), em 2016, acerca dos mecanismos de precificação de carbono. Nesse posicionamento, a IEC abordou que, segundo as estimativas do *World Resources Institute*, serão necessários US\$ 5,7 trilhões em investimentos anuais até 2020 para descarbonizar a economia.

Com isso, a IEC e seus signatários entendem que é urgente a elaboração de uma metodologia de precificação do carbono no Brasil para incentivar os investimentos em atividades de baixa emissão e que garanta a competitividade das empresas. Assim:

Por meio da internalização do custo do carbono nas cadeias de valor, as ferramentas de precificação estimulam as empresas, o governo e a sociedade a ter práticas mais sustentáveis, incentivando o desenvolvimento de tecnologias não poluentes e a inovação e envolvendo os consumidores (IEC, 2016, p. 1).

Ainda para a precificação, o IEC acredita que é necessário:

Analisar, com os atores interessados, a melhor combinação de instrumentos, considerando as fontes e a composição das emissões, assim como o contexto e a dinâmica da economia brasileira. Além disso, é preciso garantir a **neutralidade** tributária, evitar impactos negativos na competitividade dos setores e garantir um sinal de preço de longo prazo. Para tanto, necessita-se:

Privilegiar instrumentos de precificação via sistema de comércio de emissões, que são mais eficazes economicamente e permitem uma integração internacional com outros sistemas. (IEC, 2016, p. 1-2, Grifos do autor).

Nesse caso, a neutralidade é posta como fundamental para evitar a sobrecarga fiscal aos contribuintes. Todos esses mecanismos seriam elaborados com o intuito de reduzir a emissão dos GEE para evitar que o aumento da temperatura global não ultrapasse os 2°C, o que traria consequências desastrosas para a economia do país.

Seguindo essa linha de análise, a carta aberta ao Brasil sobre mudanças climáticas (2009), assinada pela Vale, indica que esse aumento de temperatura traria consequências catastróficas à produção agrícola brasileira e para a disponibilidade energética, dentre outras, sendo necessário adotar um novo modelo de desenvolvimento baseado em uma economia de

baixo carbono. Para isso, o biocombustível seria um grande aliado para se atingir a meta de redução (440 ppm – parte por milhão) de emissão de GEE.

Atuando nesse cenário, relativo ao mercado de baixo carbono, as 17 áreas de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) da Vale em Minas Gerais e a Reserva Natural Vale (RNV) no Espírito Santo estocam cerca de 3,5 milhões e 9,3 milhões de toneladas de gás carbônico, respectivamente, representando um volume de mais da metade das emissões de GEE anuais da empresa.

Seguindo a linha de atuação da mercantilização da natureza (CORNETTA, 2017), A Vale e o Lawrence Berkeley Laboratory, da Universidade da Califórnia nos EUA, realizaram um estudo de Valoração Econômica Total (VET) de sua Reserva Natural Vale, quantificando o seu valor de reserva natural, o que permitiu:

[...] a atribuição de um valor total intangível para a reserva, estimado em US\$ 1,1 bilhão. O montante pode ser dividido em três aspectos: cerca de US\$ 1 bilhão atribuídos ao benefício econômico da existência da biodiversidade da reserva; US\$ 77 milhões referentes ao valor de uso direto, derivado do carbono estocado, do carbono sequestrado pelas mudas produzidas no viveiro e das atividades de recreação; e cerca de US\$ 25 milhões associados ao valor de uso indireto, oriundo da polinização, da provisão de água e da regulação do ar, da água e do solo. (FÓRUM CLIMA, 2014, p. 63).

Essa quantificação monetária da natureza, como já pontuamos, é questionada por Cornetta (2017) como um fenômeno genuinamente “natural”, ao qual, desprovido de um imediato trabalho, é atribuído um valor monetário (financeirizado). Com isso, a economia-política burguesa emprega o conceito de valor no sentido monetário, um valor definido pela materialidade do objeto e não por seu valor de uso, isento de nódoa moral, atribuindo um valor à natureza sem qualquer emprego da força de trabalho social que o materializa.

Essa monetarização da natureza, ao contrário do que se propõe – aumentar a conscientização em torno das mudanças climáticas e promover o desenvolvimento econômico em bases sustentáveis –, coloca em uma única medida todas as complexas funções da natureza, sejam elas de ordem social, ambiental, cultural ou espiritual, transformando-a em cifras monetárias. Transforma-se, em suma, as questões ambientais em um viés apenas econômico (UNMUBIG, 2014).

Com relação à privatização da Vale, para além dos problemas acerca das consequências socioambientais, percebemos essa como mais uma medida de flexibilização das normas legais e de privilégios públicos para incentivar o controle de terras, atrair investimentos estrangeiros e formar a aliança entre o capital e a terra, além do controle e a exploração de recursos naturais.

O setor agrícola também está atrelado ao ultrapasso dos limites ambientais globais e perda da biodiversidade. Segundo Unmubig (2014), do total de 14 bilhões de hectares cultivados no mundo, 4,6 bilhões são destinados para a produção de ração animal, o que tende a expandir com o aumento de exportação/importação de carne bovina. Com isso, a demanda por terra aumenta, seja para a expansão/intensificação do cultivo de *commodities* destinadas à ração seja para a expansão da pecuária, resultando em maiores danos à natureza, pois a expansão agrícola e o setor da pecuária estão ligados a grandes casos de desmatamento.

Além das questões de ordem climático-ambiental, o agronegócio também se associa cada vez mais a políticas econômicas mundiais de aquisição de terras. Essas recentes aquisições feitas por fundos de investimentos, agências governamentais e pelo setor patronal rural, para fins de investimentos agrícolas nos países em desenvolvimento, têm chamado atenção internacional e da comunidade acadêmica para estudos acerca do fenômeno *land grabbing*, como abordaremos a seguir.

3.4 LAND GRABBING E O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TERRAS

A terra, no sentido de natureza mercantilizada sob o estado de propriedade privada, se estabelece particularmente enquanto “terra de negócio”. Contudo, seu valor também perpassa as relações sociais da concretude i-material da vida humana, como valor de uso e bem comum de direito a todos, não obstante, normalmente, encontre-se sob um regime fundiário pautado na propriedade privada capitalista.

O século XXI é marcado por um crescimento global de novos investimentos em aquisição de terras. Esse controle em grande escala é sustentado pelo discurso de preocupações governamentais a longo prazo com as questões energéticas (após a crise do petróleo) e alimentares (depois da crise alimentar de 2008), além, é claro, das expectativas de lucro criadas pelo setor privado com o aumento do preço de *commodities*.

Os ajustes espaço-temporais são sintomáticos em épocas de crise de sobreacumulação em projetos de globalização neoliberal, podendo ser catastrófico buscar resolver a crise alimentar por meio de ajustes espaciais:

That is, land grabbing is understood here as a reflex of changing conditions of accumulation: first, as capital’s costs of production (energy) and reproduction (wage-foods) rise in tandem; and second, as finance capital capitalizes offshore agro-food zones as (speculative) substitutes for ecologically exhausted. [...] Northern crop lands and as energy crop sites.

The “food regime” concept situates the global ordering of international food production, circulation and consumption relations within specific institutionalized world-historical conjunctures (McMichael, 2009a). The “corporate food regime” (1980s–present) specifies a neoliberal project of agricultural liberalization via structural adjustment mechanisms and WTO rules encouraging universal

agroexporting and requiring states in the global South to open their economies to the Northern-dominated international food trade, dismantle farm sector protections and adopt intellectual property protections. (MCMICHAEL, 2012, p. 681-682).

Nesse contexto, a segurança alimentar global e a ecológica (a exemplo dos investimentos para a produção de agrocombustível) dependem da corrida pela terra, realizando-se sob a retórica de uma agricultura ligada ao desenvolvimento. Assim, se estendendo as crises, os Investimentos Estrangeiros Diretos em terras (IEDs) de baixo custo, água e mão de obra em países em desenvolvimento representam uma resposta a essas crises, como forma de ajustes espaciais para que “solucionem” o aumento dos custos agroindustriais a curto prazo, na tentativa de renovar a sua legitimidade: “[...] They will only buy time (and space!) in the short run for political and economic elites and consumers with purchasing power. In this scenario the longer run is destined to be catastrophic” (MCMICHAEL, 2012, p. 697). Com isso, o apelo da soberania alimentar seria o mecanismo pelo qual o capital financeiro busca lucrar mesmo quando o capitalismo entra em crises profundas sob os limites ambientais, energéticos e/ou de legitimidade política.

Diversos autores se debruçam sobre análises e uma série de conjunto de dados que apresentam, de maneira significativa, a movimentação que gera esse fenômeno. Seu “ponto inicial” foi a crise financeira de 2008, motivada pela bolha do mercado imobiliário nos Estados Unidos, que levou a busca por alternativas em investimentos, em parte encontrada na aquisição de terras (BORRAS JR. et al., 2012; FLEXOR; LEITE, 2017; MCMICHAEL, 2012; SAUER; LEITE, 2012).

Essa dinâmica é observada, segundo Cotula (2012), em pesquisas realizadas pelo International Land Coalition e pela Oxfam, as quais revelam transações de 227 milhões de hectares de terras no mundo entre os anos de 2001 a 2010. Já dados do Banco Mundial falam em mais de 45 milhões de hectares movimentados entre os anos de 2008 a 2009, ao que se convencionou chamar de *Land Grabbing*, “*extranjeritización*” ou “*acaparamiento*” de terras, termos utilizados por estudos que caracterizam o aumento significativo da busca do capital estrangeiro por grandes áreas de terras (COTULA, 2012; FLEXOR; LEITE, 2017; SAUER; LEITE, 2012).

Visto como um fenômeno global, relatórios de meios de comunicação internacional apontam que entre os principais receptores de investimentos de terras estão Madagascar, Etiópia, Sudão e Moçambique, na África; Filipinas, Camboja, Indonésia e Laos, no Sudeste Asiático; Ucrânia e Rússia na porção da Eurásia. Na América Latina, Brasil, Argentina e Uruguai aparecem como os principais receptores de investimento em compras de empresas que

já possuem terras, ao invés de investir diretamente na compra dessas. Assim, os investidores concentram seus interesses nas melhores terras em relação à disponibilidade de água, infraestrutura, proximidade ao mercado e fertilidade do solo (COTULA, 2012; FLEXOR; LEITE, 2017).

No Brasil, o marco dessa nova agenda internacional pelo interesse em aquisição de terras foi a Conferência Internacional para a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em Porto Alegre, no ano de 2006; assim como a aprovação das Diretrizes Voluntárias para a Governança Responsável da Terra, dos Recursos Pesqueiros e Florestais na circunstância da Segurança Alimentar Nacional realizada pelo Comitê de Segurança Alimentar, em 2012. Com isso, o setor do agronegócio é estimulado com as previsões do Banco Mundial, o qual afirma o aumento da demanda pela terra, e também pelo preço internacional das *commodities*, vislumbrando uma nova oportunidade de negócios (CASTRO; HERSNAW; SAUER, 2017).

A concretização de um grande negócio de terras geralmente envolve uma gama de agentes neste processo (seguradoras, credores, fornecedores e contratos), o que dificulta saber a origem do investidor. Os capitais investidos nas empresas ou em compras diretas de terras podem ter origem de todo mundo, com diferentes interesses em torno de um único projeto. Cotula (2012) aponta que ao invés das agências governamentais, são as empresas privadas que têm uma maior relação com a aquisição de terras, não obstante tais agências também tenham um papel crucial na formulação de políticas de apoio à aquisição de terras agricultáveis. Relatórios do Banco Mundial citados pelo autor também apontam o agronegócio como o principal investidor em fundos de investimentos.

Diante desse cenário e com esperados resultados lucrativos devido aos incentivos de políticas públicas (frente à rigidez do mercado), o setor do agronegócio ligado à energia e à biotecnologia passou a desenvolver parcerias em pesquisa, tecnologias e projetos para o agrocombustível, chegando a investir inclusive em terras no chamado Sul Global. Com isso, os espaços destinados à produção de agrocombustível representaram 37,2% das áreas de terras, enquanto que a produção alimentícia representou 11,3% das adquiridas em todo o mundo entre os anos de 2001 a 2010 (COTULA, 2012). Um ponto que chama atenção é o interesse em investimentos pelo setor financeiro, que historicamente é contrário à imobilização de capital em compras de terras, por representar uma baixa liquidez (FLEXOR; LEITE, 2017).

No caso do dendê, a linha entre a produção de alimentos e a de agrocombustível é tênue, como já apontamos: apesar desse monocultivo se expandir no Brasil por meio de políticas

voltadas para o incentivo da produção energética, hoje sua destinação volta-se, sobretudo, para o uso na indústria alimentícia.

Além disso, vale salientar que os investimentos em terras vêm acontecendo em países em desenvolvimento, onde os preços são mais baixos e, com isso, muitos investidores enxergam a valorização das terras como um dos principais componentes para seu modelo de negócio. Isso explicaria a aquisição de um volume de terras muito maior do que a capacidade do investidor em produzir. Portanto, muitos empresários estariam buscando o controle sobre a cadeia de valor da terra como um ativo financeiro, expressando um poder significativo de negociação pensado em longo prazo (COTULA, 2012). Sobre isso:

The changes in global supply and demand for agricultural commodities, discussed in the previous section, point to increasing land values in the longer term, particularly in places where land is now cheap. Combined with other factors, this circumstance has increased the attractiveness of land as an investment option not only for agribusiness and energy companies interested in direct production, but also for financial operators interested in increasing returns and lowering risks for their portfolios. This process is part of a wider trend involving greater interest by financial investors in the agriculture sector as a whole (FAO, 2010) [...]. Some have referred to this trend as the “financialisation” of agriculture (Anseeuw et al., 2011). [...] Interest in land from financial investors is linked to a range of different factors. First, the economic fundamentals discussed in the previous section create expectations of growing returns from agriculture. Some return forecasts are as high as 25% (Hawkins, 2010). These returns are expected to be generated by a combination of capital appreciation (increased land values) and income flowing from increased productivity in agricultural production on acquired land. Historical trends indicate that there is potential for significant returns from capital appreciation. (COTULA, 2012, p. 665-666).

Assim, por meio de fundos financeiros voltados para o setor da agricultura, investidores aplicariam recursos em terras agrícolas a fim de vê-los crescer rapidamente, atraindo o setor financeiro para a terra justamente para buscar retornos especulativos em curto prazo. Essa é também uma maneira de diversificar seus investimentos, além de funcionar como uma proteção contra a inflação nos últimos anos, por ser uma classe de ativos financeiros importante (FAIRBAIRN, 2015).

Dentro desse escopo, o papel das políticas públicas desempenha grande força para a corrida pela terra em maior escala, seja pelos países receptores ou pelos países investidores. Isso porque a política desenvolvida por países investidores implica em um apoio explícito – seja com facilidade de crédito, operadores privados, apoios diplomáticos – para aquisição de terras no exterior, seja para buscar segurança alimentar nacional (a exemplo de países do Golfo), ou para buscar condições de negócio macroeconômico ou de ordem geopolítica (a exemplo da China).

Vale ressaltar que, nessa lógica de apoio, a União Europeia (UE) desenvolveu um papel fundamental na política de implementação do agrocombustível, pois fixou um objetivo de 5,75% de consumo dessa fonte de energia para transportes que circulam no bloco até o final de 2010. Além disso, os países membros da UE são obrigados a adotarem planos de ação para promoção de energias renováveis, já que a última medida adotada em 2009 fixa o consumo final para uso de transportes por meio do agrocombustível para 10% até o ano de 2020 (COTULA, 2012). Caso essa meta seja alcançada, 85% da demanda por agrocombustível utilizada pela UE deverá ser suprida por meio – direta ou indiretamente – de importações (UNMUBIG, 2014).

Aliado a isso, as políticas de diminuição dos efeitos climáticos se apresentam, muitas das vezes, como um dos principais objetivos para o investimento em agrocombustível por meio da biomassa– o que, por sua vez, provoca uma corrida mundial pela aquisição de terras. Tudo isso é incentivado pelo discurso político de diminuição dos problemas ambientais aliado ao aumento do portfólio energético e, conseqüentemente, de diminuição da dependência de países exportadores de petróleo.

Com relação à política de países receptores, as suas principais iniciativas estão alocadas na atração do ambiente político para os investimentos agrícolas, como no caso da revisão de legislação a fim de aumentar os incentivos para investimentos; bem como reformas de leis fundiárias e projetos que identifiquem as áreas aptas para investimentos agrícolas no país, seja para compra ou para arrendamento mediante contratos de longo prazo (COTULA, 2012; GRAIN, 2010). No caso do Brasil, podemos citar o Zoneamento Agroecológico, o qual identificou que o país possui uma área com mais de 7 milhões de hectares aptas ao que se refere a condições de solo e clima propícios para o cultivo da palma do dendê (BRASIL, 2018).

Em relação aos incentivos e subsídios à exportação de produtos primários, em que o Brasil apresenta vantagens corporativas, segundo Castro, Hersnaw e Sauer (2017) isso significa a perda de receita, ou melhor, a transferência de receitas para consumidores e importadores do exterior, além da transferência de receita para o tesouro público de países estrangeiros que taxam a importação.

Com isso, Grain (2010) chama atenção para o verdadeiro interesse de se investir em terras agricultáveis, o qual seria a rentabilidade, ao invés de uma ilusória preocupação com a segurança alimentar e/ou energética. Com valores mais baixos de terras, o setor passa a lucrar devido aos preços dos alimentos tenderem a permanecer elevados, já que a população mundial vem crescendo, o que fornece uma base sólida para o retorno de seus investimentos. Assim, o setor privado adquire o controle da terra, por meio de incentivos governamentais; porém, os

interesses defendidos não serão os públicos, mas sim os seus. Nessa lógica, os recursos como água e solo são levados ao estresse extremo, com o objetivo de gerar lucro tanto nas receitas das colheitas como nas da terra em si, segundo um raciocínio totalmente corporativista.

No caso do Brasil, acerca dos incentivos governamentais para atração de investidores, Fairbairn (2015) aponta que inicialmente o país procurou restringir o acesso à terra por estrangeiros, já que representaria uma ameaça à soberania nacional. Assim, a restrição se deu pela aplicação jurídica da Lei 5.709 de 1971, a qual determinou que a compra não poderia ultrapassar 50 módulos fiscais²⁹, bem como a necessidade de autorização nacional para aquisições acima de 3 módulos fiscais, pois a soma das propriedades de uma única pessoa estrangeira não deveria ultrapassar um quarto da área do município. Isso se aplicou tanto a empresas estrangeiras, quanto a empresas brasileiras com o capital maior que 50% de origem estrangeira.

Por outro lado, se estabeleceu que uma mesma nacionalidade pode adquirir até 10% da superfície de um município, assim como a possibilidade de somar imóveis, totalizando até 25% da área de um município. Em vista disso, Castro, Hersnaw e Sauer (2017) apontam que apesar do discurso nacionalista de proteção contra estrangeiros, o Estado brasileiro acaba por legitimar e legalizar as ações destes.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, essa lei se tornou inoperante com as mudanças realizadas por meio da Emenda Constitucional nº 06, que revogou o artigo 171 da Constituição Federal de 1988 e, assim, empresas brasileiras de capital estrangeiro passaram a deixar de serem regulamentadas. Ou seja, empresas estrangeiras que abrissem uma subsidiária brasileira passariam a adquirir terras sem qualquer restrição ou autorização prévia.

Já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o Incra alegou que, desde 1998, o país não obtinha nenhuma informação e/ou relatório acerca da quantidade de terras compradas por estrangeiros em território brasileiro. Sob o apelo da soberania nacional, em 9 de agosto de 2010, foi emitido o parecer n. LA01, publicado pela Advocacia Geral da União (AGU), em que é retomada a interpretação original da Lei 5.709/71. Mas, ainda assim, Fairbairn (2015) aponta que a lei deixa brechas a serem contornadas de maneira legal, sem ter um efeito prático, pois com a criação de empresas brasileiras controladas ou capitalizadas por estrangeiros se torna difícil frear a corrida financeirizada pela terra. Desse modo, “[...] [o]ne option is for a company to migrate across the boundary line separating the foreign from the domestic by shifting holdings between parent companies and subsidiaries” (FAIRBAIRN, 2015, p. 586). Isso

²⁹ O Módulo fiscal foi definido pelo Incra, em 1960, e corresponde a uma área, variando para cada município, devendo ser suficiente para sustentar uma família.

remodela ativos para investidores estrangeiros continuarem comprando e operando terras no Brasil.

Acontecem, ainda, os investimentos estrangeiros em terras por meio da grilagem, que é a falsificação de títulos definitivos e escrituras na compra de terras devolutas. Assim, a “[...] estrangeirização se opera, na prática, como [...] ‘oportunidade de negócios’ que, muitas vezes, passam à margem da legalidade e do bem-comum” (CASTRO; HERSNAW; SAUER, 2017, p. 88).

O Incra, no intuito de aumentar a rigidez na regularidade de terras por estrangeiros, emitiu a Instituição Normativa de número 76, em 2013, na qual coloca o Instituto como ponto central na fiscalização de transações imobiliárias efetivadas por estrangeiros. No entanto, a falta de recursos para tal fiscalização enfraquece a ação do órgão (FLEXOR; LEITE, 2017).

A promulgação da Lei nº 13.178, em 2015, é outro exemplo de mudança legal que permite a estrangeirização de terras, pois:

[...] trata da ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira. A referida lei não apenas favorece a privatização de terras públicas (um dos argumentos da Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela Contag em 2016), mas rompe com a própria noção de soberania. A faixa de fronteira é entendida como a margem ou os limites do Estado-nação, portanto, um território público. O reconhecimento de títulos privados rompe com este território, possibilitando processos de internacionalização. (CASTRO; HERSNAW; SAUER, 2017, p. 82).

Com a retirada de Dilma Rousseff da presidência, em 2016, o debate em torno da busca pela terra foi reaceso no Brasil com o governo de Michel Temer “[...] com anúncios frequentes de intenção de liberar investimentos estrangeiros em terras” (CASTRO; HERSNAW; SAUER, 2017, p. 76). Procura-se, então, dar sustentabilidade a essas aberturas por meio de medidas provisórias e alianças com a bancada ruralista:

O mesmo é defendido por membros do Governo Temer, afirmando que a liberação da compra por estrangeiros é fundamental, pois “o Brasil precisa de crescimento e de investimento. Agronegócio foi a área que mais cresceu em janeiro. Temos que investir, gerar mais empregos”. (MEIRELLES, 2017 apud CASTRO; HERSNAW; SAUER, 2017, p. 76).

É evidente que a partir de 1960, as mudanças, as manobras legais e a flexibilização em torno da lei, aliadas a incentivos fiscais de indução de desenvolvimento, aumentaram o interesse por terras por parte de estrangeiros, além de revelar uma estreita relação entre os investimentos em terras por estrangeiros e a expansão do agronegócio (CASTRO; HERSNAW; SAUER, 2017).

Quanto a esses interesses, Flexor e Leite (2017) também apontam algumas sondagens do Estado referente à compra de terras por estrangeiros por meio dos levantamentos feitos pelo

Incra, pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Comum (Nead), os quais destacam que até o ano de 2008, existiam 34.632 registros de imóveis sob o controle de estrangeiros, abrangendo uma área de 4.032.667 hectares. Os autores elencam também que mais de 83% dos imóveis são considerados de grande propriedade, maiores que 15 módulos fiscais. É importante registrar que esse levantamento foi feito antes da corrida pela terra estimulada pela elevação dos preços de *commodities*, ainda em 2008. Destaque para os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) no setor de álcool e agrocombustível, que passaram de 4 milhões de dólares em 2002 para 1,64 bilhões de dólares em 2008 (SAUER; LEITE, 2012).

Em 2010, um novo IEDs se apresenta nos dados levantados pelo Incra, os quais mostram um crescimento no número de estabelecimentos, que totalizaram nesse ano 34.371 imóveis rurais (0,45% a mais se comparados com 2008), e um aumento no total de área para 4.349.074 hectares (representando 8% de aumento ou 132 mil hectares de terras incorporados). Incremento este que se especula estar ligado à expansão das atividades agroindustriais e agropecuárias (FLEXOR; LEITE, 2017; SAUER; LEITE, 2012).

Castro, Hersnaw e Sauer (2017) apontam que entre os anos de 2007 e 2010, cerca de 1.152 propriedades de terra foram declaradas por meio da compra por estrangeiros, representando uma área total de 515,1 mil hectares. A maior concentração dessas aquisições se encontra nos estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia, com 69% das compras; a região amazônica apresenta um percentual de 12%, sendo mais expressiva nos estados do Pará e Amazonas.

Quanto à fiscalização, Fairbairn (2015) critica a distinção da lei entre estrangeiros e brasileiros, pois estes estariam separados por uma linha extremamente tênue, para não se dizer ilusória, uma vez que os compradores de terras se apresentam em um plano transnacional por meio de empresas do mercado financeiro, que operam por meio de *holdings* com fundo de pensão estrangeiro ou de paraísos fiscais, em parceria com empresas de operacional brasileiro. Em outras palavras, por serem empresas de capital aberto é difícil saber a origem geográfica de seus investidores porque são diversas. Sauer e Leite (2012) apontam que:

[...] há problemas no próprio conteúdo da Lei n. 5.709/71, como, por exemplo, o limite de 50 módulos ou a restrição a um quarto da área do município, pois há municípios imensos no Brasil, especialmente nas regiões Norte e Centro Oeste, principais alvos da busca por terras e expansão do agronegócio. (SAUER; LEITE, 2012, p. 521).

Portanto, é fundamental um controle mais eficaz por conta do Estado, a fim de aplicar medidas defensivas ao território nacional.

Esse contexto de *boom* das altas de preços das *commodities* agrícolas gerou toda uma discussão internacional em torno da demanda alimentar em função do crescente contingente populacional, colocando no plano central do debate os recursos terra e água. Assim, países com abundância desses recursos, como o Brasil, viraram alvo para a promoção alimentar. Como levantado por Flexor e Leite (2017), a crescente elevação de preços dos alimentos eleva consigo a demanda por terra nos países exportadores desses bens e, com isso, ocorre o aumento nos preços dos ativos fundiários em curto prazo. Além do mais, segundo dados do Banco Mundial, citados por esses autores, a crescente produção agrícola e as transações por terra estariam sendo destinadas para oito principais *commodities*: soja, milho, arroz, canola, girassol, dendê, cana-de-açúcar, floresta plantada e arroz.

Outra questão é que, com esse novo direcionamento do desenvolvimento econômico, acaba por incentivar novas práticas de apropriação das rendas, mudando de maneira significativa o patrimônio e a produção que difundem a produtividade. Dessa forma, cerca de 23% do crescimento agroindustrial mundial tem como fator a expansão da fronteira agrícola e 70% de incrementos em sua produtividade física (FLEXOR; LEITE, 2017; SAUER; LEITE, 2012).

É importante destacar que o Brasil, em sua extensão territorial, possui 850 milhões de hectares de terra, sendo que destes, 51,35% estão catalogados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Incra, ou seja, são cerca de 436,60 milhões de hectares cadastrados. Com isso:

Excluindo-se as unidades de conservação ambiental (102,06 milhões de hectares em parques nacionais, reservas extrativistas, florestas nacionais etc.), as áreas indígenas (128,47 milhões de hectares), as terras públicas formalizadas (4,20 milhões de hectares) e os perímetros urbanos e de infraestrutura (estradas, hidrelétricas etc.), há ausência de 172,95 milhões de hectares que devem ser consideradas terras devolutas (SAMPAIO et al., 2003). Essa ausência é confirmada na versão oficial do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). (SAUER; LEITE, 2012, p. 505).

Esses dados significam que não existem registros formais em órgãos oficiais sobre a titularidade de terra em 20% do território nacional. Quanto à Amazônia legal, em particular, essa lacuna é ainda maior, chegando a 24% de ausência de registros, onde 178 milhões de hectares, de um total de 509 milhões, são ocupados de forma privada. Vale destacar que do total de áreas privadas ocupadas, cerca de 100 milhões de hectares podem estar embasados em documentações fraudulentas. Isso resulta das apropriações ilegais de terras devolutas ou já arrecadadas. Ademais, dos 436 milhões de hectares, 120 milhões foram declarados por seus responsáveis como improdutivos (SAUER; LEITE, 2012).

Com isso, estabelecimentos menores que 10 hectares representam cerca de 47% do total de propriedades, mas ocupam uma área de apenas 2,7% do total de estabelecimentos rurais, com 7,8 milhões de hectares. De outro modo, estabelecimentos maiores de dez mil hectares representam apenas 0,91% do total de propriedades, contudo, concentram 146,6 milhões de hectares e possuem mais de 43% do total de área, o que expressa a extrema concentração fundiária do Brasil, junto à sua fragilidade de cadastro e a apropriação ilegal de terras (SAUER; LEITE 2012).

A concentração de terras nas mãos de poucos, bem como sua ociosidade e distribuição desigual de recursos, não é assunto novo em nosso país, mas um problema histórico que se mantém atual, conforme os levantamentos feitos por órgãos oficiais como o IBGE, em 2006. Em nosso *locus* de pesquisa, como já apontamos anteriormente, essa história não é diferente. Estudos apontam a origem da concentração fundiária na distribuição colonial de terras com o sistema de sesmarias³⁰; depois, como resultado da Lei de Terras de 1850; e, posteriormente, a partir da década de 1960, com a modernização do modelo agroindustrial e a integração da Amazônia ao restante do país, processos que agravaram não só a concentração fundiária, mas também os conflitos no campo.

Assim, baseado na concentração de terra, o discurso de modernização na agricultura foi profundamente difundido e associado às ideias de internacionalização e progresso. A chamada revolução verde foi amplamente implementada com incentivos governamentais e apoio de programas de créditos, tudo em um pacote combinado entre capital, informação e tecnologia a fim de promover a ideia de desenvolvimento no campo.

Diante do exposto, as recentes transações estrangeiras no setor agroindustrial e de propriedades rurais necessitam de um melhor controle e regulamentação por parte do governo federal. E, ao que tudo indica, o fenômeno *land grabbing* aconteceu sob o discurso de demanda por alimentos (crise alimentar), pela necessidade de matéria-prima para atender as necessidades do agrocombustível (crise energética) e pelo realocamento da produção de *commodities* para áreas com terra em abundância, mais baratas e com a chance de crescimento de produtividade e garantias de retorno (SAUER; LEITE, 2012).

Esse investimento, cada vez mais crescente em ativos fundiários, compromete muito mais a segurança alimentar e a soberania nacional, pois acabam por concentrar a produtividade

³⁰ Criado no Direito português em 1375, no qual pessoas com capacidade de comprar mão-de-obra ou amigos da coroa recebiam glebas de terras com a obrigação de torná-las produtivas sob a penalidade de devolvê-las caso contrário, criando assim a ideia de terra devoluta. Caso comprovada a capacidade de produção da terra, a concessão se confirmaria, tornando o indivíduo seu proprietário, podendo este vendê-la, doá-la ou transferi-la (CASTRO; HERSNAW; SAUER, 2017).

da terra no âmbito da produção agropecuária e em *commodities* restritas, o que favorecem esse monopólio. Tais impactos estão alocados não apenas no Brasil, mas em escala global. O fenômeno *land grabbing* passa a ser também interpretado como concentração e desnacionalização de terras em vários países, como já apontamos (no Golfo, em países da África Subsaariana, no Uruguai, Argentina, Rússia etc.); mas não é resultado apenas de investimentos oriundos de nacionalidades externas, pois diz respeito a relações de poder mais amplas, em que se expropria e se concentra cada vez mais terras e poder nas mãos de setores estrangeiros e nacionais conjuntamente.

Outro aspecto importante do *land grabbing*, associado à expansão do agronegócio, está relacionado ao mercado de terras que este fenômeno remodela e movimenta. O *boom* do mercado de terras no Brasil, entre os anos de 2010 a 2015, aumentou o seu valor em cerca de 112% nesses cinco anos. Além da crescente dispersão dos valores dos ativos fundiários desde 2010, houve uma sinalização de demanda por terras ainda maior em algumas regiões do país, como no caso do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, onde especialmente se concentra a fonte de expansão da fronteira agrícola. A variação média nacional de preço nesse período foi maior que 150%; no Norte, chegou a 220%; e no Sudeste e Sul ficou em torno de 130% (FLEXOR; LEITE 2017).

Os levantamentos feitos por Sauer e Leite (2012) em áreas-chaves para a expansão das atividades do agronegócio proporcionadas pelo avanço da fronteira agrícola nos estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Bahia e Pará, e aliados ao IEDs, apontam evidências destes como um forte vetor de influência do processo de valorização de terras.

O mercado de terras transaciona diretamente títulos de direito patrimonial ou de arrendamento, e não uma mera mercadoria; com isso, é importante se ter em mente que o preço dos títulos não são postos como subproduto do mercado de *commodities*. No entanto, a formação do preço de terras e a apropriação destas, quer sejam públicas e/ou privadas, se constituirá nos fortes ciclos de expansão agrícola com a incorporação de novas terras e a intensificação da produção naquelas já incorporadas. Com o novo ciclo que se inicia a partir da década de 2000, o agronegócio será o alvo do campo de riqueza devido à valorização das *commodities* e à elasticidade de políticas fundiárias.

A aliança entre o agronegócio e o setor energético se torna um trunfo com a abertura do mercado brasileiro, situação que se intensifica com a ampliação de investimentos estrangeiros diretos no sistema de *commodities*. Assim, o Brasil passa a conduzir uma política voltada ao agronegócio com o intuito de sanar as consequências econômicas de uma crise cambial,

passando a exportar o que mais lhe traz um retorno imediato: produtos agrícolas, terra e minério, realizando acordos com grandes proprietários de terras e o setor financeiro:

[...] 1999 é marco de outra grave crise cambial, que de certa forma interromperá o período de transição, de meados dos anos 1980 até final dos anos 1990, para demarcar a construção de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado por dentro da política econômica e financeira do Estado. Este projeto [...] se autodenomina de agronegócio. (DELGADO, 2012, p. 89).

O agronegócio, na interpretação brasileira, é composto pelo grande capital agroindustrial com o grande proprietário fundiário, que realizam a estratégia econômica do capital financeiro de se apropriar de lucro, mais-valia e renda da terra, tudo sob o aval do Estado brasileiro.

Ao longo do ciclo de expansão e valorização da terra, os mecanismos de políticas públicas foram cruciais na incidência da renda da terra:

Consultando-se dados dos “Planos de Safra” do período 1999 a 2010, observa-se substancial elevação do crédito rural; sucessivas recomposições da dívida agrária para com os bancos; retorno paulatino da política de garantia de preços sob novas bases; taxa de câmbio mais favorável no primeiro quinquênio e forte incremento das exportações, como já observado. Todas essas condições de política agrícola e comercial irão recompor as condições de geração da “renda diferencial” extra, que somadas ao *boom* do mercado de *commodities*, explicam o novo ciclo do preço da terra. (DELGADO, 2012, p. 101).

Vale ressaltar que a terra é um bem finito, não se produz mais terra porque ela é um bem natural comum e essa finitude também vai influenciar o seu preço: quanto maior a oferta, menor o preço. Também pode ser levado em consideração a sua localização em relação à infraestrutura e ao mercado consumidor, assim como a sua fertilidade de solo, disponibilidade de irrigação de água, impostos fundiários, dentre outros fatores que formam todo um conjunto de variáveis que influenciam diretamente – uns mais e outros menos – no comportamento de seu preço.

Com isso, a elevação dos preços das terras impacta as políticas agrícolas e agrárias e, ainda, acirra as disputas territoriais. As políticas fundiárias também são prejudicadas, uma vez que fica mais caro indenizar e desapropriar estabelecimentos para fins de reforma agrária. Por outro lado, fundos públicos também financiam investimentos estrangeiros, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – o qual é o maior fornecedor de crédito do setor sucroalcooleiro e que financiou mais de 50 projetos entre 2007 e 2008 – e do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO); em outras palavras, o setor público também acaba financiando e mantendo o mercado de terras aquecido (SAUER; LEITE, 2012).

O aumento dos preços internacionais das *commodities* estimulou ainda mais o uso da terra para esta produção, e também induziu a destinação de capital para esse setor, influenciando investimentos na cadeia produtiva de maneira total. A exemplo disso, no setor da carne, a JBS

creceu substancialmente devido ao apoio ao crescimento industrial com parte dos recursos financeiros do BNDES. A empresa passou a investir substancialmente na aquisição de ativos financeiros, comprando importantes empresas (como o maior frigorífico argentino, uma importante processadora de carne de frango e a terceira maior empresa bovina e suína norte-americana), além de diversas aquisições no exterior e no Brasil. Essas fusões e aquisições marcam, de maneira geral, todo o setor do agronegócio sob incentivos governamentais (FLEXOR; LEITE, 2017).

Sauer e Leite (2012) vão além, e afirmam que a demanda mundial por terras está em confronto direto com a demanda histórica por reforma agrária. Sendo assim, é possível concluir que grandes investimentos estrangeiros no setor primário brasileiro requerem também a aquisição de grandes áreas de terras agrícolas, o que evidencia a aliança entre capital e terra (que, apesar da intensificação atual, acontece há tempos com as organizações patronais, pois historicamente o Brasil é palco de disputas territoriais).

Considerando o que foi exposto, se analisará adiante os reflexos da aliança entre a expansão da *commodity* do dendê e a aquisição de terras no Município do Acará, de modo a investigar a consequente inflexão de preços de terras com o avanço dessa oleaginosa.

3.5 COMPORTAMENTO DE PREÇO DAS TERRAS RURAIS: MUNICÍPIO DO ACARÁ

Como dito anteriormente, o entusiasmo brasileiro em direção a fontes de energias renováveis e ditas “limpa” vem crescendo a partir das altas do preço petróleo no mercado internacional, e, desde então, o Estado tem pavimentado o caminho de empresas voltadas aos investimentos nesse setor. No caso do dendê, para além da ideia de “sustentabilidade” e autonomia energética que se desenvolve como justificativa de seus incentivos, verificamos que seu principal uso é destinado ao setor alimentício e de cosméticos. Isso porque seus óleos podem ser empregados em diversos setores, e o mercado de *commodities* alimentares é o que proporciona maior rentabilidade até então (BIODIESELBR, 2019). Essas atividades econômicas hegemônicas, com seus grandes projetos agroindustriais, provocam novos processos dinâmicos na realidade agrária brasileira, e têm como consequência central a intensa incorporação de terras.

A terra rural brasileira tem sido apontada como um ativo negociável, isto é, seu preço é determinado por uma estrutura de mercado flexível e tem como principal incentivo a ideia dos futuros ganhos criados como expectativa de seus investidores de acordo com seu uso (SOUZA, 2013). No estado do Pará, os investimentos agroindustriais possuem ainda um fator de vantagem por seus preços atrativos (PARÁ, 2017) e a disponibilidade de grandes áreas a serem

incorporadas, mesmo que de maneira ilegal, como por meio da grilagem de terras públicas³¹ (OLIVEIRA, 2010). Assim, soma a isso a questão da regularização jurídica da posse da terra.

Dada a indissociabilidade do capital produtivo e financeiro, percebemos que a lógica de expansão do capital produtivo vem acontecendo sob a ótica da expansão do controle de terras e da produção através de grades empresas sob o processo de duas ações monopolistas, a monopolização do território e territorialização do monopólio³², que se realizam na exploração do trabalho e na renda da terra (SOUZA, 2016).

Sobre a dinamização do preço de terras, Nascimento, Souza e Gebara (2011) pontuam questões capazes de modificar seus preços, como: políticas de incentivos à produção agrícola, estabilização monetária com o Plano Real, tributação da terra, incentivos a créditos rurais e variação cambial. Outros fatores também estariam contidos nos preços de insumos e na capacidade de produtividade da terra (SOUZA, 2013). Assim, ressalta-se as influências do:

[...] mercado financeiro, das taxas de juros e da inflação na trajetória dos preços de terras. Não obstante, a despeito da queda dos preços de terras em função de sua liquidez nas relações de mercado, observa-se, nos últimos anos, um aumento de seus preços, e sua causa está vinculada à ocupação do solo e ao valor da produção das principais commodities. (SOUZA, 2013, p. 34).

Tendo em vista o seu caráter de propriedade, a terra se apresenta como ativo dotado de liquidez, apresentando, assim, a possibilidade de maiores especulações futuras, seja em uso ou em mercado, podendo a incorporação de atributos produtivos alterar o seu preço (SOUZA, 2016). A ideia de se especular, de atribuir valor – no sentido monetário – à terra é o que lhe gera liquidez em possíveis rendas da terra, e do trabalho a ser empregado, dada a sua disponibilidade diante do mercado por ser propriedade privada.

Sobre a questão da terra como patrimônio e dotada de valor monetário, o autor também pontua o seguinte:

Particularmente, a terra com investimentos amplia sua potencialidade produtiva e, assim, sua renda em imanência, o que nos faz considerar sua condição *sui generis*: patrimônio (reserva de valor), liquidez (forma monetária) e renda potencial em uso ou em especulação, esses processos lhe são intrínsecos (SOUZA, 2016, p. 83).

³¹ No caso do Município do Acará, um processo de ação de grilagem de terras está sendo apurado pela Polícia Federal desde 2016 por meio da Operação Apaté, que investiga o envolvimento de cartórios fictícios localizados supostamente no Acará, com o ofício de viabilizar irregularmente, por meio de certidões de matrículas de fazendas, a regularização ilegal de terras em órgãos como o Incra e o Iterpa. Sobre tal operação, ver: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/operacao-da-pf-investiga-fraudes-em-documentos-de-regularizacao-fundiaria-no-para.ghtml>; <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2018/11/19/justica-determina-bloqueio-de-posse-de-fazendas-da-agropalma-em-acara-no-pa.ghtml>

³² Como já falamos.

Nesse sentido, Souza (2016) aponta que o capital monopolista atuaria da seguinte forma:

- a) homogeneizando a paisagem por meio das monoculturas, reduzindo a diversidade produtiva;
- b) homogeneizando territórios, caracterizados pelo trabalho assalariado e a inserção de propriedades rurais e camponesas no mercado de terras (sem desconsiderar as diversas tensões e resistências existentes nesse processo);
- c) uma readaptação do espaço da circulação e do consumo, possibilitada por um arcabouço de infraestruturas muitas das vezes viabilizadas pelo setor público;
- d) a concentração do capital e fundiária, visto que no caso brasileiro a aquisição de terras acontece pelo mercado de terra, mas também, normalmente, por meio da grilagem;
- e) os financiamentos públicos e privados como incremento importante da produção de *commodities* e o fundo público como antivalor;
- e f) a renda da terra e o preço de terra, em que a terra apresenta um preço cada vez maior.

Assim: “[...] essas últimas determinações territoriais sintetizam monetariamente o processo de demanda por terras a serem integradas ao processo produtivo de *commodities* e as alterações específicas na sua capacidade produtiva” (SOUZA, 2016, p. 87). O capital financeiro – portador de juros – reflete o capital produtivo, e este serve como base de especulação, construindo seu processo de autovalorização e interesses rentistas, trabalhado de maneira entrelaçada, e tem ainda a capacidade de rebaixar as expectativas de crescimento econômico. Essas características do sistema financeiro, por assim dizer, se voltam para a questão da terra.

Levando em consideração a importância do Estado sobre os processos de avanços territoriais capitalistas do setor produtivo e financeiro, visto que o Estado moderno surge como uma instituição burguesa, a lógica financeira se utiliza do poder estatal a serviço do capital, para agrupar renda, valor de produção, exploração do trabalho alheio e o mais valor, controlando desde o processo de produção, circulação até o consumo.

Nessa lógica de controle de terras, o Estado brasileiro acaba por alicerçar e ampliar as bases no mercado de terras, seja no plano da regularização, muitas das vezes ilegais por meio da grilagem, que induziram as garantias legais para ampliação de seu controle, seja com a flexibilização de leis ambientais, ao melhorar e ampliar a imagem dos grandes grupos do agronegócio produtores de *commodities*, seja com incentivos de créditos rurais. Esses mecanismos desenvolvidos com iniciativas públicas oferecem margens favoráveis ao controle de terras financeirizadas por grupos estrangeiros no Brasil, sob a garantia de que essas terras controladas por eles serão incluídas no mercado formal, indicativo de que:

[...] a questão central se vincula à capacidade de extração de renda absoluta (grilagem), diferencial com as condições edáficas e locacionais (dentre elas os patamares de 700 milímetros anuais de precipitação). Ou seja, a propriedade da terra (nacionais ou estrangeiros) em si é relativa, desde de que se tenham meios de volatilizá-

la nas lógicas de especulação e extração da renda [...]. Ainda que não configurem padrões de produtividade, elas entram no mercado como potencialidade de expansão. (SOUZA, 2017, p. 236).

O investimento e o controle de terras só acontecem na certeza de inclui-las ao mercado de terras, onde se pode ter possíveis expansões e ganhos com a especulação e a sua renda. A sua aquisição acontece com preços atrativos, com isso, a terra pode ser posta como garantia para aquisição de créditos públicos. Essas medidas acontecem por meio da flexibilização de leis que gerem o uso e controle da terra no Brasil, refletindo em um processo de extrema concentração fundaria (SOUZA, 2017).

Essa lógica de acumulação por espoliação e valorização no seio do controle da terra se reflete ainda mais na concentração fundiária, pavimentando o percurso da expansão do agronegócio, que está fundada em uma complexa estrutura de produção e que se movimenta em direção ao controle de terras em direção à acumulação ampliada (SOUZA, 2016).

A dinâmica de ocupação com a monopolização do território, marcada pelo controle e uso intensivo da terra é reflexo de uma ocupação marcada pela desigualdade da produção de *commodities*, que compromete a diversidade social, ambiental e de produção (SOUZA, 2013). Nesse sentido, a terra tida como bem comum (e enquanto valor do trabalho), é deslocada para um sentido mercantilista, com valor atribuído à terra de negócios (MARTINS, 1990), pois:

[...] esse é o valor da natureza no capitalismo, quando se estabelece a monetização da natureza e sua submissão aos termos de troca. Numa palavra: renda. Em suas diferentes formas, separadas entre produção e exploração, considerando que, no sistema capitalista, a natureza é, ainda, valorizada não apenas pela sua transformação em mercadoria (terra e valor de troca), mas como meio de produção; valoriza-se pelo produto mercantil a ser gerado. (SOUZA, 2013, p. 54).

Nos últimos anos se verificou um aumento na atividade agrícola do estado do Pará, onde 3,191 mil km² de seu território estadual estão voltados a esse setor, e nele, a produção da *commodity* do dendê (12,86%) aparece como a segunda maior produção agrícola do Estado, já que a produção de mandioca (36,89%) é a primeira, segundo o último Boletim Anuário do estado do Pará (2017).

Nessa perspectiva, analisando os efeitos e reflexos da expansão do dendê sobre o campo no município do Acará, implicando sobre a análise da questão da inflexão no preço de terras na região. Dito isso, com base nos dados do preço de terras do município estudado por meio do Agriannual – que monitora o Mercado de Terras no Brasil –, nos debruçamos em dados entre os anos de 2001 a 2018, seguindo a subdivisão de grupos segundo o tipo de terra. Fizemos a correção dos valores dos preços de terras por meio do Índice Geral de Preço – Disponibilidade Interna (IGP-DI), disponibilizado pela Fundação Getúlio Vargas, base Outubro de 2019, para,

assim, constituímos um banco de dados que aponte a variação do preço de terras no Acará no momento inicial da expansão do dendê até o ano de 2018.

Os preços de terras foram atualizados de valores nominais para valores reais a cada ano e subdivisão. Com isso, estabelecemos uma indicação da efetiva variação de seus preços. Na tabela a seguir, verificou-se inflexões no preço das terras em todos os subgrupos no período analisado. Vale ressaltar o aumento real de 219% no preço das terras agrícolas de alta produtividade, que partiu de R\$ 1.472,36 em 2001 para R\$ 4.701,23 o ha em 2018. Em terras florestais a alta é de 205%, subindo de R\$ 205,44 para R\$ 626,83 o ha. Já nas terras de baixa produtividade de difícil acesso o aumento foi de 186%, pois em 2001 custava R\$ 547,65, e em 2018 R\$ 1.567,09 o ha. Já em terras de baixa produtividade e fácil acesso o aumento foi de 155%, uma vez que em 2001 custava R\$ 736,17 o ha e em 2018 passou para R\$ 1.880,40 o ha.

Tabela 11: Variação do preço de terras no município do Acará.

Preço de Terras R\$/ha										
Região de Belém - 123 (aplicáveis ao Acará e outros Municípios próximos)										
	2001	2003	2005	2007	2010	2011 ³³	2013	2015	2017	2018
Floresta	205,44	229,90	230,25	210,47	187,19	451,89	527,06	722,73	679,37	626,83
Pastagem formada de alto suporte	1.472,36	1.861,98	1.974,86	2.224,99	3.175,77	--	--	--	--	--
Pastagem formada de baixo suporte no toco	547,85	588,65	768,24	984,20	815,06	--	--	--	--	--
Terra agrícola de alta produtividade (próximo a Belém)	1.472,36	1.695,24	1.950,51	2.184,90	2.622,45	3.243,27	2.785,14	4.215,94	4.453,29	4.701,23
Terra agrícola de baixa produtividade e difícil acesso	547,85	588,65	759,39	721,61	621,23	795,51	873,82	1.325,01	1.434,61	1.567,08
Terra agrícola de baixa produtividade e fácil acesso	736,17	967,62	1.193,33	1.349,03	1.656,63	1.699,30	1.733,78	1.806,83	1.774,30	1.880,49

Fonte: Agriannual. Elaboração da autora.

Essa evolução do preço de terras agrícolas no Acará aponta para uma inflexão positiva nos preços dos ativos fundiários em um curto prazo, lembrando que a variação média de preços de terras para a região Norte do país entre 2010 a 2015 foi de 120%, enquanto que a média

³³ A partir do ano de 2011 os dados correspondentes são específicos do município do Acará e não apresentam a especificidade de terras para pastagem.

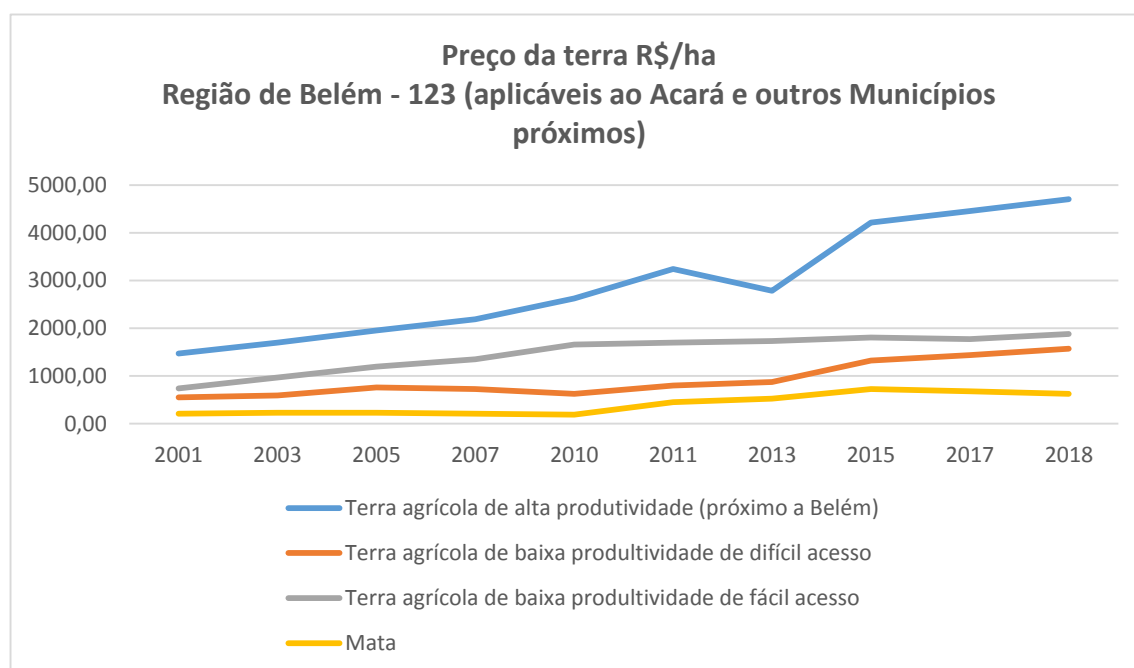
nacional foi de 50%. Esse período esteve voltado a um comportamento nacional de inflexão dos preços de terra em alta, refletido de maneira mais expressiva na região Norte e, em específico, no Município do Acará.

O gráfico abaixo demonstra a evolução gradativa do preço de terras na região, que apresenta uma inflexão negativa de 14% somente para terras agrícolas de alta produtividade nos anos de 2011 a 2013 e, desde então, seu preço voltou a estar em alta. Essa inflexão positiva nos preços de terras da região no período de análise de 17 anos demonstra o comportamento de mercado devido à procura por terras estar em alta, visto que a expansão de dendê acontece por meio de apropriação de terras.

As empresas de dendê da região – destacando-se a Biopalma/Vale – investem na compra de terras no município do Acará, logo, a sua produção acontece em maioria em terras próprias/privadas, evidenciando a exposta aliança entre o capital e a terra em um momento de forte ciclo da expansão agrícola de *commodities*.

É importante lembrar ainda que a expansão do dendê ocorre prioritariamente nas proximidades de seu polo industrial de usina, visto que a distância das estruturas de processamento das amêndoas causa uma perda na sua produtividade. Além disso, ações do Estado com a realização do ZAE-dendê, o qual identificou uma área de 13.854 ha apta ao cultivo, também podem representar como reflexo variações no preço das terras.

Gráfico 5: Comportamento do preço de terras no município do Acará de 2001a 2018.



Fonte: Agriannual. Elaboração da autora.

Souza (2017) analisa as estratégias exercidas pelo capitalismo em seu atual estágio por meio do controle fundiário em sua financeirização, com medidas que impulsionam a acumulação. Nesse estágio, as medidas tomadas para o controle de produção de riqueza e acumulação têm a terra como base de seu desenvolvimento, e por se tratar de terras rurais, estas são inseridas diante do “[...] sistemas de produção, para a geração de valor da produção, e como potência de ganhos futuros, o que amplia seus preços e o portfólio físico e intangível das empresas” (SOUZA, 2017, p. 232). Essa lógica de apropriação e controle de terras se apresenta mundo a fora como acumulação financeirizada, espoliação e estratégias de produção de *commodities*.

A lógica de controle de terras financeirizadas, que ganham impulso por meio de investimentos privados e públicos utilizados por grupos financeiros e grandes empresas que colocam essas terras como ativos no mercado, operando de diversas maneiras para a extração da renda. No caso do mecanismo de utilização das finanças públicas brasileiras, estas podem ser identificadas através do BNDS, pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), dentre outros. Também é importante destacar que essas grandes empresas se associam a grupos brasileiros³⁴ que acabam sendo a ponte de ampliação de apropriação de terras ao mercado financeirizado, com diferentes formas de controle, seja por arrendamento, compra e/ou grilagem (SOUZA, 2017).

Esse momento de forte expansão agrícola e de controle de terras na região modifica, também, o cenário das disposições de financiamentos de créditos para produtores no Município do Acará, sendo este um parâmetro importante de análise acerca do processo de valorização das terras.

Assim, apresentamos ainda como forma de análise os financiamentos reais de créditos agrícolas do município entre os anos de 2001 a 2018, como aponta a tabela a seguir. Esses dados são importantes em vista de que são usados como mecanismo de controle para gerar especulação, mas também para gerar valor por meio da utilização de fundos públicos para alavancar o valor (no aspecto do antivalor).

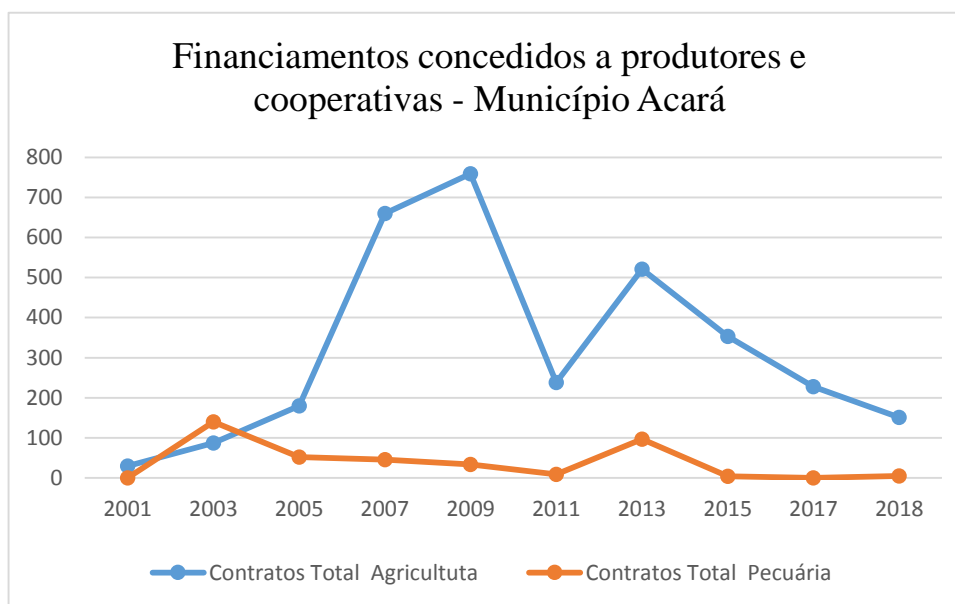
³⁴ Em nosso estudo, observamos o processo de associação entre o grupo Vale e a Biopalma, que posteriormente passou a controlar suas ações de maneira integral, tornando-se a Biopalma/Vale S.A.

Tabela 12: Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas no município do Acará entre 2001 a 2018.

Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas - Município Acará									
		Finalidade						Total	
		Custeio		Investimento		Comercialização		Contrato	Valor
		Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor		
2001	Agrícola	0	0,00	30	298.851,66	0	0,00	30	298.851,66
	Pecuária	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	Total	0	0,00	30	298.851,66	0	0,00	30	298.851,66
2003	Agrícola	1	65.788,31	86	2.033.309,12	0	0,00	87	2.099.097,43
	Pecuária	0	0,00	140	1.206.416,23	0	0,00	140	1.206.416,23
	Total	1	65.788,31	226	3.239.725,35	0	0,00	227	3.305.513,66
2005	Agrícola	153	736.120,54	27	10.507.244,60	0	0,00	180	11.243.365,14
	Pecuária	2	557.662,42	50	3.064.497,55	0	0,00	52	3.622.159,71
	Total	155	1.293.782,70	77	13.571.742,15	0	0,00	232	14.865.524,85
2007	Agrícola	124	1.138.063,83	536	2.580.155,76	0	0,00	660	3.718.219,59
	Pecuária	31	3.137.618,37	15	362.246,32	0	0,00	46	3.499.864,69
	Total	155	4.275.682,22	551	2.942.402,08	0	0,00	706	7.218.084,28
2009	Agrícola	70	915.097,71	689	3.230.689,55	0	0,00	759	4.145.792,27
	Pecuária	7	37.570,15	27	620.044,59	0	0,00	34	657.614,74
	Total	77	952.667,86	716	3.850.739,15	0	0,00	793	4.803.407,01
2011	Agrícola	16	158.369,49	222	1.401.726,46	0	0,00	238	1.560.095,96
	Pecuária	0	0,00	9	61.406,17	0	0,00	9	61.406,17
	Total	16	158.369,49	231	1.463.132,63	0	0,00	247	1.621.502,12
2013	Agrícola	17	310.030,10	507	10.749.484,77	0	0,00	521	11.059.516,88
	Pecuária	1	707.239,57	96	104.591.353,89	0	0,00	97	1.753.148,95
	Total	18	101.726.551,44	600	11.795.400,31	0	0,00	618	12.812.665,83
2015	Agrícola	10	183.499,42	343	6.342.520,70	0	0,00	353	6.526.020,12
	Pecuária	0	0,00	4	39.654,55	0	0,00	4	39.654,55
	Total	10	183.499,42	347	6.382.175,24	0	0,00	357	6.565.674,67
2017	Agrícola	16	1.766.501,92	212	3.590.326,57			228	5.356.828,49
	Pecuária	--	--	--	--	--	--	--	--
	Total	16	1.766.501,92	212	3.590.326,57	0	0,00	228	5.356.828,49
2018	Agrícola	10	7.550.646,99	141	3.033.614,65	1	208.945,54	151	10.584.261,64
	Pecuária	0		5	688.658,59	0		5	688.658,59
	Total	10	7.550.646,99	146	3.722.273,24	1	208.943,54	156	11.291.277,97

Fonte: SNCR. Elaboração da autora.

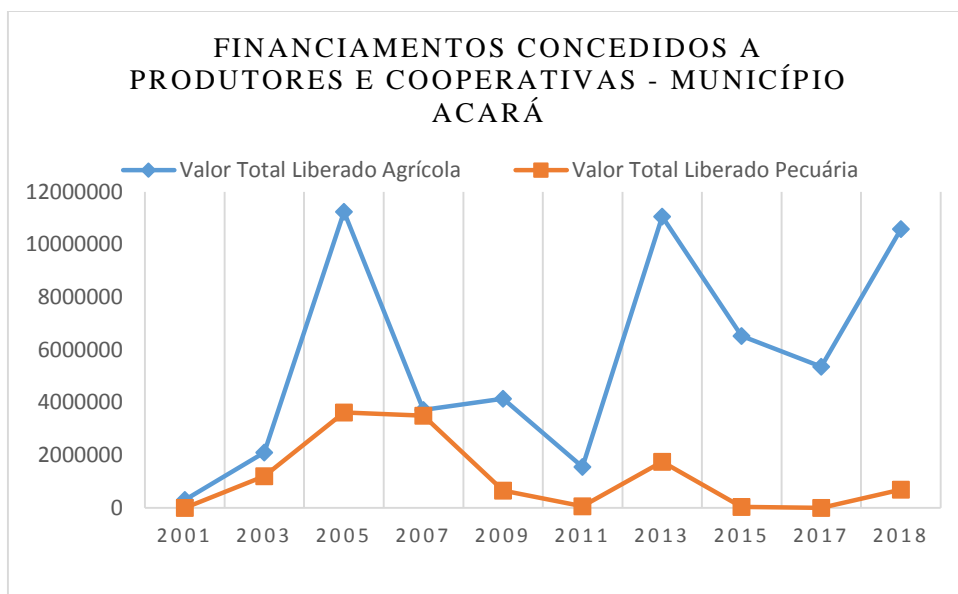
Assim, os dados de financiamentos do Sistema Nacional de Crédito Rural (da tabela cima) revelam seu crescimento e variações ao longo de 17 anos sob uma análise do valor real de investimentos no setor agrícola e da pecuária, mostrando uma ampla diferença entre eles em relação a contratos e valor concedido, como veremos nos gráficos abaixo.

Gráfico 6: Total de contratos financiados para a agricultura e pecuária de 2001 a 2018.

Fonte: SNCR. Elaboração da autora.

É interessante destacar um aumento constante no número de contratos agrícolas de 2001 a 2005. A partir de então, o número de contratos obtém um salto bem maior até o ano de 2009, momento em que os contratos caem abruptamente até o ano de 2011; de 2013 até 2018 os contratos voltam à queda gradativa.

Quanto ao valor de financiamento desses contratos, observamos (no gráfico abaixo) que seu comportamento é bem diferente, visto que os valores liberados pelo SNCR para o setor agrícola crescem consideravelmente de 2003 a 2005, tendo uma queda em 2007 até 2011. Observamos ainda que essa queda no valor dos fundos de financiamentos até 2011 reflete a queda do número de contratos concedidos nesse mesmo ano. No entanto, em 2013 os valores voltaram a estar em alta devido a uma maior proporção de contratos realizados, mas que ainda assim está em média e não em alta como os valores (como mostra o gráfico anterior). Contudo, é importante destacar que em 2018 o seu valor liberado continuou em alta, sendo que o número de contratos voltou a cair. Deduzimos, assim, que o financiamento público continua a ser realizado/liberado em alta em termos de valor, mas em termos de contrato o número passa a ser menos expressivo, levando os incentivos a menos produtores.

Gráfico 7: Valor total de contratos financiados para a agricultura e pecuária de 2001 a 2018.

Fonte: SNCR. Elaboração da autora.

Os financiamentos destinados à pecuária também cresceram entre 2001 e 2005. De 2007 a 2011, os créditos estiveram em baixa, em 2013 ganharam um novo folego, mas a partir de 2015 os investimentos voltam a estar em baixa novamente. Esse comportamento também se reflete no número de contratos, visto que para esse setor, o número é bem mais reduzido se comparado com os contratos agrícolas.

O antivalor se revela por meio dos recursos públicos locados na produção, mesmo sem ser esta a sua finalidade e origem, visto que:

[...] as antimercedorias produzidas pelos “fundos públicos funcionam como um ersatz do capital, ao compor-se” como tributo social que passa a ser incorporado na esfera econômica da reprodução do capital, como resultado da tendência da queda da taxa de lucros. (SOUZA, 2016, p. 86).

Sendo assim, os financiamentos aparecem com a finalidade de acumulação de capital, na forma de possibilitar sua expansão, sustentando os subsídios da competitividade produtiva por meio dos fundos públicos³⁵, tendo em vista os limites do capitalismo.

³⁵ Oliveira (1988, p. 18-19) argumenta que “[...] o fundo público comparece como viabilizador da concretização das oportunidades de expansão, em face da insuficiência do lucro frente ao avassalador progresso técnico [...]. Neste sentido, a função do fundo público no travejamento estrutural do sistema tem muito mais a ver com os limites do capitalismo, como um desdobramento de suas próprias contradições internas. [...] O fundo público, em resumo, é o antivalor, menos no sentido de que o sistema não mais produz valor, e mais no sentido de que os pressupostos da reprodução do valor contêm, em si mesmos, os elementos mais fundamentais de sua negação. Afinal, o que se vislumbra com a emergência do antivalor é a capacidade de passar-se a outra fase em que a produção do valor, ou de seu substituto, a produção do excedente social, toma novas formas. E essas novas formas, para relembrar a asserção clássica, aparecem não como desvios do sistema capitalista, mas como necessidade de sua lógica interna de expansão”.

Essa lógica monopolista do capital sob o controle da produção de *commodities* pelo setor do agronegócio e sua expansão sobre a terra, explicaria a tendência de alteração e variação dos preços de terras e sua lógica de especulação em áreas onde o ciclo de produção se expande, se apropriando não só de bens comuns, mas também do mais valor do trabalho e de futuros lucros. No caso do dendê, essa lógica sustenta-se sob os slogans da produção de energia limpa e da sustentabilidade, o que ironicamente reflete um desequilíbrio social, ambiental e produtivo.

Os dados – sejam os obtidos a partir das instituições oficiais e/ou dos relatos dos moradores da região, como veremos adiante – revelam em lócus o fenômeno da concretude da vida social, mostrando como as reações sociais em si constituem a força material que proporciona novos significados i-materiais. A apropriação de terras com a expansão do dendê revela-se “[...] nesse caso, como ideologia de valor, de desenvolvimento e de progresso, que suprimem formas e lógicas de produção do espaço” (SOUZA, 2013, p. 30).

Com isso, é importante dizer que os investimentos estrangeiros em terras não acontecem em espaços vazios. Na Amazônia, por exemplo, existem comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, de posseiros, assentamentos etc., portanto, vários sujeitos políticos que historicamente as ocupam. Esse contexto cria vários conflitos territoriais, pois a ação de proteção da terra de povos ligados às florestas – os quais sofrem com o desmatamento resultante da expansão da fronteira do agronegócio em direção à Amazônia – traz consigo o consequente aumento de conflitos fundiários.

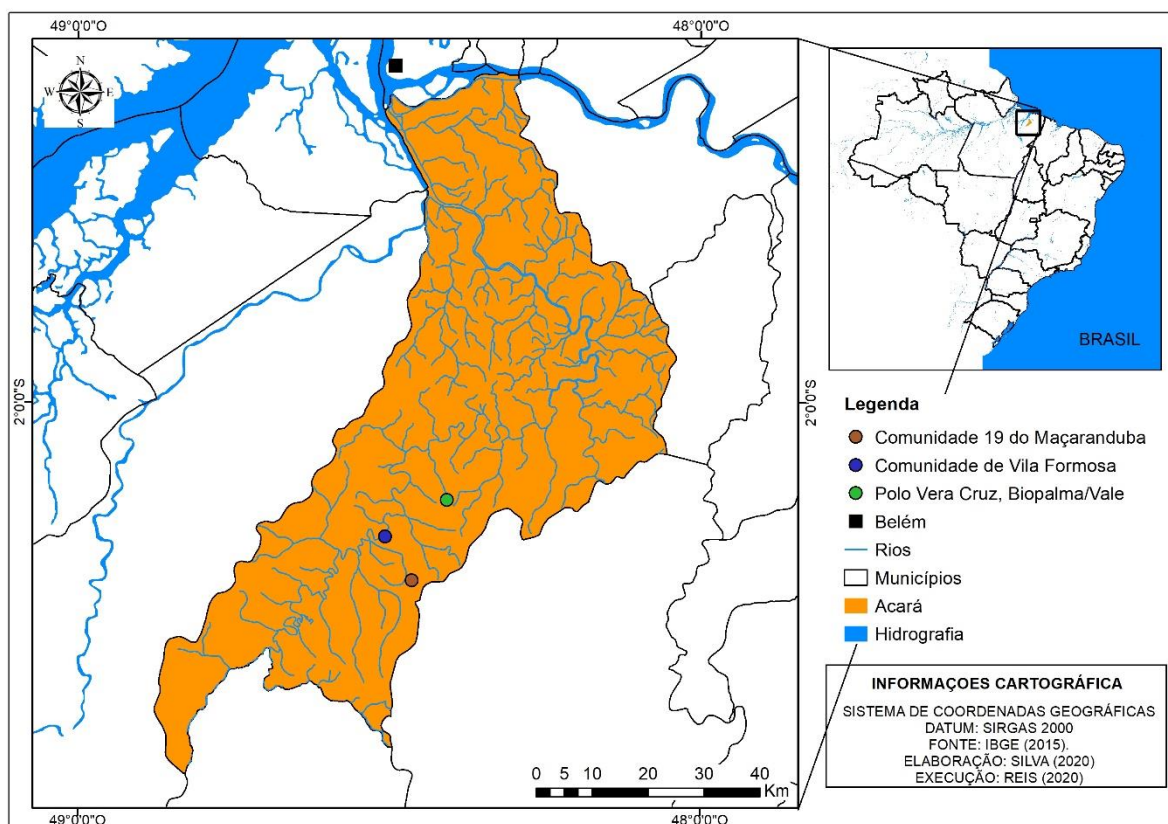
Nesse contexto, a falta de atuação por parte do governo brasileiro deveria ser substituída pela efetivação de políticas de desapropriação de áreas que não cumprem a função social da terra, uma vez que esta não pode ser concebida somente como um meio de produção e/ou ativo financeiro, já que é um bem de todos. Por isso a necessidade de ações voltadas para a reforma agrária e para o reconhecimento e a titulação de territórios de comunidades tradicionais, como as indígenas e quilombolas.

Da mesma forma que o território, a terra não se limita apenas a um lugar de negócios, mas é um lugar de valor, de significados construídos a partir da territorialidade (vvida de maneira singular), da construção da identidade e do trabalho familiar compartilhado também com vizinhos, representando a autonomia e a reprodução da vida dos povos ligados à floresta.

4 DESVELANDO TERRITÓRIOS

Localizadas no município de Acará, as comunidades de Vila Formosa e 19 do Maçaranduba, aqui estudadas, fazem parte da Associação dos Moradores e Agricultores Quilombolas do Alto Acará (Amarqualta), o qual é composto por mais quatro comunidades (Monte Sião, Pitinga Grande, Pitinga Mirim e Turé III). Juntas, elas lutam pela titulação definitiva de suas terras desde o ano de 2009.

Figura 7: Mapa de localização das comunidades 19 do Maçaranduba e Vila Formosa e do polo Vera Cruz, pertencente a Biopalma/Vale, no Município do Acará-PA.



Fonte: IBGE.

O território da Amarqualta tem uma extensão de 18.000 km², aproximadamente 22 mil ha. O acesso às comunidades acontece por meio de ramais, rios e igarapés. A maior parte das famílias do território não possui energia elétrica. Embora os moradores relatem a realização de requerimentos à companhia de energia, nunca obtiveram respostas. Assim, alguns deles conseguiram acesso à eletricidade por vias e recursos próprios, pagando por matérias necessários (cabos, portes etc.) afim de transmitir a eletricidade através de um linhão de energia próximo às suas residências. As comunidades também não possuem acesso à água tratada, e grande parte das famílias utilizam o rio Acará e igarapés próximos como principais fontes desse bem comum, utilizado para todas as suas necessidades básicas. Logo, há uma forte ligação com

os cursos d'água da região. Além disso, alguns possuem poços artesianos ou caipiras e acabam os emprestando a parentes e vizinhos quando necessário.

Adentrar o estudo sob a questão agrária na perspectiva quilombola perpassa pela busca do reconhecimento da posse de terras herdadas por gerações, e como percebemos, na especificidade da Amazônia paraense. Mais do que isso, falar de quilombos/quilombolas perpassa por histórias de lutas, conflitos e desigualdades, aspectos inerentes a essa temática. Entendemos que para além na questão jurídico-administrativa que permeia esse conceito, mergulhamos em um universo de identidade e modo de vida comum, em uma relação simbiótica na/da terra com significados particulares que dão legitimidade a essa organização coletiva em seu processo de reconhecimento de suas terras.

A escolha da pesquisa nas duas comunidades aconteceu pelas especificidades que estas apresentaram no processo de expansão do agronegócio do dendê em seu território, travando uma disputa judicial com a Biopalma/Vale pela posse da terra, já que esta empresa dizia ter comprado áreas pertencentes ao quilombo.

Assim, aplicamos 60 questionários (abertos e semiestruturados) nas comunidades em estudo, 30 no 19 do Maçaranduba e 30 na comunidade de Vila Formosa. O campo teve início no dia 16 de janeiro, saindo às 8h do terminal rodoviário de Belém em direção ao Acará. Chegando às 10h20m neste município, encontramos o senhor Amazonas, umas das lideranças do território da Amarqualta, que nos ajudou no percurso do trabalho de campo. Saímos do Acará em direção à área de estudo localizada no Alto Acará às 11h30m, chegando no território da Amarqualta às 13h30. Esse último percurso tem uma média de 73 km de distância, com ramais de difícil acesso e pouquíssima estrutura para a locomoção. Ele é muito perigoso devido ao seu estado de conservação, principalmente em períodos de chuva. A seguir, partiremos para a exposição das formas de organização destas comunidades, sejam elas sociais, econômicas ou político-identitárias.

Realizamos, ainda, outro trabalho de campo em agosto de 2019, com o professor Brian Garvey, onde pudemos vivenciar um pouco mais o cotidiano das comunidades, bem como analisar possíveis mudanças nas situações encontradas em 2018, como veremos. A seguir, partiremos para a exposição das formas de organização destas comunidades, sejam elas sociais, econômicas ou político-identitárias.

4.1 A COMUNIDADE 19 DO MAÇARANDUBA

Situada em área de terra firme, sob a jurisdição Federal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), nesta comunidade entrevistamos trinta famílias. A todo

momento em visita a esta comunidade, vivenciamos a dificuldade que os moradores têm para se deslocar devido ao péssimo estado de conservação dos ramais que lhe dão acesso. Os moradores afirmam que este problema aumenta com o inverno e com o tráfego de madeireiros na área, como nos contou Dona Guamá: “ah, dona! É desse jeito que a senhora vê aí, a gente tem muita dificuldade de andar, de escoar nossos produtos, né? E ninguém faz nada por nós aqui”. Das trinta famílias entrevistadas na comunidade, todas classificam o estado de seus ramais como ruim, com baixas condições de locomoção. Destas, 27 acreditam que com a chegada do dendê nada mudou em relação aos ramais; duas acreditam que houve melhoras, mas não souberam explicar o porquê, e uma acredita que piorou devido ao tráfego de caçambas pesadas.

Em 19 do Maçaranduba também não há serviços educacionais como creches e escolas de ensino fundamental e médio, tampouco atendimento básico em posto de saúde. Os moradores relatam que, para estudar ou acessar atendimento médico, se deslocam para Tomé-Açu, onde encontram os serviços mais “próximos”. Assim como os serviços educacionais, o posto de saúde mais acessível e utilizado pelos moradores também está localizado em Quatro Bocas, nesse mesmo município. O serviço de energia elétrica não é ofertado para toda a comunidade, e as famílias que o possui é por acesso de vias próprias e com recursos próprios, apesar de Seu Amazonas nos contar que já encaminhou vários ofícios para a Rede Celpe de Energia, mas não obteve nenhum retorno.

Os moradores também não possuem acesso ao serviço de água tratada. Assim, a maioria das famílias tem poço artesiano ou o poço caipira para o consumo da água, e algumas utilizam cacimba de nascente d’água perto de suas casas. Com relação aos poços, alguns moradores relataram que tiveram que rebaixar por diversas vezes a sua profundidade, já que observaram que cada vez mais o volume de água vem diminuindo. Quando perguntados se acreditam que esse acontecimento está relacionado à monocultura do dendê, alguns esclarecem que sim, já outros acreditam na influência do verão amazônico, que se apresenta cada vez mais rigoroso.

Das 30 famílias entrevistadas, 20 declararam possuir poço para consumo de água, sendo que destas, apenas duas declaram nunca ter rebaixado o poço, e as outras 18 já rebaixaram em média duas vezes – o máximo foi de quatro vezes, como relataram três famílias. Quanto à causa dessa situação, Seu Tapajós afirma que seu “poço tem quatorze metros de profundidade, foi rebaixado quatro vezes [uma vez a cada ano] porque o verão chegou, né? E também acho que a empresa influencia, já que o igarapé tá secando também”. Com relação aos igarapés, são unânimes em suas falas reclamações quanto à seca de muitos deles, além de sua má qualidade, já que percebem a mudança pela coloração da água. Dona Caeté relata que “teve uma época

que o igarapé secou muito, teve tempo que ‘tava’ difícil de melhorar com a chuva, acho que devido ao desmatamento nas nascentes, né?”.

Sobre a visão dos moradores sobre a empresa de dendê, a principal questão por eles levantada tem relação com a água. Seu Tapajó nos conta que os igarapés estão secando porque a empresa represa as nascentes de igarapés e rios, além das contaminações destes por agrotóxicos. Em outra fala, Seu Gurupi diz que “o dendê acabou com nascente do igarapé fazendo ‘abertura’ [desmatamento] nas fontes de água, que também são contaminados por ‘venenos’ [agrotóxicos], também trouxe muito inseto para a comunidade”.

Outra reclamação muito comum está relacionada à presença, cada vez mais constante, de moscas e mosquitos. Dona Trombetas comenta que “essa firma trouxe muito maruim, mosca, é muita peste. Antes a gente tinha muito sossego”. Eles reclamam que não podem deixar comidas, copos, pratos e panelas destampados, pois os insetos acabam por contaminar seus alimentos. Seu Gurupi fala que com a chegada do dendê alguns aspectos mudaram na comunidade, já que “essa firma trouxe muito inseto, maruim, trouxe veneno no igarapé, acabou com a nascente do igarapé quando fez uma abertura nessa fonte”. Como podemos observar nas figuras abaixo, a presença de moscas e mosquitos é constante e exacerbada nas comunidades, o que requer um cuidado maior na produção de farinha e que mulheres e crianças vigiem para que não contaminem a sua produção.

Figuras 8 e 9: Presença constante de moscas nas comunidades, à direita, revela o cuidado que as mulheres precisam ter no andamento da sua produção para que os mosquitos não os contaminem.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

No que se refere à dispersão das famílias no território nesta comunidade, as casas se encontram mais dispersas uma das outras e as famílias se organizam por meio do “lote” – denominação local para as propriedades que medem em torno de 250x1000m –, composto geralmente pela roça³⁶, a casa de farinha e o sítio, onde se encontra a residência da família e a criação de animais domésticos.

As famílias que não possuem casa de farinha relatam que sempre a usam de forma compartilhada com os vizinhos ou algum parente próximo. Há ainda a ajuda mútua entre eles na hora da produção. Isso acontece quando alguma família não consegue plantar a sua roça de maniva e/ou mandioca, ou quando a figura masculina – patriarca da família – de alguma delas está impossibilitada de trabalhar na roça (na maioria das vezes por estar doente) ou mesmo na produção da farinha. Com isso, algumas pessoas se juntam para fazer mutirão e acabam se ajudando mutuamente, já que acabam por dividir os frutos desse trabalho. A figura abaixo mostra essa relação típica em comunidades camponesas na Amazônia, tendo como base as relações de reciprocidade e solidariedade entre seus vizinhos, além de revelar a relação de trabalho familiar na/da terra.

Figura 10: Relação de reciprocidade entre vizinhos no processo e produção da farinha de mandioca.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

³⁶ Sendo o sistema de corte e queima o mais utilizado para as culturas anuais, ele se caracteriza pelo cultivo de uma área por dois anos, seguido de vários outros de descanso. Tem uma espécie de rotação de área cultivada dentro dos limites do estabelecimento do agricultor. Schmitz (2007, p. 47) esclarece que “No sistema tradicional, chamado ‘corte-queima’, o agricultor derruba uma floresta virgem, queima a matéria orgânica e planta nessa área (‘roça’), num período de um a três anos, culturas anuais para a alimentação. Em seguida, a área se transforma novamente em capoeira para ser usada apenas depois de um certo período de pousio. As cinzas fornecem nutrientes e matéria orgânica, aumentam o pH e o solo se torna mais fértil, mesmo com a perda de nutrientes (N) e matéria orgânica pela queima. A agricultura itinerante é considerada econômica em termos de trabalho e ecológica em termos de manutenção da fertilidade do meio 4 enquanto os períodos de pousio ficam mantidos por suficiente tempo”.

É interessante salientar que a maioria das casas possui cachorros como um meio de “proteção” de seu lar e da sua roça, pois este animal sempre acompanha as famílias em seus afazeres diários e anuncia por meio de latidos a presença de estranhos no entorno.

Sempre encontramos casas bem organizadas, limpas, de maneira zelosa, tarefa usualmente atribuída às mulheres. As tarefas do dia nas casas começam cedo. Às 6 horas, o café já está no fogo, a tapioca pronta, a pupunha cozida ou a macaxeira colhida e cozida para o jejum da família. Sempre acordamos com um som matinal de pássaros e galos, ou de cutaca (uma espécie de sapo) que faz um som específico. E como aprendemos com Dona Pará, esposa de Seu Amazonas, sempre que a cutaca canta, é sinal de que a chuva está por vir – e ela sempre acerta. Ao despertar, seguíamos sempre para o banho no Igarapé, cercado pela mata que fica quase em frente à casa do Seu Amazonas, com água corrente e muito gelada. Nossa companheira nos banhos era filha de Seu Amazonas e de Dona Pará, uma pequena de sorriso largo que tentou nos ensinar a nadar e a tomar cuidado para não pisar em arraias, já que sua presença era comum nos igarapés.

Após o café, é hora de seguir para o trabalho na roça. Às 11 horas, os homens e alguns jovens – geralmente com idade superior a 14 anos – estão voltando para as suas residências, e já as encontram com um cheiro de feijão que sempre exalava do sítio dos moradores por onde passávamos para fazer as entrevistas.

Em cada casa que parávamos para conversar, sempre nos era oferecido, tanto pela manhã como à tarde, um café passado no coador de pano, com farinha de tapioca e castanha do Pará. Nos horários do almoço e do jantar havia o feijão acompanhado de arroz e farinha de mandioca e, às vezes, da “mistura”, a farofa de charque (uma espécie de carne salgada bem próxima da carne de sol, muito consumida no estado do Pará). Peixes e galinha caipira (por eles criada) também são consumidos, bem como carne vermelha, que também pode ser obtida por meio da atividade da caça de animais da região, como: o porco do mato, veado e tatu. Entre as principais refeições, os frutos locais estão sempre presentes como: banana, manga, ingá, uxi, tucumã, laranja, açaí (este último muito utilizado em refeições no almoço e jantar), muruci, taperebá dentre outros, expressando assim a dieta alimentar predominante na região.

Essas relações de conhecimento e percepção de elementos como chuva, presença de pessoas diferentes, costumes alimentares, horários de trabalho e descanso podem ser concebidos como elementos de identidade de povos que tradicionalmente ocupam o território, que vivem de maneira singular sob a perspectiva de autonomia de vida na terra (CASTRO, 1999; WITKOSKI, 2007).

Sempre saíamos de moto às 7 horas com Seu Amazonas e Seu Braço Norte para fazer a coleta de dados. Os dias foram ricos de vivências e aprendizado. Geralmente retornávamos por volta de 18h30m ou às 19h, quando era hora de seguirmos novamente para o banho no igarapé gelado, jantar, atar as redes e se embalar ao som das histórias de Seu Amazonas e Dona Pará.

Nesta comunidade, todas as 30 pessoas entrevistadas se autoidentificam como quilombolas e vivem por meio da apropriação coletiva da terra e de seus bens naturais. Quando perguntados o significado sobre ser quilombola, tivemos respostas como a de Dona Guamá: “nós somos quilombolas devido à descendência, né? Meu pai vem da descendência de portugueses e a minha avó veio da descendência de escravos mesmo. A família da minha mãe é toda descendência de escravos, a minha mãe é negra, a gente já saiu misturado mesmo”. Seu Gurupi, por sua vez, narra que é “porque é a nossa criação, eu entendendo que os portugueses vieram e escravizou os antigos, e eu sou afrodescendente”. Já segundo Seu Tucumanduba, “é porque estamos há muito tempo”. Dona Sororó se identifica dizendo que “é porque a gente mora nessa área, e somos tudo descendente”. Percebemos, assim, que o sentido maior na autoafirmação enquanto quilombola está na sua ligação com a terra. Embora alguns relembrem a história de portugueses que escravizaram seus antepassados, eles o fazem para enfatizar que a sua moradia está ligada a esse território por gerações e que por isso lhes pertence.

O 19 do Maçaranduba também é um ponto estratégico da Amarqualta, já que lá está localizada a sua sub-sede, local no qual os moradores se reúnem para deliberar sobre as principais prioridades e onde as principais tomadas de decisões desta comunidade acontecem. Assim, percebemos que esses espaços, como a roça, o sítio, a casa de farinha, a sub-sede e a igreja são os principais locais de socialização entre homens, mulheres, crianças e jovens. Neles, trocam-se experiências sobre suas plantações, a qualidade/quantidade de sua produção, além de reclamações acerca dos ramais que dificultam o acesso para escoar o excedente de sua produção ou sobre a poluição dos rios, como dito anteriormente.

Figura 11: Sub-sede da Armaqualta.



Fonte: Dados de pesquisa de campo (2018).

A coordenação desta comunidade está sendo dirigida pela moradora Guamá, cunhada de Gusmão, outrora liderança do 19 do Maçaranduba, assassinado em 2014. Sua família e alguns moradores acreditam que sua morte está ligada ao conflito pela titulação do território da Amarqualta, já que Gusmão estava bastante envolvido na luta pela titulação de suas terras na época. Em homenagem, os quilombolas nomearam a sub-sede do 19 do Maçaranduba com o seu nome, símbolo do reconhecimento do seu trabalho.

O transporte coletivo utilizado na comunidade sai aos sábados, às cinco horas, em direção a Tomé-açu. Este ônibus é utilizado principalmente para escoar a produção das famílias na feira do produtor em Quatro Bocas (no município de Tomé-Açu). Há ainda o transporte escolar, que se direciona todas as manhãs também em direção a Tomé-Açu. Com relação a sua qualidade, os moradores relatam ser razoável, mas que no período de inverno amazônico esse deslocamento torna-se mais difícil, já que no trajeto feito acontecem muitos atoleiros, o que faz com que o ônibus não passe todos os dias letivos e com que crianças e jovens deixem de ir às escolas nesses momentos. Assim, observamos que esta comunidade possui um vínculo maior com a cidade de Tomé-açu do que com a cidade do Acará, devido à maior proximidade em relação àquela.

Com relação ao fator produção, observamos que a principal fonte de renda dos moradores desta comunidade está relacionada à pimenta-do-reino e à maniva. Desta última é feita a extração da mandioca para a produção de farinha, da goma de tapioca (utilizada tanto para fazer a tapioca quanto a farinha de tapioca) e do tucupi (produto regional muito utilizado na culinária no estado do Pará, sendo este um líquido de coloração amarela, extraído no momento do preparo da farinha). Estes últimos (goma de tapioca e tucupi, registrados nas figuras abaixo), apesar de extraídos da maniva não são tão comercializados quanto a farinha. Por isso, os quilombolas geralmente usam o produto apenas para o consumo ou descartam-no.

Figuras 12 e 13: Goma e tucupi extraídos no processo de produção de farinha.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

A produção da farinha de mandioca está sempre presente no cotidiano do campesinato amazônico, alimento tradicional da dieta da população paraense, que é abastecida por essas produções. Na comunidade do 19 do Maçaranduba observamos a sua importância devido ao tamanho da roça destinada à maniva e ao consumo mensal das famílias, e, principalmente, a venda deste produto, já que ele se apresenta como uma das principais fontes de renda dessas famílias.

As trinta famílias pesquisadas têm, juntas, uma área de 66.900 m² de roça de maniva/mandioca, um consumo mensal de 1.145 kg de farinha de mandioca e uma venda de 10.115 kg de farinha por mês. Com relação à comercialização, os moradores dizem que, em média, o pacote de 30 kg de farinha custa R\$ 55,00, saindo a R\$ 1,83 o quilograma desse produto na cidade de Tomé-Açu. Contudo, eles esclarecerem que quando vendida para um atravessador que vai comprar em sua porta, o valor do pacote custa em média R\$ 40,00.

A assistência social com o Bolsa Família também se faz presente em algumas famílias, compondo assim a sua renda mensal. Quinze famílias revelaram receber este benefício, mas

nem todos os entrevistados souberam dizer o valor exato, que em média, gira em torno de 246 reais.

Em nossa última visita em agosto de 2019, conversando com alguns moradores que recebiam o Bolsa Família, oito pessoas declaram que no início do ano o benefício social foi cortado por cerca de três meses, e que quando retornou, o valor foi reduzido para cerca de R\$130,00 sem nenhuma justificativa. Alguns moradores associam essa mudança à troca de governo: “[...] esse presidente ‘bonzinho’ que tá aí, não!? Que diz que quilombola não tem direitos”, como assinalado por Seu Caripetuba.

É importante salientar que algumas famílias têm um grau de comercialização muito maior do que outras, aspecto que depende da quantidade de mandioca apta para colheita seguida do preparo da farinha, do número de pessoas que compõem a família – que conseqüentemente irá interferir na necessidade da venda para comprar produtos que não produzem – e também da mão de obra disponível para o trabalho na roça e na produção da farinha.

Garcia Junior (1989) afirma que a produção camponesa muitas das vezes possuem algum tipo de cultura destinada sobretudo para a venda, como no caso da pimenta do reino (registrada nas figuras abaixo) observado nessa comunidade, já que esta cultura está destinada sobretudo a venda em feiras do pequeno produtor, assim como a farinha de mandioca em que é produzida para o consumo da unidade doméstica mas também está ligada a uma condição de alternatividade, já que ela é utilizada tanto no consumo quanto para a venda. Essa percepção de mercado na venda de sua produção não os condiciona como não camponês, mas sim, observamos que fortalece ainda mais a sua relação com a terra, já o dinheiro adquirido nas vendas é muitas vezes empegado na sua própria produção e/ou na compra daquilo que eles não produzem, sendo assim caracterizados pela unidade de produção e de consumo.

Figuras 14 e 15: Produção de pimenta-do-reino secando ao sol.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018; 2019).

Percebemos essa relação da produção com a feira no diálogo com seu Maicuru:

A gente faz dia de sábado pra Tomé-açu, de 15 em 15 dias tem um [ônibus] que vai pro Acará, aí você leva cana, banana, o que você tiver pra vender você leva na feira que vende mais a farinha que é o que a gente mais mexe né, chegou uma pimentinha também, mas se você tem uma macaxeira, você frita, você cozinha, faz um bolo de uma macaxeira e vai se multiplicando, por isso que eu digo que é muito bom trabalhar pra gente, com o açaí você faz um suco e o negócio só melhora, aí é muito bom (Seu Maicuru, entrevista realizada em 2019).

As roças de arroz, feijão, milho, macaxeira e hortas também estão presentes nessas comunidades, muitas delas cultivadas em consórcio. Elas são utilizadas apenas para autoconsumo e para alimentação de suas criações, como galinhas, patos e porcos. O extrativismo e as culturas perenes também se fazem presentes com a plantação de andiroba, castanha do Pará, açaí, manga, acerola, mamão, banana, muruci, ingá, coco, graviola, cupuaçu e laranja, também destinadas prioritariamente para o autoconsumo, uma vez que estão geralmente situadas em seus sítios com fácil acesso. Os frutos mais comercializados são o açaí e o cupuaçu, bastante apreciados pela população local, o que facilita sua venda de maneira mais rápida.

Em entrevistas, percebemos o olhar dos moradores para o seu lugar de trabalho, quando perguntados sobre o que mais gostam em seu labor na roça. Seu Gurupi explica que tudo o que planta pertence a ele e a sua família, isso reflete o que Ellen e Klaas Woortmann (1997)

argumentam sobre o sítio ser o lugar de trabalho por excelência e, igualmente, o resultado de seu trabalho, já que da roça levam-se os seus frutos, posteriormente transformados na comida. Também percebemos nos relatos dos moradores a liberdade do tempo que dispõem, já que têm autonomia para decidir sobre as horas dedicadas a cada atividade.³⁷

Pelo fato da comunidade do 19 do Maçaranduba também estar voltada para a produção da pimenta-do-reino, observamos uma maior aquisição em adubos orgânicos, como o esterco de galinha, e de adubos químicos, para melhoria da produção e do desempenho dessa cultura perene, já que é uma das principais fontes de renda das famílias. Quanto a isto, os moradores relatam o seu uso no inverno, logo após o período da colheita.

A soma de 26 famílias que relatam possuir pés de pimenta totaliza 29.226 pés. Os moradores têm dimensão da sua produção a partir da contagem por pés de pimenta, e por meio dela sabem em média a quantidade de adubo necessária para a plantação e a média dos quilos que cada pé irá lhes render. Dona Guamá nos conta que quando eles conseguem comprar adubo para o pimental, cada pé rende até 2 kg, vendidos em média entre R\$ 7,00 a R\$ 9,00 o quilograma.

Assim, observamos que esses camponeses de origem quilombola vêm desenvolvendo múltiplas atividades decorrentes de seu modo de vida em sua terra, sendo esta composta por uma unidade de valores de uso para si e para outros. Essas relações sociais, técnicas, econômicas e políticas são construídas por gerações e compostas pela autonomia e simbiose em suas relações com a terra (CRUZ, 2006).

4.2 A COMUNIDADE DE VILA FORMOSA

O caminho do 19 do Maçaranduba até a Vila Formosa é difícil de percorrer. Antes, esse trajeto era feito por moto até o igarapé Turé, e de lá, seguíamos de barco para encontrar o rio Acará em direção à Vila Formosa. Hoje, esse caminho também pode ser feito por via terrestre, por moto e/ou carro, com uma distância de 22 km de uma comunidade para outra. Destes, 14 km foram abertos pela Biopalma/Vale no ano de 2017, depois de um acordo entre os moradores e a empresa.

Devido ao inverno amazônico,³⁸ nosso trajeto foi bem difícil de ser realizado. O ramal estava muito escorregadio, além de haver aberturas com poças de água e lama decorrentes da chuva. Mesmo com nossos condutores experientes, conhecedores dos locais mais trafegáveis,

³⁷ “Essa apropriação está mais assentada no valor de uso – uso concreto do tempo, do espaço, do corpo – que dá concretude, e abriga as dimensões da existência e os sentidos da vida” (SEABRA apud CRUZ, 2011, p. 167).

³⁸ Período bastante chuvoso na região, de dezembro a junho.

tivemos alguns tombos de moto – nada muito grave, para além do susto e da sujeira. Também tivemos contratemplos com árvores caídas no caminho que fecharam a passagem do ramal por conta da forte chuva na noite anterior (como mostra a figura abaixo).

Figura 16: Árvore obstruindo o ramal.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Quase chegando a nosso destino final, tivemos que deixar as motos e seguir a pé, pois o acesso não permitia o uso dos veículos. Precisamos então passar por cima de um tronco de árvore que simulava uma ponte de uma ponta a outra do igarapé. Seu Amazonas e Seu Braço Forte passaram se equilibrando tranquilamente, segurando bagagens (figura abaixo) e dizendo que este tipo de prática é realizada por quem mora no território. Chegando a minha vez, a falta de habilidade me impossibilitou de percorrer todo o trajeto, motivo pelo qual recebi ajuda de um dos moradores com uma pequena canoa para atravessar e chegar até à família que iria nos acolher.

Essa situação também expressa a precariedade das condições de vida e ausência do poder público, já existe na comunidade pessoas mais idosas que não conseguem ou tem dificuldade para se locomover nesse trecho.

Figura 17: Tronco de árvore que dá acesso ao caminho em direção à Vila Formosa.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

A Vila Formosa é uma comunidade ribeirinha³⁹ à margem do rio Acará e está sob a jurisdição Estadual do Instituto de Terras do Pará (Iterpa). Ela tem como coordenador local o Seu Xingu – ex-presidente da associação. Nesta comunidade, recebemos a ajuda e hospedagem do Seu Pitanga e de sua esposa Dona Jari, que nos auxiliaram também com as entrevistas.

Chegando à residência de Dona Jari, a encontramos na casa de farinha (ver figura abaixo) com seus netos – habilidosíssimos, torrando a farinha no tacho. A fumaça que saía exalava o cheiro da mandioca, e como resultado tivemos uma receptividade acolhedora e com bastante farinha, bem torrada e quentinha, para experimentar. Na sequência, seguimos para nossa coleta de dados.

Cada amanhecer nesta comunidade é único. Acordávamos cedo, junto com a família anfitriã, e seguíamos para o pequeno trapiche em frente da casa para tomar banho de rio, de água sempre muito gelada e com uma visão coberta pela neblina da manhã. Com o passar das horas, o sol um pouco mais a pino, refletia em suas águas, que se tornavam espelhos, os barcos, as casas e a floresta de sua margem.

³⁹ Área que sofre inundações em período de cheia, diferentemente das áreas de terra firme.

Figura 18: Dona Jari na produção de farinha.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Pudemos realizar parte do campo andando de casa em casa, já que elas se encontravam bem próximas (como o nome da comunidade diz, trata-se de uma Vila). Outra parte do percurso foi percorrida de rabeta acoplada em uma pequena canoa, ou casco, como os moradores costumam dizer. Este é um tipo de locomoção muito utilizado na comunidade – ou até ao porto mais próximo, que dá acesso ao ônibus que sai de segunda-feira a sábado às cinco horas da manhã em direção à cidade do Acará.

Figura 19: Barcos como meio de locomoção em Vila Formosa.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Assim como em 19 do Maçaranduba, Vila Formosa não possui serviço de posto de saúde, pois o mais próximo encontra-se a 67 km de distância, na cidade do Acará. Com relação a serviços educacionais, a comunidade tem uma escola de nível fundamental menor (figura abaixo) denominada 21 de Abril, da qual os moradores reclamam da falta de infraestrutura

adequada para os estudos das crianças, já que há várias goteiras que prejudicam a realização das aulas nos dias de chuva. Depois das séries iniciais, jovens, crianças e adultos que desejam e têm condições financeiras para dar continuidade a sua escolaridade, se deslocam até à comunidade do Bom Remédio ou à cidade do Acará.

Figura 20: Escola Municipal de Ensino Fundamental 21 de Abril, na Vila Formosa.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

A situação precária das escolas do território é assunto que gera muita indignação entre os moradores, pois faltam serviços básicos para compor a estrutura educacional tais como a estrutura física das escolas, materiais, merenda e transporte escolares, os quais são elementos mínimos de acesso para a formação dos estudantes quilombolas. Todas essas faltas são reflexos da ausência do poder público, pois não basta lhes assegurar a titulação de suas terras, mas deve-se, também, proporcionar o direito de permanência de tais povos em seus territórios e, nesse contexto, a educação é vista como o principal instrumento de libertação entre eles. Assim, seu Braço Sul indaga:

[...] bem ali em baixo tem um colégio que caiu [na comunidade do Turé], não caiu o da Edna? Ele caiu, tá no chão. Merenda aqui, nem se fala em merenda dentro do território quilombola, e vem as melhores merendas para os território quilombolas, vem porque eu já tive em várias reuniões que falam, mas com três dias termina, ai a professora vem dar aula aqui, como exemplo, hoje você vem da aula hoje né, amanhã já não tem aula, sexta-feira ela tem que ir para as 4 Bocas, e isso aqui é geral dentro do território, e você acha que uma criança vai aprender estudando duas vezes na semana? Tem semana que nem dá aula, não aprende. Então quer dizer que eles ainda querem escravizar o quilombola, eu penso assim, que se não aprende a ler eles não vão ter o conhecimento com o direito deles, então vamos escravizar eles até nós poder, e pra mim é importante a associação quilombola, muito importante, que eu não aprendi mas quero que meus parceiros, meus sobrinhos, meus filhos e outros parceiros aprenda (Braço Sul, entrevista realizada em 2019).

Como o acesso a esta comunidade se dá de maneira fluvial, a maioria dos moradores possui rabeta, barco e/ou casco para se locomover, e todas as casas têm um pequeno porto para

encostar as embarcações. Além disso, toda manhã um dos moradores (Seu Mutuí, filho do Seu Pitinga) monta uma linha fluvial que circula no Rio Acará às 4:00 h para pegar passageiros e mercadorias pela comunidade e levá-los até o porto de onde sai o ônibus para a cidade do Acará.

Seu Mutuí nos contou que a maior movimentação de pessoas em sua embarcação acontece aos sábados, uma vez que é o dia de comercialização da produção dos quilombolas na feira do Acará. Com relação ao ramal que dá acesso a essa cidade, os moradores também reclamam de seu estado de conservação – pudemos vivenciar isso no fim do nosso trabalho de campo, já que a via é bastante danificada e escorregadia devido à grande quantidade de lama em todo seu percurso. Um fato interessante aconteceu quando nos deparamos com um protesto na comunidade do Bom Remédio, que fechou a via. Ficamos parados no local de 6h30m até às 10h, bem como os ônibus com os trabalhadores da Biopalma/Vale, como revela as figuras abaixo.

Figuras 21 e 22: Protesto contra a Biopalma/Vale realizado na comunidade de Bom Remédio.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

O protesto seria então contra a empresa de dendê que não lhes ofertava nenhum tipo de assistência ou melhoria em relação aos ramais. Assim, ficamos parados por quase quatro horas até que representantes da Biopalma/Vale chegaram para tomar nota das pautas das reivindicações, prometendo marcar uma reunião (que seria feita ainda naquela penúltima semana do mês de janeiro com as lideranças), cujo objetivo seria tentar solucionar ou minimizar os transtornos das vias de deslocamento. Caso contrário, os protestantes prometeram que iriam fechar novamente o ramal, paralisando os trabalhos nos dendezais.

Os moradores desta comunidade não possuem acesso à água tratada, tendo assim uma forte ligação com o rio Acará e igarapés locais para a manutenção de suas vidas, já que se utilizam deles para beber água, fazer comida, tomar banho e todas as outras necessidades básicas. Além disso, há o recurso da pesca, muito utilizado para o autoconsumo das famílias locais, mesmo que os entrevistados relatem que estejam diminuindo com o passar dos anos devido à contaminação do rio por meio de agrotóxicos utilizados pela Biopalma/Vale. Como observa Seu Cururu: “a água não presta mais, os peixes sumiram, eles colocam um veneno na terra e tem muito fedor, jogam o caldo do dendê na terra, já teve derramamento de óleo no rio e trouxe muita mosca”. De sua parte, Seu Xingu afirma que: “eles [Biopalma/Vale] nunca trouxe um benefício, tem nos atacado muito na questão ambiental, principalmente com a questão da água, mudou muito com o veneno”.

Ademais, nesta comunidade as famílias têm acesso à energia elétrica por meios próprios, já que eles mesmos puxaram a rede até as suas casas com os seus recursos, arriscando as suas vidas sem instrumentos e instruções necessárias para realizar este serviço. Nesse sentido, infelizmente presenciamos um acidente em que um morador, ajudando o seu vizinho com sua antena parabólica, encostou-se a um fio de alta tensão e teve todo o seu corpo queimado. Nesse momento, observamos a rápida mobilização dos moradores para prestar socorro, levando-o até à casa do motorista da linha de ônibus – que também é morador da comunidade – que vai até a cidade do Acará, percurso normalmente realizado em duas horas e meia. Em relato, os moradores afirmam que estas situações são recorrentes, bem como que, em qualquer caso de acidente, não há como receber os primeiros socorros ou um atendimento de maneira imediata – seja neste caso, seja em acidentes na roça com picadas de cobra, em acidentes de moto ou com instrumento de trabalho etc.

Com relação ao padrão espaço-ocupacional da Vila Formosa, as famílias se organizam em torno do seu lote, que também é dividido entre o seu sítio, a casa de farinha e a roça. Os grupos domésticos que não têm casa de farinha sempre utilizam a do vizinho. De forma geral, há certo grau de parentesco por toda a comunidade.

Em Vila Formosa está localizada a sede da Amarqualta, onde acontecem as principais reuniões entre as seis comunidades de todo o território. Nela ocorrem também as assembleias gerais, as eleições da presidência e para os demais cargos da associação – momentos nos quais, para além das tensões para definir as suas lideranças, há muito mais um período de distração, festa e comunhão e sociabilidade entre os moradores que se reúnem e discutem sobre a produção da roça, sobre o preço da farinha, do açaí e da pimenta, sobre as caças encontradas etc. Além disso, há a mesa de comida com os produtos locais.

Figura 23: Sede da Amarqualta na comunidade de Vila Formosa⁴⁰.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Com relação ao número das famílias na comunidade de Vila Formosa, observamos que em média ela vai variando. Outro fato importante a ser observado é que os grupos domésticos se organizam em suas casas compostos pelo marido, esposa e filhos, mas muitos deles contam com o auxílio de outros membros da família (primos, irmãos, tios etc.) na hora de transformar a natureza em alimento e no uso da terra para a sua roça.

Assim, o pai e a mãe juntam as famílias nucleares de seus filhos (compostas por marido, esposa e filhos) e formam uma única roça para todos. Esse fato pode ser observado devido à maior disponibilidade de força de trabalho, enquanto que os grupos domésticos podem realizar outras atividades, igualmente importantes, exercidas pelas mulheres e crianças menores (geralmente de 14 anos), tudo construído em um espaço coletivo de sociabilidade e humanização entre eles. Acerca disso:

[...] as famílias extensas parecem ser muito mais *competitivas* do que as famílias nucleares. Isso porque conseguem, como grupo doméstico complexo, exercer supremacia de modo contínuo e intenso em território maior – na terra, na floresta e na água. Como resultado de sua constituição, conseguem transformar uma quantidade maior de bens, *in natura*, em produtos, resultado da ação coletiva coordenada da unidade familiar, o que acaba contribuindo, de maneira significativa, para a subsistência da unidade familiar. Além disso, dadas as suas condições subjetivas propícias, quando comparas com as famílias nucleares, são capazes de produzir uma relativa quantidade de excedentes que acabam colaborando, de modo direto e/ou indireto, a sua subsistência. (WITKOSKI, 2007, p. 166).

Com relação à produção,⁴¹ observamos que a principal fonte de renda da maioria das famílias resulta da comercialização da farinha de mandioca, proveniente da roça destinada a

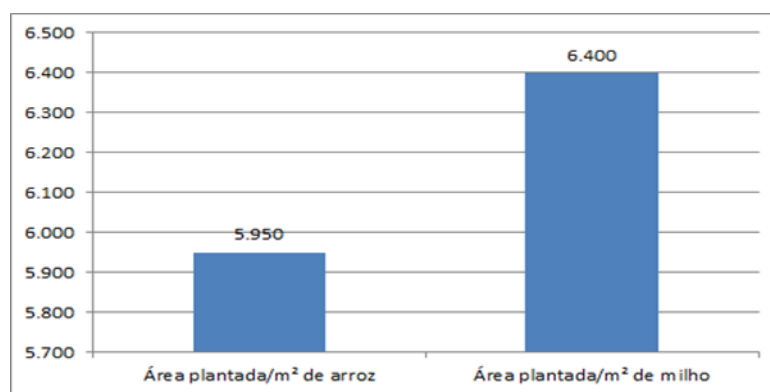
⁴⁰ Os moradores nos contaram que a sede da Amarqualta foi construída após negociação com o fazendeiro R. C. no qual se apropriou de parte do território da Amaqualta, assim, os moradores chegaram em um acordo com este fazendeiro que em troca desta porção de terra dos quilombolas, ele deveria subsidiar a construção da sede e sub-sede do território quilombola.

⁴¹ Isso porque observamos que algumas famílias, mesmo que poucas, têm algum membro no qual recebe aposentadoria rural.

essa cultura. O espaço destinado à roça de maniva/mandioca das 30 famílias entrevistadas compões uma área de 15.800m² destinada em sua maior parte para a produção de farinha, o consumo mensal (de farinha) dessas famílias é de 87kg, e vendem cerca de 3.180kg de farinha por mês.

Além disso, também é feita a roça de arroz, milho, macaxeira, feijão e horta, todas para o autoconsumo, assim como a realização do extrativismo, diante da abundância do açaí, da bacaba, da castanha do Pará, de ingá, laranja, banana, acerola, coco dentre outros frutos da região. Abaixo temos um gráfico que ilustra a dimensão da roça de arroz e de milho, dois produtos bastante presente na dieta alimentar dos moradores, além de usados como alimento de algumas de suas criações, como as galinhas, os porcos e os patos.

Gráfico 8: Área plantada de arroz e de milho.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Ainda nesse sentido, Seu Curuá diz que tem orgulho de seu trabalho, que se sente feliz em ver a sua roça e que adora a colheita: “[...] eu gosto muito da roça, eu nasci trabalhando, é bom o trabalho, eu gosto de tudo, de brocar, limpar, plantar, de colher”, tal como Dona Parú, uma senhora de 75 anos, aposentada que ainda sai a remo pelo rio Acará com seu marido: “[...] eu adorava a nossa criação de porcos e galinhas, a roça, apesar de ser um serviço pesado, difícil, brocar era difícil, eu tinha roça de 12 tarefas, agora com idade fica um pouco mais difícil, né, minha filha? Mas um pouquinho a gente ainda faz”. Esses elementos encontrados na pesquisa nos remetem ao estudo de Chayanov (1974) sobre a produção camponesa. Também neste caso, em específico, o camponês amazônico de origem quilombola é simultaneamente uma unidade econômica de produção e também uma unidade de consumo.

Sobre essa relação de trabalho, Witkoski (2007) ressalta o conhecimento das famílias camponesas da Amazônia, mesmo que empírico. Em síntese, elas entendem o papel e o esforço que cada membro da família deve exercer para assegurar uma melhor relação de produção e consumo na vida familiar, assegurando as condições de existência de todos os membros.

Assim, percebemos que o território para os quilombolas representa fonte de energia, já que é por meio dele que advêm seus alimentos, seja do ponto de vista material como do imaterial. O território lhes oxigena e traz a vida, não só como fonte alimentar, mas também como energia para lutar pela sua conquista, que lhes permite práticas de uma vida comum na/da terra. Nesse processo, a mobilização lhes possibilita a transformação e educação de maneira coletiva e autônoma em escala ampliada (FABRINI, 2007).

4.3 RELAÇÃO DA BIOPALMA/VALE COM A AMARQUALTA

[...] eles [Biopalma/Vale] nunca procuram a gente pra fazer ajuda social, nós que fomos atrás. Quando eles chegaram querendo implantar o dendê, eles falaram que a empresa era boa, que a empresa ia fazer poços artesianos pra comunidade, ia construir posto médico, ia dar assistência técnica pra nós, ia ajudar nós, entendeu? Mas só que eles não cumpriram. Depois que a empresa se instalou mesmo eles não cumpriram com o que prometeram. (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018).

Começamos com essa fala porque ela enfatiza um dos contatos da Biopalma/Vale com os quilombolas. Eles ocorreram por meio de um discurso de parceria, que posteriormente se mostrou danoso na visão dos moradores, já que sua expansão em direção ao território da Amarqualta trouxe inúmeros problemas. Para além da questão do conflito direto pela terra, os principais relatos de insatisfação estão relacionados à questão socioambiental, como: o desmatamento de florestas, a diminuição drástica de peixes nos rios e igarapés, assim como a sua poluição devido à utilização de agrotóxicos nas áreas da empresa que escoam para o restante dos cursos d'água. Há ainda a aparição de muitos mosquitos e moscas, além da denúncia de alguns moradores de que estavam sendo abordados nos ramais de maneira truculenta por funcionários da agroindústria, que lhes tomavam à força seus instrumentos de trabalho como facas, machados, foices, facões e estacas de madeira para os pimentais, ferramentas que segundo eles são vendidas posteriormente pelos agentes da empresa.

Foi, a Biopalma ela tava entrando dentro do nosso território, ela tava atacando os quilombolas. Ela pegava estacas dos quilombolas pra plantar. Ela levou 700 estacas do Araguaia [...]. Aí era um tal de P. que era chefe da segurança, aí eles tinham uma caçamba azul que era alugada essa caçamba pra Biopalma, aí eles enchiam as estacas na caçamba e lá eles vendiam em Tomé-Açu. Levaram os esteios que eram para as casas e esteios de casa de farinha, aí levavam marreta, cunha, machado, tudo isso tomavam, eles andavam igual a polícia: abordando assim. (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018).

Ao entrevistar Seu Araguaia, este nos confirmou o roubo de suas estacas para a plantação de seu pimental, mas pediu para que não gravássemos a conversa, pois ainda estava com medo de maiores retaliações.

Outra denúncia está relacionada a uma vazão grande de óleo de dendê que “desceu” para rio Acará, se espalhando para os igarapés no ano de 2016, fato este muito lembrado e

ênfatisado pelos moradores da comunidade de Vila Formosa. Eles relatam que o óleo amarelo de dendê “descia” cobrindo toda a superfície do rio por mais de uma semana. Muitos perderam sua rede de pesca devido à contaminação, além de encontrar vários peixes mortos. Desde então, suas relações com a pesca só pioraram. Segundo Seu Mutuí, até mesmo os botos sumiram da região. As figuras abaixo nos foram enviadas por um dos moradores. Elas mostram alguns dos danos sofridos por eles na época.

Figuras 24 e 25: Vazão do óleo de dendê contaminado no rio Acará.



Fonte: Registro dos moradores da comunidade (2016).

A vazão de óleo no rio Acará foi muito lembrada pelos moradores quando perguntamos quais as mudanças ocasionadas no território da Amarqualta com a chegada do dendê. Dona Paru, por exemplo, relatou que “[...] a empresa uma parte mexeu com a gente, eles invadiram aqui e depois se afastaram um pouco. Também teve uma mudança que a gente não podia tomar água, a balsa deles furou e caiu muitos litros de dendê aqui. Isso faz uns três anos, eu acho. Foi difícil” (Entrevista realizada em 2018). Um estudo realizado pelo Instituto Evandro Chagas, em 2014, já detectava a contaminação das águas de rios por agrotóxicos nas áreas de expansão do dendê no Pará. A pesquisa foi realizada no Baixo-Tocantins, tendo como pontos de coletas os municípios de Concórdia do Pará, Bujaru, São Domingos do Capim e o Acará (MPPA, 2014). Quanto a isso, as figuras abaixo denunciam a ação da Biopalma/Vale pulverizando agrotóxico no dendezal em área próxima a uma nascente de igarapé; o veículo, que segundo um de seus funcionários, contém glifosato, sinaliza o teor tóxico de seu conteúdo, o qual é nocivo à integridade de árvores, rios e peixes, como indicam suas placas.

Figuras 26 e 27: Pulverização de agrotóxico no dendezal pela Biopalma/Vale.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Para Seu Amazonas, cada vez mais a produção de dendê contamina as nascentes do rio, causando a morte de muitos peixes nas comunidades. Ainda segundo o quilombola, nada é feito pelo Estado diante de tais prejuízos. Por este e outros motivos ele expressa em sua fala o sentimento de revolta dos moradores por não terem ainda sua área titulada de maneira definitiva, bem como por sofrerem com as mudanças sociais e ambientais desde a chegada do empreendimento de dendê na região:

E com o veneno, a água vem e escorre pro igarapé tudinho, vai matando peixe, vai contaminando as nascente do igarapé e contamina tudo. Aí a gente já trouxe um pessoal do [Instituto] Evandro Chagas aí, que veio pelos indígenas. Eles pegaram a coleta dos igarapés e disseram que não existe contaminação, mesmo tendo peixe morto aí que a gente tá vendo. Essa coleta acho que foi 2016 [...]. Mas a gente corre com a justiça, denuncia a Biopalma, ela é uma empresa multinacional, é uma empresa poderosíssima aqui no Pará, ela tem uma faixa de três mil e 600 funcionários, entre o Município de Acará, né? Que é muito grande. Aí, com isso aí, ela consegue manter o prefeito, a justiça na mão dela. Ela já chegou ao ponto de ameaçar a demitir os funcionário se no caso nós começássemos muito a perturbar ela, entendeu? Aí a justiça vem a ficar até contra nós, entendeu? Elas não param pra olhar que isso aqui tá prejudicando a comunidade quilombola, “isso aqui tá prejudicando a empresa”, entendeu? Aí define, e nós estamos em uma área junto com a empresa, entendeu? Que o Incra não chega e demarca a nossa terra, cortar o pico, aí nós entra na área da Biopalma e a Biopalma na nossa, porque a gente não tem um limite, entendeu? Nós sabe onde é os pontos, mas o funcionário não, porque troca de funcionário, aí eles

vem pra cá e não sabe onde é o limite da empresa deles. Eles olham por um mapa que eles compraram lá, entendeu? Mas só que eles compraram o mapa sem verificar nada e isso traz um conflito pra nós [...] e o Estado é cúmplice disso, porque o Estado tem recurso pra fazer uma demarcação dessa. O Estado do Brasil ele é um Estado, um país, que mais recebe imposto. Só o IPVA de uma Hilux é 6 mil reais, de uma caminhonete. Um pobre, um agricultor não vai ter condições de manter o carro em dias, ele vai comprar um carro e como ele vai manter o carro em dias com 6 mil reais por ano? Se ele tem 5 mil pés de pimenta ele vai ter que comprar 4 mil, 5 mil de adubo, 6 mil de adubo, aí ele vai pagar um IPVA de 6 mil de uma caminhonete? Não vai trazer renda pra ele, só despesa. Aí o governo, os presidentes estão matando nós, a gasolina tá quase 5 reais, 1 litro de gasolina, aqui nós compra 1 litro de gasolina por 6 reais, e como é que a gente vai sobreviver nisso aqui? (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018).

Constatamos com as falas doas moradores certa negligência do Estado como um fator importante para perceber toda revolta e mesmo as situações de conflito com a empresa. Pois muitas das insatisfações dos quilombolas não estão ligadas apenas aos impactos da Biopalma/Vale, mas também a contrapartidas em relação a serviços que deveriam ser ofertados pelo Estado (ramal, transporte, educação, saúde etc.). Mais do que isso, o Estado também é responsável (para não dizer “culpado”) por estimular a percepção de que as empresas que iriam melhorar e “desenvolver” esses locais depois que se instalassem, além dos incentivos por meio de políticas públicas de expansão do agronegócio do dendê como vimos anteriormente. Utilizando, assim, desse falso respaldo social para ter legitimidade frente à sociedade, ao Estado e ao mercado.

Poulantzas (1981) destaca esse aspecto como uma característica própria do Estado, já que o Estado moderno capitalista tende a atuar como regulador da sociedade englobando interesses de diferentes esferas desta. Nessa relação de forças, a esfera dominante capitalista acaba por se apropriar do Estado como forma de legitimar seus interesses capitalistas, como nesse caso, em que o respaldo do Estado é utilizado para promover um desenvolvimento rural por meio da expansão do agronegócio do dendê na Amazônia paraense.

Quanto a essa situação da contaminação dos rios, não houve nenhum tipo de esclarecimento ou ajuda por parte empresa do dendê e nem do Estado, segundo os quilombolas. Essas famílias dependem diretamente das águas dos rios e dos igarapés para viver. Por esse motivo, os moradores que possuem poço caipira ou artesiano constroem laços de solidariedade, ajudando os demais devido a esse transtorno. Esses são alguns dos fatores diante dos quais eles precisam se reinventar e lutar pela permanência de seu modo de vida contra os agentes externos que têm modificado e desequilibrado o seu habitat. Isso fica evidência na fala de Dona Guamá, moradora do 19 do Maçaranduba:

Eles [a Biopalma/Vale] prejudicaram muito a gente, principalmente com os adubos químicos que eles jogam, que prejudica muito os nossos igarapés. As derrubadas delas na cabeceiras de igarapés que secaram praticamente quase todos os igarapés, prejudica

muito a gente, mata os peixes, porque o adubo químico é muito forte e escorre “pros” igarapés e prejudica a gente, adocece as crianças. (Dona Guamá, entrevista realizada em 2018).

Diante dessas situações, os moradores relatam que nada é feito pela Biopalma/Vale para sanar ou amenizar os danos causados com a expansão do dendê. Bombardi (2013) aponta que com o avanço da produção do agrocombustível, a terra vem se transformando em matéria prima para atender a produção de energia, o que implicaria cada vez mais na extração predatória de bens como o solo e a água.

Estudos apontam que o uso de agrotóxicos se faz mais enfático a cada ano no Brasil. Em 2012, esse consumo chegou a ser, em média, de 6,9 kg por hectare, quantidade que transformou o país no maior consumidor de agrotóxicos no mundo (SANTOS; GLASS, 2018). No que circunda as implicações desse fato, Bombardi (2012; 2013; 2017) expressa um efeito extremamente danoso à saúde pública, pois seus dados apontam que os casos de contaminação, associados à expansão do agronegócio, também vêm aumentando progressivamente no Brasil. Assim,

Esta dimensão no consumo de agrotóxicos tem levado o país àquilo que poderíamos chamar de uma epidemia silenciosa e violenta envolvendo camponeses, trabalhadores rurais, seus familiares e, também, a população urbana em geral, sobretudo aquela que habita áreas próximas às grandes produções agrícolas. (BOMBARDI, 2012, p. 1).

Com relação ao conflito entre a Biopalma/Vale e a Amarqualta, a sobreposição de terras é o seu principal motivo. Isso porque a empresa chegou a se apropriar de parte do território quilombola, alegando que teria comprado terras das fazendas Faraó/São Jorge (localizadas no 19 do Maçaranduba), Campo Alegre e Santa Rosa (localizadas em Vila Formosa). Nesse processo, se iniciou no ano de 2013 uma briga judicial na Vara Agrária de Castanhal/PA em que por meio de uma visita técnica na área apurou que a primeiras fazendas estavam com a demarcação incorreta: as propriedades compradas pela Biopalma/Vale estavam a 62 km de distância do território da Amarqualta, dando causa à comunidade somente no ano de 2015. A respeito disso, Seu Amazonas relata:

[...] ela comprava e chegou a comprar terras de pessoas do J. aqui, do J. T., ela deu 4 milhões e 500 mil na Fazenda São Jorge Faraó lá, que essa fazenda lá que fica lá no 19 do Maçaranduba. Aí quando a Biopalma veio pra ocupar ela se deparou com nós dentro, aí foi que veio existir conflito, aí o cara vinha, vendia e ia embora, entendeu? Ia embora. A Biopalma comprava só com esse atravessador, o atravessador botava quanto, por exemplo, “eu te dou tantos mil nessa terra, aí te compro de porteira fechada” as vez, com mato e tudo o que tiver dentro, aí o S. pegava pra ele e dava tanto pra ti e ficava com aquele lucro [...] (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018).

Nas outras duas fazendas (Campo Alegre e Santa Rosa) situadas em Vila Formosa os moradores contam que foram colocadas placas pela empresa na quais se dizia ser proibido pescar e caçar. Além disso, colocaram-se vigias às suas proximidades, que constantemente faziam rondas no local, soltando os barcos dos moradores que tivessem encostados na margem do rio que a Biopalma/Vale dizia possuir. Os quilombolas também relatam a apreensão de seus instrumentos de pesca e caça de maneira agressiva. Sobre a venda dessas terras, Seu Amazonas fala que:

Essa área da Formosa eles pegaram de atravessador, o maior atravessador de terras dentro da Biopalma foi um cara chamado S. Ele que comprava as terras e passava pra Biopalma, ele era atravessador, ele comprava de várias pessoas. Por exemplo, se tu tivesse uma área aqui aí ele vinha, batia o gel tudinho aí levava pra Biopalma e dizia “olha, eu tenho uma área em tal lugar”, a Biopalma comprava sem mandar nem um fiscal dentro. Ela comprou essa área da formosa sem fiscalizar nada, entendeu? No caso, se eu quisesse passar essa terra pra Biopalma, por exemplo, nessa época lá, a Biopalma comprava [...]. Aí tinha mais outro que tava vendendo, tinha uma área ali, que era do M., um cara que tem uma fazenda ali pro rumo do Moju também vendeu uma área pra Biopalma, essa área fica de frente com Ipitinga Miri com o Ipitinga Grande, da Formosa pro alto da margem esquerda do rio. Aí a Biopalma comprou essa área lá, sem mandar um fiscal dentro sem nada lá, que fica consonante com a [empresa] Sococo, entendeu? [...] a Formosa era de um pessoal, de uns português que eles ocuparam lá, né? Aí, era a fazenda Santa Rosa e a fazenda Campo Alegre, quem tomava conta desse lado a minha avó falava que era um tal de M. B., que era dono, aí ficou pra um tal de A. que era português e ele vendeu pra um pessoal da M. N. de uma serraria lá de Tomé-Açu, aí eles exploraram tudinho a madeira, tiraram essa madeira de balsa pra Tomé-Açu e de lá ele vendeu essa terra pra Biopalma, aí quando a Biopalma comprou lá, a gente já tava requerendo a terra de volta, que era nossa. (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018).

Quando perguntado se ele sabia quem eram as pessoas que se diziam donos das terras que o Senhor S. atravessava, ele diz que:

Eu acho que quem vendeu lá foi pessoal da Santa Rosa, eles nunca moraram aí, era assim que a gente cultivava mais pra caçar, aí tem igarapé dentro pra pescar, aí quando nem bem a gente pensou a Biopalma tava colocando placa se dizendo dona, tinha comprado de fulano de tal. (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018).

A disputa territorial entre os quilombolas da Amarqualta, fazendeiros e a Biopalma/Vale acontece dentro de um jogo de interesses acirrados pela questão dos valores pagos pela Biopalma/Vale, visto que são considerados altos segundo processo de apuração do Ministério Público Estadual. Isso acirra os conflitos fundiários na região, visto que:

[...] a promotora Eliane Moreira confirmou os fatos. Segundo ela, em relação à declaração dos quilombolas de que a disputa por terras na região se acirrou por conta dos valores pagos pelas empresas quando começaram a comprar terras para a produção em larga escala de dendê, verificou-se que, de fato, os valores pagos eram expressivos, a saber: A) A fazenda Campo Alegre, com 1.500 hectares, foi vendida por Saulo de Sales Figueira à Biopalma por R\$ 1.500.000,00. B) A fazenda São Jorge e fazenda Cachoeira, com 2.623 hectares, foram vendidas por Shiguelo Takahashi à Vale S/A por R\$ 4.197.488,00. C) A fazenda Paraíso, com 6.633,3701 hectares, foi vendida por José Armando Mendes para a Biopalma por R\$ 8.291.250,00. [...] A

fazenda São Jorge, de acordo com os quilombolas, incidente sobre o território do quilombo, foi comprada pela Vale, como vimos acima, por mais de R\$ 4 milhões (REPÓRTER BRASIL, 2015, p. 6).

O MP alega ainda que, ao analisar o Zoneamento Agroecológico feito pela Embrapa, não se identificou a presença de comunidades quilombolas nas áreas levantadas da região, ou seja, tal zoneamento teria levado em conta apenas fatores de produtividade e capacidade da terra, sem considerar as questões sociais construídas na região. Tal fato é apontado pelo MP como a principal razão para a formação dos conflitos fundiários na região (REPÓRTER BRASIL, 2015).

Nas narrativas dos moradores, a questão de venda de terras griladas por madeireiros e fazendeiros para a empresa Biopalma/Vale é bastante comum, como apontado por meu Caripetuba, de 63 anos:

Há quinze anos atrás os fazendeiros tiravam muita madeira da área [quilombola], tirava a melhor área de madeira e amedrontavam as pessoas aí, muita gente, e depois que se formou essa associação melhorou um pouco pra gente, porque a gente vai nos nossos direitos, aí melhorou mais [...]. Meus tios, pais, avôs e mais conhecidos aí sofreram muito isso. Eles [fazendeiros] não falavam nada, só metiam gente aí no mato pra cortar tudo com máquina, trator e tudo. [...] esses dias tem um fazendeiro vindo direto aqui dizendo que é dono, é o seu E. da [fazenda] Santa Rosa, dizendo que é para o pessoal sair que ele quer fazer o plantio de dele, plantação de açaí, fabrica e não sei o que mais. Ele é capixaba [do estado do Espírito Santos], mas se fosse dele o Iterpa não tinha demarcado, antes ele tirou toda a madeira e vendeu pra Biopalma/Vale, como o Iterpa embargou da Biopalma/Vale, ele tá voltando dizendo que de novo que a terra é dele (Caripetuba, entrevista realizada em 2019).

Seu Caripetuba acrescenta, quanto a seu sentimento e percepção das ações da Biopalma/Vale nas comunidades:

E hoje as empresas que chegam querem escravizar a gente, é como tem um caso que todo mundo conta na comunidade, é bem aqui ó, eles chegaram, ninguém sabe quem é o dono da empresa, ninguém conhece o dono e vieram dentro do nosso território colocar praça, dizendo: “ah isso aqui não pode ser tirado”, sendo que o território é nosso, aí quer dizer que esses caras vem de fora escravizar, então o território quilombola, a associação quilombola hoje pra mim é muito importante, que criou pra tirar da escravatura porque essas empresas querem escravizar a gente, tá vindo, vem taca fogo⁴² como fizeram nessa casa bem aqui que é nossa, dentro do nosso território, eles queimou uma casa também perto do Braço Norte, e já queimaram várias casas (Caripetuba, entrevista realizada em 2019).

A respeito da situação em que a Biopalma/Vale impedia os quilombolas de entrar nas áreas em que tinha placas de proibição, Dona Jarí relata que “[...] depois da briga [judicial] que tiveram aí, né? Eles largaram, não fizeram mais nada não, nunca mais mexeram com nós” (entrevista realizada em 2018). Percorrendo a comunidade, não encontramos mais as placas ou qualquer fala dos moradores sobre a permanência desta situação em Vila Formosa.

⁴² Como veremos adiante

A briga judicial em que a Dona Jarí se refere, está relacionada à compra da fazenda Campo Alegre e Santa Rosa situadas dentro do território de Vila Formosa na outra margem do rio Acará em frente às casas dos moradores. Diante desses casos, a associação novamente entrou com o processo de reintegração de posse na vara judicial que por sua vez desenvolveu um estudo técnico afim de identificar a área em questão e solucionar este conflito. Seu Pitinga nos contou que ainda nesse ano de 2018 a empresa assinou o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) a fim de solucionar o conflito local, mas ainda assim, ele não tinha muita certeza sobre as questões definitivas desse caso.

Segundo o Ministério Público do Estado do Pará, o TAC, assinado em 2018 pela Biopalma, pelo MPPA e pela Amarqualta, a fim de solucionar problemas de ordem de sobreposição de terras referente à fazenda Paraíso (de 6.633,3701 ha, a qual foi vendida por R\$ 8.291.250,00 para a Biopalma/Vale) e à fazenda Campo Alegre (com 1.500 ha e vendida por R\$ 1.500.000,00 para a Biopalma/Vale), ambas localizadas na comunidade de Vila Formosa. Sendo assim, de acordo com os autos do inquérito Civil 001/2012, foi concluído que a área é integralmente de domínio público, segundo a promotora responsável pelo caso:

[...] a necessidade de composição do acordo decorre das alegações apresentados pela empresa Biopalma quanto à alegação de existência de documentos de sua propriedade válidos e incidentes na área do território quilombola da Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará, denominada Amarqualta, o qual se encontra em fase de titulação perante o Instituto de Terras do Pará. (MPPA, 2018).

O TAC conta ainda com o reconhecimento da Biopalma/Vale sobre o deslocamento de sua área preterida, reconhecendo que ela não coincide com a área pertencente ao território quilombola e que não apresenta obstáculo ao processo de titulação da Amarqualta. Diante das conclusões, o Iterpa deveria tomar todas as medidas para, então, emitir o título de reconhecimento do território quilombola em até 90 dias. Contudo, passou-se mais de um ano e as terras quilombolas continuam sem a titulação definitiva.

O acordo assinado pela Biopalma/Vale lhes proporciona ainda regularização fundiária, por parte do Iterpa, de parcela das terras da fazenda Paraíso, visto que o tamanho desta ultrapassa os limites das terras quilombolas pretendidas e beneficia a Biopalma/Vale.

Acerca dessas questões, os moradores contam que se sentem enganados, pois até então não se viram beneficiados com a assinatura do TAC mediado pelo Ministério Público, visto que diante dele, segundo a fala de um dos moradores, às comunidades foi outorgado o dever de não poderem mais ocupar as áreas da Biopalma/Vale em forma de protesto, como fizeram no ano de 2015, quando ocuparam o Polo Vera Cruz; caso o façam, serão penalizadas com multas de

10 mil reais por cada descumprimento parcial ou total do termo. Sobre essa situação, seu Braço Sul relata:

[...] isso aí foi justamente pra a titulação da área mas eu tive pouco acesso, o cara lá da Iterpa deu 90 dias pra titulação da área e já passou mais de ano e até agora não chegou, o que eu acho é que foi pra favorecer a Biopalma que foi feito este TAC, porque nós não foi [...] então isso foi pra favorecer a Biopalma, pra nós não entrar mais lá, pra não fazer como fizemos, porque nós ocupemos lá a área da empresa, fiquemos lá em protesto então quando você faz esse TAC, e aquele que prejudicasse o outro pagaria uma multa por dia, aí quer dizer nós ia preso se nós prejudicasse a Biopalma, mas como a Biopalma vem tacar fogo aqui dentro da nossa área e ninguém faz nada com ela?! (Braço sul, entrevista realizada em 2019).

Com relação a esse último trecho da fala, seu Braço Sul refere-se a mais uma denúncia contra a Biopalma/Vale a respeito da queima da casa de um dos moradores da Amarqualta que ocorreu em agosto de 2019. Os moradores alegam que um funcionário da Biopalma/Vale, junto a três policiais que estavam sem identificação, entraram no território quilombola e atearam fogo na casa que estava em construção, na roça, nos pertences pessoais (pois a família já estava morando na casa), em uma motocicleta que estava no local, além instrumentos de trabalhos, como mostram as fotos abaixo.

A Biopalma/Vale, quando procurada pela jornalista Gross sobre o caso, negou as afirmações feitas pelos moradores, enquanto que o funcionário da empresa que ateou fogo afirmou aos moradores que foi um “erro”, pois pensou que a casa em questão fosse um acampamento pertencente a madeireiros ilegais da região; no entanto, ao redor da casa é notória a presença de roça de maniva e um quintal que é cuidado e zelado pela família, algo que não aconteceria em acampamentos para extração de madeira ilegal. Quanto à delegacia geral do Acará, afirma que vem apurando a denúncia feita pelos quilombolas.

Figuras 28, 29 e 30: Casa de morador quilombola que foi invadida e queimada.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Com relação à área da comunidade do Turé III, onde Seu Amazonas reside com a sua família, ele fala:

[...] essa área aqui do Turé, essa da Cobem, essa aqui Romana, ela não chegou a ser vendida, porque quando eles estavam tentando negociar com a Biopalma, foi na época em que a associação foi reconhecida com a certificação cultural de Palmares⁴³, aí a gente começou a ocupar várias áreas pra impedir a grilagem de terra. (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018).

Além disso, os moradores acreditam que a demora na titulação de suas terras está relacionada a tal disputa territorial. Outro fator de coação mencionado é a “visita” de alguns

⁴³ Fundação Cultural Palmares.

funcionários da empresa de dendê armados na casa de uma das moradoras do 19 do Maçaranduba:

E nosso último conflito que tivemos com a empresa foi a uns 4 meses atrás [setembro], como a gente comanda a liderança da comunidade aqui, né? Veio dois homens armados aqui em casa pra querer cortar o pico das terras deles da empresa, a gente já teve muito conflito aqui já. Mandaram polícia aqui dentro. Eles dizem que essa área aqui onde eu tô era deles, a fazenda do J. T., já tinha todo esse pasto aqui porque era deles. E esses homens que eu te falei já vieram armados, porque uma pessoa que vem na tua casa e quer conversar contigo não vem armada. Então pra mim já foi uma ameaça, e se eu vou armado é porque eu já tenho a intenção de fazer alguma maldade contigo. (Guamá, entrevista realizada em 2018).

Diante dessas tensões, no final do ano de 2015, alguns quilombolas da Amarqualta, os indígenas Tembê Mariquita e outros colonos de comunidades vizinhas (totalizando cerca de 140 pessoas, segundo Seu Amazonas), ocuparam a empresa Biopalma/Vale no polo Vera Cruz, paralisando totalmente as atividades por 11 dias. A mobilização foi feita devido à empresa de dendê não atender as demandas das comunidades que vêm sofrendo com o seu empreendimento por meio de impactos socioambientais e intimidações por parte dos seus funcionários. Essa ocupação culminou primeiro em uma reivindicação dos moradores pelo fato da Biopalma/Vale colocar uma balsa em Vila Formosa (a mesma que deixou vaziar óleo de dendê no Rio Acará). Os quilombolas viram nela então uma oportunidade de facilitar seu traslado pelas comunidades ou até mesmo à cidade. Fizeram então um pedido, solicitando o acesso dos seus veículos junto à balsa da Biopalma/Vale, porém este foi negado. Diante disso, os quilombolas paralisaram a balsa e se mobilizaram em torno de uma reivindicação na empresa com cerca de 120 pessoas – entre eles estavam quilombolas, ribeirinhos do Turé II e indígenas da tribo Tembê Mariquita, como nos conta Seu Amazonas:

[...] tinha uma balsa lá na Formosa, não atravessavam quilombola, se chegasse lá e dissesse que era quilombola eles não atravessavam, aí a gente foi e pediu a liberação da balsa pra nós atravessar e eles negaram [...] Foi em 2015. Aí nós fomos e tiremos a balsa de lá, mandamos os funcionários ir embora pra lá pra baixo do rio, chegaram com a balsa e amarraram no porto do Acará, aí nós fomos fazer uma reivindicação na Biopalma. Aí chegamos lá, entreguemos o ofício, tivemos uma reunião aí saiu um pessoal, foi em torno de umas 120 pessoas [...]. Então era a associação quilombola, a associação ribeirinha do Turé II, que é com o Amadeu, e a aldeia Tembê. Aí chegou lá a gente conversou sobre o que tava acontecendo. Em cima disso aí nós fizemos uma reivindicação pra Biopalma, pra ela fazer uns ramais pra nós trabalhar, como uma ação social, entendeu? Eles concordaram, assinaram, o D. R., o E... [inaudível] e o S., esse papel eu tenho aí assinaram, a reivindicação tudinho, aí tá bom, nós viemos embora. Com 8 dias a gente ia ter uma reunião e decidir qual são as demandas que iam ser prioridade. Quando foi com 8 dias que nós ia ter a reunião quando nós chegamos lá aí esse D. R. encontrou nós gritando com nós, aí nós fomos embora, terminou a reunião lá aí nada foi resolvido, aí tá bom, viemos embora, aí chegando aí nós fizemos uma reunião com o pessoal. “E aí? A coordenação, como ficou a reunião da documentação que ficou assinada?” Aí “olha, aconteceu isso e isso, isso e isso aqui, eles se negaram a fazer, eles só assinaram porque queria que nós desocupasse a área”. Porque nós ficamos por um dia lá eu acho, na mesma hora eles chegaram e resolveu tudo, em uma faixa de 120 pessoas. Aí então bora, o que acontece, “a gente vai voltar

e ocupar o polo da Vera Cruz e vai desocupar só quando for resolvido”, aí a gente foi e ocupou. (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018).

Diante desses fatos, quilombolas, ribeirinhos e indígenas construíram um movimento de luta pelos seus direitos à terra. Sobre esses movimentos, Fabrini (2006, p. 71) destaca que “É importante considerar que os camponeses, e não os movimentos, são os sujeitos políticos no campo, ou seja, os camponeses que constroem os movimentos (e não o contrário), e que estes são um atributo de sua existência”. Esses povos, juntos, são os sujeitos-ação de suas histórias, são camponeses⁴⁴ e povos originários lutando pela autonomia total de sua terra, de seu tempo, de seu modo de vida e tudo o que ela representa de maneira concreta e simbólica em torno de um movimento coletivo que amplie sua voz contra as estruturas desiguais da sociedade (FABRINI, 2010), neste caso representadas pelo agronegócio do dendê.

Assim, os ocupantes permaneceram na sede Vera Cruz até que o mandato de reintegração de posse fosse enviado pelo juiz – segundo Seu Amazonas, que na época era presidente da Amarqualta e posteriormente foi preso. Houve então uma reunião com os líderes do movimento na qual foi pedido para que todos se retirassem e voltassem para as suas casas, decisão cumprida por todos. Dias depois, a empresa voltou à fazenda Vera Cruz para tomar posse e, em seguida, denunciou os ocupantes alegando saque ao patrimônio privado. Sobre isso:

Ocupou uma faixa de umas 140 pessoas, já foi mais gente, quem não tinha ido da primeira vez já foi, dos quilombolas, ribeirinhos do Turé II (lá é uma colônia mesmo deles que eles se refugiaram aí fica a associação deles lá e eles colocaram associação de ribeirinhos) e os indígenas do Tembê, aí passamos lá uns 11 dias. De lá começou a varar polícia lá, no segundo dia de ocupação, vieram umas 4 viaturas, parece que foi dia 11 de novembro, aí começou a varar polícia, varou a tática de Tomé-Açu lá e a gente explicou a situação pra eles lá. O que a polícia falava, o seguinte, se é assim, aí olhavam o documento que eles tinham assinado a gente não pode fazer nada, a gente veio aí conversar com vocês pra vocês desocuparem pra não dá pobrema, confrito, mas quando a Biopalma assinou e não cumprindo com vocês, eu creio que vocês tão certo, eles falaram com nós. Aí chamaram o delegado F., o major geral do baixo Tocantins. Aí ele veio e conversou com nós lá, aí não resolveu nadinha, nisso não resolveu nada [...]. (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018).

Assim, o juiz da comarca do município do Acará decretou a prisão de todas as lideranças das associações envolvidas na ocupação no mês de novembro de 2015: os líderes quilombola Seu Amazonas e Seu Braço Sul, as lideranças indígenas dos Tembê Mariquita, L. També e P. Tembê e a liderança dos colonos, o senhor A. No dia 12 de janeiro de 2016, a polícia militar prendeu o presidente dos quilombolas (Seu Amazonas), solto apenas no dia 8 de julho de 2016:

⁴⁴ Acreditamos na perspectiva de um campesinato composto por “um leque de grupos sociais nomeados pelas principais atividades exercidas, embora fazendo parte de um campesinato *polivalente* – agricultores, agroextrativistas, seringueiros, pescadores, coletores e caçadores, garimpeiros, castanheiros, quebradeiras de *coco*, entre outras (CASTRO, 1999, p. 36-37).

No dia 12 de janeiro eu fui preso, os outros foram, eles invadiram e pegaram dentro do território mesmo e prenderam 11 quilombolas, aí soltaram e ficaram só com 3, que foi o Braço Sul do Turé, o Xinxim, que queimaram a casa dele, e o Piriá; ficou preso eles três. Aí depois de um mês eles me prenderam, não prenderam nenhum índio porque era polícia militar, e lá na aldeia não pode entrar⁴⁵, aí eles só tavam abordando na estrada mesmo, aí no território mesmo. Fiquei preso 5 meses e 27 dias. [...] Eu nunca soube por que fui preso, eu só sei que eu fui preso, mas nunca o juiz disse “você tá condenado, você foi denunciado pelo registro, tem um boletim de ocorrência registrado pra você por isso, isso e isso...” nem o juiz, nem o delegado, a delegacia que me autuou foi a do Acará, fiquei preso na seccional da Cidade Nova 7 [na cidade de Ananindeua], fiquei uns 4 meses e uns 12 dias lá, aí passei um mês em Marituba, aí eu sei que foi 5 meses e 27 dias, sem nenhuma satisfação, nenhuma, os outros tiveram audiência, eles botam muito motivo pra eles, eles botaram que o Xinxim tinha sido encontrado não sei com quantos quilos de cocaína, em cima do Xinxim, não sei se 11 kg, eu sei que ele tem o boletim de ocorrência, e coisa que ele nunca mexeu com droga, nunca pegaram ele com droga nenhuma, parece que homicídio e o caramba botaram nele, aí chegou lá, quando chegou lá na sala ele se assustou, ele ficou com medo quando o advogado falou pra ele que ele tinha não sei quantos quilos de droga ele ficou com medo, que ele nunca mexeu com droga, eles colocaram incriminando ele mesmo lá, eu acho que o delegado é doido, porque o cara pra fazer isso não tem noção do cargo duma delegacia, até mesmo um escrivão, porque se eu for abordado por um porte e levarem eu pra prestar depoimento lá perante um escrivão pra ele bater o meu B.O. lá, vai ter que levar eu em fragrante pra ele ver, aí foi sem fragrante sem nada, colocaram o posto ilegal de arma em mim, que tinha sido preso ilegal com uma arma, chegou na hora eles tiraram o porte que diz que não tinha a arma, eu sei que foi uma doidice doida que não dá nem pra entender. (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018).

É importante frisar a questão territorial quilombola para pensarmos que casos como esse não aconteceriam devido às diferenças territoriais entre terras quilombolas e indígenas, já que esta última tem a Funai como órgão de proteção, e adentrar em terras indígenas perpassa primeiro por uma autorização deste órgão. Essa questão levanta aspectos diferentes da formação de reivindicação de territórios dos povos tradicionais, já que embora eles tenham à similaridade em alguns aspectos de seu modo de vida, eles também se diferenciam nas formas de reivindicações territoriais.

Quando perguntamos se a empresa chegou a dialogar com o movimento, Seu Amazonas diz que: “Chegava só pra conversar, mas não resolvia nada, eles só falavam tentando incriminar nós. Era o que eles falavam, só acusação contra nós, assim” (entrevista realizada em 2018).

Sobre os tramites de seu processo:

[...] eu paguei cinco mil reais pra ela [advogada]. Ela fala que eles marca a audiência e quando chega próximo da data eles adiam. Eles já marcaram no dia de um carnaval, na quarta feira de cinza de 2017, parece que eles já marcaram também no dia das crianças também, eu sei que sempre é feriado. Eu perdi uma faixa de 60 a 70 toneladas de mandioca, eu perdi quando eu foi preso, apodreceu, estragou porque eu foi preso quando era no tempo de tirar, aí perdi tudinho a mandioca da minha roça, eu tinha numa faixa de 17 tarefas [cerca de 1.700m² no Vale do Acará] de roça, aí perdi. (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018).

⁴⁵ Apenas com autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Sobre ter consciência das relações de poder e da posição de quem detém o capital e muitas vezes têm suas ações legitimadas sob o aparelho do Estado, Seu Amazonas se sente extremamente revoltado com a situação imposta a ele e a sua família por gerações, e mesmo com o cansaço e toda violência sofrida, entende a sua posição na luta pela terra, como percebemos no diálogo:

[...] tem hora que me dá muita revolta assim, sabe? Só que mesmo assim eu fico. Nunca é tarde pra recomeçar a vida da gente, mas só que tem hora que eu penso em fazer as coisas assim... Porque isso aí não é pra acontecer, isso aí vem acontecendo com nós desde nossos avôs, nossos pais vêm sofrendo isso e nós tamos sofrendo a mesma coisa, e quando foi pra eles invadirem essas terras aí, os fazendeiros entraram com o delegado C. F. aí, amarraram todo mundo, aí tomaram as nossas terras aí tudinho e nós estamos reconquistando de novo o nosso território, aí sempre a justiça é do lado deles, sempre a justiça é do lado deles, entendeu? Quando invadiram aí amarrando o pessoal pra tomar essa madeira tudinho aí, quem tava do lado deles? O delegado C. F., aí depois o delegado C. F. começou a exigir muito dinheiro pra eles e eles mataram ele, deram 15 tiros no delegado e mataram ele, morreu em Tomé-Açu, aí ele sabia muita coisa sobre eles, ele foi e mandaram matar ele. (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018).

Também percebemos a problemática na fala de Seu Braço Sul com relação ao sentimento de injustiça a tudo que acontece em sua terra:

Esses grandes sempre se escondem, nunca prestam socorro pra nada, até os crimes ambientais que fez que derrubou as nossas castanheiras eles sempre se escondem, e a Biopalma nunca resolve nada pra gente, só se esconde dos problemas que ela cria pra gente, ela criou o problema e disse que não foi ela que criou o problema, ela nunca se diz a culpada, ela cria o problema e deixa pro outro resolver, nunca é ela, e nós pode ter o problema, nós pode ser prejudicado e ela não pode ser prejudicada. (Seu Braço Sul, entrevista realizada em 2018).

Seu Braço Sul se expressa também quanto às ações danosas para as comunidades com a chegada da Biopalma/Vale e, diante disso, fala da importância da associação como forma de resistir ao domínio da empresa na região, almejando sempre um futuro melhor para sua comunidade.

Você sabe quem é o dono? Eu não conheço até hoje o dono da Biopalma, eu conheço os funcionários, então quer dizer que tão vindo pra escravizar os quilombolas dentro do território deles, aí pra mim então a associação é muito importante, se fortalecer, é muito importante que não acabe, é muito importante que continue e a gente depende dela por causa disso, pra tirar o nosso povo da escravidão, nossos filhos, parentes, pra mim hoje eu quero ver as crianças estudando em um colégio de qualidade que é meu sonho, é ver um posto de saúde dentro do território, é uma ambulância pra tirar alguns quilombolas pra algum dia fazer uma universidade e outros fazer outros cursos, ter quilombola engenheiro, ter quilombola agrônomo, ter quilombola médico dentro do território, ter professor. Isso é um sonho meu (Braço Sul, entrevista realizada em 2019).

E continua:

[...] a gente tem essa esperança de viver amanhã numa paz, no paraíso e vê terminar essa luta, que a luta não termina mas a gente vê abrandar essa luta, com essas

empresas, com esses fazendeiros, porque dentro do território a gente não tem briga, meus parceiros não é o pobrema, a gente tem medo de fazendeiros, dessa empresa que a gente não sabe de onde que vem, quem é o dono, com ciúme da nossa área mesmo, querer adquirir, que sabe que a nossa luta é grande, de tentar tirar a gente de rota e tentar matar mesmo (Braço Sul, entrevista realizada no ano de 2019).

Em relação à compreensão e posicionamento do atual governo federal acerca das comunidades quilombolas, seu Caripetuba diz: “[...] com esse presidente ‘bonzinho’ que tá aí, não!? Que diz que quilombola não tem direitos, tá mais pra como que um inimigo nosso”. Ele expõe seu entendimento de que para o atual presidente, a defesa e/ou conquista acerca dos direitos de comunidades quilombolas não representaria algo importante. Tivemos outras respostas como:

Como um presidente desse coloca uma aposentadoria longa [em relação à idade mínima] para o homem da roça receber? Até agora nós não tamo achando nada de bom, pra nós ele diz que não tem nada!⁴⁶ Pra mim, um governo bom, ótimo, quando ele não faz, ele ao menos manda, tem que procurar as pessoas que precisam pra colocar o que nós mais precisamos, né!? Pra saúde, educação, porque com saúde você faz tudo, tinha que ter uma lancha pra pegar as pessoas pra ir pro médico, pra ir pra escola, que regularize nossa terra. (Mutui, entrevista realizada em 2019).

Diante da violência sofrida e presente em suas falas, esses sujeitos buscam maneiras de se reinventarem enquanto camponeses de origem quilombola, r-existindo contra as ordens e a imposição social de grandes fazendeiros que grilam a terra, degradam, desmatam e depois realizam a venda delas para o agronegócio, o qual, por sua vez, se apropria de um discurso de sustentabilidade – ambiental e social – ao ocupar áreas já desmatadas para a plantação do dendê. Somado a essas questões, o Estado, que deveria representar e legitimar legalmente essas comunidades, é visto por alguns quilombolas como um “inimigo”, que ao invés de defender suas causas e necessidades, representa uma oposição aos interesses comuns das comunidades tradicionais.

Há ainda o discurso da promoção do desenvolvimento econômico para a região, de contribuição para o sequestro de carbono e, conseqüentemente, de respeito ao meio ambiente e à sociedade. Backhouse (2013) entende que esse discurso trajado de “sustentabilidade” serve para legitimar a expansão do agronegócio do dendê no estado do Pará, ou seja, para autorizar o violento processo de privatização de terras.

Assim, a terra passa a ser explorada por fazendeiros que a desmatam e lucram com as suas madeiras. Com o aquecimento de terras gerado pelo agronegócio, eles vendem-na para grandes produtores do dendê que, por sua vez, passam a explorar outros bens, como o solo e a

⁴⁶ Seu Mutui se refere às falas contrárias do presidente Jair Bolsonaro à demarcação de terras quilombolas e indígenas.

água. Dessa forma, a terra que outrora foi grilada por fazendeiros passa a ser vendida para as plantações de dendê, e estas continuam a degradar o meio de vivência dessas comunidades, por meio da exploração de bens naturais findáveis – terra e água.

Diante desta realidade, os camponeses de origem quilombola buscam criar e recriar condições que os mantenham em suas relações sociais de trabalho com a terra (PORTO-GONÇALVES, 2012), construídas ao logo de sua história. Foi então a partir da ameaça de perder seu território, antes compartilhado de maneira comum (segundo as próprias normas das comunidades), que esses sujeitos passaram a se apropriar de sua história étnica para delimitar suas terras, como uma forma de r-existir às práticas de apropriação fundiária do (agro)negócio. Estas diferem da terra de trabalho e das relações sociais vividas pelo campesinato, uma vez que para essa população a terra representa seu cotidiano, seus ritos, seu sustento, um lugar de reprodução de uma lógica de vida construída e passada por gerações, distinta dos imperativos de acumulação impostos pelo capitalismo.

A narrativa a seguir mostra o choque no processo de contato dessas classes que visualizam a terra de maneira diferente. Nela, percebemos o valor que tem não só a terra, mas todas as relações de identidade territorial construída por esses quilombolas. Essas formas distintas de transformar o seu meio, a partir de costumes herdados de seus antepassados, cria um sentimento de revolta a agentes externos que tentam impor mudanças a seu modo de vida e ao seu meio natural:

Nós não têm colégio, não têm posto médico, não têm ramal, nós não têm nada, nós fomos nascido e criado dentro de uma floresta e agora nós estamos sendo obrigado a perder o que nós construímos a nossa vida toda aqui, pelo veneno, agrotóxico. Eu nunca tinha visto falar de veneno pra matar mata não. O veneno que nós sabia que combatia o mato da nossa roça era a inchada, foice, e hoje você entra com uma bomba de veneno um Roundap aí e você sai matando tudo, Roundap e tem outros venenos aí que eu não sei nem nome, sai jogando e matando tudo, aí o que acontece? Quem tá sendo prejudicado somos nós, não é o Estado, pelo contrário, ele tá sendo beneficiado com imposto que tá vindo muito pra eles. Aí o que acontece? Quem passa por essa situação todinha, somos nós que estamos aqui, perto de uma empresa dessa gigante, que ela é uma empresa poderosa, aquela barragem de Mariana que quebrou, quantas famílias foram destruídas? A empresa foi prejudicada? Ela não foi prejudicada, aí o que acontece? Quem é prejudicado é o pequeno agricultor, os quilombolas, indígenas, aí estão tentando tirar os nossos direitos todinhos que nós tem por nós tá brigando, por reivindicar, e nós tamos assim nessa situação aí, praticamente morrendo na mão dessas empresas. (Seu Amazonas, entrevista realizada em 2018).

É importante salientar a clareza nessa fala em que suscita a percepção tida por eles de que os direitos enquanto quilombolas que eles adquiriram hoje, é fruto de suas lutas e resistências, caso contrário, não haveria. Sobre isso, Oliveira (2007) aponta a importância das lutas movimentos sociais que se organizam em torno da busca por seus direitos.

No diálogo, também observamos a diferenciação dos usos do território e de bens naturais pelas comunidades em relação à lógica capitalista do agronegócio, pois os primeiros se baseiam em uma apropriação coletiva e familiar, intrínsecas a sua reprodução social, cultural e física (CRUZ, 2011). Daí por que emerge o sentimento de vulnerabilidade desses sujeitos diante da expansão predatória do agronegócio em direção a seus bens comum. Simultaneamente, este sentimento de vulnerabilidade e revolta passa a se transformar em articulações de luta. Eles mesmos denominam os empreendimentos como “agronegócio do dendê”, utilizam as expressões “grilagem de terra” e “veneno” (que é como são chamados. Sim, os agrotóxicos utilizados nas plantações são chamados de veneno). Veneno porque mata suas terras e o solo, mata seus rios, peixes, botos e todas as formas de vidas ali presentes, e os mata – mesmo que lentamente, em relação à sua saúde.

Ainda com relação aos conflitos, temos a fala de uma moradora do 19 do Maçaranduba que já perdeu três cunhados. Ela relata que as mortes estão associadas a conflitos pela terra dentro do território da Amarqualta:

É porque tipo assim, né? A gente briga há muito tempo aqui já, meu marido já perdeu três irmãos aqui e tudo na questão do dendê, dos outros que se diziam ter posse das terras, grileiro. Aí depois que o último líder morreu, o Artênio Amaral, que dá nome à nossa sede, a gente ficou sem coordenador, aí o povo ficou assim meio neutro. (Dona Guamá, entrevista realizada em 2018).

Quando indagada se ela se sente ameaçada ou se já recebeu ameaças diretamente por sua posição como uma das coordenadoras, a quilombola relata:

Já, a gente recebe geralmente, mas a gente tem que entregar nas mão de Deus primeiro e seguir pra frente, que se parar não adianta, o presidente [da associação] também recebe muita ameaça, nós que ficamos na frente do trabalho, a gente recebe muita ameaça, mas é assim mesmo, a gente tem que entregar na mão de Deus que sabe o que faz. (Dona Guamá, entrevista realizada em 2018).

Seu Amazonas, diante da luta e reivindicação dos quilombolas da Amarqualta, fala:

[...] quando nós chega a reivindicar nossos direitos desesperado por uma coisa que nós não têm e não tamos conseguindo, as empresas por terem o poder por ela ter uma fonte de renda muito grande e pra não prejudicar aquela fonte, eles vão comprar a justiça, vão botar a polícia em cima de nós, vão prender nós pra que a gente fique com medo, mas eu sempre falo pros meus amigos, “ainda que tu vê teu último sangue derramado, ainda que tu vê teu parceiro caído aqui e morrer matado por uma empresa, não desiste, não volta pra traz, não volta pra traz que tu tá acabando com o futuro do teu filho, segue em frente”, entendeu? Eu sempre falo, se eu for morto, matado por algum empresário ou alguma empresa, não é pros meus filhos recuar e dizer “ah, meu pai morreu eu vou desistir disso”, não é pra eles desistirem, entendeu? Se eles morrerem também, é pra eles aconselharem os filhos deles a não desistir porque nós não pode ficar nisso que nós tomo. Nós tem que trabalhar de cabeça erguida, garantindo o melhor para os nossos filhos, porque se nós não garantir o melhor para os nossos filhos, lá na frente vai ser triste pra eles, entendeu? (Amazonas, entrevista realizada em 2018).

A fala acima expressa como a terra e o modo de vida para os quilombolas é importante e assegura o futuro de outras gerações. Se a terra é como uma mãe que lhes assegura a vida e provém os seus sustentos materiais e imateriais, por ela é necessário lutar mesmo que se perca a própria vida, para assim assegurar a estabilidade dessa mãe/terra que irá prover a vida de futuras gerações. Seu Amazonas nos contou que era constantemente ameaçado por fazendeiros e madeireiros, pois denunciava desmatamentos ilegais no território da Amarqualta, contaminação de rios por agrotóxicos e todos os impactos negativos ocasionados às famílias quilombolas. O que um dia foi uma ameaça se tornou concreto: na noite do dia 4 de abril de 2018, Seu Amazonas foi assassinado em um dos ramais do território quilombola enquanto retornava para sua casa.

Em relação ao crime, um dos fazendeiros da região, o senhor J.T., foi indiciado e está sendo acusado pelo Ministério Público Federal, pois, segundo o inquérito da Polícia Civil, o assassinato teria sido motivado por conflito agrário. O fazendeiro J. T. teria sido o mandante e dois pistoleiros (M. e R.) teriam executado o crime, os quais também estão sendo indiciados e são acusados de homicídio qualificado.

O fazendeiro, que estaria fazendo extração de madeira ilegal dentro do território quilombola, teria ameaçado seu Amazonas por diversas vezes pelo fato de o líder quilombola vir denunciando ao Ministério Público a prática desses atos ilícitos por grandes proprietários.

Segundo informações coletadas pelo Jornal Amazônia Real, alguns moradores próximos do seu Amazonas contam que:

Ele [J. T.] disse na cara do [Amazonas] que poderia até não ficar com a terra, mas que ninguém vivo ficaria ali.
[...] Todo mundo sabia que isso poderia acontecer, acrescenta o amigo L.[...] [Amazonas] ia atrás, lutava pelas nossas coisas e isso incomodava. A gente pediu ajuda, mas não deu em nada. Agora só nos resta esperar que a Justiça seja cumprida. (AMAZÔNIA REAL, 2019).

O processo de número 0011490-42.2018.8.14.0060 continua em tramitação na Vara de Justiça de Tomé-açu. Em nosso segundo trabalho de campo realizado em 2019, pudemos perceber a sensação de medo e os pedidos de justiça propagados pelos quilombolas:

Eu peço justiça, ele era ameaçado, foi pedir proteção e não deu em nada [...]. Quando tem uma pessoa assim que ajuda muita gente, acaba incomodando muita gente [fazendeiros] também, o que eles tentam fazer é derrubar, pra tentar acabar com a luta. Ele [J. T.] veio do Espírito Santo pra cá e dizer que a terra é dele. O Amazonas sempre falava que se ele morresse, a luta não podia parar, então eu não paro. (Braço Sul, entrevista realizada em 2019).

Seu Tocantins também nos conta:

Às vezes a gente fica preocupado com essa situação, porque esse fazendeiro ficam com raiva, eles que queriam ser donos da terra, inclusive mataram o Amazonas por

conta da terra, na época que mataram ele, a gente sabe que ele era o mais procurado⁴⁷, meu irmão também tava na lista, uma pessoas daí [da cidade] me contou. (Tocantins, entrevista realizada em 2019).

E Dona Nhamundá fala: “A gente pensa que foi por causa da terra que ele [Amazonas] morreu, ele lutava muito pelos direitos daqui [...], com isso a família vem se sentindo insegura” (Nhamundá, entrevista realizada em 2019).

É comum ouvir falas como essas entre os quilombolas nas comunidades, falas que refletem sobre a vida e o legado que o seu Amazonas os deixou, o qual está cheio de entendimento sobre a importância da luta pela terra em todo seu amplo significado i-material que representa para os quilombolas.

Em relação aos desmatamentos constantemente denunciados pelos quilombolas, o Ministério Público Federal, na figura do Procurador Ricardo Negrini⁴⁸, responsável pelo Ofício de meio ambiente, afirma que o desmatamento que acontece na Amazônia Legal é quase todo ilegal:

[...] o desmatamento que ocorre sem a Autorização da Secretaria Estadual de Meio Ambiente é quase sempre ilegal também, e mais de 90% dos casos de desmatamento ocorrem sem autorização, a gente tem essa informação muito fácil porque a gente convive com o Projeto Amazônia Protege [...], no Prodes é mais precisa e consolida todas as informações do ano em um mapa geral, esse mapa geral ele é considerado o nosso parâmetro pra saber aonde está acontecendo o desmatamento, a gente pega esse mapa, sobrepõem esse mapa a um outro mapa que é o mapa das áreas de Cadastro Ambiental Rural o – CAR – então a gente coloca o mapa em cima do outro e a gente vê quem é a pessoa responsável pela área desmatada, então a gente tem um mapa com o CAR que é a fazenda, a fazenda de cada pessoas, a propriedade rural, e a gente coloca em cima o mapa do desmatamento, ai a gente vê em cima que tem uma fazenda e tá toda desmatada e essa fazenda muito provavelmente o fazendeiro desmatou naquele último ano, com essa informação, a gente pede para a secretaria de meio ambiente estadual que nos diga se aquele desmatamento foi autorizado, e a gente recebe essas informações e mais de 90%, quase 100% eles dizem que não houve autorização né, então é muito seguro dizer que o desmatamento na Amazônia legal é quase todo ilegal, não só no Pará mas na Amazônia toda, é raro a situação do desmatamento lícito, autorizado devidamente com o processo, porque a pessoa para ela pode derrubar ela tem que ter uma autorização, e mesmo com a autorização ela não pode derrubar determinadas áreas [...]. O desmatamento vem crescendo rapidamente nos dois últimos anos, e principalmente agora em 2019 o desmatamento vem crescendo rapidamente aqui no Pará e claramente vem havendo uma pressão na parte sul e sudeste do Pará próximo a Unidade de Conservação e próximo a rodovias, essa pressão é muito nítida quando a gente analisa os mapas do desmatamento, e ela representa quase sempre novas grilagens, novas invasões de terras, então o grileiro ele invade a terra de um agricultor e geralmente é uma pessoal com certas condições econômicas, mais rico e tem mais condições de exploração e eles invadem uma área e tomam conta, cercam a área, desmatam, criam o gado ou agora com a plantação de soja tem sido muito comum, então essa situação tudo indica, eu não tenho como afirmar porque gente não consegue de cada desmatamento, qual foi o motivo do desmatamento, a gente vê no satélite que teve o desmatamento e a gente tem alguns indicadores de pressão agropecuária como o da soja nessa região de São Felix do Xingu, Novo Progresso e isso vem aumentando sem dúvida, então a gente imagina

⁴⁷ Os moradores contam que os fazendeiros locais têm uma lista com a relação dos nomes de ativistas sociais.

⁴⁸ Entrevista realizada junto a Jornalista Groos e ao professor Brian Garvey.

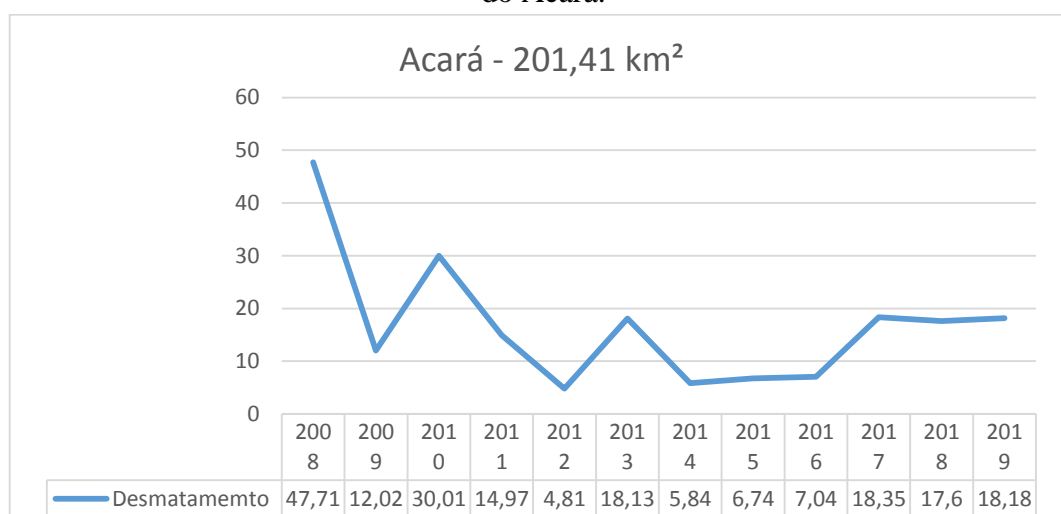
que pode ser o ingresso da nova fronteira do agronegócio (Ricardo Negrini, MPF, entrevista realizada em 2019).

Quando perguntado se o MPF vem acompanhando a expansão do dendê que vem ocorrendo, prioritariamente, no Nordeste paraense e se há alguma relação com pressões de desmatamento na área, Ricardo nos responde:

Não tem um estudo em específico pra essa questão da pressão do dendê com o desmatamento, mas temos os dados sobre o aumento do desmatamento nessa região [...] mas sem dúvida nenhuma, a pressão do agronegócio no geral e outras modalidades que estão crescendo, vem contribuindo muito para o desmatamento. (Ricardo Negrini, MPF, entrevista realizada em 2019).

Levando em consideração a fala dos quilombolas do Alto Acará e do procurador Ricardo Negrini acerca do desmatamento na região, levantamos os dados do Terrabrasilis (PRODES) sobre os incrementos de desmatamento acumulado por ano no município do Acará, de 2008 a 2019.

Gráfico 9: Incrementos de desmatamento acumulado por ano – Amazônia Legal – município do Acará.



Fonte: Terrabrasilis (PRODES) (2019).

Com os dados do PRODES, percebemos os atuais aumentos no desmatamento para cada ano. O gráfico acima revela o incremento anual de desmatamento no Acará com variação constante ao longo dos anos, visto que, em 2008, foi registrado o incremento de 47,71 km² na área desmatada, diminuindo para 12,02 km² no ano seguinte, voltando a subir para 30,01 km² em 2010. Se analisarmos a soma de todos os incrementos dos anos de 2008 a 2019, o resultado sinalizaria para um uma extensão de 201,41 km², equivalente a 20.141 hectares desmatados no Acará.

Assim, diante das mudanças ocorridas no município do Acará com a expansão do dendê, seja com o aumento do desmatamento, com as mudanças de ordem socioambiental, ou com os conflitos fundiários, todas elas são listadas não só por um, mas por vários quilombolas moradores do Alto Acará porque são problemas que afetam diretamente seu modo de vida. Como resposta, eles se organizaram por meio da Amarqualta em prol da defesa de seu território. Em seguida, abordaremos esse momento da criação da associação, o qual também é repleto de significados para estes quilombolas.

4.4 AMARQUALTA: SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA

Devido às mudanças ocorridas no território, os quilombolas visualizaram a necessidade de se organizar em torno de uma mobilização que os fortalecessem. Foi criada, assim, em 2009, a Associação dos Moradores e Agricultores Remanescente Quilombolas do Alto Acará, a Amarqualta, que, desde então, luta pela titulação definitiva da terra, contra a sobreposição de terras, contra a Biopalma/Vale e denuncia todos esses atos que comprometem seu modo de vida. Acerca da história de formação da Associação, seu Tapajós relata:

A Amarqualta surgiu assim, o P. N. ele tinha um compromisso com o povo do alto né, ele é remanescente daqui né, estudou lá fora, foi militar até o 3º sargento e ele quis trazer algum benefício pra comunidade dele, aí ele pensou em legalizar as terras dos ribeirinhos né no caso, quando ele chegou lá no Iterpa ele se se deparou com uma situação um pouco complicado né, por causa das grilagens de terras, pessoas querendo legalizar uma área muito grande pra vender com todo mundo dentro, sendo que os donos estavam ali né, mas as pessoas do dinheiro estavam fazendo isso, aí ele deparou com aquela situação ali e disse não tem jeito, aí disseram [no Iterpa]: “não tem nada lá dentro que venha comprovar e tal o quilombo?”, e ele disse “não, tem sim, tem o engenho [ver figuras abaixo] né”, que eles falaram na época que funcionava esse negócio de fazer a bebida e tudo.

Então lá foi tudo onde surgiu, onde a Amarqualta nasceu né, que aí tem o quilombo, tem o vestígio tudo, mas as pessoas remanescentes, como a Domingas que nasceu de quilombolas, de africanos né, então foi aí que surgiu a única maneira de pegar de volta aquilo que as pessoas tinham tomado, porque na época os fazendeiros eles chegaram a entravam e traziam com eles os pistoleiros pra espantar as pessoas, intimidar que nesse tempo intimidava mesmo né, e foi acontecendo isso, né (Tapajós, entrevista realizada em 2019).

Figuras 31 e 32: Os moradores contam que esses foram instrumentos utilizados no engenho de açúcar da fazenda Turé.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Figuras 33 e 34: Canal de escoamento de água do engenho na fazenda Turé.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Seu Caripetuba reforça:

A associação foi criada para melhora da gente né, com esse nome né, quilombola, por causa do quilombo que o pessoal sofreram o antepassado, por isso que nós temos né essa chance de falar hoje, porque antes o pessoal não podia nem falar não, era botado pra correr, se não fosse a associação quilombola, hoje o pessoal tinha tirado todo mundo daí [...]; eles [grileiros] ainda respeitam um pouco por isso. (Caripetuba, entrevista realizada em 2019).

A revisitação das memórias e histórias étnicas por esses povos é também um posicionamento e uma apropriação política que lhes serve como instrumento de luta. Cruz (2011) aponta que embora o avanço do agronegócio ocasione a subalternização material e simbólica das comunidades tradicionais, elas passam a questionar esses processos, articuladas por meio de organizações sociais e políticas (como os pescadores, quilombolas, camponeses etc.). Assim “[...] vem ocorrendo a constituição de novos sujeitos políticos e a emergência de ‘novas’ identidades territoriais construídas pelas comunidades ‘tradicionais’ nas lutas sociais pela afirmação material e simbólica dos seus modos de vida” (CRUZ, 2007, p. 4).

Dona Iriri expressa o seu sentimento pela terra quando diz “[...] a terra é tudo pra mim, minha filha. É daqui que a gente vive, é o nosso pão de cada dia”. Assim como Seu Gurupi: “[a terra] é um grande valor, me representa criar todos os meus filhos da produção dela”. E Seu Jamanxim, quando fala que a terra “[...] representa muita coisa porque o que plantar se colhe, é um prazer muito grande trabalhar e receber os frutos da nossa terra”.

Falas como essas estão muito presentes entre os moradores da Amarqualta, expressando seu sentimento e ligação com a terra como provedora dos frutos que lhes dão a vida. Para além da questão material, percebemos que é a partir do seu território que se formam os laços de identidade com seu lugar e suas práticas sociais. Daí se pensar a terra como um bem comum a todos, como algo de mais valor a ser deixado para suas futuras gerações. A terra seria o lugar de trabalho da vida camponesa, e não o espaço para se explorar o trabalho alheio, como na terra de negócio sob o regime do proprietário capitalista (MARTINS, 1981).

E assim as falas continuam. Segundo Seu Curuá, “[...] é uma coisa que ajuda muito, depois de Deus, é a terra e ela vem dele”; ou Seu Cururu “[...] é dela que eu tiro meu sustento, tudo o que você planta você tira”. Seu Xingu diz que “[...] é uma estrutura que o homem não pode significar sem ela”, e Dona Paru complementa, “[...] a terra cria nós, é nosso alicerce, eu meto um pezinho de pranta aqui e é tudo pra nós” (entrevistas realizadas em 2018).

As falas enfatizam a singularidade da terra para esses quilombolas, já que essa expressa a manutenção e reprodução de sua vida, além de ser algo comum, coletivo, pois, na lógica dos quilombolas, se ela é essencial na vida humana, deve ser um bem de todos, daí a presença do “nós”, “a terra é tudo para nós”. Essa mesma terra é vista como sagrada, pois para eles é um bem que vem de Deus e por esse motivo pertence a todos. A terra seria então, sob a ótica desses

povos, vital para que possam construir suas relações sociais, além de ser a forma que lhes possibilita assegurar a re-produção de suas vidas, de sua existência por meio da sua apropriação e dos alimentos e frutos que colherão.

Para Witkoski (2007), o modo de vida dos camponeses está embasado em uma visão de mundo singular, por meio de condições materiais específicas ao se relacionar com a natureza, já que:

[...] os meios de produções fundamentais são a terra, a floresta e a água; a mão de obra utilizada nas diversas atividades do mundo econômico é praticamente familiar; há uma divisão sexual e social do trabalho na família – seja ela extensa e/ou nuclear, a tecnologia usada é simples, de limitado impacto sobre o meio ambiente; há uma relação simbiótica com a natureza, através dos ciclos naturais, o que reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais – que passam de geração em geração por via oral; importância das atividades e subsistência, ou seja, na produção de valores de uso para si e para outros homens. (WITKOSKI, 2007, p. 163).

Woortmann (1990) entende que as relações singulares e interligadas do universo camponês permeiam a sua campesinidade, na qual a terra, o trabalho e a família são relações intrínsecas e indivisíveis, agregando um conjunto de significados com base na ordem moral desses sujeitos, já que símbolos como hierarquia, relações de reciprocidade, honra e liberdade compõem o seu universo, permeado de valores e significados. Nesse sentido, a terra, em um sentido moral, passa de geração em geração, sendo um patrimônio i-material que se herda e também se deixa como herança.

O avanço do dendê na região e os seus impactos fizeram então com que os quilombolas passassem a ser articular e a lutar pelo anseio comum, a terra. Essa luta, contudo, é indissociável da afirmação de suas identidades e da reprodução do seu modo de vida.

Longe de idealizarmos o modo de vida e as relações desse campesinato de origem quilombola como um universo totalmente harmonioso, ressaltamos que também lhe são intrínsecos conflitos internos de diversas ordens. Eles, porém, não serão tratados aqui, pois não constituem o foco desta pesquisa.

4.5 CONHECIMENTO: TÉCNICAS DE PRODUÇÃO ENTRE HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS QUE TRABALHAM A/NA NATUREZA

Segundo Castro (1999), apesar de na Amazônia predominar a existência das demandas de produção de grandes empresas para atender mercados mundiais, há, ao mesmo tempo, a permanência e o fortalecimento de outras formas de trabalho de populações que há séculos vem r-existindo de maneira i-material e simbólica em suas relações com a terra. Para esses povos, o trabalho é então “[...] representado por um caráter único, ou seja, reúne nos elementos técnicos

e de gestão o mágico, o ritual, enfim, o imaginário coletivo recriado no mundo simbólico” (CASTRO, 1999, p. 35).

Essa riqueza de saberes e costumes é expressa visualmente dentro do território quilombola, onde encontramos um amplo contraste da diversidade de produção quilombola na/da terra: as figuras abaixo mostram, de um lado, uma monocultura extensiva de dendê (produção de *commodity*) e, de outro (em uma pequena área), um amplo número de produtos que são cultivados em consórcio para venda e consumo familiar; nele podemos ver pimenta, feijão de corda, abóbora, maniva e abacaxi.

Figura 35: Monocultivo do dendê.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Figuras 36 e 37: Diversidade da roça quilombola.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Ainda sobre essa diversidade, cabe aqui esclarecer a heterogeneidade das relações de trabalho familiar na/da terra, construída a partir de uma divisão social e sexual do trabalho, como aponta Witkoski (2007). Para esse autor, as famílias camponesas na Amazônia devem ser entendidas sob uma lógica de relações complexas, ao mesmo tempo como uma unidade de produção e uma unidade consumo.

Witkoski (2007) aborda então de maneira indissociável as relações familiares e as relações de produção. Para o autor, uma família nuclear ou conjugal – formada por homem, mulher e filhos – teria problemas na questão material de sua existência, já que na vida camponesa são múltiplas as tarefas a serem cumpridas para poucos membros familiares. Assim, dissociada a questão familiar de sua produção, se formariam nessa lógica as famílias extensas, que podem ser formadas por um homem com mais de uma mulher e seus filhos. Outra forma – o mais comum nas áreas de estudo do território da Amarqualta – é quando várias famílias nucleares de várias gerações formam uma família extensa.

Nesse último caso, a família nuclear mais antiga estenderia relações com as famílias nucleares de outras gerações, como a de irmãos, tios e sobrinhos. Essa família extensa se forma para poder construir e conseguir criar suas relações de existência e de produção, o que se configura em transformar a natureza em alimento. Esse fato foi percebido com maior frequência

na comunidade de Vila Formosa, onde as famílias nucleares formam relações de famílias extensas para a produção de sua roça e para atividades domésticas.

Daí deriva as relações coordenadas de maneira coletiva para a produção de consumo familiar, destinando também parte de cultivo para ser vendido e/ou trocados. Além do trabalho direto na agricultura, há as relações de trabalho doméstico, também desenvolvidas pela unidade familiar, em que temos a divisão sexual do trabalho incorporada na divisão social do trabalho.

[...] as crianças e os jovens do sexo masculino participam das atividades de plantio, tratos culturais e colheita, nos processos de trabalho que utilizam técnicas tradicionais ou não. Com o chefe da família fica a responsabilidade da socialização, destina ao mundo do trabalho dos meninos. As tarefas domésticas ficam a cargo da esposa, após os trabalhos na agricultura, ou de uma filha mais velha, que prepara a alimentação familiar e como tarefa cuida dos irmãos menores de 8 anos. Jovens do sexo feminino dedicam-se aos trabalhos caseiros e, por vezes, auxiliam nas atividades da agricultura, principalmente, nos picos de produção. Elas recebem orientação e conhecimento sobre as práticas culturais mais das mães do que dos pais. Como os bens necessários à sobrevivência da unidade familiar são fornecidos pelas atividades da agricultura, criação de animal e extrativismos vegetal e animal (caça e pesca), elas são consideradas pelos camponeses amazônicos como trabalho, enquanto o trabalho feminino (doméstico ou não), assim como os dos filhos, é considerado *ajuda*. Mesmo nas situações nas quais os trabalhos femininos e de crianças se dão através de tarefas equivalentes ou iguais às dos homens, são *ajuda*. (WITKOSKI, 2007, p. 170. Grifos do autor).

Essas relações de trabalho são consideradas naturais e construídas por gerações ao longo de sua história e de suas relações sociais. Juntas, formam uma unidade de trabalho coletiva por meio de um conjunto de atividades diferentes e complexas. Assim, os trabalhos se dividem na produção e em seu resultado, no cultivo, na criação de animais (como galinhas, porcos, patos), na pesca, na caça; enquanto um membro carrega água do rio ou igarapé, outros estão nas atividades domésticas ligadas à casa, ou na extração de frutos, de madeira e ou mesmo na produção de farinha, já que se faz necessário colher a mandioca, descascar, deixar de molho, moer/ralar, prensar até sair o tucupi e torrar (a sequência de figuras abaixo revela um pouco da produção da farinha de mandioca). Todo esse último processo é desenvolvido pelos núcleos familiares em conjunto.

Figuras 38 e 39: Mandioca coletada e de molho para a produção de farinha.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Figuras 40 e 41: Mandioca passando pelo processo de trituração e prensa para se tornar farinha.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Figura 42: Mandioca sendo torrada.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Figura 43: Processo de produção da farinha no seu estágio inicial, em que a mandioca é descascada, colocada de molho, moída, prensada, torrada e, ao final, a farinha está pronta no tabuleiro.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

As figuras 44 e 45 revelam o trabalho feminino polindo e lavando o arroz, o serviço doméstico de preparo da alimentação da família, além de cuidar da criança.

Figuras 44 e 45: Atividade doméstica no preparo do arroz.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Podemos perceber essa divisão do trabalho camponês de origem quilombola na fala de Seu Tapajós, o qual, devido às suas condições de saúde que lhe impossibilitavam de ir à roça no momento, foi modificada, e sua esposa tomou a direção do seu trabalho. Esse momento que Seu Tapajós ficou afastado do trabalho estreitou ainda mais a sua relação com a terra, visto que, quando indagado se ele gosta de seu labor, ele respondeu:

Amo, falar que eu gosto é pouco ainda, eu passei um período de mais de 2 anos sem poder trabalhar, a minha esposa que trabalhava, ela ia pra roça, tirar mandioca, fazer farinha, vender, vendia na feira em Quatro Bocas né, e nesse período eu não tava fazendo nada, eu tinha problema de arritmia [cardíaca] né, e aí aquilo me tirou do chão, porque você que tá acostumado a trabalhar cedo todo dia e de repente você fica impossibilitado de fazer alguma coisa dá um choque né, e isso aconteceu comigo, e a minha esposa é muito guerreira né, eu admiro muito ela e isso aí ela fazia de cair pra roça em serviço pesado né, serviço braçal pra homem, aí ela ia com meus meninos um pouco mais pequenos né, e fazia tudo, ainda bem que nesse período a farinha tava um preço razoável, a gente conseguia vender R\$ 70 uma lata de farinha e ela conseguiu dinheiro até pra pagar exame pra mim, se não tivesse uma provisão divina mesmo né, e hoje eu tô bem né, tô trabalhando. (Tapajós, entrevista realizada em 2019).

Além das necessidades da troca de tempo com o trabalho por meio da sociabilização deste com a família extensa, para Woortmann (1990) isto também perpassa o sentido de uma ligação simbólica, pois não apenas se produz um alimento ou um produto em si, mas o sentido de comunidade. Assim, para além dessas relações da família extensa, há também as ações de ajuda mútua entre os moradores das comunidades, o que caracteriza certo grau nas relações de

parentesco e vizinhança por meio da reciprocidade, já que eles realizam mutirões nas seguintes situações:

Quando tá aperreado com o serviço a gente faz, quando vai prantar uma roça, pra prantar a maniva, né? Aí a gente faz quando os parceiros precisam, em caso de doença também, ou pra adiantar o serviço mesmo, aí a gente faz comida pra dá pros parceiros que vêm trabalhar, né?! (Dona Arapiuns, entrevista realizada em 2018).

Ou seja, se paga com comida o trabalho/ajuda que gerou comida. Acerca disso, Witkoski (2007) salienta que essas práticas só são possíveis porque todos os envolvidos conhecem de maneira comum as formas do trabalho na terra, logo, possuem juntos certos códigos culturais definidos. Quanto a isso, Seu Tapajós também nos conta que no período difícil de instabilidade de sua saúde, eles receberam inúmeras ajudas de seus vizinhos:

Algumas pessoas da nossa comunidade fizeram mutirão, não faltou nada, sempre aparecia um com dinheiro, nunca faltou comida, todos eles aqui da comunidade, as vezes pessoas que a gente nem esperava né, se eu tinha uma ressonância pra fazer e era uns quatrocentos e pouco [reais] aí chegavam e falavam, tá aqui o dinheiro. E até hoje eu tô na fila do [Sistema Único de Saúde] SUS esperando o exame (Tapajós, entrevista realizada em 2019).

O gráfico abaixo mostra que 85% dos entrevistados (51 pessoas) costumam realizar mutirão com seus vizinhos e parentes. Os outros 15% (9 pessoas) não o fazem porque têm uma roça na qual a sua família consegue dar conta de trabalhar sem precisar de outras ajudas ou pelo fato de serem idosos e não conseguirem mais trabalhar de maneira tão ativa.

Gráfico 10: Ocorrência de mutirões nas comunidades.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Seu Anapu nos conta que “[...] tem mutirão pra ajudar no roçado, pra ajudar na igreja também, né? Quando precisa de uma reforma ou construir um banheiro, aí junta todo mundo” (entrevista realizada em 2018). Há também a trocas de saberes, costumes, remédios caseiros dentre outros mecanismos de reciprocidade coletiva.

Um fato interessante é que na comunidade de Vila Formosa, os moradores conhecem exatamente quem está navegando pelo rio ou ancorando em seu porto a partir do “barulho” do motor da rabeta. No 19 do Maçaranduba, esse reconhecimento é realizado por meio do ruído das motocicletas, principal meio de transporte utilizado entre os moradores.

Na floresta, eles reconhecem pegadas e rastro de animais. Na imagem abaixo, encontramos pegadas de onça próximas à casa em que passamos a noite; é interessante que na noite anterior chovia e os quilombolas comentaram que é comum uma onça de porte médio caminhar na redondeza pela manhã bem cedo em dias pós chuva. No dia seguinte as pegadas estavam presentes.

Figura 46: Pegadas de onça reconhecidas pelos moradores locais.



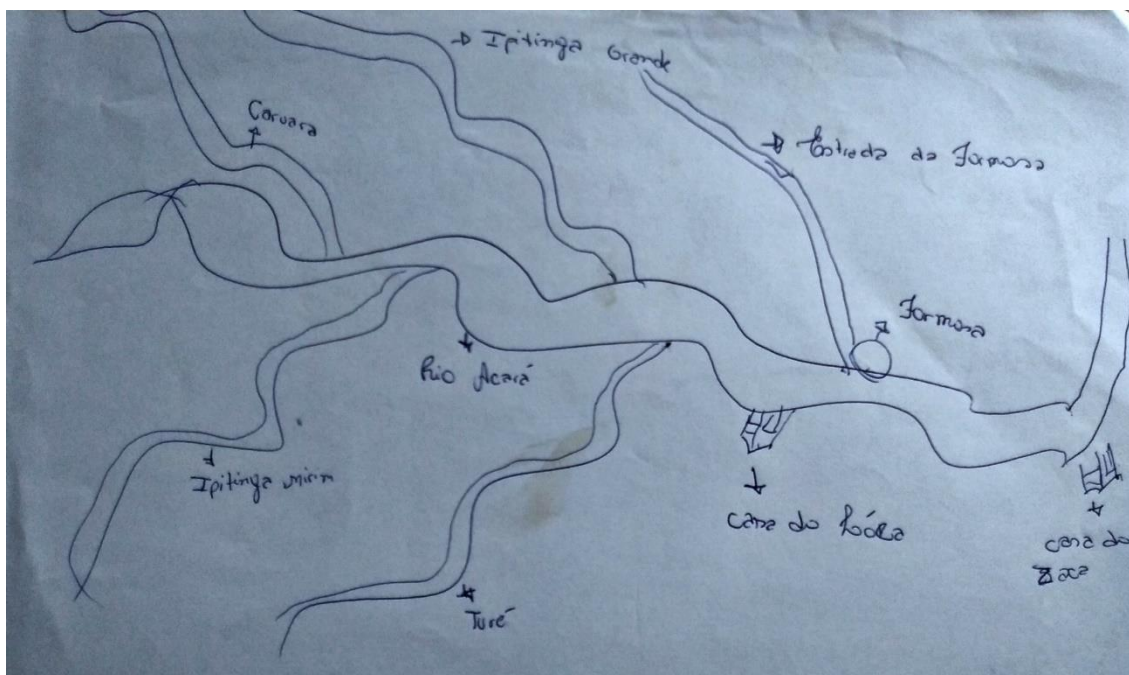
Fonte: Dados da pesquisa de campo (2019).

Além disso, sabem quando alguém acabou de passar de moto devido ao balançar das folhas, percebem quando a chuva ainda “vem longe” pelos sons da natureza, possibilitando a busca de abrigo a tempo. Esses conhecimentos são percebidos não só por adultos, mas por crianças, fato observado no primeiro dia de caminhada pela Vila Formosa com a ajuda de dois netos de Dona Sororó e de Seu Pitinga. Eles nos levaram às casas e nos apresentaram aos moradores, e quando a chuva estava por vir, nos alertaram para que ficássemos abrigados na casa de Seu Xingu – liderança e pastor de uma das igrejas evangélicas da comunidade. Esse nível de percepção e diferenciação, ainda que de maneira sutil, expressa a complexidade de seu modo de vida, respostas dadas na interação com a natureza, que revelam o processo de acumulação de saberes acumulados por gerações (CASTRO, 1990).

O conhecimento sobre seu território é percebido nas falas, nos caminhos percorridos no território e expresso num mapa mental, construído por Seu Pitinga, dos principais pontos da

comunidade de Vila elencados por ele, como mostrado abaixo.

Figura 47: Mapa mental da comunidade de Vila Formosa.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

Percebemos que o mais destacado por Seu Pitinca no mapa foram os igarapés (Caruara, Pitanga Mirim, Pitanga Grande e Turé) e o Rio Acaraí, o que demonstra o amplo significado que as águas têm para o morador dessa comunidade ribeirinha, pois traçou as principais curvas feitas pelos rios e igarapés da região, sendo este um dos elementos fundamentais de conhecimento para sua navegação segura. Além disso, é elencada também a estrada da Formosa, que dá acesso à cidade do Acaraí, para onde os moradores se deslocam para receber suas aposentarias e benefícios, comercializar seus principais produtos e ter acesso a escolas e hospitais.

Com relação às plantas medicinais, os quilombolas relataram utilizar várias, como o pariri, ótimo anti-inflamatório e usado para combater a anemia; o fossangi, para amenizar problemas intestinais; a coramina, para problemas cardíacos; a erva-cidreira, ótimo calmante natural e antitérmico; o boldo, utilizado para problemas no estômago; a folha de pirarucu, para dermatite; o óleo de andiroba, anti-inflamatório natural, utilizado em baques e torções; a catinga de mulata, para dar cheiro às roupas quando misturada à água, uma espécie de “amaciante de roupa” natural, dentre outros.

Todas essas ervas medicinais são utilizadas pelos moradores quando há a necessidade, uma espécie de farmácia natural. Alguns deles relatam, porém, que existem pessoas especiais para o preparo dos remédios, uma espécie de curandeira que tem o dom da medicina natural das florestas. Contudo, esse assunto é difícil de ser instigado nas comunidades devido à propagação

da religião evangélica protestante dentro do território, sendo por isso muitas vezes coibido, tema já estudado com maestria por Heraldo Maués (SILVEIRA; REIS, 2015). Com isso, tem aumentado o uso de remédios com drogas programadas em laboratório. Segundo Dona Paru:

A velha Evangelina⁴⁹ era parteira mesmo, quando não dava pra mulher, aí ela despachava pra Belém, mas ela sabia muita coisa. Ela era boa pra tudo isso, fazia parto e os remédios também, mas a gente não pegou essas coisas não, eu faço xarope, um chá, só pra mim, não faço pros outros porque eu tenho medo de não dá certo, né? Mas eu faço pra mim, marido, filhos e aprendi sim com Velha Virica, eu sei puxar barriga de mulher [...]. Eu sei tudo, mas isso aí eu não tenho profissão porque eu já larguei isso aí desses dons, só tenho meus dons com meu Deus, mas eu sei tudinho, mas não tenho profissão de andar pelas casas por aí não. A filha do irmão Xingu, a primeira vez que ela engravidou ela veio em casa pra mim puxar, aí eu falei “olha, minha filha, você tá grávida de dois filhos”, e era dois filhos mesmo, porque a gente conhece pra cá e pra cá [os lados da barriga da gestante]. Mas é isso aí, eu aprendi porque Deus me deu esse dom desde o nascimento, eu tenho mesmo de dom, só que eu não pratico porque eu não gosto [...]. Aí os antigos faziam muito cachimbo de madeira, de barro, fazia panela, dedar e tudo, a finada Evangelina sabia fazer de barro. Era muito bom o artesanato dela, mas aí com o tempo a gente esquece, né? Porque no tempo que a gente não era crente a gente usava todas as coisas do mundo, né? Era só ter uma festa em qualquer lugar. (Entrevista realizada em 2018).

Seu marido complementa:

Eu também entendo um pouco dessas coisas, e quando uma dona quando fica gestante, logo com uns dias a criança entorta na barriga, aí a parteira tem que endireitar, né? Porque no dia do nascimento a criança tem que se encaminhar, né? Aí puxa pra ajeitar a posição do bebê [...]. O que eu aprendi a fazer com a minha mãe foi vassoura e peneira de tala, eu aprendi a costurar com a minha mãe, sei fazer calça, short, eu caçava também, matei foi muito catetu, veado, paca, esses bichos aí, porco do mato. O que eu nunca matei na minha vida foi anta e onça, agora tem muita cobra também, tem que tomar cuidado também, o que é da água tem na água e o que da terra tem na terra, eu já vi foi muita. (Entrevista realizada em 2018).

Sobre a adaptação e organização deste campesinato polivalente em seu meio geográfico, Castro (1999) esclarece que são os saberes herdados por gerações que lhe permitem tais feitos. De forma geral, esses conhecimentos de técnicas de manejo não são predatórios à natureza, pois os quilombolas extraem desta o que lhes convêm para o consumo e para a sobrevivência. Assim, eles são

[...] saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado, que depende do domínio de técnicas de caça, de pesca, de plantio, de identificação na mata de recursos que alimentam seu sistema de preservação da saúde, de curas, de manejo de espécies, de defesa dos membros do grupo, etc. (CASTRO, 1999, p. 35).

Em todas essas relações é importante perceber a ligação do trabalho com o tempo, as fases da lua, as marés, a ação da chuva, o cuidado com a terra e seus nutrientes. Assim, a sua dinâmica de trabalho na terra e as técnicas empregadas a ela perpassam por investigações

⁴⁹ Tia de Dona Paru que, segundo ela conta, era cozinheira dos escravos e guardava muitas histórias daquela época.

acumuladas durante gerações, já que os cursos d'água e o seu ciclo carregam a sabedoria desses povos há tempos.

Os anciãos recorrem à imagem de rios, igarapés e lagos, como percurso pelos campos da memória onde estão depositadas as lembranças. A concepção do tempo social e do tempo individual encontra explicações no cruzamento com o tempo da natureza: tempo de caçar, de pescar, de coletar, de botar roça. (CASTRO, 1999, p. 36).

Percebemos que essa autonomia e liberdade sobre o seu tempo e o tempo da natureza é um dos aspectos mais valorizados por esses povos. Outro conhecimento bastante utilizado e repassado entre os habitantes das comunidades é o da caça e da pesca com rede e com a lança, bem como sobre a plantação da roça, o período de plantar e colher, os cuidados, o preparo da terra, o preparo da farinha; a debulhagem da pimenta, milho e arroz; a criação de galinhas, porcos e patos; o amassar açaí e bacaba na mão, preparados com a água do rio para as refeições – como mostra a figura abaixo; o preparo do urucum. Pegar frutas, verduras, legumes e temperos diretos da terra proporciona um significado expressivo em seus rostos, já que é fruto de sua terra, do seu trabalho e suor.

Figura 48: Preparo da bacaba de maneira manual, utilizando a água do rio, para o jantar da família.



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2018).

A luta pela terra quilombola de maneira coletiva é indissociável, portanto, da luta pelo trabalho. Não pelo trabalho assalariado, mas por um trabalho livre, com total autonomia de sua produção, escolhendo o que plantar de acordo com a necessidade de consumo da família,

pescar, caçar e fazer coletas de castanhas ou com o agroextrativismo do açaí, conhecendo e respeitando o ciclo natural da fauna e flora, forma de trabalho que tem como base a liberdade do seu labor e de sua organização social. Tudo isso se encontra em antagonismo ao trabalho escravo ou mesmo ao assalariado, já que em suas falas não lhes cabe muito bem a ideia de ter um “patrão”, de ter horários específicos ou de não ficar com os frutos de suas atividades.

Percebemos então que no território da Amarqualta a terra de trabalho se opõe a terra do agronegócio, já que para os quilombolas não ficar com os frutos do seu trabalho transformaria a terra sem sentido. Como pontua Woortmann (1999, p. 43), “[v]ê-se, então, que o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família”. Assim, é o território que lhes assegura a possibilidade de sua existência, a manutenção de sua identidade e do seu modo de vida, motivo pelo qual r-existem enquanto povos que tradicionalmente ocupam o território.

4.6 HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

A memória de festas e ritos africanos também passa a ser um tema evitado devido à propagação da religião cristã evangélica. Contudo, os quilombolas ficam saudosos ao lembrar as serenatas que, quando crianças, presenciavam na casa de seus avós, com muita cantoria, churrasco de caças e cachaças para chamar cabocos. Como dito antes, há muita resistência em relação a esses assuntos. Muitos moradores preferem dizer que nunca tiveram contato com eles, mas com o passar do tempo de convívio acabam estabelecendo uma relação de confiança e abrindo esse “livro” de memória de suas infâncias. Seu Guarái, que também tem ancestralidade indígena, nos conta:

Meu avô ele era aquele pajé que chama, né? E eu aprendi tudo com ele, ele cantava, e esse velho que tocava violão ele sentava na rede e dizia pra mim, que eu trabalhava lá né, aí ele dizia “eu vou cantar uma música aqui”. Aí tinha uma que dizia assim: “Eu sou cabra do pó do alho; eu vivo à custa do meu trabalho, aqui mesmo eu bebo aqui mesmo eu caio; tá tanto bom eu daqui eu não saio”. Era a música dele, tinha outra que dizia: “Milho cozido; milho turrado, vambora pra terra de preto parente, vamos vender missanga lá”. Ele pegava o violão e cantava também: “Caminhou suzinha ficou de acará, caminho longo que eu não sei nadar; quando onda sai é que preto oxe, catinga de mulata é que mata nós”. Era a música dos escravos e eu aprendi essas coisas. (Seu Guarái, entrevista realizada em 2018).

Com relação às festas, Dona Paru fala:

Eles gostavam de uma festa que só, quando era dia de sábado e domingo eles faziam a festa, dois, três dia era, passava marreteiro vendendo cachaça e eles compravam pra beber, o pessoal falavam que eles bebiam semanas e não brigavam, se uniam, sabe? Quando aprontava uma cachaça no engenho era só cachaça boa, né? Devia ser uma cachaça doce, eles fazia farra, mas não brigavam, mas o carrasco deles não bebia não

porque ele ficava com o chicote. Mas eles tinham o dia da diversão. A festa deles tinha comida, tinha fazenda de gado aí, aí eles matavam pra comerem. (Entrevista realizada em 2018).

Hoje em dia, mesmo sem as festas em homenagem aos cabocos, eles relatam que ainda há aparição dos encantados nas comunidades, como a do Mapinguarí, que tem um olho na testa e uma boca no estômago, uma perna só, “que nem o saci”, e caminha na floresta. Avisaram-me que seu ponto fraco é no umbigo, caso eu o encontrasse durante minhas andanças.

A memória dos encantados refere-se a pessoas das comunidades que se “encantam” e transformam-se em matinta pereira, curupira, botos, iara etc., personagens das lendas folclóricas amazônicas. Seu Tapajós (morador do 19 do Maçaranduba) nos contou, por exemplo, que há poucos dias o curupira levou o filho do seu vizinho de 6 anos para a mata. Este estava na roça com seu pai quando sumiu por alguns dias, e quando o encontraram, já estava selvagem e tentando fugir. Também relata já ter ouvido bastante a matinta pereira assoviar na mata pedindo tabaco e sons de cantoria em rios após as 18h (período em que a mãe d’água aparece). Seu Xingu, morador de Vila Formosa, conta histórias como:

Naquela época, na fazenda, a gente ouvia andada de boi e o papai dizia assim: “olha, vocês não têm que ir atrás” por exemplo. É porque existe os brancos nos qual eram ricos na época em que escravizaram os negros e eles tinham muito dinheiro, colocaram dinheiro na terra, né? E aparece essas coisas que não existe, ele dizia assim, “são encantados”, o papai falava assim, né? Por outro lado o papai dizia “se por algum acaso vocês verem chama de fogo, assim, essas coisas, é porque tem dinheiro enterrado lá naquela fazenda”, e certas coisas que ele ia dizendo, né? E isso chamava atenção porque algumas coisas a gente descobria, né? No tempo dos escravos tinha umas bacias velhas lá e papai dizia assim, “olha era onde eles colocavam vinho e essas coisas tudo”, né? E até por aí eu sei, eu sei um pouco do que o papai contava, mas muitas coisas eu não sei assim muito bem, né? [...] Eles falavam muito também a respeito de música, tinha um lugar chamado era de ladrão, porque ladrão lá era uma barreira, uma tapagem que era pra morrer o engenho, então depois que foi abolido o grupo de escravos de lá, eles próprios começaram a quebrar lá, então havia uma correnteza muito grande e quem passasse lá tinha que ter muito cuidado porque sempre fundiava, então eles apelidaram de ladrão, e algumas vezes o papai contava, o meu avô contava, que havia músicas e sempre ele dizia que a gente escutava quando criança e dizia assim “passa ligeiro aí, não bota o ouvido pra ouvir não” porque ele tava ouvindo as músicas, né? Então ele dizia que se a gente ouvi muito a gente se encanta, e um bocado de coisa assim, aí a gente passava lá com rapidez e vinha embora, a gente ficava curioso pra saber isso, né? Se existia de fato e de verdade, mas essas músicas assim eu não sei, mas meu pai sabia, mas eu mesmo não. (Entrevista realizada em 2018).

Esse processo de histórias e memórias com o seu meio natural pode também ser destruídos ao passo que seu território vem sendo transformado pelo avanço do agronegócio do dendê, transformando essa paisagem geográfica de suas histórias em grandes extensões de monocultura.

Assim, percebemos que há um processo de construção de toda uma relação de unidade entre as famílias, uma inter-relação que os constitui enquanto povos que tradicionalmente

ocupam o território e que lutam pela permanência de seu modo de vida por meio da formação de sua identidade territorial. Bompardi (2004), ao refletir sobre bairro rural, explica a identidade territorial:

[...] identidade territorial de um grupo de sítiantes (camponeses) que através do trabalho familiar transforma o meio natural, ou um território anterior, por meio de padrões culturais - estabelecendo uma rede de relações entre si que cria uma especificidade no território, que se caracteriza, por exemplo, através do tamanho semelhante dos sítios, de tipos de cultivo em comum, de técnicas de trabalho semelhantes, da semelhança na organização interna dos sítios etc. (BOMBARDI, 2004, p. 61).

A convivência com os quilombolas é carregada de símbolos e significados, cada detalhe e agir em seu dia a dia tem um significado para a reprodução de sua vida enquanto povos tradicionais e guardiões da floresta. Eles estão interligados à natureza por suas vivências e histórias que se passam de geração em geração. Também é extremamente perceptível na fala dos moradores as mudanças em seu território com a expansão da lógica predatória da monocultura do dendê, sejam elas mudanças ambientais ou nos conflitos pela terra que aumentaram, resultando em seus posicionamentos políticos ao enfrentamento a essas mudanças que afetam diretamente suas vidas. Este relato é breve, perto de tudo o que foi ouvido, vivido e sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos analisar na presente dissertação os processos e as dinâmicas do território camponês de origem quilombola nas comunidades de Vila Formosa e 19 do Maçaranduba, mediante os avanços do agronegócio do dendê no município de Acará – PA.

Nesse sentido, estruturamos a pesquisa segundo as relações sociais construídas no espaço-tempo no município do Acará. Percebemos, com o auxílio da historiografia local, as tensões sociais e territoriais presentes desde o período colonial até atualmente, assim como evidências da formação de um campesinato quilombola polivalente enraizado e estruturado nas localidades aqui estudadas.

Esse sujeitos resistiram aos desafios dos diferentes períodos históricos, permanecendo ligados ao seu território por meio da técnica de trabalho familiar na/da terra, passada e aprimorada por gerações, vivendo em interação com a natureza e em comunidade, como no caso dos quilombos da Amarqualta. Lógica essa que passou a ser transformada e reorganizada com a chegada do agronegócio do dendê, o qual se expande constantemente com as iniciativas públicas, como pesquisas desenvolvidas pela Embrapa e por meio do PNPB em 2004 e do PSOP de 2010, além do ZAE-Dendê, que promovem políticas de expansão da oleaginosa sob o slogan da sustentabilidade e da autonomia energética brasileira com o agrocombustível. Porém, como vimos, a maior empregabilidade da *commodity* de dendê está nas agroindústrias dos setores alimentício e de cosméticos, que lhes possibilitam maior rentabilidade; além disso, percebemos que o dendê também se expande em área de floresta, ainda que em menor escala.

Percebemos também que a expansão do dendê na região se dá a partir da monopolização do território, pois as empresas passam a se apropriar de terras rurais da região ao comprar de fazendeiros/grileiros locais, e realizam a aliança entre o capital e o latifúndio. Esse processo trouxe uma nova dinâmica às terras do Acará, que consistiu no aumento considerável dos seus valores reais entre os anos de 2001 e 2018. Com isso, o agronegócio enseja ter maior controle sobre a terra nesse município, ocasionando o aumento dos conflitos fundiários com a população local, a qual já tem estabelecido o seu modo de vida comunal em seu território; essa nova configuração territorial resultou em assassinatos e ameaças constantes aos quilombolas que defendem a floresta e seu modo de vida.

Outra questão levantada foram as mudanças de ordem ambiental na região, as quais os quilombolas percebem, de maneira gradativa, na degradação do território em seu dia a dia devido ao uso de grande volume de agrotóxico na monocultura de dendê: no período das chuvas, esses produtos químicos são deslocados e chegam aos rios e igarapés, provocando a

contaminação. Assim, diversos moradores relatam que tudo isso tem impactado diretamente suas vidas, visto que eles necessitam diretamente das águas dos rios e igarapés para seus afazeres diários, como beber, tomar banho, cozinhar etc.; ademais, a contaminação também prejudica de maneira considerável a pesca, uma das principais atividades.

Ainda quanto às mudanças de ordem socioambiental, os moradores expõem a aparição de grande número de moscas e mosquitos em suas comunidades: eles esclarecem que essa aparição era bastante comum no período do inverno amazônico, entre dezembro e maio do ano seguinte; agora, essa presença perdura o ano inteiro, fato que também constatamos em nossas visitas de campo, visto que realizamos a primeira visita em janeiro de 2018 e a segunda em agosto de 2019, e vimos a presença constante de insetos e moscas em excesso nos dois períodos de visita.

A expansão do dendê também propicia, segundo os moradores, a demora na titulação definitiva de suas terras, uma vez que a Biopalma/Vale passou a reivindicar uma parte do território quilombola, a qual teria sido vendida por fazendeiros que teriam invadido as terras das comunidades. Com isso, o processo de titulação requer visitas e levantamentos técnicos por parte dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, já que o território quilombola é, em parte, de gleba estadual e outra federal. A promotora Eliane Moreira, do Ministério Público Estadual, em duas dessas visitas, constatou que as fazendas Campo Alegre e Santa Rosa são pertencentes à União, portanto, pertencentes à Amarqualta de acordo com o TAC realizado no ano de 2018.

Essa demora na titulação das terras acarreta, ainda, em novas disputas com madeireiros e fazendeiros que invadem os territórios, desatando e cercando áreas quilombolas de seus interesses. Sem a titulação, os quilombolas argumentam que não podem alegar juridicamente, diante desses invasores, a proteção e delimitação de suas terras, pois quando o fazem – mesmo sem a titulação – são ameaçados por tentar impedir a invasão de suas terras.

Além disso, sem a titulação definitiva, eles não acessam seus direitos e determinadas políticas públicas destinadas a esses territórios comunais, tais como: garantia de educação formal e estruturalmente adequada às comunidades tradicionais; direito a manter o meio ambiente em equilíbrio, dentre outros. Isso evidencia o abandono estatal nos âmbitos da saúde, educação, moradia e saneamento básico, que os priva de seus direitos constitucionais básicos, os quais promoveriam e assegurariam a dignidade humana. Em outras palavras, uma vez que o Estado reconheça o território quilombola com o título, terá que, ao mesmo tempo, assegurar uma série de outros direitos que dependem, primeiramente, da titulação, a fim de resguardar os direitos quilombolas a permanecerem na terra. Assim, devido ao interesse de outros agentes

pela terra, acontecem os entraves ao processo de titulação e um conseqüente entrave na obtenção dos demais direitos a partir da titulação.

Como vimos, todos os efeitos nocivos da expansão do dendê na região são listados não por um, mas por vários habitantes do local. Contudo, a presente pesquisa apontou que isso não ocasionou a expulsão destes de suas terras, ao contrário, ensejou sua articulação política enquanto coletividade quilombola. Esse momento de vulnerabilidade propiciou uma organização em torno da criação da Associação dos Moradores e Agricultores Quilombolas do Alto Acará que, desde então, luta pela titulação definitiva de suas terras. Nesse sentido, os moradores se organizam e denunciam desmatamentos ilegais e a contaminação de seus rios e solos por agrotóxicos, bem como todas as mudanças que prejudicam seu modo de vida.

Essas comunidades passaram, então, a se articular em torno da construção de suas identidades históricas na luta de classe contra as estratégias de monopolização do território na lógica do dendê, o qual se expande com a justificativa de sustentabilidade. Nesse sentido, a pesquisa em campo reuniu relatos dos moradores sobre as mudanças socioambientais e os conflitos fundiários que afetam diretamente as suas relações sociais e com suas terras, e que ironicamente nada têm de sustentável.

Diante disso, este trabalho pretende contribuir de maneira crítica para tornar ainda mais visível a questão agrária na Amazônia com relação aos desafios na efetivação dos direitos de povos invisibilizados que se organizam politicamente, os quais, como a historiografia aponta, ocupam esses territórios por gerações, e carregam consigo a história e memória dos insurgentes cabanos que, outrora, também lutaram por seus direitos. O que vemos é que essas comunidades ainda hoje precisam se articular na defesa do território, inclusive, como no passado, com alianças com os povos indígenas, como o fazem diante de uma velha prática latifundiária que, hoje, se alia ao capital na tentativa de monopolizar os territórios e controlar bens comuns como terra, água, florestas e todo o complexo sistema ambiental amazônico.

Esses sujeitos, desde 2009, se organizaram em torno da Amarqualta quando se viram vulneráveis à expansão do dendê. Desde de então, se apropriam de suas histórias e identidades construídas e passadas por gerações para se autoidentificarem enquanto quilombolas, como uma de suas estratégias de (re)existir e preservar seu modo de vida com autonomia total sob seu território, pois são povos ligados a floresta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAPALMA. Associação Brasileira de Produtores de Óleo de Palma. A palma no Brasil e no mundo. **Abrapalma**, Belém, 2019. Disponível em: <<http://www.abrapalma.org/pt/a-palma-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995-1997). **Revista BIB**, São Paulo, n. 45, v. 1, p. 51-70, 1989.
- ANDRADE, E. A cadeia produtiva de palma de óleo no estado do Pará: uma avaliação crítica. **Audiência Pública sobre o Programa Nacional de Produção Sustentável de Óleo de Palma**. Brasília, mar. 2015.
- ANGELO-MENEZES, M. de N. O sistema agrário do Vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para exportação. **Projeto História**, São Paulo, v. 18, p. 237-259, 1999.
- BACKHOUSE, M. **A desapropriação sustentável da Amazônia**: o caso dos investimentos em dendê no Pará. Berlin: Freie Universität Berlin, 2013. 32 p. (Fair Fuels? Working Paper).
- BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1991.
- BERNARDES, J. A. et al. (org.). **A globalização do agronegócio e Land Grabbing**: atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, p. 7-32.
- BIOPALMA/VALE. **Relatório de sustentabilidade**, 2016.
- BIODIESELBR. Pesquisadores da Embrapa buscam solução para acidificação do óleo de palma. **Biodieselbr**, 23 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/dende/pesquisadores-embrapa-buscam-solucao-acidificacao-oleo-palma-230117>>. Acesso em: 3 set. 2019.
- BORRAS JR., S. M. et al. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3-4, p. 845-872, 2012.
- BOMBARDI, L. M. O bairro rural como identidade territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. **Revista Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 55-95, 2004.
- BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e agronegócio**: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. Direitos humanos no Brasil 2012: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BOMBARDI, L. M. Violência silenciosa: o uso de Agrotóxicos no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 2013, João Pessoa – PB. **Anais [...]**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013. 16 p.
- BOMBARDI, L. M. **Atlas**: Geografia do uso de Agrotóxicos no Brasil e conexão com a União Europeia. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro gráfico, 1988.

BRASIL. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**. Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial. Brasília: MDA, 2011. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

BRASIL. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produção Oleaginosas – PNPB**. Brasília: Mapa, 2012.

BRASIL. MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Diagnóstico da Produção Sustentável da Palma de Óleo no Brasil**. Brasília: Mapa/ACE, 2018.

BRASIL. MMA – Ministério do Meio Ambiente. **A produção brasileira de etanol**. Brasília: MMA, 2019. Disponível em:

<https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/item_6.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BRASIL. MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Caracterização das oleaginosas para produção de biodiesel**. Brasília: MMA, 2019. Disponível:

<https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/item_5.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

BRASIL. MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da produção do biodiesel no Brasil**. Brasília: MMA, 2019. Disponível em:

<https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/item_4.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRASIL. MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Marco referencial**. Brasília: MMA, 2019. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/item_2.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

BRUNO, R. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 142-160, 2016.

CARVALHO, J. dos S. O estado do Pará e a construção da microrregião bragantina. In SILVA, C. N. et al. (org.). **Sociedade, Espaço e Políticas Territoriais na Amazônia Paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

CASTRO, E. Tradição e modernidade: a propósito de processos de trabalhos na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 1, p. 31-50, 1999.

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, 2012.

CASTRO, L. F. P.; HERSHAW, E.; SAUER, S. Estrangeirização e internacionalização de terras no Brasil: oportunidades para quem? **Revista Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 5, p. 74-102, 2017.

CGEE. **Avaliação de biodiesel no Brasil**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2004.

CHAYANOV, A. Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nova Vision, 1974.

CIARELLI, M. Vale compra Biopalma da Amazônia por US\$ 173 milhões. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2 fev. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,vale-compra-biopalma-da-amazonia-por-us-173-milhoes-imp-,674106>>. Acesso em: 2 jun. 2017.

COLLARES, D. G. Pesquisas com dendê avançam na Embrapa. **Biodieselbr**, 9 nov. 2011. Disponível em: <<https://www.biodieselbr.com/noticias/em-foco/pesquisas-dende-avancam-embrapa-110411>>. Acesso em: 2 set. 2019.

COTULA, L. A política econômica internacional da corrida global da terra: uma avaliação crítica das tendências, escalas, geografias e condutores. **Revista O Jornal de Estudos Campestres**, v. 39, p. 649-680, 2012.

CORNETTA, A. **Entre o clima e a Terra**: abordagem geográfica da “economia de baixo carbono” na Amazônia legal. 2017. 429 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, São Paulo, 2017.

CRUZ. V. do C. R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia. **Terra livre**, Goiânia, v. 1, n. 26, p. 62-89, 2006.

CRUZ. V. do C. Território, identidade e lutas sociais na Amazônia. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. **Anais [...]**. Belém-PA: Enanpur, 2007.

CRUZ. V. do C. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. 2011. 368 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói, 2011.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

EMBRAPA. **Workshop sobre a cultura do dendê**. Manaus: Embrapa-CPAA, 1996.

FABRINI, J. E. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, p. 63-91, 2006.

FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. *In*: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. dos (org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 55-88.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 10, n. 11, p. 8-32, 2007.

FAIRBAIRN, M. Foreignization, financialization and land grab regulation. **The Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 4, p. 581-591, 2015.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. **Modelos de desenvolvimento em conflito: o agronegócio e a via camponesa**. Presidente Prudente: Nera, 2004.

FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Mercado de terra, *commodities boom* e *land grabbing* no Brasil. In: MALUF, R. S. J.; FLEXOR, G. (org.). **Questões conjunturais e de políticas públicas sobre temas agrários, agrícolas e rurais**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2017, p. 20-38.

FÓRUM CLIMA. **Ação Empresarial sobre as Mudanças Climáticas: balanço de Ações 2014**. São Paulo: Fórum Clima, 2014.

GADELHA, R. M. A. F. A lei de terra (1850) e a abolição da escravidão, capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, p. 153-162, jan./jul., 1989.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

GARCIA JÚNIOR, A.; HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, M. A. M.; MENEZES, M.A.; ACEVEDO MARIN, R. E. (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**, v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 213-243.

GOMES, D. L.; SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Agricultores familiares, agroindústria de dendê e o dilema da integração produtiva na Amazônia paraense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 15, [2020]. No prelo.

GOMES, D. L. **Os limites da inclusão social: agricultores integrados às agroindústrias de dendê no Pará**. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

GOMES, D. L.; SILVA, F. C. da; MACEDO, C. O. Expansão territorial do dendê e resistência camponesa no nordeste paraense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 17, n. 57, p. 191- 200, 2016.

GONDIM, N. **A Invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.

GRAIN, Os novos donos da fazenda: os investidores corporativos lideram a corrida pelo controle das terras agrícolas no exterior. In: Monthly Review Press 'Agriculture and food in crisis', 2010.

HAESBAERT, R. C. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARVEY, D. O novo imperialismo: acumulação por espoliação. *Socialist Register*, p. 95-125, 2004.

HOMMA, A. K. O. **Cronologia do cultivo do dendezeiro na Amazônia**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2016. (Documentos, 423).

IANNI, O. **A Luta Pela Terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 mai. 18.

IEC – INICIATIVA EMPRESARIAL EM CLIMA. **Posicionamento sobre mecanismos de precificação de carbono**. 2016.

LIMA, A. R. R de. **Revolução camponesa no vale do Acará 1822-1840**. Belém: Prefeitura Municipal, 2004.

LIMA, A. R. R de. Olhares sobre o outro: palavras e imagens das autoridades provinciais em tempos de rebeldia (Grão-Pará – séc. XIX). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo (RS). *Anais [...]*. São Leopoldo (RS): Anpuh, 2007. 10 p.

LIMA, A. R. R de. Terra e trabalho como componentes das lutas cabanas no Acará-PA (século XIX). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: Anpuh, 2009. 10 p.

LIMA, L. D. B. **Entre batalhas e papéis**: a cabanagem e a imprensa brasileira na memória (1835-1840). 2016. 329 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

LIMA, L. M. **Rios vermelhos**: perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835. 300 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LITTLE, P. E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, Brasília, vol. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

LITTLE, P. E. **Megaprojetos na Amazônia**: uma análise geopolítica e socioambiental com propostas de melhor governo para a Amazônia. Peru: César Gamboa Balbín, 2013.

MARIN, R. E. A. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará no século XVIII e XIX. *Papers do NAEA*, Belém, n. 153, p. 1-26, 2000.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MCMICHAEL, P. The land grab and corporate food regime restructuring. *The Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 3-4, p. 681-701, 2012.

MORAES, A. C. R. (org). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

MPPA – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Instituto Evandro Chagas detecta contaminação por agrotóxicos na Região de Expansão do Dendê**. Belém, 2014.

Disponível em:

<<http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=4380&class=N>>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, p. 63-80, 2013.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia paraense. **Revista da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 11, n. 15, p. 309-331, jan-jun., 2015.

NAHUM, J. S.; SANTOS, C. B. Agricultura familiar e dendeicultura no município de Moju, na Amazônia paraense. **Cadernos de Geografia: Revista Colombiana de Geografia**, v. 27, n. 1, p. 50-66, 2018.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007a.

OLIVEIRA, A. U. Geografia e Movimentos sociais. **Revista Perspectivas geográficas**, Paraná, v. 3, p. 7-28, 2007b.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012, Bogotá. **Anais [...]**. Bogotá: Universidade Nacional da Colômbia, 2012. 15 p.

PAULINO TOMIASI, E. Território e campesinato: da teoria à práxis. **Revista Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 2, p. 199-211, 2008.

PAULINO TOMIASI, E. Questão agrária: lutas, conflitos territoriais e contradições sociais no mundo do século XXI. In: MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GARCIA, M. F.; VIANA, P. C. G. (org.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 9-24.

PAULINO TOMIASI, E.; ALMEIDA, A. R. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 9-23.

PINHEIRO, L. B. S. P. De mocambeiro a cabano: nota sobre a presença negra na Amazônia. **Revista Terras das Águas**, v. 1, n. 1, p. 148-172, 1999.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: Encruzilhada civilizatória**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRIETO, G. F. T. **Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra**. 2016. 743 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

PRIETO, G. F. T. Sob o império da grilagem: os fundamentos da absolutização da propriedade privada capitalista da terra no Brasil (1822-1850). **Terra Brasilis** (Nova Série), v. 8, p. 1-18, 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO FILHO, A. et al. **Zoneamento agroecológico, produção e manejo da cultura de palma de óleo na Amazônia**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010.

RICCI, M. M. O. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 183 e 1840. **Revista Tempos**, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

RODRIGUES, F. Vale quer reduzir 17% das emissões com projeto de biodiesel. **Biodieselbr**, 29 nov. 2012. Disponível em: <<https://www.biodieselbr.com/noticias/meioambiente/emissoes/vale-reduzir-emissoes-projeto-biodiesel-140912>>. Acesso em: 10 set. 2019.

RODRIGUES, J. C. Políticas territoriais e urbanização na Amazônia oriental: estudo de Marabá. In: SILVA, C. N. et al. **Sociedade, Espaço e Políticas Territoriais na Amazônia Paraense**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

SANTOS, M.; GLASS, V. (org.). **Atlas do agrotóxico: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Fundação Heinrich Boll: Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, M. A. S. dos; D'ÁVILA, J. L. Cenários do agronegócio na Amazônia: o caso da dendeicultura. In: **O comportamento do mercado do óleo de palma no Brasil e na Amazônia**. [S.l.]: Banco da Amazônia, Coordenadoria de Estudos Especiais, 1999.

SAUER, S. LEITE, S. P. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 50, p. 503-524, 2012.

SCHMITZ, H. A transição da agricultura itinerante na Amazônia para novos sistemas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 46-49, fev., 2007.

SILVA, E. P.; MAGALHÃES, S. B.; FARIAS, A. L. A. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia paraense. **Campo-território**, Uberlândia, v. 11, n. 23, p. 165-195, 2016.

- SILVEIRA, D. O. da; REIS, M. V. de F. Estudos da religião na Amazônia, um balanço: entrevista com Raimundo Heraldo Maués. **Revista Plural de Estudos da Região**, São Paulo, n. 2, p. 10-26, 2015.
- SOUZA, J. G. Limites do território. **Revista Agrária**, São Paulo, v. 10/11., p. 99-130, 2009.
- SOUZA, J. G.; NASCIMENTO, F.; GEBARA, J. J. Mercado de terras no estado de São Paulo: determinações de preço pós-plano real. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 3, p. 40-49, 2012.
- SOUZA, J. G. A Produção brasileira de etanol e seus efeitos sobre o valor da terra, sobre a concentração fundiária e sobre a homogeneização da paisagem. **Diversidades**, Niterói, v. 5, p. 29-58, 2013.
- SOUZA, J. G. Local-global: Território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, L. P. (org.). **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul**. Curitiba: Ithala, 2016. p. 55-96.
- SOUZA, J. G. Land grabbing como fenômeno global de apropriação de terras agrícolas. (Entrevista Prof. José Gilberto de Souza). **Estudos Geográficos**, Rio Claro, n. 15, v. 1, p. 231-239, jan./jun. 2017.
- SOUZA, J. G. Estado, crise estrutural do capital e a questão agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 24., 2018, Dourados. **Anais [...]**. Dourados: UFGD, 2018. 40 p.
- THE NATURE CONSERVANCY. **Caminhos do desenvolvimento na agenda do Pará 2030**: Desenvolvimento de cenários de uso da terra e custo de implantação, 2018.
- TOLEDO, V. M.; BARRERA-BOSSOLS, N. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Desenvolvimento e meio ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 31-45, 2009.
- UNMÜßIG, B. **Reflexões sobre a Financeirização da Natureza**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Brasil, 2014.
- VALE S. A. **Relatório de sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Vale S. A., 2018.
- VILLELA, A. A. **Expansão da Palma na Amazônia Oriental para fins energéticos**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2014.
- WITKOSKI, A. C. Organização social do trabalho da família camponesa. In: WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**. Manaus: EDUA, 2007. p. 160-185.
- WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura da camponesa. Brasília: UnB, 1997.
- WOORTMANN, K. “Com parente não se negocia”: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. p. 11-73.